



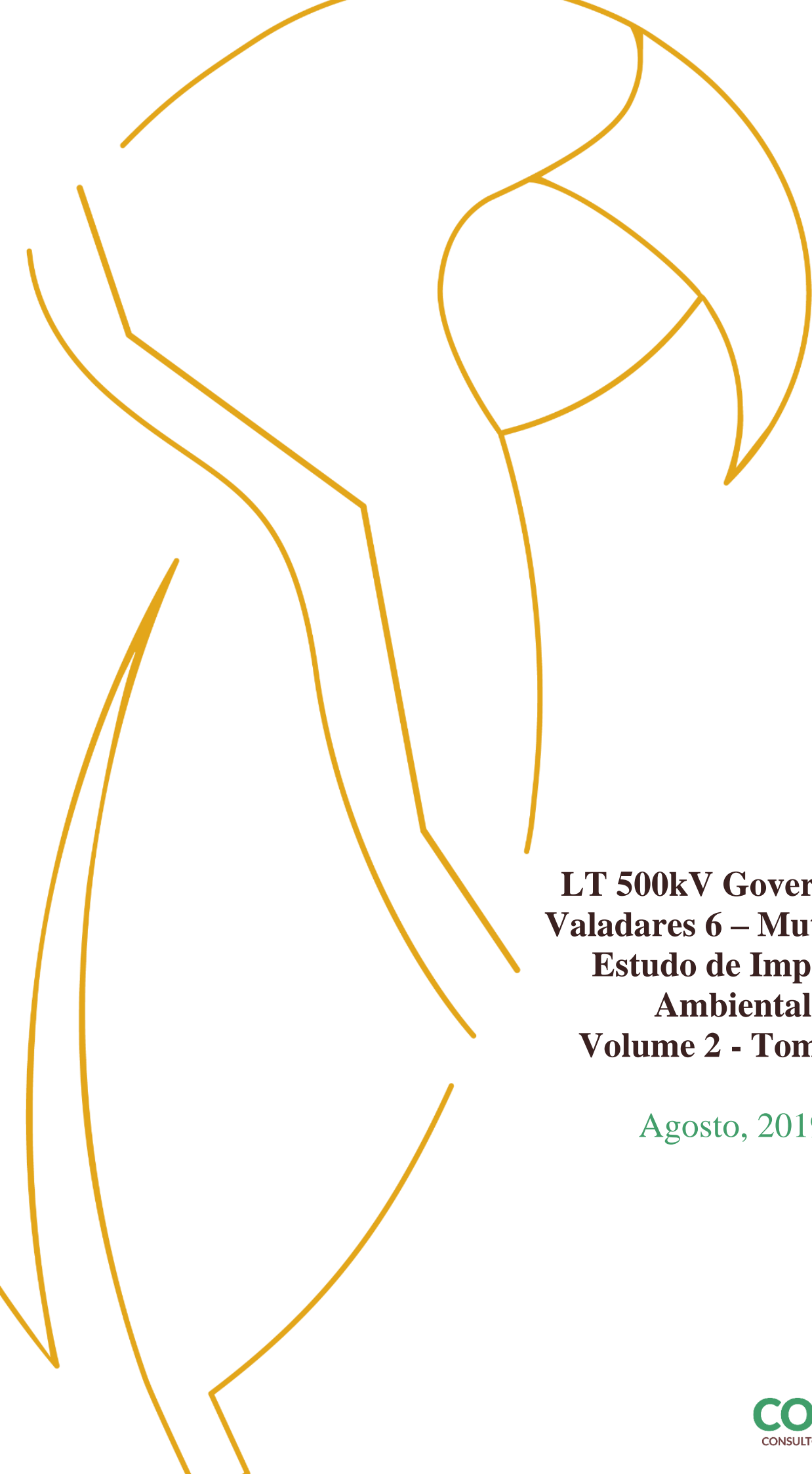
EIA

Estudo de Impacto Ambiental

Linha de Transmissão 500kV

SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2

Volume 2 - Tomo III



**LT 500kV Governador
Valadares 6 – Mutum C2
Estudo de Impacto
Ambiental
Volume 2 - Tomo III**

Agosto, 2019



Estudo de Impacto Ambiental – Volume 2 – Tomo III

LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum, C2

AGOSTO 2019

SUMÁRIO

7	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	1
7.3	MEIO SOCIOECONÔMICO	1
7.3.1	Aspectos metodológicos	1
7.3.2	Caracterização territorial e inserção regional dos municípios da Área de Estudo...5	
7.3.3	Características Populacionais.....	35
7.3.4	Uso e Ocupação do Solo	48
7.3.5	Aspectos Econômicos	77
7.3.6	Infraestrutura, Serviços Públicos e Vulnerabilidades	89
7.3.6.1	<i>Saúde</i>	89
7.3.6.2	<i>Transporte</i>	116
7.3.6.3	<i>Segurança Pública</i>	125
7.3.6.4	<i>Educação</i>	138
7.3.6.5	<i>Organização Social</i>	156
7.3.6.6	<i>Turismo e Lazer</i>	165
7.3.6.7	<i>Saneamento Básico e Meio Ambiente</i>	186
7.3.6.8	<i>Assistência Social</i>	213
7.3.6.9	<i>Conselho Tutelar</i>	234
7.3.6.10	<i>Meios de Comunicação</i>	240
7.3.6.11	<i>Geração, Transmissão e uso de energia</i>	242
7.3.6.12	<i>Habitação e Tendências de Expansão da Ocupação Humana</i>	250
7.3.6.13	<i>Desafios Sociais</i>	258
7.3.7	Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos.....	264
7.3.7.1	<i>Contexto Etno-Histórico Regional</i>	266
7.3.7.2	<i>Contexto Histórico dos Municípios Envolvidos</i>	270
7.3.7.3	<i>Levantamento de Sítios Arqueológicos: CNSA/SGPA – Iphan</i>	275
7.3.8	Comunidades Tradicionais.....	276
7.3.8.1	<i>Comunidades Remanescentes Quilombolas</i>	276
7.3.8.2	<i>Terras Indígenas</i>	276
7.3.8.3	<i>Programas de Assentamentos Rurais</i>	279

7.3.9	Área Diretamente Afetada	284
7.3.9.1	<i>Vias de Acesso</i>	284
7.3.9.2	<i>Interferências em aglomerados rurais e povoados</i>	287
7.3.9.3	<i>Uso e ocupação do solo na ADA</i>	294
7.3.9.4	<i>Identificação das Propriedades Diretamente Afetadas</i>	299
7.3.9.5	<i>Caracterização Socioeconômica das propriedades, proprietários e moradores afetados</i>	307
7.3.9.5.1	Estrutura Fundiária da Zona Rural – ADA	307
7.3.9.5.2	Contingente Populacional e Faixa Etária	308
7.3.9.5.3	Saúde.....	310
7.3.9.5.4	Benfeitorias	311
7.3.9.5.5	Segurança Pública.....	313
7.3.9.5.6	Emprego Formal e Informal.....	313
7.3.9.5.7	Educação	314
7.3.9.5.8	Sistema Habitacional	316
7.3.9.5.9	Abastecimento de Água	317
7.3.9.5.10	Esgotamento Sanitário e Destino dos Resíduos Sólidos.....	318
7.3.9.5.11	Participação em Sindicato ou Associação.....	320
7.3.9.5.12	Cultura, Turismo e Lazer	320
7.3.9.5.13	Restrição de Uso e ocupação do solo.....	321
7.3.9.5.14	Paralelismo com outros empreendimentos	321
7.3.9.5.15	Energia Elétrica e Sistema de Comunicação	322
7.3.9.5.16	Principais Atividades Econômicas Desenvolvidas	324
7.3.9.5.17	Condições Técnicas e de Equipamentos	328
7.3.9.5.18	Pesquisa de Opinião em Relação à Implantação da Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2	329
7.3.10	Considerações finais do Meio Socioeconômico	332

FIGURAS

Figura 1 - Folder utilizado no Programa de Comunicação Social – capa, contracapa e interna 4.....	3
Figura 2 - Folder utilizado no Programa de Comunicação Social – interna 1, 2 e 3.....	4
Figura 3 - Inserção da LT nos municípios da Área de Estudo	6
Figura 4 - Localização na AE junto às Mesorregiões de Minas Gerais	13
Figura 5 - Localização na AE junto às Microrregiões de Minas Gerais.....	14
Figura 6 - Regiões de influência dos municípios em estudo	18
Figura 7 - Croqui de localização da infraestrutura em Governador Valadares	24
Figura 8 - Croqui de localização da infraestrutura em Galiléia.....	25
Figura 9 - Croqui de localização da infraestrutura em Tumiritinga	27
Figura 10 - Croqui de localização da infraestrutura em Conselheiro Pena	29
Figura 11 - Croqui de localização da infraestrutura em Santa Rita do Ituíto	30
Figura 12 - Croqui de localização da infraestrutura em Pocrane	32
Figura 13 - Croqui de localização da infraestrutura em Mutum	34
Figura 14 - Evolução da População Total dos municípios da AE (1991 – 2010)	36
Figura 15 - Taxa de fecundidade de mulheres a partir de 15 anos na AE (2000 - 2010).....	38
Figura 16 - Evolução da População Rural AE (1991-2010).....	39
Figura 17 - Evolução da População Urbana AE (1991-2010).....	40
Figura 18 - Estrutura etária da população do município de Governador Valadares (2010).....	42
Figura 19 - Estrutura etária da população do município de Tumiritinga (2010).....	43
Figura 20 - Estrutura etária da população do município de Galiléia (2010)	43
Figura 21 - Estrutura etária da população do município de Conselheiro Pena (2010).....	44
Figura 22 - Estrutura etária da população do município de Santa Rita do Ituíto (2010)	44
Figura 23 - Estrutura etária da população do município de Pocrane (2010).....	45
Figura 24 - Estrutura etária da população do município de Mutum (2010)	45
Figura 25 - Razão de dependência da AE, Minas Gerais e Brasil em % (1991, 2000 e 2010)	47
Figura 26 - Uso e Ocupação do solo nos municípios da AE	50
Figura 27 - Criação de bovinos por município, número de cabeças	58
Figura 28 - Criação de suínos por município, número de cabeças	58

Figura 29 - Criação de aves por município, número de cabeças	59
Figura 30 - Produção de café por município, número de pés (mil).....	59
Figura 31 - Produção de cana-de-açúcar, em toneladas, por município.....	60
Figura 32 - Produção de milho, em toneladas, por município.....	60
Figura 33 - Produção de forrageiras, em toneladas, por município.....	61
Figura 34 - Uso do solo destinado à Unidades de Conservação na AE.....	64
Figura 35 - Uso do solo voltado à Silvicultura com Teca e pastagem com gado de corte, município de Governador Valadares	65
Figura 36 - Pecuária de gado leiteiro em Galiléia	65
Figura 37 - Uso do solo voltado à pastagem com gado leiteiro, município de Tumiritinga	66
Figura 38 - Uso do solo voltado à Agricultura com cultivo de Sorgo e pastagem com pecuária leiteira, município de Conselheiro Pena	66
Figura 39 - Cultivo de Café e pastagem, usos predominantes em Santa Rita do Ituêto.....	67
Figura 40 - Uso do solo voltado à Agricultura com cultivo de Milho, município de Pocrane.....	67
Figura 41 - Pastagem e pecuária de gado leiteiro, predominantes em Mutum.....	68
Figura 42 - Sede da prefeitura municipal de Mutum.....	73
Figura 43 - Fórum de Mutum	73
Figura 44 - Sede da Prefeitura de Pocrane	74
Figura 45 - Sede da prefeitura de Conselheiro Pena	74
Figura 46 - Fórum de Conselheiro Pena.....	75
Figura 47 - Sede da prefeitura Municipal de Tumiritinga.....	75
Figura 48 - Sede da prefeitura de Galiléia.....	76
Figura 49 - Sede da prefeitura municipal de Governador Valadares	76
Figura 50 - Fórum de Governador Valadares.....	77
Figura 51 - Sede da prefeitura municipal de Santa de Rita de Ituêto	77
Figura 52 - Hospital São Lucas em Governador Valadares	101
Figura 53 - Vigilância Epidemiológica em Governador Valadares	102
Figura 54 - Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares.....	102
Figura 55 - Programa de Saúde da Família de Galiléia.....	104
Figura 56 - Laboratório em Galiléia.....	104
Figura 57 - Entrevista com a coordenadora da atenção básica Sra. Carla Aparecida	105
Figura 58 - Estratégia Saúde da Família de Tumiritinga.....	107
Figura 59 - Entrevista com o Secretário Ricardo Bruno	107

Figura 60 - Hospital Municipal de Saúde de Conselheiro Pena	109
Figura 61 - Programa de Saúde da Família – PSF.....	109
Figura 62 - ESF de Santa Rita do Ituêto	111
Figura 63 - Ingrid Regina de Oliveira – Secretária de Saúde de Santa Rita do Ituêto	112
Figura 64 - Hospital Municipal José Victor de Paula em Pocrane	113
Figura 65 - Entrevista com a Secretária de Saúde Sra. Dantes Florêncio	114
Figura 66 - Hospital Municipal São Manoel de Mutum.....	115
Figura 67 - Pronto Atendimento Municipal	116
Figura 68 - Infraestruturas gerais de transporte na AE e entorno (2019).....	117
Figura 69 - Ferrovias na área de estudo.....	119
Figura 70 - Aeródromos na área de estudo.....	121
Figura 71 - Principais Acessos aos municípios da AE	122
Figura 72 - Frota total de veículos nos municípios em estudo (2018).	123
Figura 73 - Variação de crimes violentos por município 2012-2018.....	130
Figura 74 - Fachada da Polícia Civil de Governador Valadares	131
Figura 75 - Fachada da Polícia Militar de Governador Valadares	131
Figura 76 - Fachada da Polícia Militar de Galiléia.....	132
Figura 77 - Fachada da Polícia Militar de Tumiritinga	133
Figura 78 - Viaturas utilizadas pela Polícia Militar.....	133
Figura 79 - Fachada da Polícia Civil de Conselheiro Pena	134
Figura 80 - Fachada do Sistema Prisional de Conselheiro Pena	135
Figura 81 - Fachada da Polícia Militar de Santa Rita do Ituêto	135
Figura 82 - Fachada da Polícia Militar de Pocrane	136
Figura 83 - Fachada da Polícia Militar de Mutum	137
Figura 84 - Fachada da Delegacia da Polícia Civil de Mutum.....	138
Figura 85 - Taxa de analfabetismo - pessoas de 15 anos ou mais, por município (2000 – 2010)	143
Figura 86 - Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares.....	145
Figura 87 - Faculdade Pitágoras	145
Figura 88 - Escola Estadual Prefeito Pedro Joaquim	146
Figura 89 - Fachada da Escola Municipal João Lopes	147
Figura 90 - Entrevista com a Secretária Sra. Elizabete Braga em Galiléia	147
Figura 91 - Escola Municipal Professora Alcina Silva de Miranda	148

Figura 92 - Entrevista com a Secretária de Educação Raquel de Sá Costa.....	149
Figura 93 - Escola Estadual Guilhermina Pena	150
Figura 94 - Fachada da Secretaria de Educação de Conselheiro Pena	150
Figura 95 - Entrevista com a Auxiliar Administrativa Sra. Rosilene Rodrigues Garcia.....	151
Figura 96 - Escola Estadual São José	152
Figura 97 - Entrevista com o Secretário Municipal Sr. Wasley Aleandro	152
Figura 98 - Entrevista com a auxiliar administrativo Sra. Wanessa Ligia	153
Figura 99 - CEMEI Cônego Ricardo em Pocrane	154
Figura 100 - Escola Estadual Anita Garibalde	154
Figura 101 - Faculdade Cruzeiro do Sul em Mutum.....	155
Figura 102 - Secretária Municipal Sra. Sandra Guter	156
Figura 103 - Escola Estadual Alzira Francisca Pereira	156
Figura 104 - Sede do Sindicato Rural de Governador Valadares.....	159
Figura 105 - Associação Ferroviária Rio Doce	160
Figura 106 - Associação Comercial de Conselheiro Pena.....	161
Figura 107 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conselheiro Pena.....	161
Figura 108 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita do Ituíto.....	162
Figura 109 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pocrane.....	163
Figura 110 - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pocrane	163
Figura 111 - Associação Atlética Banco do Brasil.....	164
Figura 112 - Sindicato Rural de Mutum.....	164
Figura 113 - Classificação do potencial turístico de Minas Gerais, com destaque para os municípios em estudo.....	166
Figura 114 - Praça Serra Lima.....	168
Figura 115 - Igreja Catedral de Governador Valadares.....	169
Figura 116 - Shopping de Governador Valadares	169
Figura 117 - Quadra Poliesportiva	170
Figura 118 - Pista de caminhada a beira do Rio Doce.....	170
Figura 119 - Campeonatos de parapente e asa delta em Governador Valadares.....	171
Figura 120 - Biblioteca Municipal.....	172
Figura 121 - Praça São Pedro	172
Figura 122 - Bar em Galiléia	173
Figura 123 - Igreja Matriz	173

Figura 124 - Banner com fotos da Prainha Jaó.....	174
Figura 125 - Praça Silvio Perez	175
Figura 126 - Igreja Sagrado Coração de Jesus	175
Figura 127 - Prainha Jaó.....	176
Figura 128 - Clube Uirapuru	177
Figura 129 - Praça Taquaral	177
Figura 130 - Igreja Matriz	178
Figura 131 - Ginásio de esporte.....	178
Figura 132 - Igreja São Sebastião da Lagoa	179
Figura 133 - Praça da Matriz	179
Figura 134 - Quadra Poliesportiva	180
Figura 135 - Parque recreativo das águas	180
Figura 136 - Praça Leôncio de Oliveira em Pocrane.....	181
Figura 137 - Igreja Católica Nossa Senhora da Penha	181
Figura 138 - Biblioteca Municipal em Pocrane.....	182
Figura 139 - Praça Raul Soares em Mutum.....	183
Figura 140 - Exposição de quadros, Casa da Cultura.....	183
Figura 141 - Secretário de Cultura Sr. César José Pires	184
Figura 142 - Parque de Exposição Agropecuária	184
Figura 143 - Clube Campestre.....	185
Figura 144 - Igreja Matriz de São Manoel	185
Figura 145 - Voo livre em Mutum, Distrito de Imbiruçu	186
Figura 146 - Limpeza Urbana da empresa terceirizada Dpark em Governador Valadares	193
Figura 147 - Infraestrutura de saneamento básico de Governador Valadares	193
Figura 148 - Ponto de atendimento do SAAE em Galiléia	195
Figura 149 - Infraestrutura de saneamento básico de Galiléia	195
Figura 150 - Sr. Adilson Ferreira, Encarregado de sistema da COPASA de Tumiritinga	196
Figura 151 - Infraestrutura de saneamento básico de Tumiritinga.....	197
Figura 152 - Sarjeta para escoamento de água pluvial em Conselheiro Pena	198
Figura 153 - Infraestrutura de saneamento básico de Conselheiro Pena.....	199
Figura 154 - Reciclagem de lixo informal em Santa Rita do Ituíto	200
Figura 155 - Infraestrutura de saneamento básico de Santa Rita do Ituíto	201
Figura 156 - Sarjeta para escoamento de água pluvial, Pocrane	202

Figura 157 - Caminhão compactador de lixo, Pocrane	203
Figura 158 - Infraestrutura de saneamento básico de Pocrane	203
Figura 159 - Central de Atendimento da COPASA em Mutum.....	205
Figura 160 - Infraestrutura de saneamento básico de Mutum	205
Figura 161 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Guilherme de Castro em Governador Valadares	207
Figura 162 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Adelânio Rodrigues em Galiléia.....	208
Figura 163 - Entrevista com a Agente Ambiental, Sra. Fabiana Fernandes, em Tumiritinga.....	209
Figura 164 - Fachada da Secretaria de Meio Ambiente em Conselheiro Pena	210
Figura 165 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Guilherme Antônio em Santa Rita do Ituíto.....	211
Figura 166 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Eduardo Vieira em Pocrane ..	212
Figura 167 - Secretário de Meio Ambiente em Mutum, Sr. Genilson Tadeu.....	213
Figura 168 - Centro de Referência de Assistência Social Central – CRAS, Governador Valadares	216
Figura 169 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Governador Valadares	217
Figura 170 - Unidade de atendimento do CRAS em Galiléia	218
Figura 171 - Fachada da Secretaria de Assistência Social de Galiléia.....	220
Figura 172 - Entrevista com a supervisora Sra. Marina Guimarães.....	221
Figura 173 - Fachada do CRAS de Conselheiro Pena.....	223
Figura 174 - Fachada do CREAS em Conselheiro Pena	224
Figura 175 - Fachada do CRAS de Santa Rita do Ituíto.....	226
Figura 176 - Coordenadora Sra. Dirleny Maria Paulina no CRAS de Santa Rita do Ituíto.....	227
Figura 177 - Fachada do CRAS no município de Pocrane.....	229
Figura 178 - Fachada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.....	231
Figura 179 - Entrevista com a gestora Sra. Eliz Regina da Silva.....	232
Figura 180 - Unidade de Atendimento do Conselho Tutelar de Pocrane.....	236
Figura 181 - Entrevista com a Conselheira Vera Lucia de Souza, Pocrane	236
Figura 182 - Sede do Conselho Tutelar de Santa Rita do Ituíto	237
Figura 183 - Entrevista da Assistente Social Cinthia Gomes com o Conselheiro Victor em Santa Rita do Ituíto	237

Figura 184 - Fachada do Conselho Tutelar de Governador Valadares.....	238
Figura 185 - Fachada do Conselho Tutelar de Conselheiro Pena	238
Figura 186 - Unidade do Conselho Tutelar de Mutum.....	239
Figura 187 - Entrevista com a Conselheira Luciene Calixto.....	239
Figura 188 - Fachada do Conselho Tutelar de Galiléia	240
Figura 189 - Agência do Correios, Santa Rita do Ituêto	241
Figura 190 - Torre de telefonia móvel e Antena de televisão no município de Tumiritinga	241
Figura 191 - Rádio Pocrane FM, em Pocrane	242
Figura 192 - Torre de telefonia no município de Conselheiro Pena.....	242
Figura 193 - Infraestruturas de Geração e Transmissão de Energia localizadas na AE.....	244
Figura 194 - Localização das áreas de expansão de Governador Valadares em relação à diretriz da LT	251
Figura 195 - Localização das áreas de expansão de Galiléia em relação à diretriz da LT	252
Figura 196 - Área de expansão no município de Galiléia	253
Figura 197 - Localização das áreas de expansão de Conselheiro Pena em relação à diretriz da LT	254
Figura 198 - Localização das áreas de expansão de Santa Rita do Ituêto em relação à diretriz da LT	255
Figura 199 - Localização das áreas de expansão de Pocrane em relação à diretriz da LT	256
Figura 200 - Localização das áreas de expansão de Mutum em relação à diretriz da LT	257
Figura 201 - Área de Expansão nas proximidades da MG 108 no município de Mutum	258
Figura 202 - Índice GINI dos municípios da AE (1991, 2000 e 2010).	259
Figura 203 - % de pessoas em domicílios sem energia elétrica na AE (1991-2010).	260
Figura 204 - Extremamente pobres localizados na AE em % (1991, 2000 e 2010).....	261
Figura 205 - % de pessoas com 25 anos ou mais com superior completo (1991 – 2010).....	262
Figura 206 - Expectativa de anos de estudo na AE (1991-2010).	263
Figura 207 - % de pessoas com 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis na AE (2000-2010).	264
Figura 208 - Localização da Terra Indígena mais próxima a LT	278
Figura 209 - Programas de Assentamento nos municípios em estudo.	280
Figura 210 - Principais vias de acesso à Linha de Transmissão SE Governador Valadares 6 / SE Mutum.....	285
Figura 211 - MG-108 Entrada da cidade de Mutum, via de acesso ao empreendimento.....	286

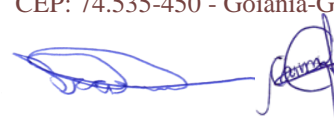


Figura 212 - Estrada vicinal de acesso ao empreendimento município de Pocrane.....	286
Figura 213 - MG-259 Via de acesso entre os municípios de Galiléia e Governador Valadares	287
Figura 214 - Povoados localizados em um buffer de 5km em torno do traçado da Linha de Transmissão.....	289
Figura 215 - Escola Municipal Algodão Doce, povoado Centenário, município de Mutum	292
Figura 216 - Posto de Saúde no Povoado de Centenário, município de Mutum.....	292
Figura 217 - Praça no Povoado de Açaraí, município de Pocrane	292
Figura 218 - Posto de Saúde no Povoado de Açaraí Município de Pocrane	292
Figura 219 - Igreja Católica no Povoado de Bueno, município de Conselheiro Pena	292
Figura 220 - Escola Municipal Francisco Candido no povoado Bueno, município de Conselheiro Pena	292
Figura 221 - Posto de Saúde no Povoado Barra do Cuieté município de Conselheiro Pena	293
Figura 222 - CMEI Edite de Vasconcelos, Povoado de Barra do Cuieté, município de Conselheiro Pena	293
Figura 223 - Escola Estadual São Vitor, no povoado de São Vitor, município de Governador Valadares	293
Figura 224 - Campo de Futebol no município de Governador Valadares, Povoado de São Vitor.....	293
Figura 225 - Povoado São Tomé do Rio Doce município de Tumiritinga.....	294
Figura 226 - Igreja Evangélica no povoado São Tomé do Rio Doce, município de Tumiritinga.....	294
Figura 227 - Igreja Católica no povoado de Santa Cruz, município de Galiléia.....	294
Figura 228 - Povoado Santa Cruz, município de Galiléia	294
Figura 229 - Amostra do Uso do solo na ADA da linha de transmissão.....	296
Figura 230 - Plantação de café, município de Santa Rita do Ituaçu.....	297
Figura 231 - Área de Pastagem em Mutum.....	297
Figura 232 - Plantação de Milho no município de Tumiritinga	298
Figura 233 - Criação de gado, Propriedade no município de Galiléia	298
Figura 234 - Travessia da LT no Rio Manhuaçu.....	299
Figura 235 - Povoado de Bueno, município de Conselheiro Pena	299
Figura 236 - Localização das sedes das propriedades diretamente afetadas pela Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2	301

Figura 237 - Contingente populacional da ADA da LT	309
Figura 238 - Faixa etária dos moradores da ADA da LT	309
Figura 239 - Proprietário Adesílio Rodrigues, 90 anos, Fazenda Estrela.....	310
Figura 240 - Situação da atenção à saúde nas propriedades da ADA	311
Figura 241 - Sede da Fazenda Panorama, da proprietária Sra. Ana Maria das Graças, município de Pocrane	312
Figura 242 - Fazenda Três Barras, de propriedade do Sr. Josué Andrade município de Conselheiro Pena	312
Figura 243 - Benfeitorias identificadas nas propriedades da ADA, porém fora da faixa de servidão.....	313
Figura 244 - Situação educacional dos proprietários rurais da ADA	314
Figura 245 - Situação educacional dos funcionários e moradores da ADA	315
Figura 246 - Van de Transporte escolar, município de Conselheiro Pena	316
Figura 247 - Sítio Azul do proprietário Aldir Xavier em Mutum	316
Figura 248 - Formas de abastecimento de água nas propriedades de transpostas pela LT	317
Figura 249 - Cisterna na propriedade do Sr. Cícero Mourim, município de Mutum	318
Figura 250 - Rio Doce	318
Figura 251 - Sistemas de Esgotamento sanitário utilizados nas propriedades da ADA.....	319
Figura 252 - Destino dos resíduos sólidos nas propriedades da ADA	319
Figura 253 - Esgoto a Céu aberto na Fazenda do Sr. Josué Andrade, município de Conselheiro Pena	320
Figura 254 - Meios de comunicação utilizados nas propriedades da ADA.....	322
Figura 255 - Antena parabólica na propriedade do Sr. José Pereira Sobrinho, município de Santa Rita do Ituíto	323
Figura 256 - Energia elétrica na propriedade do Sr. Roberto Carlos Melo, município de Governador Valadares	323
Figura 257 - Propriedades da ADA que desenvolvem pecuária e destino da produção.....	324
Figura 258 - Maquinário na propriedade do Sr. Sylvio Rodrigues, município de Galiléia.....	325
Figura 259 - Gado leiteiro na propriedade do Sr. Omero Bastos, município de Conselheiro Pena	325
Figura 260 - Represa para dessedentação animal, na propriedade do Sr. Varley Firmino no município de Pocrane	326
Figura 261 - Propriedades da ADA que desenvolvem agricultura e destino da produção	327

Figura 262 - Plantação de cana-de-açúcar, na propriedade de Eustáquio Domingos da Fazenda Pica Pau Amarelo	327
Figura 263 - Plantação de sorgo na propriedade de José Domingos, município de Conselheiro Pena	328
Figura 264 - Trator e outros maquinários na propriedade do Sr. Laurito Cardoso, município de Mutum	329
Figura 265 - Avaliação da importância do empreendimento na região.....	331
Figura 266 - Avaliação dos impactos negativos apontados pelos proprietários e moradores em relação a implantação da linha de transmissão	331

TABELAS

Tabela 1 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Governador Valadares...	22
Tabela 2 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Galiléia	24
Tabela 3 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Tumiritinga.....	26
Tabela 4 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Conselheiro Pena.....	27
Tabela 5 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Santa Rita do Ituêto	29
Tabela 6 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Pocrane	31
Tabela 7 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Mutum	32
Tabela 8 - Taxa de crescimento geométrico populacional dos municípios da AE 1991/2000 e 2000/2010	37
Tabela 9 - Densidade demográfica nos Censos Demográficos, municípios em estudo, Minas Gerais e Brasil (2010)	40
Tabela 10 - Taxa de atividade e taxa de desocupação por municípios entre 2000 e 2010	46
Tabela 11 - Uso do Solo da Área de Estudo por área e % nos municípios em estudo	51
Tabela 12 - Módulo fiscal rural dos municípios da AE.....	52
Tabela 13 - Quantidade de estabelecimentos rurais por tamanho (hectares) em cada município da AE	53
Tabela 14 - Dados de agricultura - principais produções por município de lavoura temporária e permanente (2017).....	56
Tabela 15 - Dados de pecuária - principais criações por município (2017).....	57
Tabela 16 - Percentual da cobertura e uso do solo em relação à área total do estado de Minas Gerais, por classes	61
Tabela 17 - Áreas destinadas à conservação e proteção da biodiversidade (Unidades de Conservação) nos municípios da AE.....	63
Tabela 18 - Plano Diretor Municipal na AE.....	68
Tabela 19 - Relação de Secretarias e Órgãos Públicos presentes nos municípios da AID.....	70
Tabela 20 - Produto interno bruto a preços correntes - PIB (R\$ MIL), 2016	79
Tabela 21 - Produto interno bruto per capita (R\$), 2016.....	79
Tabela 22 - Valor adicionado bruto a preços básicos (R\$ mil), 2016	80
Tabela 23 - Número de pessoas admitidas e demitidas na AE, por gênero (2018).....	81

Tabela 24 - Valor médio da renda mensal, por gênero, nos municípios da AE, 2010	81
Tabela 25 - Valor médio da renda mensal, por cor ou raça, nos municípios da AE, 2010	82
Tabela 26 - Quantidade de salários mínimos recebidos na AE (2018)	83
Tabela 27 - Faixa de Remuneração Média, por setor da economia, em salários mínimos (2018)	85
Tabela 28 - Tipo de vínculo empregatício do trabalhador (2017).....	86
Tabela 29 - Quantidade de estabelecimento, por setor da economia, nos municípios da AE (2017)	86
Tabela 30 - Tamanho dos estabelecimentos dos municípios da AE (2017).....	87
Tabela 31 - Quantidade e tipo de estabelecimento de Saúde por município da AE.....	90
Tabela 32 - Quantidade de consultórios de emergência e ambulatório existentes na AE (jan, 2019).....	92
Tabela 33 - Quantidade de leitos disponíveis na AE (jan, 2019)	92
Tabela 34 - Profissionais de nível superior dedicados à saúde nos municípios da AE	93
Tabela 35 - Número de procedimentos hospitalares por local de residência e local de internação nos municípios da AE.....	94
Tabela 36 - Principais causas de internações por especialidade e local de internação.....	94
Tabela 37 - Coeficiente de Mortalidade por principais causas nos municípios da AE (por 100.000 habitantes).....	95
Tabela 38 - Situação de infestação com Arboviroses nos municípios da Área de Estudo	97
Tabela 39 - Ocorrência de AIDS/por 100.000 habitantes nos municípios da Área de Estudo....	100
Tabela 40 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica	103
Tabela 41 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica	105
Tabela 42 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica	108
Tabela 43 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica	110
Tabela 44 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica	112
Tabela 45 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica	114
Tabela 46 - Aeródromo localizado em município da Área de Estudo.....	120
Tabela 47 - Frota de Veículos da AE por categoria	124
Tabela 48 - Taxa de acidentalidade no trânsito (por 100.000 habitantes) nos municípios da AE (2009)	124
Tabela 49 - Principais rodovias de acesso aos municípios da AE que aparecem no Ranking das 15 vias com os maiores quantitativos de vítima fatais ou graves em acidentes de trânsito em Minas Gerais.....	125

Tabela 50 - Infraestrutura de Segurança Pública dos municípios em estudo (2018)	126
Tabela 51 - Número de roubos consumados por município da AE entre 2012 e 2018.....	127
Tabela 52 - Número de furtos consumados por município da AE entre 2012 e 2018.....	128
Tabela 53 - Número de registros de lesão corporal por município da AE entre 2012 e 2018.....	128
Tabela 54 - Número de estupro consumados por município da AE entre 2012 e 2018.....	129
Tabela 55 - Número de sequestro e cárcere consumados por município da AE entre 2012 e 2018	129
Tabela 56 - Número de homicídios consumados por município da AE entre 2012 e 2018	129
Tabela 57 - Número de matrículas nos municípios da AE.....	139
Tabela 58 - Número de Docentes em atividade na AE por localização e dependência administrativa (2017)	140
Tabela 59 - Número total de escolas por modalidade de ensino (2010-2018)	140
Tabela 60 - Número de salas de aula existentes na AE (2009)	141
Tabela 61 - Porcentagem das sedes municipais que possuem planos municipais de saneamento básico nos territórios de desenvolvimento que abrangem os municípios da AE.....	187
Tabela 62 - Acesso aos serviços de coleta seletiva e sistema de esgotamento sanitário nos territórios de desenvolvimento que abrangem os municípios deste AE.....	188
Tabela 63 - % da população com acesso à água encanada e coleta de lixo por municípios da AE (1991, 2000 e 2010).....	188
Tabela 64 - Mananciais e sistema de abastecimento por município da AE (2015).....	189
Tabela 65 - Sistema de captação de água de manancial superficial, subterrâneo ou integrado em Minas Gerais, 2017.....	190
Tabela 66 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Governador Valadares	192
Tabela 67 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Galiléia.....	194
Tabela 68 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Tumiritinga.....	196
Tabela 69 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Conselheiro Pena	198
Tabela 70 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Santa Rita do Ituêto	200

Tabela 71 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Mutum	204
Tabela 72 - Relação de atividades do CRAS/2018 – Governador Valadares	215
Tabela 73 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Galiléia	219
Tabela 74 - Relação de atividades do CRAS/2018 – Tumiritinga	222
Tabela 75 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Conselheiro Pena.....	225
Tabela 76 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Santa Rita do Ituíto	228
Tabela 77 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Pocrane	230
Tabela 78 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Mutum	233
Tabela 79 - Infraestrutura e atuação do Conselho Tutelar dos Municípios da AID em 2017	234
Tabela 80 - Prestadoras de telefonia móvel nas sedes municipais da AID/2018	240
Tabela 81 - Unidades Geradoras de Energia Elétrica localizadas na AE.....	246
Tabela 82 - Subestações de energia elétrica presentes nos municípios da AE.....	247
Tabela 83 - Linhas de transmissão de energia nos municípios da AE.	247
Tabela 84 - % da população em domicílios com energia elétrica por municípios da AE (1991, 2000 e 2010).	248
Tabela 85 - Consumo total de energia elétrica por setor da economia e total de consumidores por unidade (2013-2017).	248
Tabela 86 - Arrecadação do ICMS, segundo produção e distribuição de energia elétrica em Minas Gerais - 2011-2017 (R\$ mil)	249
Tabela 87 - Sítios Arqueológicos cadastrados nos municípios da AE	275
Tabela 88 - Terra Indígena localizada na área de estudo.	277
Tabela 89 - Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária localizados em municípios da AE.....	279
Tabela 90 - Relação de aglomerados rurais num buffer de 5kmda Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2.....	290
Tabela 91 - Relação de proprietários que serão afetados pela LT 500KV SE Governador Valadares 6 / SE Mutum, C2.....	302
Tabela 92 - Módulo Fiscal das Propriedades afetadas	308
Tabela 93 - Propriedades que apresentam cruzamento de empreendimentos lineares em suas terras	321

7 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

7.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

7.3.1 Aspectos metodológicos

Apresenta-se aqui um conjunto de dados do meio socioeconômico, que foram levantados a partir de dois recortes geográficos: Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Estudo (AE), com a finalidade de compreender o entorno do empreendimento, bem como suas regiões de influência. Foram levantados dados primários e secundários, além da espacialização de bases cartográficas.

A análise socioeconômica torna-se importante dentro dos estudos ambientais pois por meio dela é possível explicitar aspectos básicos das relações de reprodução econômica e social entre a população do entorno e o ambiente físico e biótico. É possível ainda correlacionar as formas de exploração dos recursos naturais e sua importância para a articulação econômica e social local. Ao se ampliar os conhecimentos socioeconômicos desse entorno, é prudente apontar os principais pontos críticos da área e propor alternativas e políticas estruturais para gerenciamento de aspectos considerados problemáticos e que necessitarão de ser solucionados. Pode ser ressaltado ainda as formas de uso dos recursos locais consideradas positivas, objetivando uma equilibrada interação entre agentes socioeconômicos e o meio físico natural.

Para o estudo socioeconômico, no que diz respeito às comunidades tradicionais, foi realizada, primeiramente, consulta em bases cartográficas oficiais, com objetivo de identificar possíveis comunidades sensíveis e/ou tradicionais na Área de Estudo e na Área Diretamente Afetada do empreendimento, que pudessem, de alguma forma ser impactadas.

Para consolidação do diagnóstico socioeconômico, os dados foram coletados por meio de análise dos dados disponíveis por meio de diferentes bases cartográficas, oficiais, como Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também foram acessadas as seguintes bases de dados:

- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir do qual foram considerados para análise dados do Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010, censo agropecuário de 2017 e também, o produto denominado de Região de Influência das Cidades – REGIC;

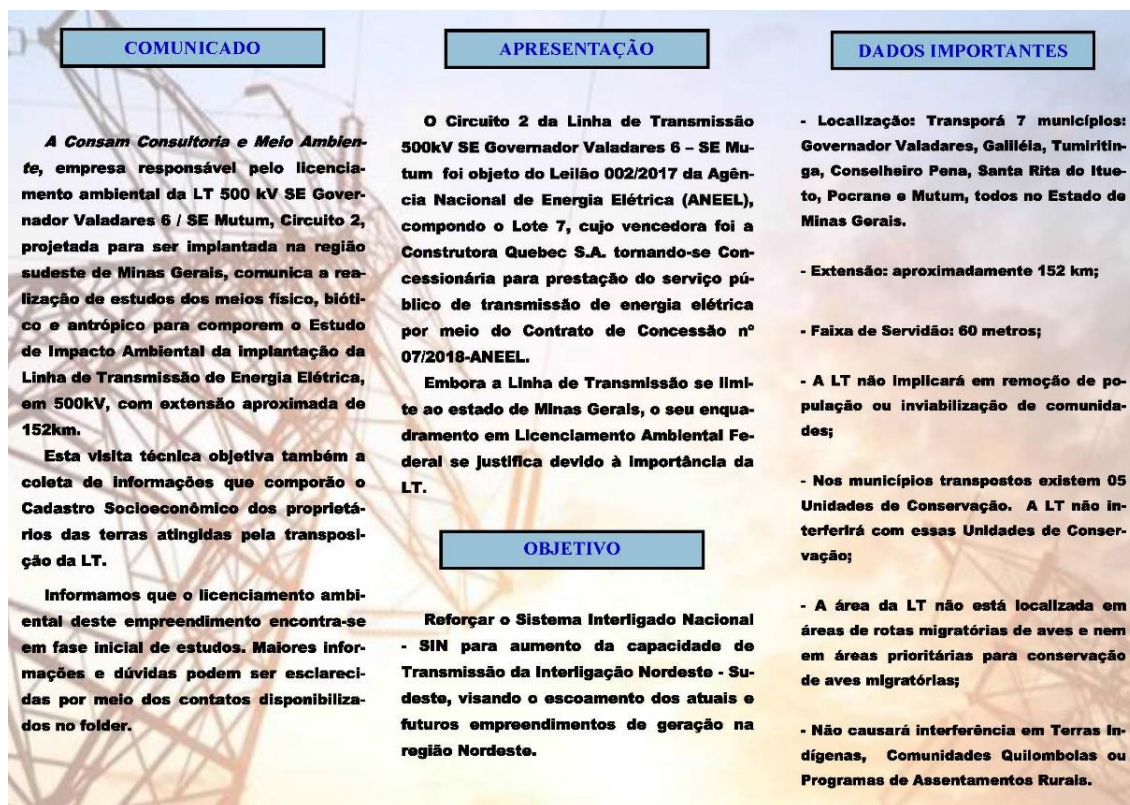
- O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT a partir da qual foi considerada para análise a infraestrutura viária dos municípios bem como o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN;
- O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a partir da qual foi considerada para análise variáveis da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, bem como o Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED);
- O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a partir do qual foram levantados dados referentes a questão agrária no Brasil;
- O DATASUS, que é o departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, onde foram levantados dados referente à saúde e mortalidade vinculados ao Ministério da Saúde e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e também referente a saúde e casos endêmicos através da plataforma SES - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;
- O Banco Central do Brasil que através da ESTBAN – Estatística Bancária Mensal por Município organiza dados referentes a agências bancárias e o fluxo financeiro nos municípios;
- O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a partir do qual se tem acesso ao Censo Escolar da Educação Básica 2018;
- A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel que disponibiliza dados de geração e transmissão de energia através do Banco de Informações de Geração (BIG);
- Os dados de mananciais e abastecimento público de água são disponibilizados no Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água, organizado pela Agência Nacional de Águas;
- A Fundação João Pinheiros, que apresenta base de dados oficial do estado de Minas Gerais, sendo esta referência para dados socioeconômicos e conjuntura econômica regional;
- A Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG apresenta levantamento estatístico de segurança pública com número de registros de crimes violentos totais e por tipo, além de transparência nos investimentos públicos nesta área;
- Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) – apresenta banco de dados referente a rádios licenciadas, canais de TV, operadoras de serviço móvel por municípios;
- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) – dados de aeródromos públicos e privados, por municípios.

A identificação das propriedades afetadas (Área Diretamente Afetada) foi realizada, inicialmente, por meio de identificação em mapa georreferenciado, utilizando como base o arquivo do Cadastramento Ambiental Rural, não se limitando à ele. Em campo, esses dados foram conferidos e as propriedades diretamente afetadas pela diretriz foram localizadas, identificadas e caracterizadas por meio da aplicação de questionário pré-estruturado (Volume 4 – Tomo IV, Anexo 47). Durante a incursão de campo também foram identificados e mapeados povoados e comunidades rurais afetados, direta ou indiretamente, pelo empreendimento, as estradas e demais estruturas e infraestruturas porventura afetadas.

Foram executadas também ações iniciais do Programa de Comunicação Social, que visa a disponibilização contínua de informações e a criação de canais e ferramentas de comunicação para o diálogo entre o empreendedor e a sociedade, principalmente a diretamente afetada pela obra em suas diferentes fases. Para essa fase inicial utilizou-se como instrumento de comunicação a disponibilização de folder, com esclarecimentos à população sobre o Projeto, como um comunicado sobre o início dos trabalhos, o objetivo, a finalidade, identificação e dados do empreendedor, do empreendimento e da empresa de consultoria ambiental, bem como um contato telefônico para esclarecimento de dúvidas. (Figuras 1 e 2).



Figura 1 - Folder utilizado no Programa de Comunicação Social – capa, contracapa e interna 4



COMUNICADO

A Consam Consultoria e Meio Ambiente, empresa responsável pelo licenciamento ambiental da LT 500 kV SE Governador Valadares 6 / SE Mutum, Circuito 2, projetada para ser implantada na região sudeste de Minas Gerais, comunica a realização de estudos dos meios físico, biótico e antrópico para comporem o Estudo de Impacto Ambiental da implantação da Linha de Transmissão de Energia Elétrica, em 500kV, com extensão aproximada de 152km.

Esta visita técnica objetiva também a coleta de informações que comporão o Cadastro Socioeconômico dos proprietários das terras atingidas pela transposição da LT.

Informamos que o licenciamento ambiental deste empreendimento encontra-se em fase inicial de estudos. Maiores informações e dúvidas podem ser esclarecidas por meio dos contatos disponibilizados no folder.

APRESENTAÇÃO

O Circuito 2 da Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum foi objeto do Leilão 002/2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), compondo o Lote 7, cujo vencedora foi a Construtora Quebec S.A. tomando-se Concessionária para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica por meio do Contrato de Concessão nº 07/2018-ANEEL.

Embora a Linha de Transmissão se limite ao estado de Minas Gerais, o seu enquadramento em Licenciamento Ambiental Federal se justifica devido à importância da LT.

OBJETIVO

Reforçar o Sistema Interligado Nacional - SIN para aumento da capacidade de Transmissão da Interligação Nordeste - Sudeste, visando o escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração na região Nordeste.

DADOS IMPORTANTES

- Localização: Transporá 7 municípios: Governador Valadares, Galliléia, Tumiritinga, Conselheiro Pena, Santa Rita do Ituto, Pocrane e Mutum, todos no Estado de Minas Gerais.
- Extensão: aproximadamente 152 km;
- Faixa de Servidão: 60 metros;
- A LT não implicará em remoção de população ou inviabilização de comunidades;
- Nos municípios transpostos existem 05 Unidades de Conservação. A LT não interferirá com essas Unidades de Conservação;
- A área da LT não está localizada em áreas de rotas migratórias de aves e nem em áreas prioritárias para conservação de aves migratórias;
- Não causará interferência em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou Programas de Assentamentos Rurais.

Figura 2 - Folder utilizado no Programa de Comunicação Social – interna 1, 2 e 3

Dessa forma, além de caracterizar a ADA e a AE do empreendimento, foi possível a análise de muitos elementos socioeconômicos da escala local para a escala regional. Os resultados seguem apresentados em seis eixos, sendo eles:

- Caracterização territorial e inserção regional dos municípios da Área de Estudo;
- Características Populacionais;
- Uso e Ocupação do Solo;
- Aspectos Econômicos;
- Infraestrutura, Serviços Públicos e Vulnerabilidades;
- Patrimônios Históricos e Culturais e Arqueológicos;
- Comunidades Tradicionais; e,
- Área Diretamente Afetada.

Ressalta-se que o Diagnóstico do Meio Socioeconômico versa, principalmente, sobre variáveis das dimensões econômicas, sociais e demográficas dos municípios atingidos direta e indiretamente pelo empreendimento, sendo considerado com maior detalhe aqueles aspectos que

levem à análise dos efeitos e suas consequências. Este é um componente fundamental para a realização da Avaliação de Impacto Ambiental.

7.3.2 Caracterização territorial e inserção regional dos municípios da Área de Estudo

Neste eixo são identificados e localizados os municípios em estudo (Figura 3) a partir das regionalizações mais utilizadas do território mineiro, disponibilizadas por órgãos oficiais e incorporadas por setores do planejamento. Tais regionalizações foram elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com IBGE Cidades (2017), a extensão territorial dos municípios em estudo são as seguintes:

- Governador Valadares (2.342,325km²);
- Tumiritinga (500,073km²);
- Galiléia (720,355km²);
- Conselheiro Pena (1.483,884km²);
- Santa Rita do Ituêto (485,081km²);
- Pocrane (691,066km²); e,
- Mutum (1.250,824 km²).

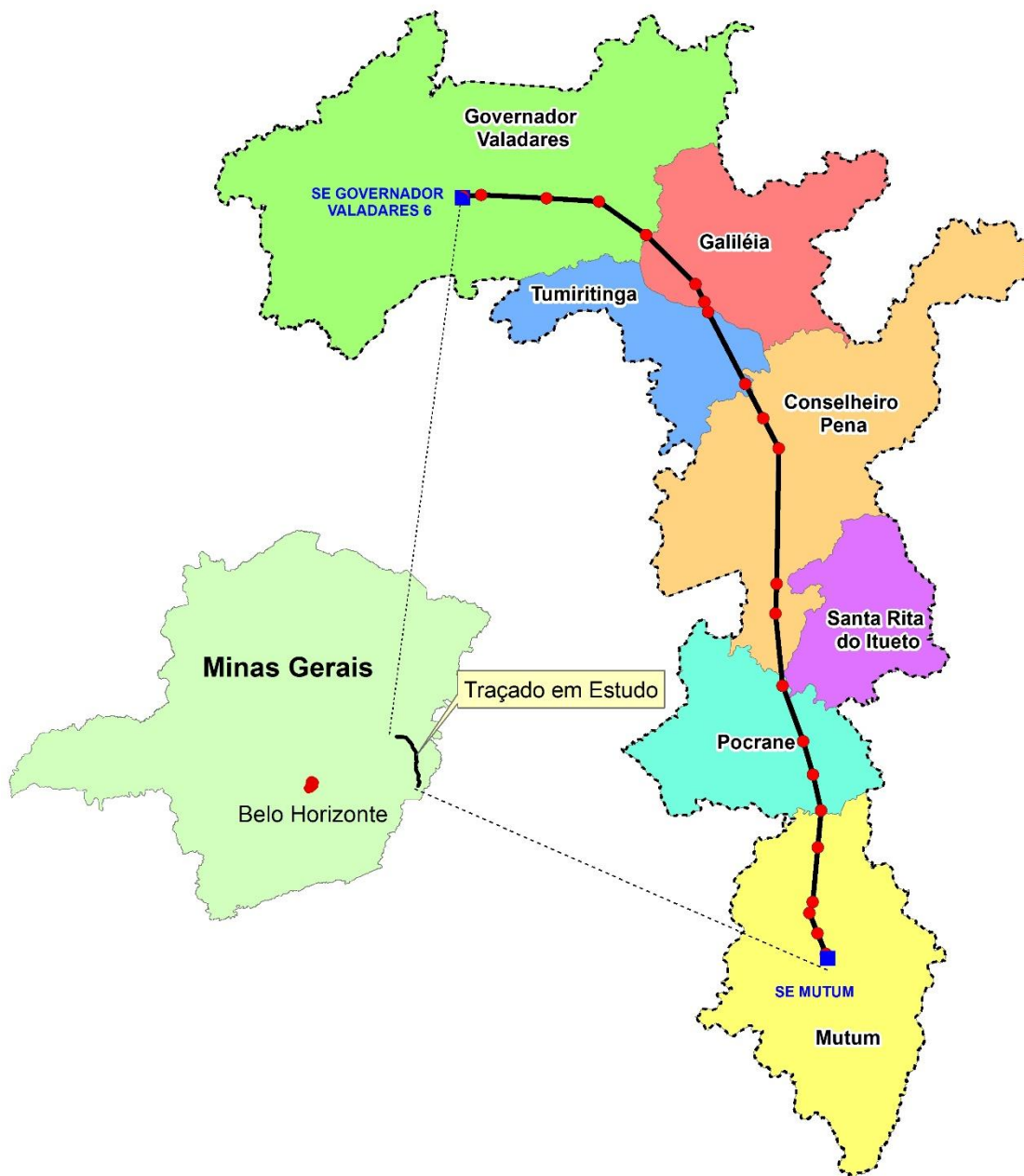


Figura 3 - Inserção da LT nos municípios da Área de Estudo

Referente ao contexto de formação dos municípios que compõem a área de estudo foi possível elaborar um breve histórico de formação territorial a partir da Enciclopédia dos municípios brasileiros, disponibilizado na biblioteca virtual do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. A ocupação e formação do município **Governador Valadares** se deu a partir do Rio Doce. A partir dessa primeira penetração, a referência mais remota ligada ao território do município é a da criação, pela Carta Régia de 13 de maio de 1808, das seis primeiras divisões

militares do rio Doce, com o fim de conter os indígenas botocudos que ali viviam. Uma dessas divisões situou-se no local que veio a ser chamado Pôrto de D. Manoel. O arraial foi elevado à categoria de distrito, com o nome de Santo Antônio da Figueira, subordinado ao município de Peçanha, em 1923 passou o distrito a denominar-se Figueira, sendo desmembrada uma parte do seu território, para constituição do recém-criado distrito de Chonim. Da elevação de Figueira à categoria de município passou o mesmo a constituir-se dos distritos de Figueira, Brejaubinha, Chonim e Naque. Em 1938, foi criado o distrito de São Félix (hoje Felicina) com território desmembrado do distrito de Naque, mudando-se para Governador Valadares a antiga denominação do município.

Em 1943 foram desmembrados os distritos de Naque e Felicina, para entrarem na constituição do novo município de Açucena. Em 1948, foi criado o distrito de Alpercatas, com território desmembrado do distrito da sede; e em 1953 foram criados os novos distritos de Alto Santa Helena, Baguari e São Victor, com territórios desmembrados do distrito da sede; Penha do Cassiano e São José de Tranqueiras, desmembrados do distrito de Brejaubinha; Vila Matias, desmembrado do distrito de Chonim e Derribadinha, do de Alpercatas. Ao ser criado, o município de Governador Valadares permaneceu como êrmo anexo à comarca de Peçanha, até que, pelo Decreto-lei n.º 148, de 17 de dezembro de 1938 teve sua elevação à categoria de comarca passando, a partir de 1944, a ter como têrmo anexo o município de Conselheiro Pena, recentemente criado. Atualmente o município de Governador Valadares é composto pelos distritos: Alto de Santa Helena, Baguari, Brejaubinha, Chonin, Chonin de baixo, Derribadinha, Goiabal, Penha do Cassiano, Santo Antônio do Pontal, São José do Itapinoã e São Vitor. Governador Valadares situa-se na Zona do Rio Doce do Estado de Minas Gerais. O seu território é banhado pelo rio que dá nome à zona e ainda pelos seus tributários Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno, rio Tranqueiras e rio Corrente. Sua área é de 2.342,325 km² e sua sede municipal, situada a 166 m de altitude, tem a sua fisionomia fortemente marcada por altaneiro acidente geográfico que lhe fica fronteiro, na margem oposta do rio, e denominado Pico de Ibituruna, o qual se eleva a cerca de 965 metros acima do nível do mar. Dista da Capital do Estado, 321 km pela BR 381, além da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que põe a cidade em comunicação direta com as capitais de Minas e Espírito Santo, está ela também incluída na linha de transportes constituída pela rodovia Rio-Bahia.

Apresenta característica de grande centro urbano com sua variada atividade econômica e por isso mantém grande contingente de trabalhadores na indústria extrativa, na indústria de transformação, no comércio de mercadorias, na prestação de serviços e nos transportes, e a

agricultura, que graças à grande fertilidade de seu solo e às suas riquezas naturais, impulsionou o município em pouco tempo pela sua produção agrícola e pecuária. Como consequência da expansão demográfica, resultado da vinda de correntes humanas das mais variadas procedências, atraídas por interesses econômicos de toda ordem, a cidade cresceu não só no alargamento de sua área de edificações, mas também no desenvolvimento de sua atividade econômica, como centro Industrial de apreciável importância, e movimentado entreposto comercial de toda a Zona do Rio Doce, em intenso intercâmbio com as praças de Belo Horizonte.

O município de **Galiléia** tem o início de povoamento do território de época relativamente recente. José Pereira Sete e Antônio Alves da Rocha, em 1925 e 1926, respectivamente, tomaram posse de terras devolutas na região, o primeiro na barra de um córrego posteriormente denominado São Tomé; o segundo distante daquele uns 12 quilômetros. Em 12 de dezembro de 1926, pelo Vigário de Cuieté Velho, padre André Colin, foi celebrada a primeira missa, na casa de José Pereira Sete, resolvendo este, na mesma ocasião, doar o terreno necessário à constituição do patrimônio do futuro povoado, o qual recebeu o nome de São Tomé, pertencente ao distrito de Igreja Nova, do município de Itambacuri. Criado o município de Conselheiro Pena, pelo Decreto-lei n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, foi o povoado de São Tomé elevado a distrito e a ele incorporado. Pelo Decreto-lei n.º 1 058, de 31 de dezembro de 1943, e tendo em vista dispositivo de lei federal que determina a supressão das duplicatas de topônimos no território do país, foi o nome do distrito mudado para Moscovita, alusão feita a essa variedade de mica, ocorrente na região. O nome não agradou a população que, em 1948, ao ser elevado à categoria de município, pela Lei n.º 336 de 27 de dezembro, recebe o nome de Galiléia, incorporando em seu território os distritos de Sapucaia do Norte (ex-Sapucaia) e São Geraldo do Baixo, criado pela mesma lei. Pela Lei n.º 1 039, de 12 de dezembro de 1953, teve o município alterada a sua constituição, com a criação de dois novos distritos - Central de Santa Helena e Divino das Laranjeiras, ambos desmembrados do território do distrito de Sapucaia do Norte. Ao ser criado em 1948, ficou o município subordinado à comarca de Conselheiro Pena, sendo elevado a comarca pela Lei n.º 1.039, de 31 de dezembro de 1953. Hoje conta com dois distritos denominados Sapucaia do Norte criado em 1948 e Santa Cruz de Galiléia criado em 2006.

Galiléia situa-se na Zona do Rio Doce do Estado de Minas Gerais. O território é geralmente plano, com algumas elevações, sendo banhado, de norte a sul, pelo ribeirão Laranjeiras, que deságua no rio Doce. É formado em toda sua extensão pelas melhores qualidades de terras de cultura e criação, com reservas florestais e riquezas minerais de imediato aproveitamento

econômico. Conquanto exploradas simultaneamente a agricultura e a pecuária, como é típico da economia mineira, tem a segunda maior preponderância, com a criação de preferência de bovinos e suínos, e constitui principal elemento no comércio exportador do município, que exporta também madeiras, mica, escórias de berilo e pedras semipreciosas. Sua sede está a 748 m de altitude e eista da Capital do Estado 384km, via BR 381.

Quanto ao contexto do formação do município de **Tumiritinga** temos que até 1910, a área da sede era pastos de fazenda do coronel Xandoca; em 1911, passando pelo local a Estrada de Ferro Vitória-Minas, estabeleceu-se aí uma parada, com o competente "pé-de-estribo". Trabalhadores da ferrovia em construção fixaram-se em torno a este núcleo que recebeu o nome de "Parada da Cachoeirinha"; topônimo dado pela existência de pequena queda do rio Doce, nas proximidades. Além dos trabalhadores da ferrovia, alguns agregados do fazendeiro, antigo proprietário dos terrenos, e outras famílias vindas de localidades próximas começaram, para suas compras, a procurar Cachoeirinha, onde já se estabelecera um Sr. Romero de tal, com o comércio de gêneros e tecidos grosseiros; tal foi o início do núcleo que em 1922, já contava com três estabelecimentos comerciais e aproximadamente 65 famílias residentes. Em 1934, o povoado já apresentava certa importância e passou a constituir-se em parte administrativa do município de Itanhomi, criado em 1923. Quatro anos mais tarde, foi elevado à categoria de distrito, subordinado ao município de Tarumirim (nessa mesma época, o município de Itanhomi retornava à categoria de distrito). Em 1943 Cachoeirinha passou a denominar-se Tumiritinga, elevado a município em 1948. De 1911 a 1943, a extração de madeira para dormentes da via férrea e mesmo para outros fins foi a principal atividade econômica que deu força ao progresso sempre crescente do antigo povoado de Cachoeirinha, bem como outras atividades surgiram e também tiveram importância decisiva nesse desenvolvimento, tais como a agricultura e a pecuária que logo foi se tornando a principal atividade econômica. Tumiritinga conta com o distrito de São Geraldo de Tumiritinga criado em 1953. O município localiza-se na Zona do Rio Doce, em terrenos planos em sua grande maioria o que também favoreceu a agropecuária na região. A área do município é de 500,073 km² e sendo que sua sede dista 376 km da capital Belo Horizonte pela BR 381.

A região onde hoje se localiza o Município de **Conselheiro Pena** era habitada por índios da tribo dos Aimorés, aldeados nos sítios de "Aldeia" e "Cuparaque", topônimos ainda hoje existentes. O primeiro nome do local onde se acha a sede foi "Lajão", em virtude de uma extensa laje de pedra ficar a descoberto, à margem direita do Rio Doce, nas épocas de descida do nível fluvial. Era essa grande pedra marca para os que, navegando o Rio Doce, vinham do Espírito Santo

para o interior. Em 1910, com a chegada da Estrada de Ferro Vitória-Minas, estabeleceu-se a estação do Lajão. A partir dessa época, houve maior afluxo de moradores, uns atraídos pelas pedras semipreciosas abundantes no local, outros pela qualidade das terras de fácil aquisição. Assim, iniciou-se uma nova fase no povoado, cuja vida econômica passou a girar em torno da agricultura, com boas safras de arroz, milho e feijão. De aproximadamente 1947 para cá, fatores climáticos e econômicos levaram paulatinamente a população ao abandono quase total da agricultura, passando à pecuária leiteira e de corte, cuja exportação se está constituindo na primeira fonte econômica do município.

O topônimo "Lajão" perdurou até 1938 quando a Vila foi elevada à cidade, com a criação do Município, na mesma data, ambos, sede e município, recebendo o nome de Conselheiro Pena, em justa homenagem ao estadista mineiro. Além disso, conta hoje os seguintes distritos: Barra do Cuieté, Bueno, Cuieté Velho, Ferruginha e Penha do Norte. Conselheiro Pena situa-se na Zona do Rio Doce e sua área é de 1.483,884 km². A sede municipal, situada a 125 m de altitude, dista 411 km² da Capital do Estado via BR 381. É também servido pela Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Já relativo a área ocupada pelo atual município de **Santa Rita do Ituêto** era ocupada, até o começo do século XX, pelos índios botocudos e puris. Em 1911, chega à localidade um grupo de exploradores que descobrem as terras férteis da região, conquistando o território dos indígenas. Os primeiros exploradores vieram da região do Córrego Água Limpa, localizado no atual Município de Santa Rita do Ituêto. Partindo do Córrego Água Limpa, os componentes do grupo atravessaram o Córrego Pião e daí chegaram ao topo da pedreira do Paredão, de onde vislumbraram o panorama das matas de Santa Rita do Ituêto, e do alto da pedreira fizeram a divisão de suas glebas. Na década de 1920, é introduzido o cultivo do café, incentivando o povoamento.

O distrito foi criado pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, no termo do município de Resplendor. O município foi criado pela Lei nº 2.764, de 30 de Dezembro de 1962, com território desmembrado do Município de Resplendor. Na ocasião de sua criação, o Município de Santa Rita do Ituêto era composto por um único distrito. Posteriormente pela Lei nº 6.769, de 13 de maio de 1976, foi criado o Distrito de São José do Ituêto. Em 29 de Novembro de 2002, foi criado o Distrito de Alto Pião. Atualmente, o município é composto por 03 distritos: Santa Rita do Ituêto (sede), São José do Ituêto e Alto Pião. Santa Rita do Ituêto pertence à bacia do rio Doce, sendo banhada por rios como o rio Manhuaçu, o rio Ituêto, o córrego da Aparecida e o ribeirão Itueta. A altitude no município varia de 315 metros, na foz do rio Ituêto, a 1159 metros na Serra da Onça. Sua sede dista 440 km² da Capital do Estado, via BR 381.

A história de ocupação do território do atual município de **Pocrane** remete a vinda de Manoel Antônio de Souza, em 1843, pelo rio Manhuaçu e subindo o rio José Pedro até alcançar o ribeiro de Pocrane, quando então marcou posse das terras, atingindo o território dos índios Pocrane e sua tribo. O território de Pocrane, como era conhecida a região, passou a constituir freguesia paroquial em 1879, pertencendo a Vermelho Novo da Paróquia de Ponte Nova. Em 1880, recebeu a categoria de distrito policial, pertencendo ao município de São Lourenço do Manhuaçu, de que se desmembrou em 1890, pelo Decreto-lei estadual nº 171, art. 2.0. Foi criado, então, o distrito de Nossa Senhora da Penha do Pocrane - em honra à padroeira do lugar e em homenagem ao índio que iniciara a colonização, passando a fazer parte do novo município de São João do Caratinga. Já em 1891, pelo Decreto-lei nº 418, foi o distrito de Nossa Senhora da Penha do Pocrane transferido para o município de São Lourenço do Manhuaçu, tendo sido instalado em 1892. Até 1893, o distrito foi administrado pela forma de Conselho Administrativo Distrital, regime extinto pelo Decreto-lei estadual n.0 373, passando, então, a ser governado pela Câmara Municipal de Manhuaçu, até seu desmembramento para, com as terras do contestado entre Minas e Espírito Santo, integrar o município de Rio José Pedro. Nesta época, seu nome foi alterado para Pocrane, pela Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911. Mais uma vez, pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, houve modificação na denominação para POCRANE, até hoje conservado. Em 1948, pelo Decreto-lei nº 336, de 27 de dezembro, criou-se o município de Pocrane, constituído dos distritos de Pocrane e Assaraí, desmembrados do município de Ipanema e do distrito de Barra do Figueira.

Situa-se o município na Zona do Rio Doce do Estado de Minas Gerais. O aspecto geral do seu território é montanhoso. A situação do município oferece-nos dois aspectos: o baixo e o alto município. Na parte baixa predominam as lavouras, algumas com mecanização já iniciada e ali se situam as melhores pastagens. Na parte alta, predomina a lavoura cafeeira. Sua área é de 691,066 km². A sede municipal, situada a 242 m de altitude, dista 408 km² da Capital do Estado via BR 262. Dada sua localização, entre montanhas, há dificuldade de acesso ao município, o que em parte prejudica um progresso mais intenso.

De acordo com a tradição local, a região em que se encontra o atual município de **Mutum** teria sido primeiramente ocupada pelo chefe indígena Pocrane. Em 1860, parte dessas terras foi doada pelo Governador da Província de Minas Gerais ao alferes Francisco Inácio Fernandes Leão, que, visitando-as, foi ter a uma povoação já extinta, presumivelmente de índios, situada à margem do rio. Nesse local fez o alferes Francisco Inácio, em janeiro de 1882, doação de uma gleba de

cerca de 20 alqueires para "O Café", inspirado na lavoura cafeeiro municipal o patrimônio de uma capela que seria erigida em honra a São Manoel, sendo aí celebrada na mesma ocasião a primeira missa, em uma casa rústica, pelo padre João Fluentes, Vigário de São Simão do Manhuaçu. A povoação, que ali se formou, recebeu o nome de São Manoel, seguido do atributivo "do Mutum", nome de um pássaro abundante na região. Pela Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, foi o povoado elevada à categoria de distrito, pertencente ao município de Rio José Pedro, hoje Ipanema. Situado o distrito em território contestado com o vizinho Estado do Espírito Santo, foi elevado a município em 1912, passando entretanto à jurisdição do Estado de Minas Gerais. A criação do município foi confirmada pela Lei mineira nº 673, de 5 de setembro de 1916, ficando o município de São Manoel do Mutum constituído de três distritos, isto é, o da sede e os de Bom Jardim e São Sebastião do Ocidente. Pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, foram criados mais dois distritos, sendo o de Centenário formado com parte do território do distrito de São Manoel do Mutum e o de São Francisco do Humaitá, com território desmembrado do distrito de Roseiral, antigo Bom Jardim. Pela Lei nº 893, de 10 de setembro de 1925, foi a sede municipal elevada à categoria de cidade, que teve posteriormente o seu nome simplificado para Mutum, nos termos do Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Sendo assim, o município possui hoje 6 distritos: Sede, Ocidente, Roseiral, Centenário, Humaitá e Imbiruçu, 4 povoados; Santa Rita, Santa Maria, Santa Efigênia, Lajinha do Mutum e 54 comunidades.

Mutum situa-se o município na Zona do Rio Doce do Estado de Minas Gerais. Sua área é de 1.250,824 km². A sede municipal, situada a 250 m de altitude, dista da Capital do Estado 389 km via BR 262. O município de Mutum é banhado por dois rios principais que são o Mutum e o São Manoel, que com seus vários afluentes irrigam abundantemente o território, determinando a sua grande fertilidade, com resultados benéficos para as atividades agrícolas, principalmente na cultura do café, além de outras culturas de significação econômica também importante, tais como o milho, a cana-de-açúcar e o feijão. O município dedica-se também à pecuária, com predominância na criação de bovinos e suínos.

O IBGE subdivide o Estado de Minas Gerais em doze mesorregiões, que são: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, Zona da Mata. Todas as sedes municipais e recortes geográficos da AE se localizam na mesorregião Vale do Rio Doce (Figura 4), correspondente a porção leste do estado de Minas Gerais.

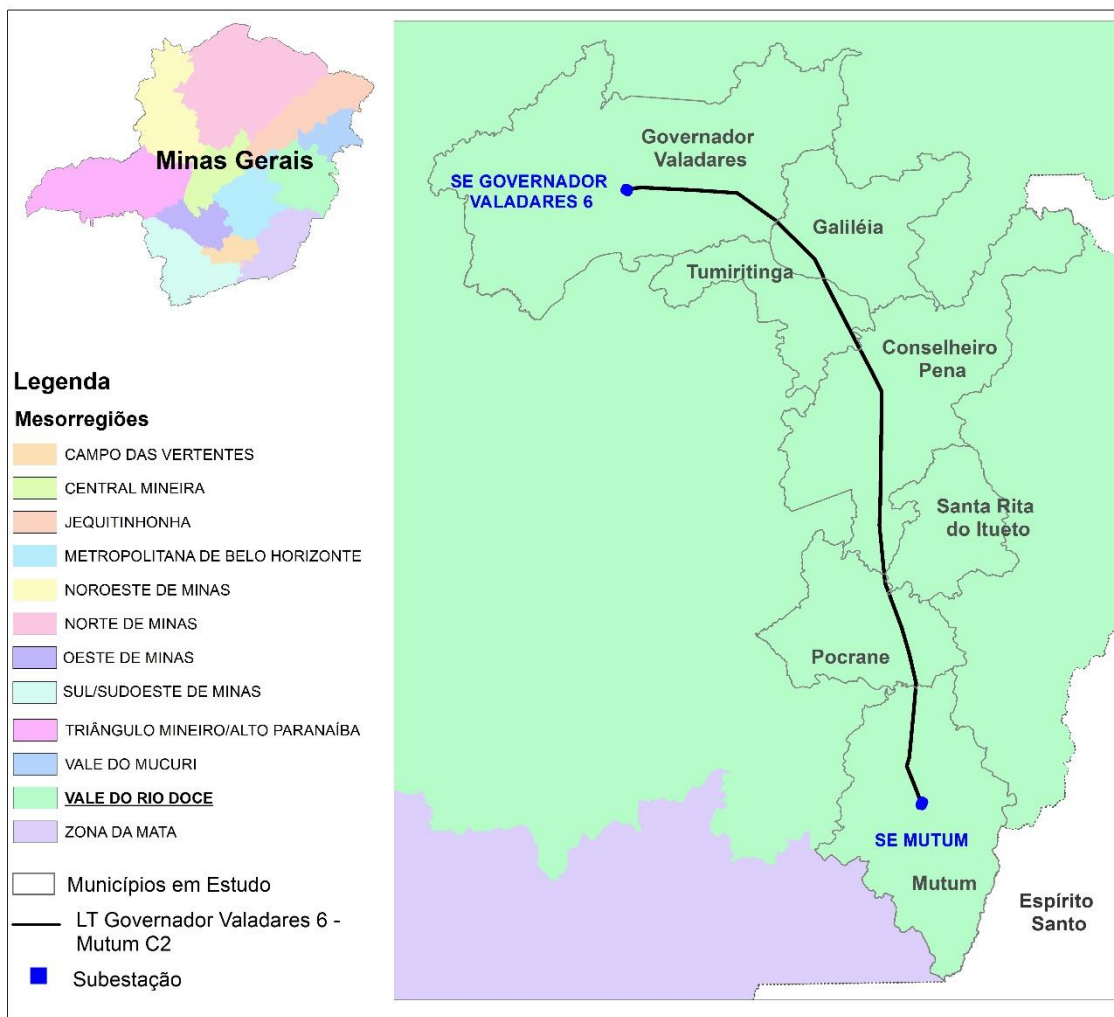


Figura 4 - Localização na AE junto às Mesorregiões de Minas Gerais

Com relação às microrregiões, o Estado de Minas Gerais foi dividido pelo IBGE em 66 Microrregiões Geográficas – esse agrupamento leva em consideração as mesorregiões e foi caracterizada como um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características comuns seja do quadro natural, da organização da produção e de suas integrações. Os municípios da AE se localizam em 2 (duas) microrregiões (Figura 5): Microrregião de Governador Valadares (Governador Valadares, Tumiritinga e Galiléia) e Microrregião de Aimorés (Conselheiro Pena, Santa Rita do Ituêto, Pocrane e Mutum).

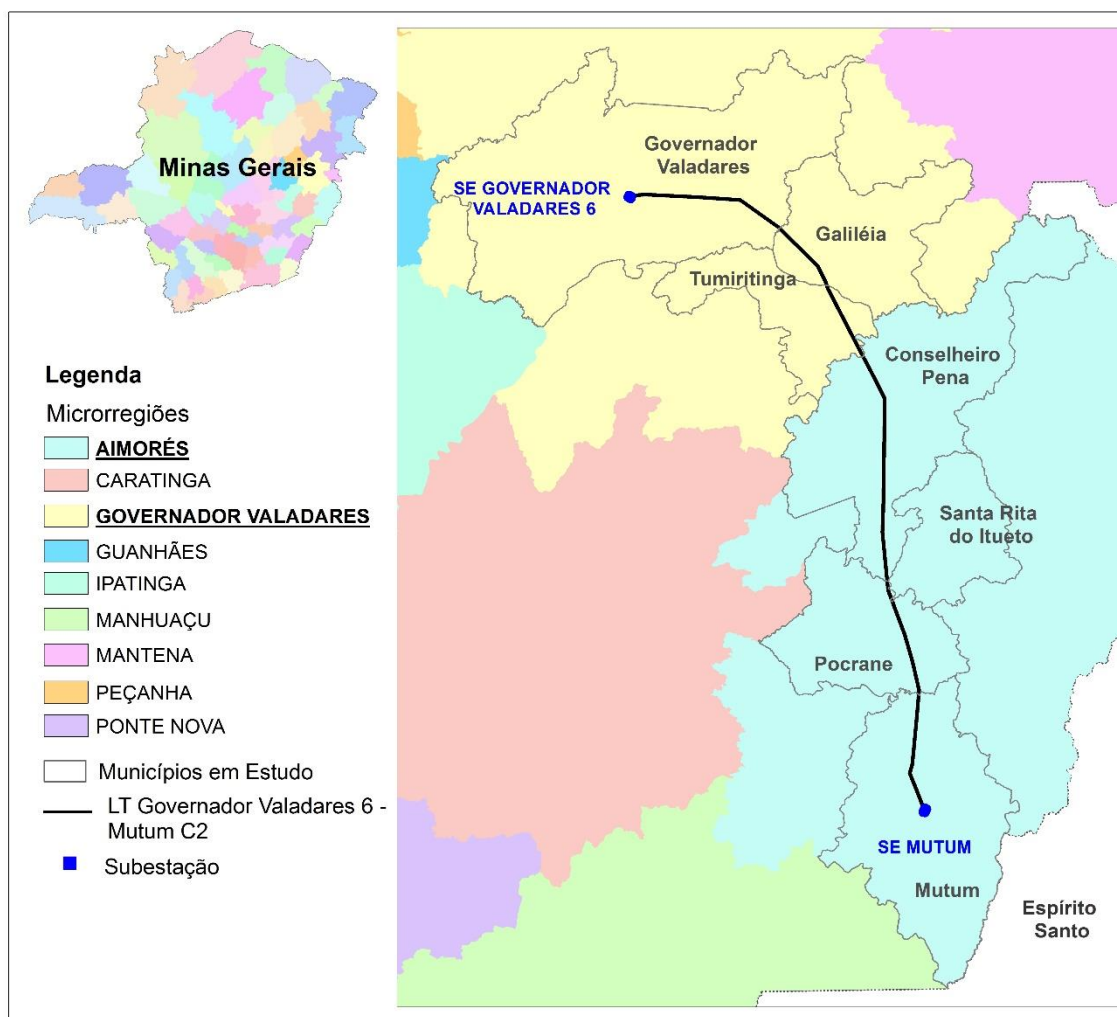


Figura 5 - Localização na AE junto às Microrregiões de Minas Gerais

A contextualização dos municípios da AE em relação às meso e microrregiões do Estado é importante, pois aponta para o conjunto de características regionais e sub-regionais inerentes a componentes demográficos e econômicos dos territórios em estudo. Por meio da análise dessas características, foi possível identificar e descrever aspectos da estrutura socioespacial intermunicipal e intraurbana dos municípios, ressaltar elementos da infraestrutura produtiva e de circulação de mercadorias, serviços e pessoas, que serão apresentados em tópicos posteriores. Para auxiliar na obtenção de fontes confiáveis para análises posteriores, utilizou-se as regionalizações propostas por órgãos oficiais, como o IBGE, por entender que os mesmos utilizaram critérios que contemplam este estudo.

Além disso, o Governo do Estado de Minas Gerais apresenta uma outra regionalização que são os Fóruns Regionais. Trata-se de um espaço aberto para garantir a presença da população na

construção e no planejamento das políticas públicas que teve início em 2015. As diferentes realidades e desafios dos 17 Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais são debatidas nos encontros com a sociedade civil e representantes dos governos federal, estadual e municipais. A partir do Diagnóstico Territorial realizado nas duas primeiras etapas dos Fóruns, foram elaborados o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), documentos que determinam quais ações e projetos o Governo pretende adotar para reduzir as desigualdades regionais e onde deverá investir seu orçamento nos próximos anos. Esta regionalização articula os municípios deste estudo da seguinte forma: Mutum e Pocrane fazem parte da região de desenvolvimento Caparaó no microterritório Manhuaçu. A região de desenvolvimento Vale do Rio Doce aglutina os municípios de Governador Valadares, Tumiritinga e Galiléia no microterritório de Governador Valadares e os municípios de Conselheiro Pena e Santa Rita do Ituêto no microterritório de Resplendor.

Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às meso e microrregiões autossuficiência ou isolamento como “únicas”. Com a finalidade de considerar os elementos comuns, mas também destacar as especificidades de cada município e realidade social, geográfica, histórica e estatística é interessante também entender a hierarquia urbana entre os municípios. A Hierarquia Urbana é um modelo hierárquico entre as cidades e está dividido em diferentes níveis. Em outras palavras, a hierarquia urbana determina a estrutura econômica em diversas escalas de organização (e posições), o que cria uma rede de ligações e influências entre os centros urbanos do mundo (pequenas, médias e grandes cidades). O conceito de hierarquia designa uma estrutura vertical de subordinações e poderes. Portanto, a grande cidade exerce grande influência econômica sobre as médias e pequenas. E, as cidades médias, influenciam as pequenas. Essas relações criam uma cadeia que conseqüentemente resultam na rede urbana (infraestrutura, transportes, comunicação, etc.). Cabe ressaltar que este conceito não está relacionado com o tamanho dos centros urbanos sendo que as cidades podem alterar sua posição.

Segundo a classificação apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na publicação “Região de Influência das Cidades (2007)”, a hierarquia urbana no Brasil está dividida em cinco grupos, sendo que cada um deles apresentam subdivisões:

I. Metrôpoles:

- Grande metrópole nacional: corresponde ao maior conjunto urbano do país, São Paulo, com mais de 19,5 milhões de habitantes;

- Metr pole nacional: corresponde a Rio de Janeiro e Brasília com popula es de 11,8 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente;
- Metr pole: corresponde a regiões como Goiânia e Belo Horizonte com popula es variando entre 1,6 e 5,1 milhões de habitantes;

II. Capital regional:

- Capital regional A: popula es variando em torno de 955 mil habitantes;
- Capital regional B: cerca de 435 mil habitantes;
- Capital regional C: o número de habitantes se aproxima de 250 mil.

III. Centro sub-regional:

- Centro sub-regional A: popula es variando em torno de 95 mil habitantes;
- Centro sub-regional B: popula es variando em torno de 71 mil habitantes;

IV. Centro de zona:

- Centro de zona A: com medianas de 45 mil habitantes.
- Centro de zona B: popula es variando em torno de 23 mil habitantes;

V. Centro local:

- Popula es variando em torno de 10 mil habitantes.

Contudo, os municípios em estudo possuem importância diferenciada tanto no contexto estadual, quanto nas escalas das meso e microrregiões – neste estudo caracterizados pelo Estado de Minas Gerais. Cabe observar então que as regiões de influência podem extrapolar os limites estaduais constituindo importantes rela es para fins da contextualiza o de suas regiões e hierarquia de suas redes de circula o. Ao se fazer uma leitura da influência regional dos municípios em estudo, levou-se em considera o a pesquisa específica realizada pelo IBGE, denominada Região de Influência de Cidades - REGIC (2007), onde a Coordena o de Geografia

elaborou uma classificação de 5.276 centros quanto à sua posição hierárquica na rede urbana. Como centros considera-se municípios isolados e Áreas de Concentração de População (ACPS) no caso das grandes aglomerações urbanas. As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPSs podem incorporar, como um único centro, vários municípios.

Além das localidades e classificação de centros urbanos, o mapa, considera, para se fazer a conexão dos pontos e das centralidades, o deslocamento intermunicipal para a aquisição de bens e serviços, identificando assim, as correlações e hierarquias dos municípios em estudo no cenário local, regional e nacional. Sendo que a Hierarquia das metrópoles e centros tecem as redes de influência, que são justamente as áreas de influência dos centros delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades. No topo da hierarquia urbana, 12 metrópoles comandam redes urbanas. As redes são diferenciadas em termos de tamanho, organização e complexidade e apresentam interpenetrações, pela ocorrência de vinculação a mais de um centro, resultando em dupla ou tripla inserção na rede. A rede urbana de Belo Horizonte responde por 9,1% da população e 7,5% do PIB do País. A metrópole concentra 30,5% da população e 40,4% do PIB da rede. O PIB per capita do centro é mais alto, de R\$ 12,7 mil, e nos demais municípios da rede ele não passa de R\$ 8,2 mil per capita. Minas Gerais corresponde à área de influência desse centro, exceto pela área no sul do estado, ligada a São Paulo, e as áreas de influência compartilhada – a Zona da Mata com o Rio de Janeiro e parte do Triângulo, com São Paulo (O'Neill).

Portanto, este tópico buscou definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. Existem diversas formas de verificar as influências entre as cidades, ou mais do que isso, de identificar relações hierarquizadas entre centros urbanos polarizadores e polarizados, por exemplo, concentrações populacionais, maiores ou menores ofertas de serviços de saúde e educação, oferta de emprego, concentração de infraestrutura e equipamentos urbanos. Outros aspectos também são importantes, como o Produto Interno Bruto – PIB, o Valor Adicionado por subsetor da economia ao PIB, a diversidade do comércio e dos serviços disponíveis em um dado município, o número de agências bancárias, a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, a classe de complexidade de atendimentos de saúde disponíveis no município, entre outros.

São destaques no recorte geográfico apresentado Governador Valadares, município com o maior contingente populacional da mesorregião do Vale do Rio Doce. Dentre os municípios da AE, Governador Valadares foi categorizado (2007) como Capital Regional C (2 C); e os municípios de Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Santa Rita do Ituêto, Pocrane e Mutum são categorizados com o nível de centralidade 5: Centro Local. Dentre os municípios da AE, Governador Valadares foi categorizado (2007) como Capital Regional C (2 C); e os municípios de Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Santa Rita do Ituêto, Pocrane e Mutum são categorizados com o nível de centralidade 5: Centro Local. No entanto, levando-se em consideração o dado desatualizado, pode-se considerar que hoje Conselheiro Pena e Mutum caracterizam-se como Centro de Zona B (4B), Figura 6.

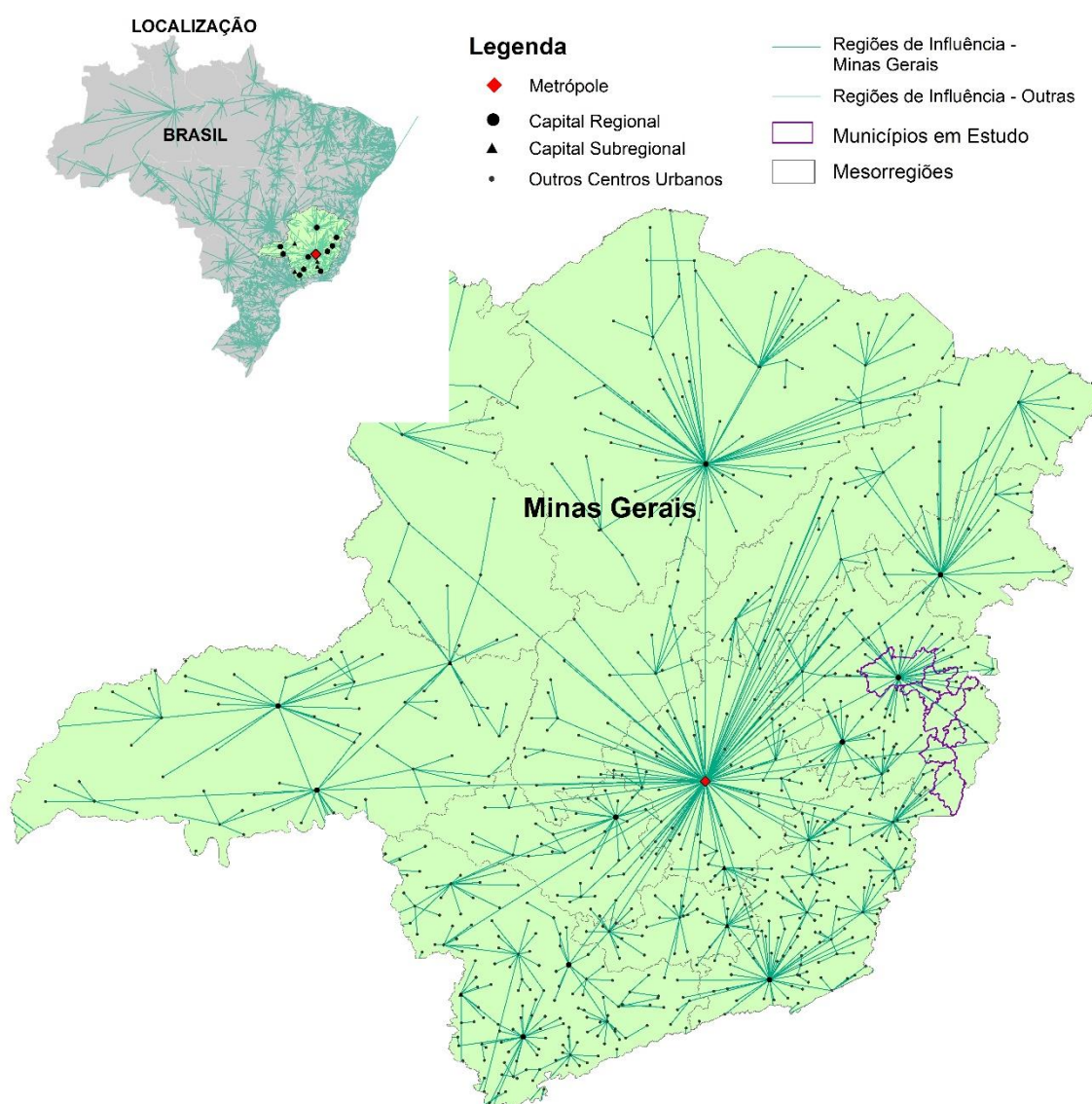


Figura 6 - Regiões de influência dos municípios em estudo

Além disso, também disponibilizado no banco de dados dos centros (2007) que todos os município da Área de Estudo, exceto Tumiritinga, tem presença de internet banda larga. Com relação a insumos agropecuários, os dados da REGIC (2007) mostram que Governador Valadares recebe feijão, arroz e milho de Açucena; bovinos de Alpergata, Alvarenga e Capitão Andrade de onde também recebe milho e feijão; leite, milho e feijão de Campenário; de Conselheiro Pena recebe bovinos e leite; de Galiléia recebe Brócolis; de Mutum, Bovinos e de Tumiritinga, Bovinos e milho. O município de Galiléia recebe bovinos de Conselheiro Pena e milho e feijão de Itanhomi. Conselheiro recebe arroz e milho de Goiabeira; Milho também de Itanhomi; Café, leite e bovinos de Santa Rita do Ituêto. Conselheiro Pena tem como principais gêneros para comercialização o leite para Governador Valadares, Galiléia, Resplendor, Santa Rita do Ituêto e chega a mandar até mesmo para Salvador, Rio de Janeiro e outros. Santa Rita do Ituêto comercializa Café e bovinos para Resplendor, que também recebe leite de Pocrane. Pocrane comercializa também café e bovinos com Colatina (ES) e Manhuaçu. E por fim, Mutum recebe leite de Brejetuba e manda leite para Manhuaçu e Ipanema, além de bovinos para Governador Valadares e Colatina e Café para Lajinha, Manhuaçu e Mamhumirim.

Salienta-se então, que mediante a oferta de produtos, serviços e de determinadas infraestruturas presentes nos municípios, se estabelecem fluxos pendulares entre os mesmos. Dessa forma, municípios menores desprovidos de instituições de saúde preparadas para atendimentos em vários níveis de complexidade, com baixos níveis de oferta de emprego em virtude da ausência de estabelecimentos comerciais e/ou Industriais, carentes de instituições de ensino, principalmente em nível profissionalizante e de graduação, acabam sendo polarizados por municípios que concentram esses componentes da estrutura urbana. Nesse cenário, grupos populacionais de municípios com essas características se deslocam periodicamente seja para o desenvolvimento de atividades de trabalho, educação, saúde e, até mesmo, lazer. Nos municípios em estudo, existem dois níveis de polarização a serem observados: o primeiro refere-se ao município de Governador Valadares que polariza os demais municípios da AE - e tido como um município de referência em diversos aspectos de infraestrutura - e os demais municípios classificados como Centro Local. De acordo com REGIC (2007) Governador Valadares exerce influência sobre vários municípios, dos quais podemos destacar Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena e Resplendor, este último que exerce influência sobre o município de Santa Rita do Ituêto. Governador Valadares, por sua vez, é polarizado por Belo Horizonte. Por fim, Pocrane e Mutum são polarizados por Manhuaçu, que por sua vez, é também polarizada por Belo Horizonte.

Os principais casos de deslocamento da população desses centros locais e centro de zona para Governador Valadares são os tratamentos públicos de saúde e educação, o primeiro para cirurgias ou atendimento com especialistas não disponíveis nos demais municípios e o segundo geralmente para o ingresso no ensino técnico e/ou superior. Ocorre ainda a migração sazonal para compras, lazer e consumo do segundo setor da economia (roupas, máquinas, automóveis, alimentos Industrializados, eletrônicos, entre outros) e terceiro setor (serviços diversos – turismo, transporte, seguros, entre outros). A sua economia, inicialmente baseada na extração da madeira e na pecuária, passou a ter no comércio e na prestação de serviços regionais, sua maior fonte de renda. Hoje, Governador Valadares é um núcleo urbano que atende à região leste de Minas, tendo como base primordial o comércio e a prestação de serviços e está entre as dez maiores cidades de Minas Gerais. Pode também ocorrer deslocamento em outros sentidos, sobretudo quando se trata do turismo, uma vez que toda a região carrega potencial turístico advindo das belezas cênicas e geomorfológicas impressas nos Complexos Paisagísticos existentes tanto em Governador Valadares (Pico do Ibituruna), Conselheiro Pena (Serra da Onça), Mutum (Pedra Invejada), etc.

Com relação aos fluxos migratórios observados nos últimos anos em âmbito nacional, temos como destaque as cidades médias polarizadoras regionais como novas áreas de atração e retenção populacional. No entanto, na microrregião de Governador Valadares, os municípios de Governador Valadares seguido por Itambacuri, segunda maior cidade em número de habitantes e melhor infraestrutura da microrregião foram as grandes áreas de repulsão populacional, área onde a emigração supera a imigração. A emigração maior que a imigração no município aponta a ineficiência de Governador Valadares enquanto uma cidade polarizadora regional e para uma carência em sua cadeia produtiva local, a qual, desenvolvida, poderia ser responsável tanto pela atração como pela retenção migratória, principalmente em uma escala microrregional. Tais tendências citadas anteriormente, características da migração, ocorrem motivadas por questões econômicas, políticas, sociais, familiares, e nas mais diferentes escalas, das migrações internacionais às migrações intramunicipais (Cunha).

Dos dados apresentados no trabalho de Cunha, além de Governador Valadares, outros municípios tiveram também número significativo de emigrantes, dos quais podemos citar Galiléia. Ainda sobre a emigração ocorrida nestes municípios a referida autora apresenta os seguintes dados: Dos 2.248 emigrantes de Governador Valadares, 1.058 ou 47% tiveram como região de destino quatro municípios, Frei Inocência (333), Alpercata (314), Coroaci (210), Tumiritinga (201) e Galiléia (305) que também teve sua emigração concentrada em dois municípios, o primeiro em

Governador Valadares (210) e Virgolândia (35). Além disso, os municípios da Mesorregião do Vale do Rio Doce e mais especificamente da Microrregião de Governador Valadares, dentre eles, de maior destaque, Governador Valadares, possuem suas perdas caracterizadas principalmente pelas emigrações internacionais. Embora haja outros importantes fluxos migratórios de brasileiros para o exterior a partir de outras regiões, a Microrregião de Governador Valadares é a que apresenta maior participação relativa entre os emigrantes internacionais, principalmente para os Estados Unidos. Iniciando a partir dos anos de 1960 e consolidada na segunda metade dos anos de 1980, década em que também iniciaram novos fluxos em direção à Europa e, especificamente Portugal, aumentado nos anos 2000. Devemos destacar a forte presença norte-americana na primeira metade do século passado em três momentos importantes no desenvolvimento da região de Governador Valadares: a dinamização do mercado da mica; a reconstrução da estrada de ferro; e a criação do Sesp – Serviço Especial de Saúde Pública na região. Tais eventos contribuíram diretamente para a cristalização de um imaginário social muito positivo sobre os Estados Unidos, condensando a ideia de riqueza e oportunidades no país (SOUSA, 2016).

Sobre a expansão da região do Vale do Rio Doce, a Prefeitura Municipal de Governador Valadares em seu Plano de Saneamento Básico discute os fatores dessa expansão, dos quais podemos citar a conexão da ferrovia com a Estrada de Ferro Central do Brasil interligando, em 1937, a área com os grandes centros consumidores do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, as rodovias BR-116, BR-381 e BR-259 foram facilitando a expansão das atividades siderúrgicas para o Vale do Rio Doce, a leste da área Central do Estado. Dessa maneira, inicia-se a implantação do parque siderúrgico mineiro, com destaque para a inauguração da usina de João Monlevade (1937) e da Cia. BelgoMineira. Poucos anos mais tarde, a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD se estabelecia em Itabira (1942), a Acesita em Timóteo (1944) e a Usiminas, em Ipatinga (1956). Pela Lei nº 5 106, de 1966, foram introduzidos incentivos fiscais para a atividade reflorestadora, o que veio a incrementar a prática do plantio de eucalipto. No final da década de 1960 a Cia. Belgo-Mineira possuía cerca de 73.852 ha reflorestados na bacia do Rio Doce, enquanto a Acesita tinha 41.796 ha. Sendo assim, é apostado na vinda das indústrias de celulose, como a Aracruz celulose e a parceria com a multinacional Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, como proposta para o desenvolvimento da região com o objetivo da recuperação ambiental. No entanto, este modo de ocupação e desenvolvimento instalado no Vale do Rio Doce apenas reafirma a continuidade do desenvolvimento capitalista, na qual não resolveram as questões

ambientais e, pelo contrário, aprofundou processos de degradação ambiental e as desigualdades sociais, frutos desse desenvolvimento desigual e concentrador,

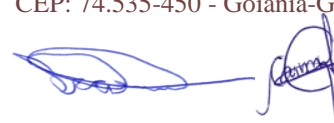
Em relação aos vetores de crescimento urbano na microrregião de Governador Valadares, percebe-se que a cidade cresce em diferentes direções, no entanto, o vetor de expansão no sentido Norte e Noroeste (Vetor 1) tende a se sobressair como um dos principais eixos de adensamento urbano nos próximos anos, devido, sobretudo à construção do anel rodoviário. Novos loteamentos já estão sendo implantados nesta área e estão sendo ocupados por uma população de padrão médio-alto. É importante ainda considerar que o sistema viário condiciona a expansão urbana da cidade e vice-versa. Neste sentido, obras recentes que foram realizadas no sistema viário da cidade, algumas pela Companhia Vale do Rio Doce, estão estimulando novas áreas de adensamento e eixos de expansão urbana. O vetor de expansão oeste (Vetor 2) da cidade, por exemplo, tem sido induzido, sobretudo, pela construção de uma transposição na BR-116 e também pela construção do novo acesso ao aeroporto, que está facilitando o acesso aos bairros antes isolados. A tendência deste vetor de crescimento é atender uma população de padrão baixo a médio (PMSB, 2015).

Para melhor compreensão das infraestruturas disponíveis nas sedes urbanas dos municípios em estudo (Galiléia, Governador Valadares, Mutum, Tumiritinga, Conselheiro Pena, Pocrane e Santa Rita do Ituêto) foram elaboradas figuras ilustrando os croquis com a espacialização dos principais equipamentos identificados em trabalho de campo (Figuras 7 a 13). A relação das coordenadas desses equipamentos nos municípios está apresentada nas Tabelas 1 a 7.

Tabela 1 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Governador Valadares

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
1	Entrada da cidade	188.282	7.909.659
2	Fábrica Piracanjuba	204.479	7.912.228
3	Comércios	189.564	7.912.462
4	Banco do Brasil	189.641	7.912.518
5	Terminal Rodoviário	189.725	7.912.256
6	Escola Estadual Professor Nelson de Sena	189.382	7.912.419
7	Escola Municipal Olegário Maciel	189.941	7.913.055
8	Parque de Exposição José Tavares	188.473	7.910.143
9	Cooperativa Agro Pecuária	188.719	7.910.039
10	Faculdade de Governador Valadares – FAEL	188.791	7.911.800
11	Hospital	189.488	7.912.986
12	Unidade Básica de Saúde	189.515	7.913.077
13	CAPS	190.186	7.912.836
14	CRAS	189.929	7.913.001
15	CREAS	189.930	7.912.971
16	Subestação	188.377	7.912.587

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
17	Captação de água	189.583	7.911.731
18	Estação de Tratamento de água	189.470	7.911.795
19	Estação de Tratamento de esgoto	188.453	7.909.208
20	Igreja Católica	190.080	7.912.400
21	Praça	190.345	7.912.994
22	Bar	190.336	7.913.994
23	Shopping Governador Valares	188.705	7.912.724
24	Aeroporto de Governador Valadares	185.317	7.907.996
25	Ginásio de esporte	188.887	7.914.057
26	Prefeitura Municipal	189.657	7.912.288
27	Secretaria de Educação	190.018	7.912.994
28	Secretaria de Saúde	190.269	7.912.793
29	Secretaria de Meio Ambiente	189.657	7.912.288
30	Secretaria de Assistência Social	189.929	7.913.001
31	Conselho Tutelar	188.328	7.911.580
32	Abrigo Esperança	187.086	7.910.277
33	Rádio Imparsom	187.907	7.910.914
34	Antena de Telefonia	186.633	7.909.866
35	Correios	189.827	7.912.341
36	Ponto de táxi	189.058	7.912.113
37	Fórum	189.805	7.912.734
38	Clube	190.636	7.913.323
39	Associação Santa Luzia	190.602	7.913.278
40	Lixão	185.417	7.914.456
41	Sindicato dos Empregados	188.242	7.912.425
42	Polícia Militar	188.362	7.911.409
43	Polícia Civil	188.003	7.911.325



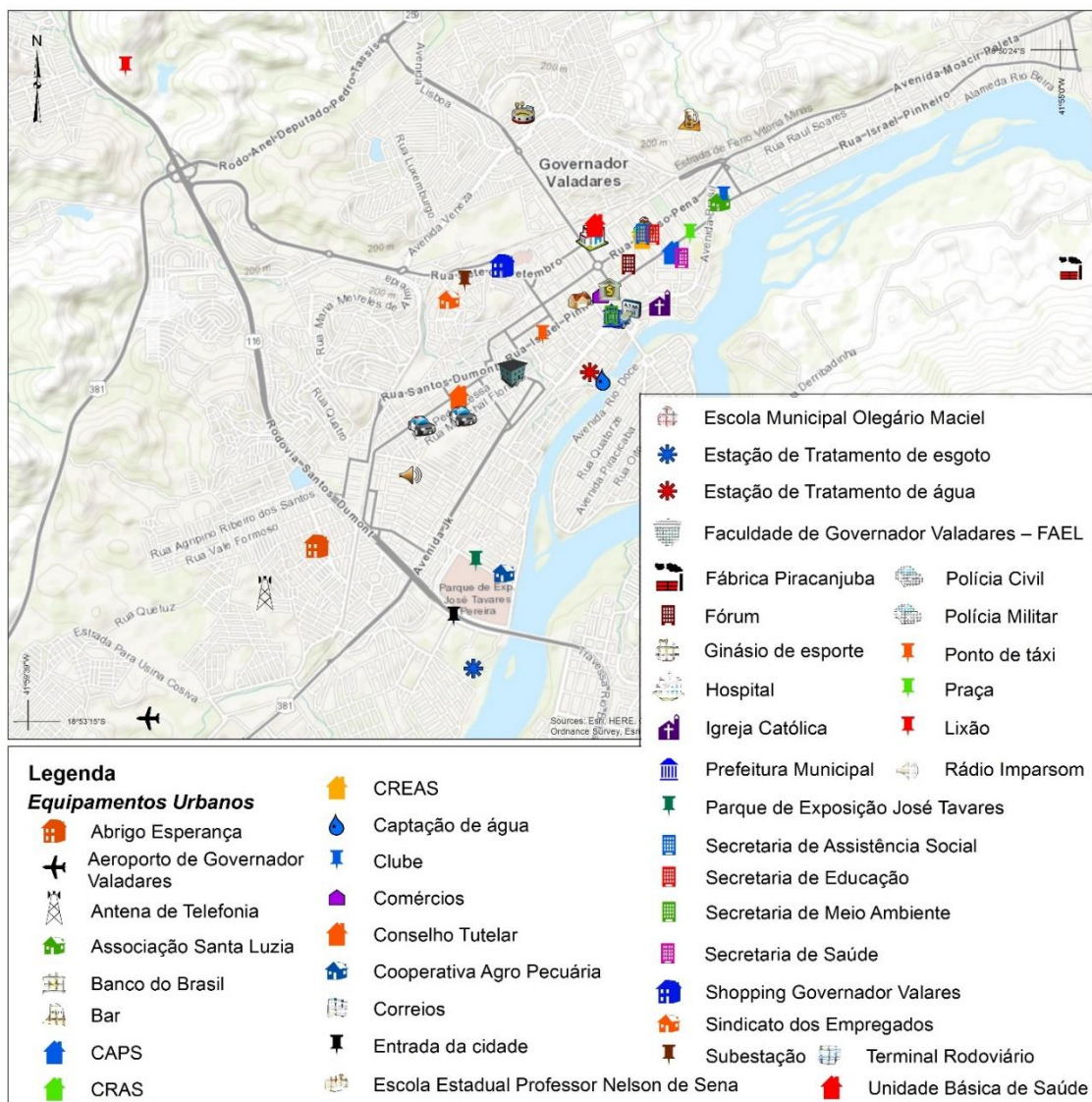


Figura 7 - Croqui de localização da infraestrutura em Governador Valadares

Tabela 2 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Galiléia

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
1	Entrada da cidade	232.901	7.897.975
2	Fábrica de Tijolo	232.666	7.897.766
3	Comércios	232.809	7.897.382
4	Banco do Brasil	232.747	7.897.294
5	Terminal Rodoviário	232.775	7.897.330
6	Escola Estadual Sapucaia do Norte	232.813	7.896.760
7	Escola Municipal Humberto Boareto	232.775	7.896.961
8	Faculdade Polo Unimes	232.898	7.897.072
9	Unidade Básica de Saúde	232.917	7.896.901
10	CRAS	232.918	7.896.050
11	Captação de água	232.528	7.896.557
12	Estação de Tratamento de água	232.696	7.896.489

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
13	Igreja Católica	232.757	7.897.184
14	Praça	232.766	7.897.151
15	Bar	232.896	7.896.906
16	Ginásio de esporte	232.668	7.897.349
17	Prefeitura Municipal	232.773	7.897.076
18	Secretaria de Educação	232.777	7.897.048
19	Secretaria de Saúde	232.940	7.896.912
20	Secretaria de Meio Ambiente	232.773	7.897.076
21	Secretaria de Assistência Social	232.873	7.896.961
22	Conselho Tutelar	232.873	7.896.968
23	Abrigo Casa Lar	232.974	7.897.456
24	Antena de Telefonia	232.776	7.897.148
25	Correios	232.775	7.897.382
26	Lixão	233.202	7.896.933
27	Polícia Militar	232.825	7.896.938
28	Polícia Civil	232.825	7.896.948

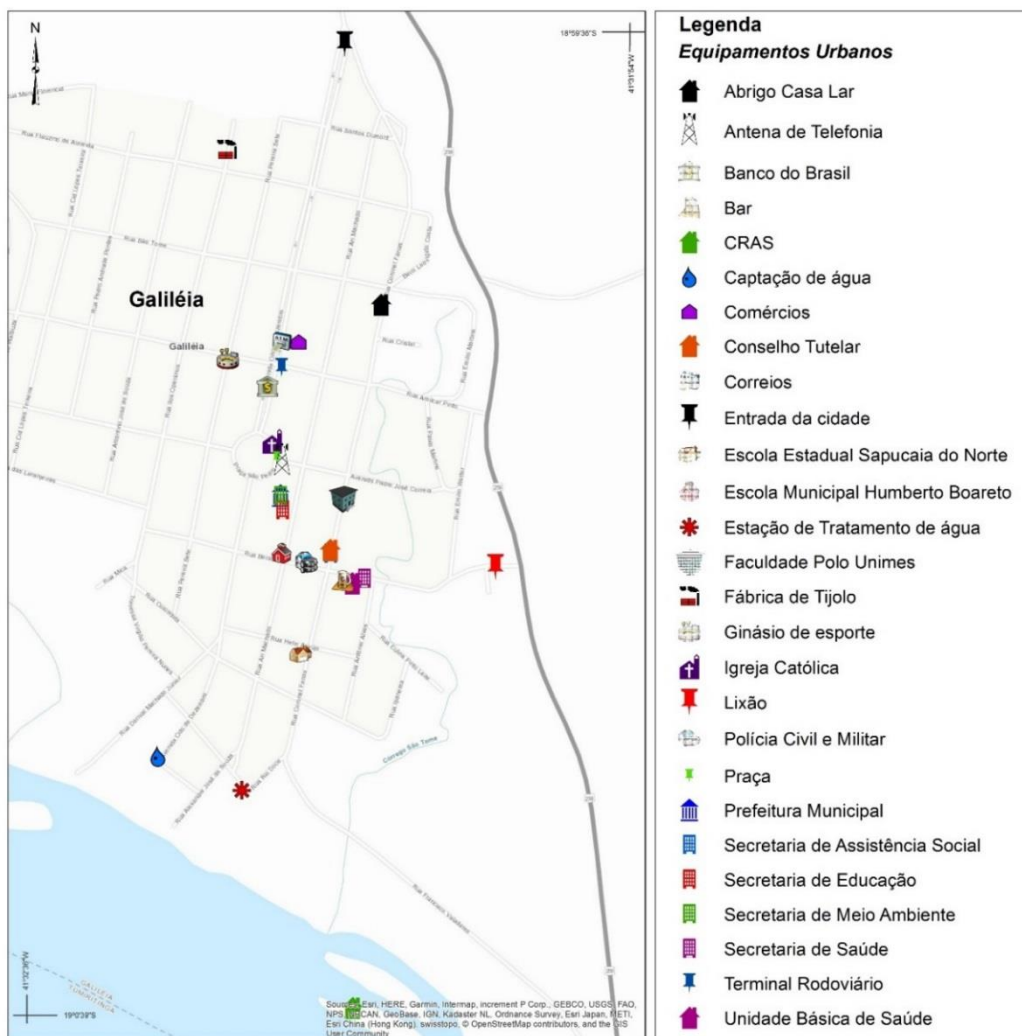


Figura 8 - Croqui de localização da infraestrutura em Galiléia

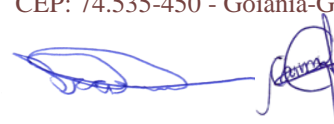


Tabela 3 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Tumiritinga

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
1	Entrada da cidade	222.254	7.899.231
2	Indústria Cerâmica Cota	221.211	7.899.228
3	Comércios	221.179	7.899.384
4	Banco Itaú	221.397	7.899.463
5	Escola Estadual Luis de Camões	221.859	7.899.428
6	Escola Municipal Laudelina Rodrigues	221.207	7.899.424
7	Unidade Básica de Saúde	221.179	7.999.413
8	CRAS	221.769	7.899.302
9	Captação de água	221.944	7.899.882
10	Estação de Tratamento de água	222.011	7.899.946
11	Igreja Católica	221.347	7.899.444
12	Praça	221.347	7.899.482
13	Bar	221.205	7.899.567
14	Ginásio de esporte	221.781	7.899.625
15	Prefeitura Municipal	221.409	7.899.473
16	Secretaria de Educação	221.378	7.899.460
17	Secretaria de Saúde	221.175	7.899.416
18	Secretaria de Meio Ambiente	221.657	7.899.409
19	Secretaria de Assistência Social	221.657	7.899.409
20	Conselho Tutelar	221.657	7.899.409
21	Antena de Telefonia	222.019	7.899.975
22	Correios	221.489	7.899.511
23	Lixão	219.987	7.898.473
24	Associação	221.118	7.899.400
25	Praia do Jaó	222.211	7.899.895
26	Polícia Militar	221.456	7.899.480

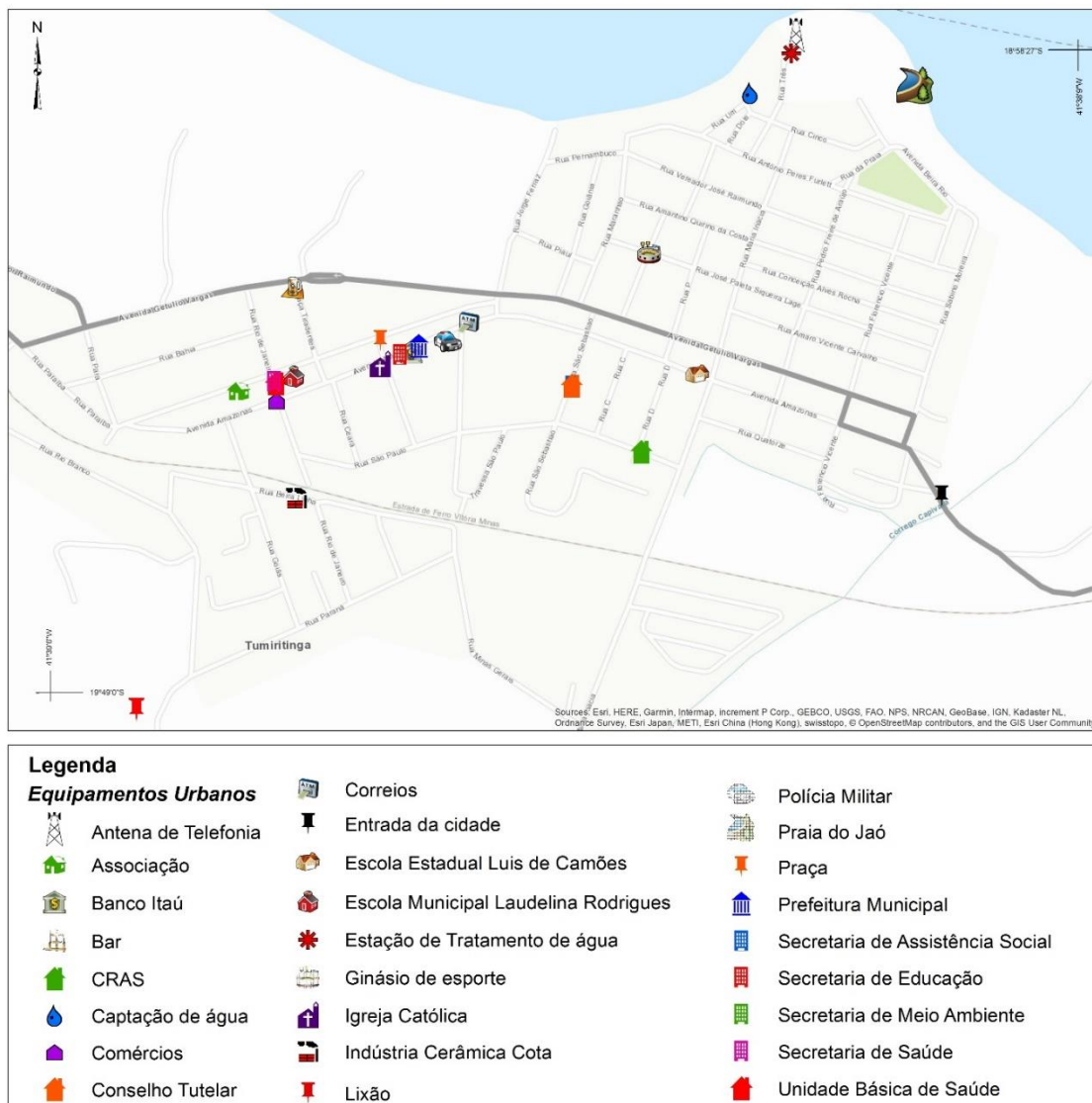
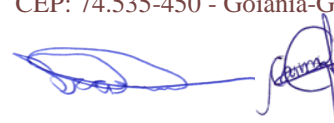


Figura 9 - Croqui de localização da infraestrutura em Tumiritinga

Tabela 4 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Conselheiro Pena

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
1	Entrada da cidade	240.586	7.878.837
2	Indústria Brasileira DiMinas	240.636	7.878.812
3	Comércios	239.907	7.878.374
4	Banco do Brasil	240.005	7.878.307
5	Terminal Rodoviário	240.453	7.878.523
6	Escola Estadual Maria Garcia	239.786	7.878.536
7	Escola Municipal Amado Lina	239.954	7.877.903
8	Unidade Básica de Saúde	239.784	7.877.940
9	CAPS	239.848	7.877.930
10	CRAS	240.179	7.878.347
11	CREAS	240.178	7.878.339
12	Subestação	238.982	7.877.367

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
13	Captação de água	241.405	7.876.425
14	Estação de Tratamento de água	239.549	7.878.371
15	Igreja Católica	239.869	7.878.101
16	Praça	239.779	7.878.358
17	Bar	239.259	7.877.548
18	Ginásio de esporte	239.517	7.877.157
19	Prefeitura Municipal	239.952	7.878.294
20	Secretaria de Educação	239.816	7.878.320
21	Secretaria de Saúde	239.804	7.877.903
22	Secretaria de Meio Ambiente	240.195	7.876.915
23	Secretaria de Assistência Social	240.179	7.878.347
24	Conselho Tutelar	240.175	7.878.337
25	Abrigo	240.487	7.877.497
26	Antena de Telefonia	239.726	7.878.065
27	Correios	240.209	7.878.385
28	Ponto de táxi	239.936	7.878.010
29	Fórum	239.742	7.877.905
30	Ferrovia	239.041	7.879.529
31	Clube	239.177	7.878.922
32	Associação	240.163	7.878.330
33	Lixão	240.471	7.874.424
34	Sindicato	240.161	7.878.327
35	Polícia Militar	239.354	7.877.632
36	Polícia Civil	239.789	7.878.420



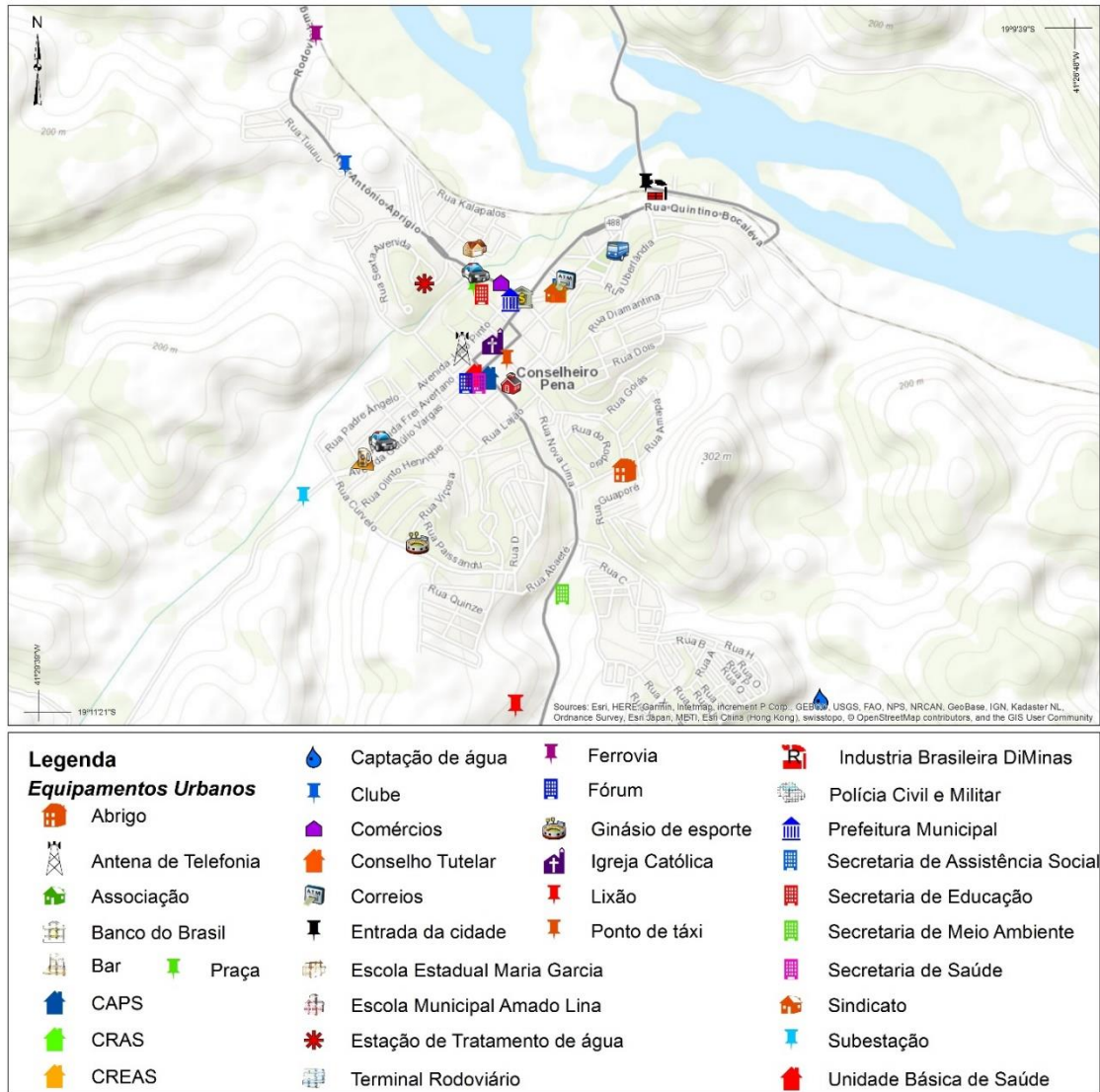


Figura 10 - Croqui de localização da infraestrutura em Conselho Pena

Tabela 5 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Santa Rita do Ituíto

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
1	Entrada da cidade	250.066	7.857.871
3	Comércios	250.012	7.857.882
5	Escola Estadual São José	249.944	7.857.653
6	Escola Municipal Melquezebe Andrade	249.865	7.857.727
7	Unidade Básica de Saúde	250.058	7.857.758
8	CRAS	250.058	7.857.759
9	Captação de água	250.037	7.857.612
10	Estação de Tratamento de água	249.825	7.857.525
11	Igreja Católica	249.890	7.857.886
12	Praça	249.822	7.857.730
13	Bar	249.787	7.857.908
14	Ginásio de esporte	249.833	7.857.922

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
15	Prefeitura Municipal	250.001	7.857.766
16	Secretaria de Educação	249.996	7.857.775
17	Secretaria de Saúde	250.062	7.857.762
18	Secretaria de Meio Ambiente	249.978	7.857.779
19	Secretaria de Assistência Social	249.999	7.857.762
20	Conselho Tutelar	249.675	7.857.934
21	Antena de Telefonia	249.780	7.857.546
22	Correios	249.966	7.857.860
23	Lixão	250.397	7.858.829
25	Sindicato	249.943	7.857.640
26	Polícia Militar	249.976	7.857.809

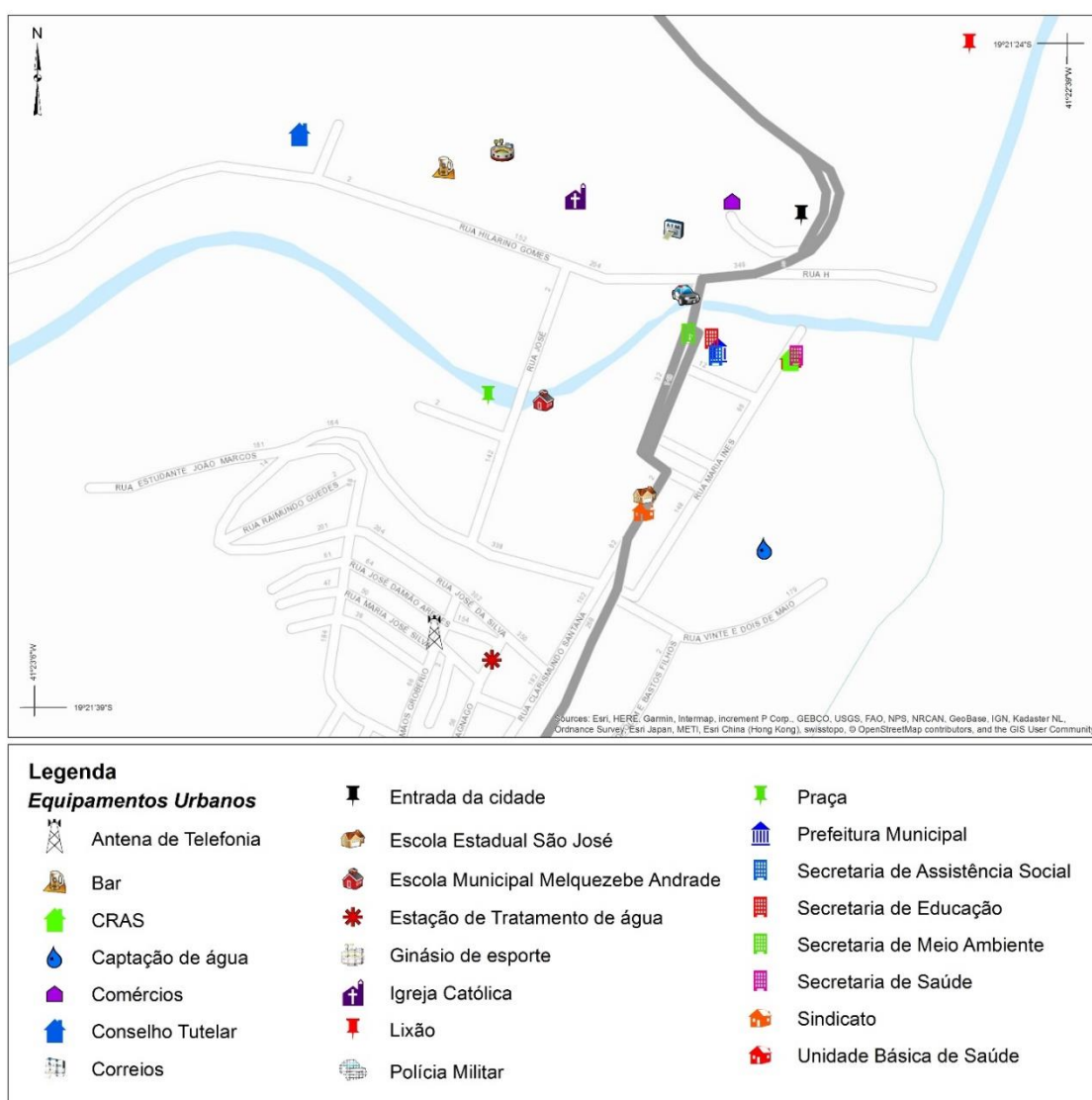


Figura 11 - Croqui de localização da infraestrutura em Santa Rita do Ituê

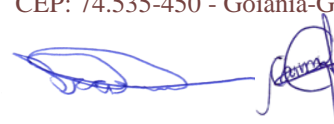


Tabela 6 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Pocrane

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
1	Entrada da cidade	224.111	7.829.829
2	Comércios	223.233	7.828.465
3	Banco do Brasil	223.315	7.828.494
4	Escola Estadual Anita Garibaldi	223.558	7.828.439
5	Escola Municipal Cantinho do Céu	223.431	7.828.635
6	Hospital Municipal	223.150	7.828.401
7	CRAS	223.573	7.828.426
8	Captação de água	221.467	7.824.642
9	Igreja Católica	222.394	7.827.606
10	Praça	223.157	7.828.536
11	Bar	223.607	7.828.569
12	Ginásio de esporte	223.524	7.828.370
13	Prefeitura Municipal	223.561	7.828.390
14	Secretaria de Educação	223.561	7.828.390
15	Secretaria de Saúde	223.133	7.828.427
16	Secretaria de Meio Ambiente	223.561	7.828.390
17	Secretaria de Assistência Social	223.662	7.828.598
18	Conselho Tutelar	223.133	7.828.553
19	Rádio	223.517	7.828.499
20	Antena de Telefonia	223.771	7.828.050
21	Correios	223.393	7.828.515
22	Ponto de Táxi	223.381	7.828.518
23	Lixão	225.832	7.829.786
24	Sindicato	223.311	7.828.588
25	Polícia Militar	223.267	7.828.621

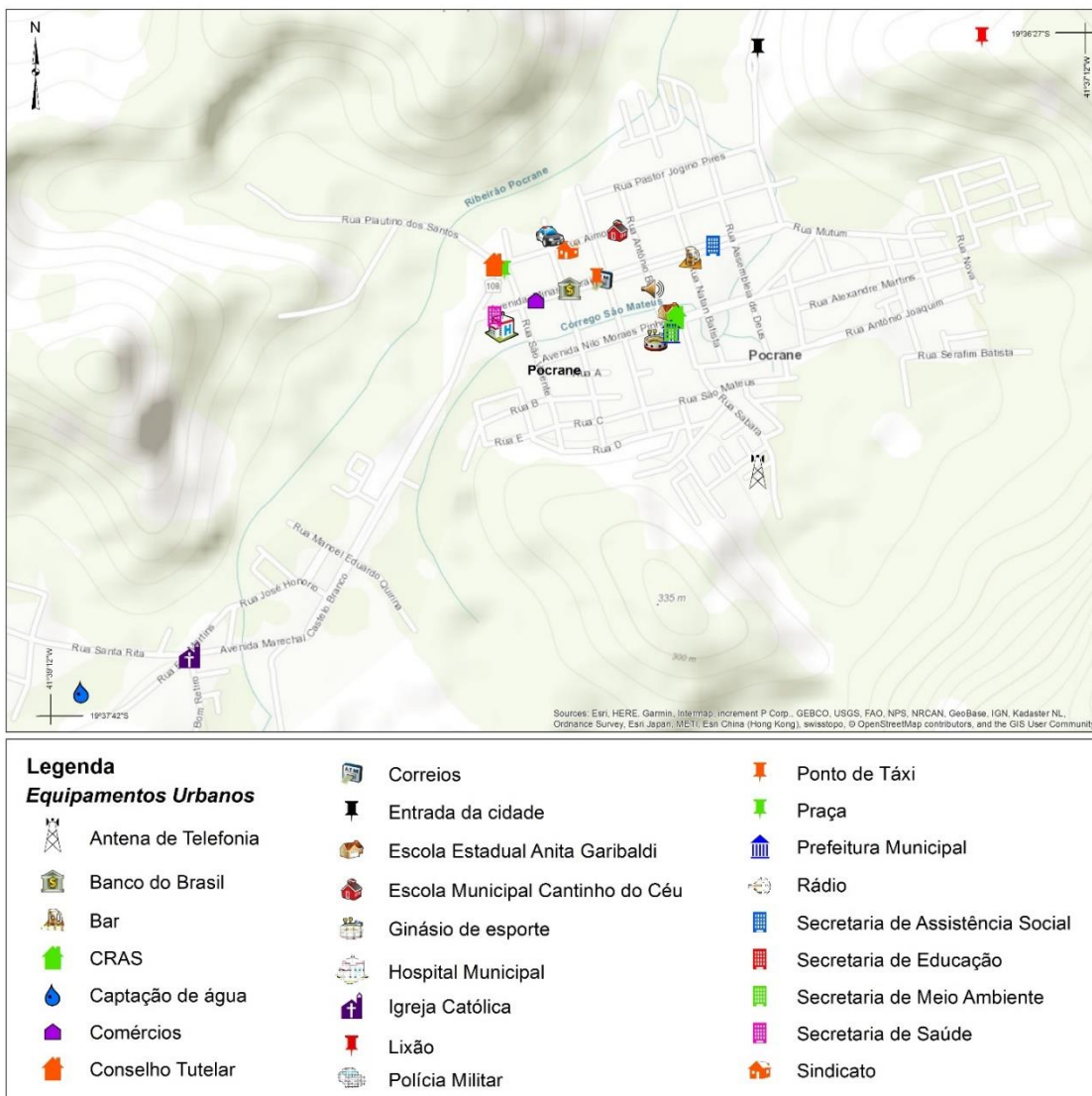


Figura 12 - Croqui de localização da infraestrutura em Pocrane

Tabela 7 - Coordenadas das infraestruturas coletadas no município de Mutum

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
1	Entrada da cidade	242.625	7.804.211
2	Laticínio Mutumilk	245.612	7.807.217
3	Comércios	244.200	7.806.272
4	Banco do Brasil	244.624	7.807.032
5	Terminal Rodoviário	244.874	7.806.955
6	Escola Estadual Francisco Campos	244.780	7.806.707
7	Escola Municipal José Candido Ferreira	244.773	7.806.721
8	Faculdade Polo Unimes	244.783	7.806.856
9	Hospital Municipal	244.731	7.806.671
10	CAPS	244.227	7.807.233
11	CRAS	244.534	7.806.858
12	Captação de água	244.318	7.805.950

Código	Infraestrutura	Coordenadas - UTM 24k	
13	Estação de Tratamento de água	244.116	7.806.497
14	Igreja Católica	244.726	7.806.916
15	Praça	244.666	7.806.996
16	Bar	244.474	7.806.681
17	Ginásio de esporte	244.186	7.806.164
18	Shopping	244.609	7.807.026
19	Prefeitura Municipal	244.612	7.807.054
20	Secretaria de Educação	244.612	7.807.054
21	Secretaria de Saúde	244.673	7.806.602
22	Secretaria de Meio Ambiente	244.843	7.806.639
23	Secretaria de Assistência Social	244.519	7.806.857
24	Conselho Tutelar	244.587	7.807.051
25	Antena de Telefonia	244.040	7.806.444
26	Correios	244.347	7.807.157
27	Eliporto	243.437	7.805.872
28	Pecuária	243.586	7.805.774
29	Câmara	244.338	7.807.213
30	Ponto de táxi	244.675	7.806.998
31	Fórum	244.352	7.807.145
32	Clube	244.232	7.807.078
33	Associação	243.277	7.805.203
34	Lixão	241.053	7.801.614
35	Sindicato	242.593	7.804.116
36	Polícia Militar	244.446	7.806.348
37	Polícia Civil	244.692	7.806.620

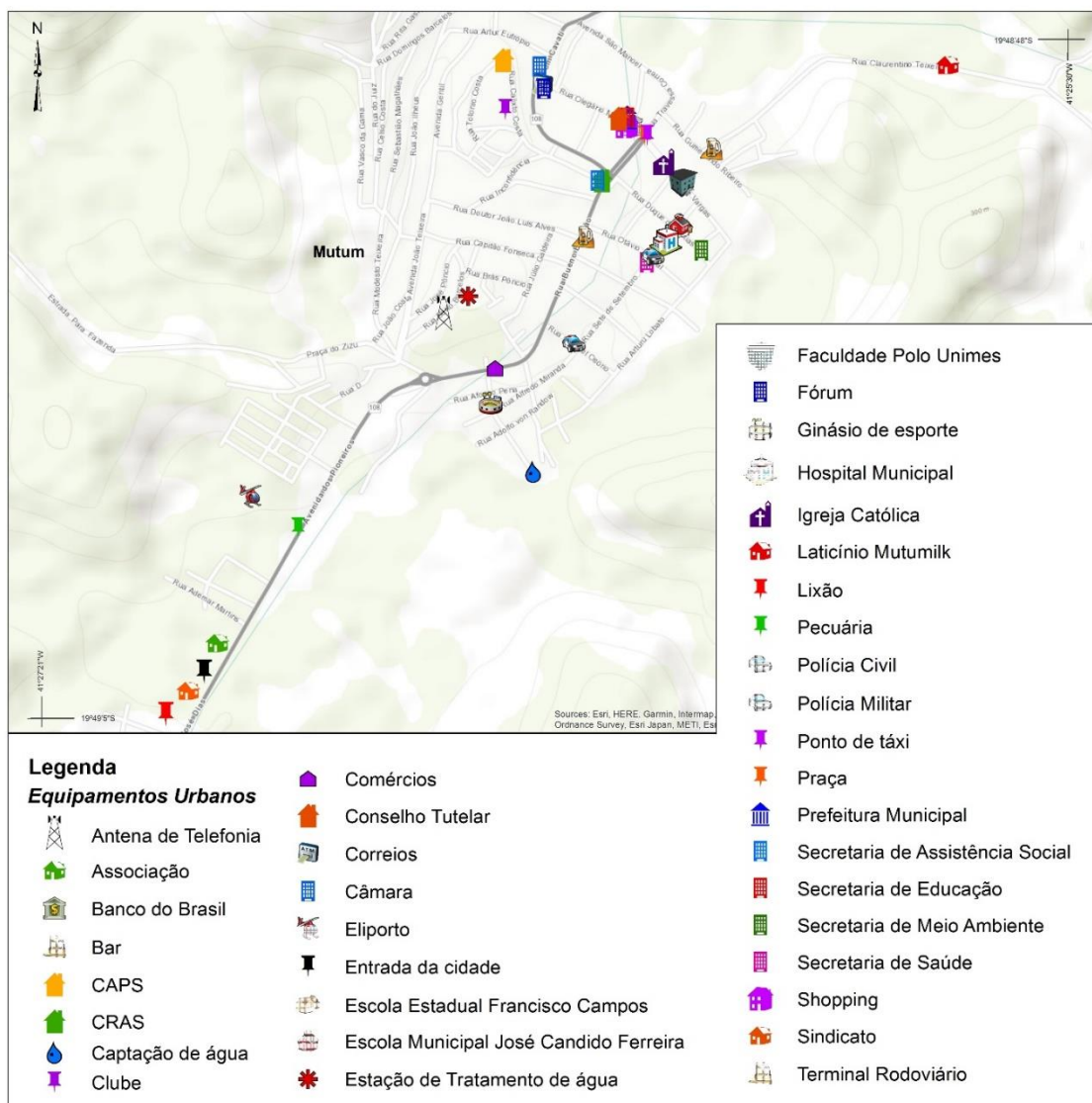


Figura 13 - Croqui de localização da infraestrutura em Mutum

Nota-se que a utilização dos espaços intraurbanos dos municípios estão interligados entre si, ou seja, os menores como Mutum, Santa Rita do Ituêto, Pocrane, Tumiritinga e Galiléia recorrem, quando necessário, às infraestruturas dos maiores que são Conselheiro Pena e Governador Valadares.

Os equipamentos sociais e de serviços inexistentes nesses municípios, acabam sendo polarizados por municípios vizinhos ou próximos, conforme verificou-se nos dados secundários apresentados na AE. Governador Valadares é polarizador em ambos serviços e equipamentos sociais.

Ainda que o município de Governador Valadares esteja a 230km de Mutum, 68km de Galiléia, 121km de Santa Rita do Ituêto, 242km de Pocrane, 60 km de Tumiritinga, 91km de Conselheiro Pena, representa importante polarizador para esses municípios, em ambas atividades e serviços. Devido à maior proximidade os municípios de Galiléia e Tumiritinga são os municípios que mais utilizam os recursos de Governador Valadares.

7.3.3 Características Populacionais

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado por diversos órgãos oficiais internacionais como um dos componentes para classificar os países ou localidades em: desenvolvidos, emergentes ou subdesenvolvidos. O IDH varia de 0 a 1, sendo 0 muito pouco desenvolvido e 1 altamente desenvolvido. Os municípios em estudo, na última divulgação do IDH-M em 2010, apresentaram os seguintes índices: Tumiritinga (0,626), Galiléia (0,654), Conselheiro Pena (0,662), Santa Rita do Ituêto (0,607), Pocrane (0,626), Mutum (0,644) e Governador Valadares (0,727), melhor IDH entre os municípios em estudo. É levado em consideração para a construção desse índice dados sobre renda, longevidade e educação, que serão analisados com mais detalhes a seguir.

Outro dado importante e representado no gráfico da Figura 14 é a evolução da quantidade de habitantes nos municípios da AE com as séries demográficas de 1991 e 2000, disponibilizadas pelo Perfil demográfico do Estado de Minas Gerais – 2002 da Fundação João Pinheiros e dados do Censo demográfico do IBGE de 2010.

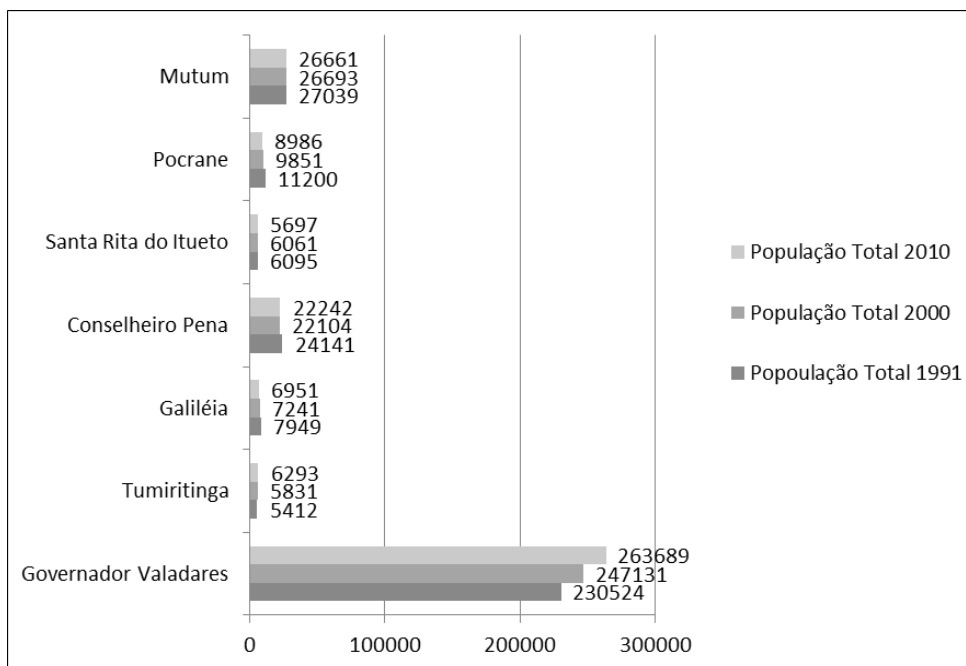


Figura 14 - Evolução da População Total dos municípios da AE (1991 – 2010)

Fonte: Perfil demográfico do Estado de Minas Gerais – Fundação João Pinheiros (1991, 2000) e IBGE (2010).

A Figura 14 revela que a maioria dos municípios tiveram decréscimo populacional durante o intervalo analisado (1991-2010), em Mutum (1,4%), Santa Rita do Ituêto (6,9%), Conselheiro Pena (8,5%), Galiléia (14,3%) e Pocrane (24,6%). Apenas em Governador Valadares houve um crescimento populacional de 33.165 habitantes ou 12,5% e 13,9% em Tumiritinga. De acordo com o IBGE Cidades, que apresentou as estimativas populacionais dos municípios para o ano de 2018, projetou-se para Governador Valadares 278.685 habitantes, Tumiritinga com 6.698 habitantes, Galiléia com 6.844 habitantes, Conselheiro Pena com 22.892 habitantes, Santa Rita do Ituêto com 5.522 habitantes, Pocrane com 8.508 e Mutum com 26.997 habitantes. A população de Minas Gerais passou de 15,7 milhões (1991) para 19,5 milhões (2010) e do Brasil passou de 146,8 milhões (1991) para 190,7 milhões (2010), demonstrando crescimentos nesse período, conforme tabela anexo a Figura 14.

O movimento ascendente e descendente da curva de crescimento demográfico está ligada diretamente a dinâmica socioambiental da economia regional, que em seu contexto de formação foi apoiada na entrada de diversos empreendimentos econômicos, particularmente a indústria madeireira, a mineração e a pecuária de corte que levaram, conseqüentemente, a região a um colapso socioambiental (Espindola, 2015).

Quanto à taxa de crescimento geométrico populacional dos municípios da AE, conforme, Tabela 8, é possível fazer a leitura do ritmo de crescimento populacional considerando a dinâmica da natalidade, da mortalidade e dos movimentos migratórios nos municípios destacados.

Tabela 8 - Taxa de crescimento geométrico populacional dos municípios da AE 1991/2000 e 2000/2010

Municípios	1991/2000	2000/2010
Governador Valadares	0,78	0,65
Tumiritinga	0,83	0,77
Galiléia	-1,03	-0,41
Conselheiro Pena	-0,97	0,06
Santa Rita do Ituêto	-0,06	-0,62
Pocrane	-1,42	-0,91
Mutum	-0,14	-0,01
Minas Gerais	1,44	0,91
Brasil	1,64	1,17

Fonte: IBGE (2000, 2010).

A leitura do crescimento geométrico populacional da Tabela 8 exhibe os anos de 2000 e 2010. Salienta-se que o crescimento geométrico é o crescimento da população de um local considerando duas datas sucessivas e o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano. Portanto, a taxa de crescimento de 2000 tem como referência comparativa o ano de 1991, enquanto que o ano de 2010 compara-se ao ano de 2000. De acordo com a tabela, no ano de 2000 e de 2010 o menor crescimento geométrico dentre os municípios da AE foi observado em Pocrane, com valor negativo, e o maior em Tumiritinga.

Na Figura 15 apresentada a seguir é possível verificar a taxa de fecundidade entre as mulheres com idades entre 15 e 49 anos em cada um dos municípios em estudo para os anos de 1991, 2000 e 2010. A análise das séries históricas das taxas de fecundidade permite identificar que a tendência, para todos os municípios em estudo, é a redução do número de filhos por mulheres na faixa etária considerada. Ressalta-se, inclusive, que essa é uma tendência tanto no estado de Minas Gerais, como no Brasil como um todo.

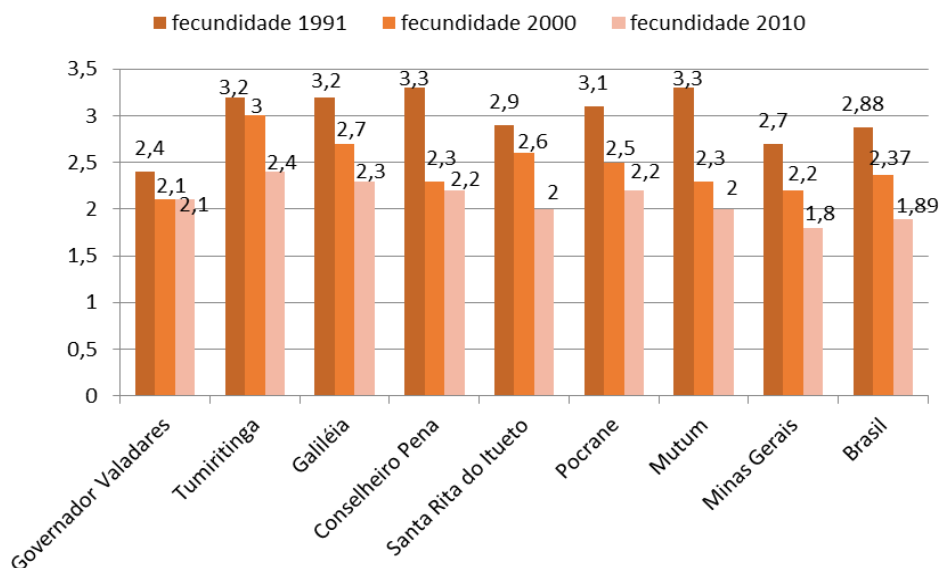


Figura 15 - Taxa de fecundidade de mulheres a partir de 15 anos na AE (2000 - 2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013

Dentre os municípios em estudo, a maior taxa de fecundidade em 2010 foi observada em Tumiritinga (2,4) e as menores em Mutum e Santa Rita do Ituêto (2,0). O Brasil apresentou em 1991 uma taxa de fecundidade de 2,88 filhos por mulher; no ano 2000 a taxa foi de 2,37 e no ano de 2010 de 1,89. Minas Gerais apresentou em 1991 uma taxa de fecundidade de 2,7 filhos, em 2000 a taxa foi de 2,2 filhos e em 2010 de 1,8 filhos por mulher. Identifica-se, então, que a taxa de fecundidade em Minas Gerais sempre esteve muito próxima a média nacional e que os municípios em estudo, apesar de apresentar taxa de fecundidade maior em comparação à média do estado, também não está muito destoante.

As taxas de fecundidade apresentadas indicam novos padrões reprodutivos identificados para as populações dos municípios em estudo, confirmando a análise recente feita por demógrafos e estudiosos da população no Brasil, que têm pesquisado o processo de transição demográfica que parece estar realmente em curso. A transição demográfica pode ser compreendida como a passagem de um regime demográfico de alta natalidade e alta mortalidade para outro com baixa natalidade e baixa mortalidade, que decorre dos avanços da medicina, urbanização, desenvolvimento de novas tecnologias entre outros fatores. Nesse contexto, a inserção da mulher no mercado de trabalho e o reposicionamento de seu papel no âmbito familiar, assim como, a popularização de métodos contraceptivos e o estabelecimento de políticas de planejamento

familiar, são fatores importantes que conduziram a redução das taxas de fecundidade e a mudança nos padrões de reprodução humana.

Ressalta-se que os processos de deslocamento campo-cidade, influenciado pela intensificação da Industrialização na economia, constituindo as grandes aglomerações urbanas a partir do crescente esvaziamento do campo, o que também permitiu o aumento da concentração fundiária, tiveram reflexos na constituição de modos de vida predominantemente urbanos. A Figura 16 apresenta o quantitativo de população rural entre 1991 e 2010 dos municípios da área de estudo (AE).

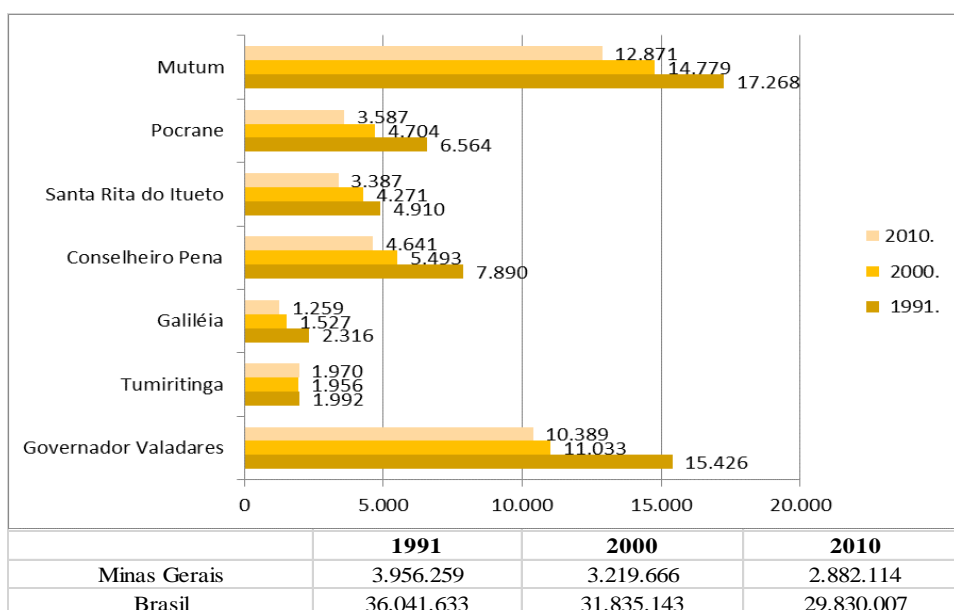


Figura 16 - Evolução da População Rural AE (1991-2010)

Fonte: IBGE (1991, 2000 e 2010)

A partir do gráfico é possível confirmar o decréscimo no quantitativo da população rural, que não é muito representativo apenas no município de Tumiritinga. Tal fato é interessante, sobretudo dentre os municípios que apresentaram um aumento da população absoluta, pois conclui-se que o aumento populacional foi se concentrando na zona urbana. Por isso, apresentam-se os dados sobre a população urbana na Figura 17.

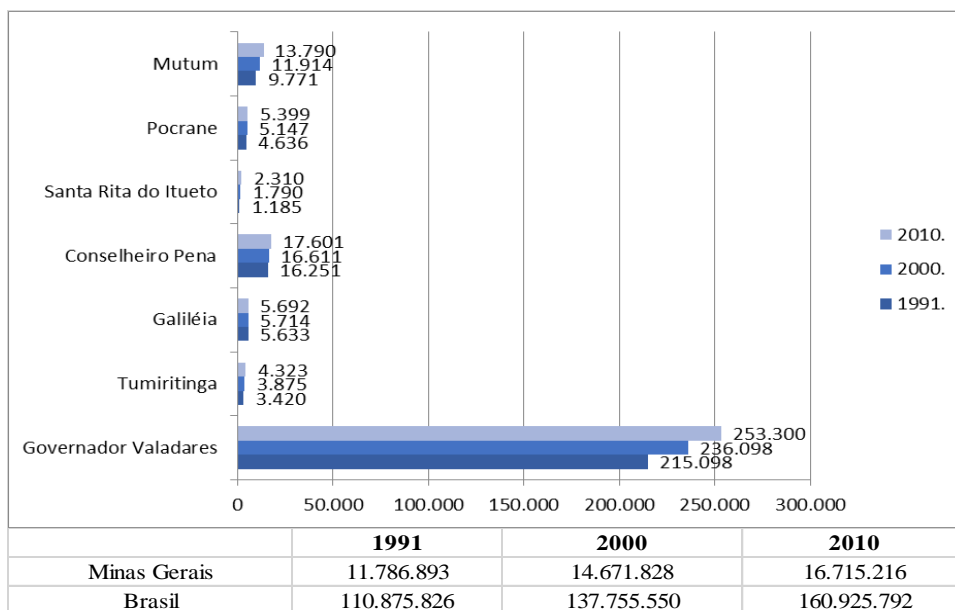


Figura 17 - Evolução da População Urbana AE (1991-2010)

Fonte: IBGE, (1991, 2000 e 2010)

Com relação à população urbana, observa-se nos dados do IBGE (1991, 2000 e 2010) que houve crescimento em todos os municípios da AE, destacando-se Santa Rita do Ituêto que mais do que dobrou sua população em área urbana, o que é um desafio às questões de planejamento e, mesmo assim, é o único município que ainda apresenta a maior parte da população concentrada no campo (População Urbana: 2310, População Rural: 3387).

Tabela 9 - Densidade demográfica nos Censos Demográficos, municípios em estudo, Minas Gerais e Brasil (2010)

Municípios	Densidade Demográfica (2010) hab/km ²
Governador Valadares	112,58
Tumiritinga	12,58
Galiléia	9,65
Conselheiro Pena	14,99
Santa Rita do Ituêto	11,74
Pocrane	13,00
Mutum	21,21
Minas Gerais	33,41
Brasil	22,43

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)

Com relação à densidade demográfica (Tabela 9), que é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território – em km², o IBGE Cidades apresenta o município

Governador Valadares com 112,58 hab/km², Tumiritinga com 12,58 hab/km², Galiléia com 9,65 hab/km², Conselheiro Pena com 14,99 hab/km², Santa Rita do Ituêto com 11,74 hab/km², Pocrane com 13,00 hab/km² e Mutum com 21,21 hab/km². Portanto, Governador Valadares é o município com maior taxa de urbanização e população aglomerada entre os municípios em estudo, enquanto que Galiléia e Santa Rita do Ituêto apresentam os menores índices na relação entre população e área. A densidade demográfica de Minas Gerais é de 33,41 e do Brasil 22,43 habitantes por km². Em todos os dados apresentados foi considerado o Censo Demográfico do IBGE (2010).

Essas mudanças no perfil demográfico não são apenas positivas e tampouco poderiam ser tratadas como neutra, pois “pode tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia, aumentando o bem-estar social, quanto potencializar as adversidades econômicas e sociais, ampliando as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira” (BRITO, 2008, p.6). Ao focar no que seria positivo ao planejamento e ao desenvolvimento de cidades brasileiras, apresenta-se aqui a possibilidade de bônus demográfico, que segundo Camarano e Kanso (2009) trata-se de uma situação em que grande parte da população encontra-se em idade economicamente ativa – ou seja, essa população pode ser aproveitada para estruturar bases importantes que subsidiarão uma estabilidade social quando deixarem de ser economicamente ativos.

Ao seguir com a caracterização da população dos municípios da AE, sobretudo com a pirâmide etária, ficará mais claro que a situação de “bônus demográfico” não é considerada como uma tendência demográfica fixa, mas sim, segundo Brito (2008), como situação transitória a ser aproveitada. Quando por um lado se tem uma população economicamente ativa e relativamente volumosa no Brasil, essa reposição de filhos tem diminuído, ou seja, será difícil se pensar em cenário semelhante nos próximos anos por conta da redução das taxas de fecundidade e da mudança dos padrões reprodutivos.

A redução da fecundidade e das taxas de natalidade associadas ao aumento da esperança de vida dos indivíduos tem conduzido ao processo de envelhecimento da população. Em uma verificação histórica, tem-se que em 1910 a esperança de vida dos brasileiros era, em média, de 34 anos e, atualmente, a esperança de vida média dos brasileiros ultrapassa os 70 anos. Existem estimativas que apontam a esperança de vida ultrapassando os 80 anos no Brasil para o ano de 2050. Uma população que possui um perfil mais velho do que uma população com perfil adulto ou jovem vai requerer maiores investimentos em pagamentos de aposentadoria e serviços de saúde.

Para fazer uma melhor leitura demográfica dos municípios em estudo, apresenta-se a seguir as pirâmides etárias de cada município com o quantitativo populacional de cada classe de idade (Figuras 18 a 24). O conjunto de fatores desse cenário tem resultado, conforme mencionado anteriormente, no processo de transição demográfica. Esse processo implica na alteração da estrutura demográfica da população brasileira principalmente em termos da composição dos grupos etários. Os municípios em estudo não fogem a essas novas tendências e a análise de suas pirâmides etárias aponta para transformações profundas na estrutura demográfica de suas populações.

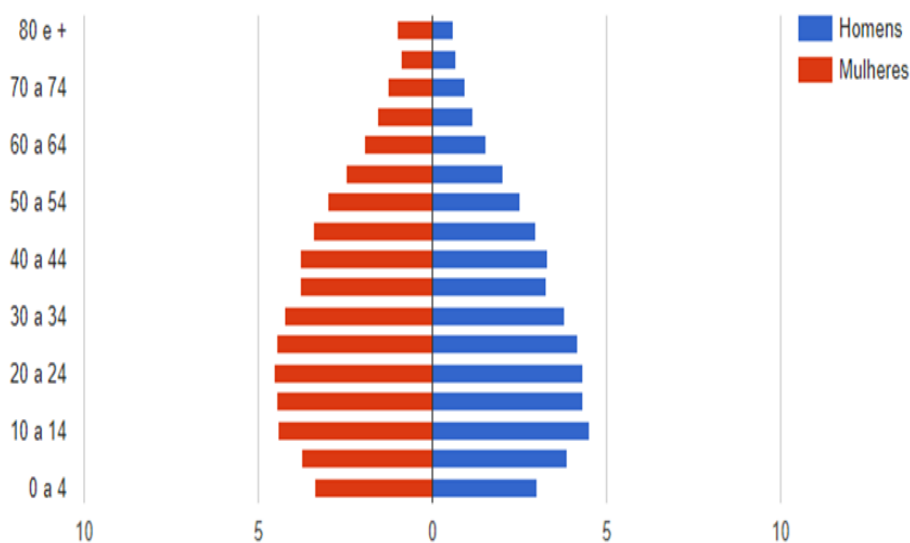


Figura 18 - Estrutura etária da população do município de Governador Valadares (2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

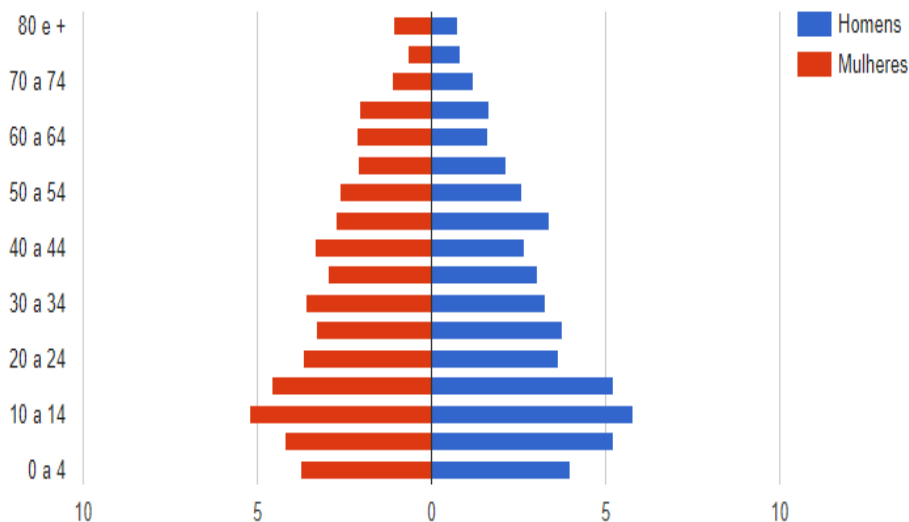


Figura 19 - Estrutura etária da população do município de Tumiritinga (2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

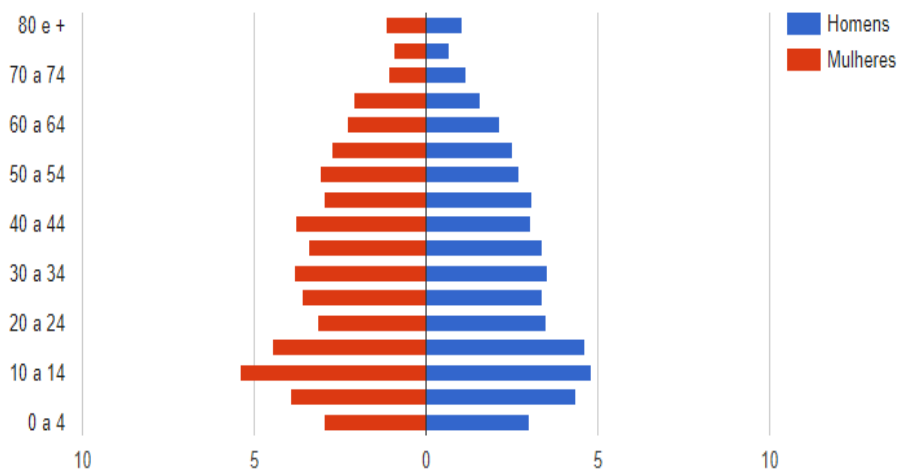


Figura 20 - Estrutura etária da população do município de Galiléia (2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

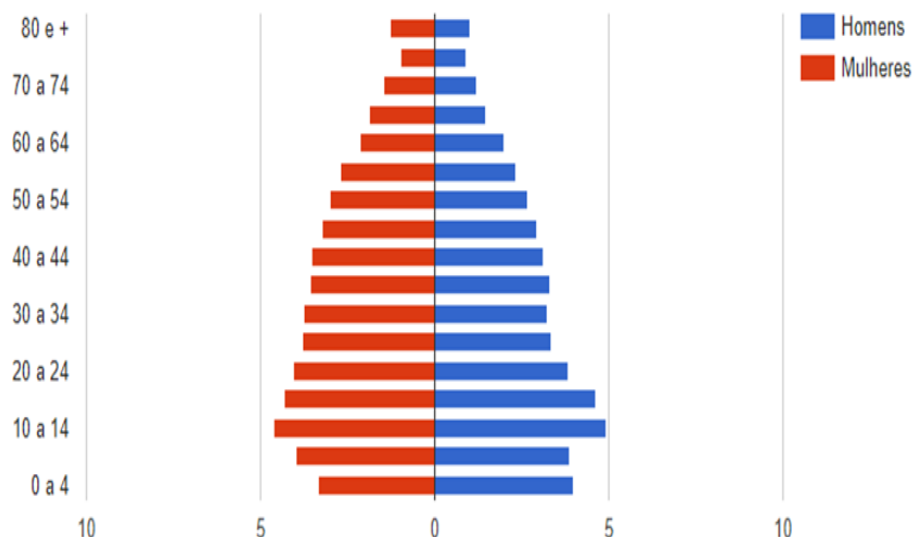


Figura 21 - Estrutura etária da população do município de Conselheiro Pena (2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

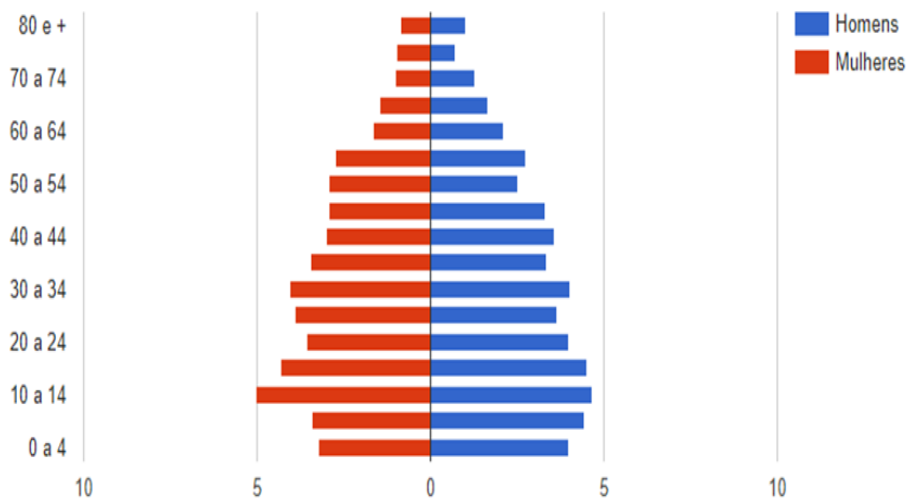


Figura 22 - Estrutura etária da população do município de Santa Rita do Ituêto (2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

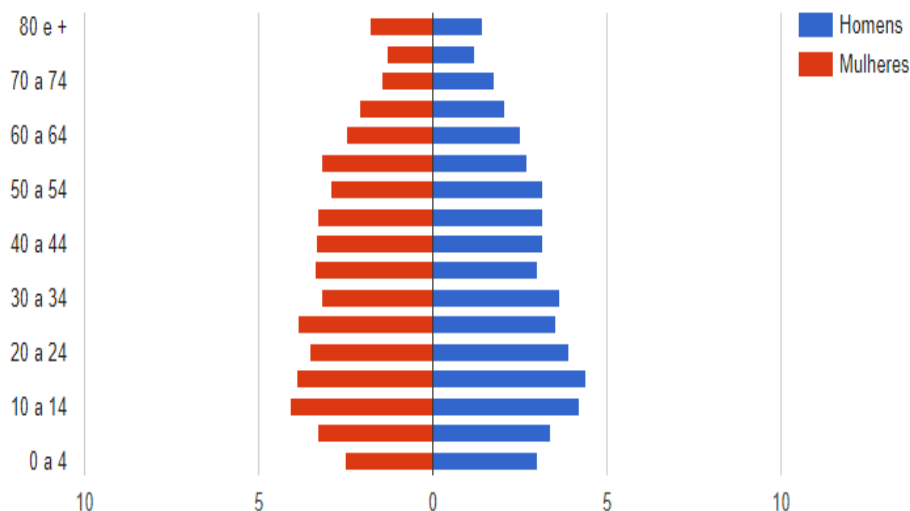


Figura 23 - Estrutura etária da população do município de Pocrane (2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

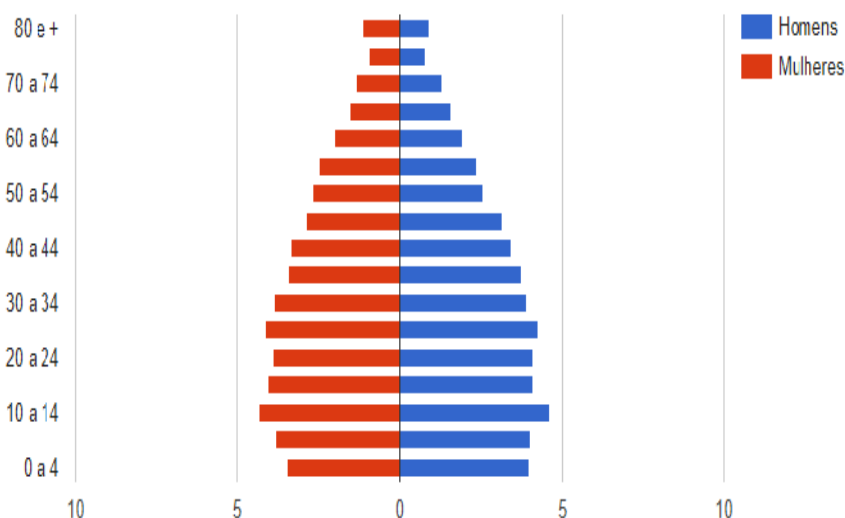


Figura 24 - Estrutura etária da população do município de Mutum (2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Conforme pode ser visualizado nas Figuras de 18 a 24, de maneira geral, as classes etárias mais representativas abrangem, sobretudo, os jovens nas faixas dos 10 a 14, 20 a 24 anos, seguido pela faixa entre 30 e 44 anos. Essa representação de jovens demonstra que os municípios possuem

parte significativa da população classificada como População Economicamente Ativa (PEA). Pode-se destacar, em termos gerais, a base e o centro da pirâmide bastante largos, em contrapartida o topo estreito, nota-se que não é muito representativo o número de habitantes com mais do que 65 anos de idade nos municípios. Ou seja, o topo continua representando os desafios tanto para estes municípios quanto para o Brasil de forma geral, em fazer com que um maior quantitativo populacional alcance a terceira idade. Para que a cidade, as políticas públicas e os sistemas de saúde consigam atender essa população, bem como pensar nas melhorias da qualidade de vida, é necessário um planejamento e desenvolvimento de estratégias o quanto antes.

O estudo das pirâmides realizado, em que foi evidenciado a PEA, poderá enriquecer as interpretações que se faz da população dos municípios da AE quando comparado com a razão de dependência, pois conforme pontua Alves (2008), uma maneira de medir a extensão temporal da Janela de Oportunidade demográfica é comparar o percentual da População em Idade Ativa (PIA) com a Razão de Dependência (RD).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), foi possível elaborar a Tabela 10 que apresenta a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) e sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada), entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 10 - Taxa de atividade e taxa de desocupação por municípios entre 2000 e 2010

Municípios	Taxa de atividade		Taxa de desocupação	
	2000	2010	2000	2010
Governador Valadares	66,17	65,34	15,08	9,53
Tumiritinga	57,41	62,74	8,23	8,52
Galiléia	54,46	54,26	15,36	7,89
Conselheiro Pena	55,43	55,53	7,39	7,01
Santa Rita do Ituêto	54,74	59,19	4,05	1,96
Pocrane	57,02	54,28	5,44	2,77
Mutum	61,55	62,81	4,18	3,35

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013

A situação atual no Brasil é que grande parte da população se encontra em idade economicamente ativa. Assim, a razão de dependência ainda é pequena, o que significa que existe um contingente populacional em condições de trabalho superior, em número, ao contingente de crianças e aposentados. Ressalta-se, como já mencionado anteriormente, que essa situação de bônus demográfico é momentânea e que a tendência identificada em vários estudos é de

envelhecimento da população brasileira. Segundo estimativas de Camarano e Kanso (2009), no ano de 2040 o Brasil terá uma população de aproximadamente 2 indivíduos em idade superior a 65 anos para cada indivíduo com idade inferior a 14 anos, sendo, então, o dobro de idosos em relação ao número de crianças. Ou seja, a razão de dependência no Brasil tende a aumentar.

Na Figura 25 apresentada, é possível identificar a razão de dependência dos municípios em estudo para os anos de 1991, 2000 e 2010. Foram adicionados ainda os dados sobre Minas Gerais e Brasil, para realizar comparação em diferentes escalas de análise.

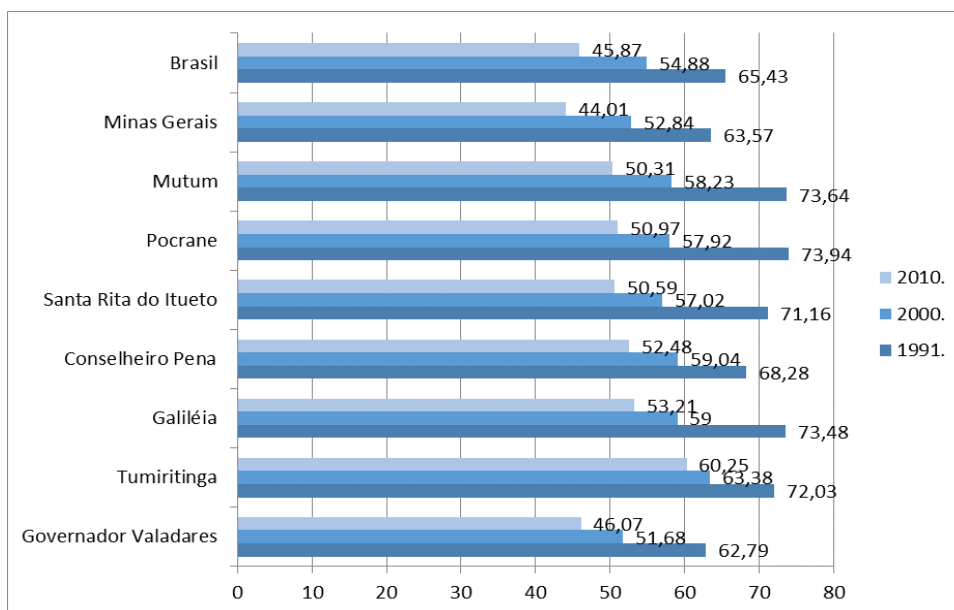


Figura 25 - Razão de dependência da AE, Minas Gerais e Brasil em % (1991, 2000 e 2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Como destacado na Figura 25, todos os municípios em estudo tiveram a porcentagem da razão de dependência diminuídos durante o recorte temporal 1991 para 2010. Esses dados representam uma melhora significativa no quadro produtivo dos municípios, de Minas Gerais e do país, pois no período analisado, observa-se que uma menor quantidade de habitantes se enquadraram como dependente da população em idade produtiva. Em 2010, o município de Governador Valadares possuía a menor quantidade de população dependente (46,07%) o que é um bom cenário em qualquer comparação do gráfico, pois Minas Gerais apresentou 44,01% e o Brasil 45,87%. Em detrimento de Governador Valadares, o município de Tumiritinga apresentou a taxa mais alta, com 60,26%. Os outros municípios da AE também observaram quedas de dependências, tendo saído de um cenário em 1991, onde a maioria da população dependia financeiramente de outras faixas

etárias, mas, mesmo assim, com aproximadamente 50% de sua população dependente. Soma-se a este fato, além do envelhecimento da população, também as baixas taxas de fecundidade, o que pode significar que a população jovem em idade de trabalho não será repostada em grande número ou, ainda, pode ficar bem reduzida. Nesse cenário futuro, então, o atual bônus demográfico se converterá em um ônus e a razão de dependência tenderá a taxas maiores do que 50% novamente.

Dessa forma, é razoável pensar que políticas públicas devam ser direcionadas ao melhor aproveitamento da atual situação bônus e, também, no estabelecimento de mecanismos para mitigar os efeitos desse ônus futuro. Contudo, não é o que se tem verificado. Apesar do envelhecimento da população ser uma conquista, levando em consideração os avanços da medicina, o combate às doenças infecciosas, os programas de vacinação em larga escala e o desenvolvimento de medicamentos que melhoram a qualidade de vida da população idosa impactando positivamente na longevidade dos indivíduos, por outro lado, o envelhecimento populacional traz grandes desafios e uma grande preocupação é o aumento das despesas públicas com a seguridade social, como bem afirma Pasinato (2009). A redução da PIA, sendo, nesse sentido, o pagamento de aposentarias por idade e por tempo de contribuição, uma questão que precisa ser melhor equacionada.

O sistema previdenciário brasileiro fundamenta-se em um pacto de solidariedade intergeracional o que significa, em termos simplificados, que a geração apta a trabalhar no atual momento (PIA) assume o ônus do pagamento de benefícios para as demais que estão impossibilitadas de trabalhar por questões diversas. Considerando as questões levantadas tanto com relação à caracterização da população, onde atualmente se têm uma janela de oportunidades, quanto à necessidade em se pensar e planejar o futuro, Alves (2008, p.9) alerta para a necessidade em se fazer investimentos em “educação e uma maior qualificação de homens e mulheres” para que se possam colher melhorias no futuro.

7.3.4 Uso e Ocupação do Solo

O uso do solo, para Deák (2001), pode ser compreendido como o conjunto das atividades, incluindo processos individuais de produção e reprodução, de uma sociedade por sobre uma aglomeração urbana assentados sobre localizações individualizadas, combinadas com seus padrões ou tipos de assentamento, do ponto de vista da regulação espacial. Pode se dizer, portanto, que o uso do solo é a materialização da reprodução social no plano do espaço urbano e rural. A

leitura do uso do solo não é, portanto, uma análise simples, uma vez que admite uma variedade tão grande quanto as atividades da própria sociedade. As categorias de uso do solo são criadas com a finalidade de classificação das atividades e tipos de edificações para efeito de sua regulação e controle através de leis de zoneamento, ou leis de uso do solo. Uma das ferramentas que auxiliam a compreensão dos diferentes usos possíveis para o solo são os mapas de uso, construídos a partir de imagens de satélite e refinados com trabalho de campo e/ou estudos e levantamento de outras fontes. Ver Mapa de Uso do Solo do da Área de Estudo Socioeconômica, Figura 26 e Anexo 48, Volume 4, Tomo IV.

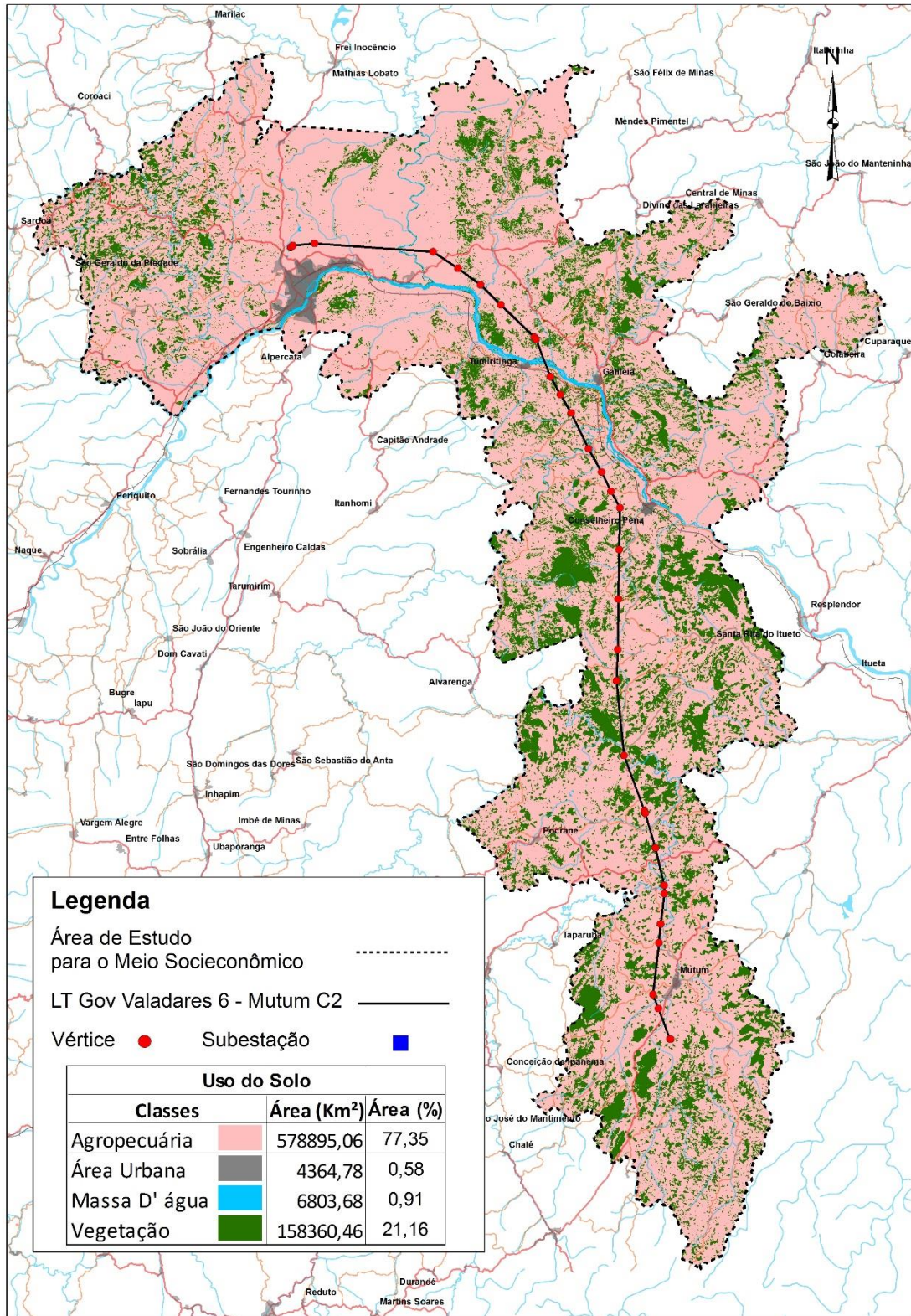


Figura 26 - Uso e Ocupação do solo nos municípios da AE

Tabela 11 - Uso do Solo da Área de Estudo por área e % nos municípios em estudo

Classes	Área (Km ²)	Área (ha)	Área (%)
Agropecuária	578.895,06	5.788,95	77,35
Área Urbana	4.364,78	43,65	0,58
Massa D' água	6.803,68	68,04	0,91
Vegetação	158.360,46	1.583,59	21,16
TOTAL	748.423,99	7.484,22	100,00

Fonte: Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2018.

De acordo com os dados apresentados, a maior parte do uso do solo atual (5.788,95 ha) relaciona-se com o setor agropecuário, seguido por Vegetação Nativa ou pouco alterada (1.583,59). As classes que menos utilizam o solo em termos percentuais são Massas D'água (68,04) e Área Urbana (43,65). Além dessa classificação inicial, é necessário a leitura do tipo de uso específico dentro dessas áreas, pois não necessariamente as regiões com menor porcentagem ou menos áreas ocupadas são as que menos impactam o solo. Por esse motivo este estudo apresenta ainda, na Área Diretamente Afetada (ADA), detalhes sobre o uso, que será feito no meio biótico.

Ainda de acordo Deák (2001) o uso do solo é uma instância da produção do espaço na dialética do Estado e do mercado. As localizações resultantes da produção do espaço são colocadas no mercado para seu uso ser definido através da competição entre as atividades individuais - da qual resulta o preço das localizações- sujeita à regulação do Estado por instrumentos de planejamento entre os quais as leis do uso do solo. Portanto, existe uma intencionalidade e uma ordem espacial nas ações de gestão do próprio poder público, bem como das empresas e organizações privadas que instalam no território, e que, a partir dessa intervenção, passam a dar novas formas às paisagens e ao ritmo de vida dos moradores.

Por isso, faz-se necessário o entendimento da estrutura fundiária dos municípios, uma vez que o modo de ocupação do território brasileiro, gerou na maior parte do País um regime de terras do tipo latifundiário, que mantém, ainda hoje, elevadíssima concentração da propriedade nas mãos de poucos, e condena a maioria dos agricultores a cultivar a terra dos outros, auferindo com isto uma renda per capita muito baixa, ou seja, o tipo de uso e ocupação do solo tem tudo a ver com as condições socioeconômicas de um determinado lugar.

Para este estudo, a leitura do uso e ocupação do solo foi feito em todos os municípios da AE, Governador Valadares, Galiléia, Tumiritinga, Conselheiro Pena, Santa Rita do Ituêto, Pocrane

e Mutum. Dessa forma, são trazidas uma série de dados que nos possibilitará uma análise da estrutura fundiária dos municípios que fazem parte do recorte da área de estudo (AE).

A partir de estudos da estrutura fundiária e configuração agropecuária, é possível estabelecer o perfil da produção rural de um município. E, para tal, faz-se necessário apresentar conceitos importantes para a questão agrícola e agrária. Dentre eles destacam-se os conceitos, introduzidos no documento Estatuto da Terra (1964), de imóvel ou estabelecimento rural e módulo fiscal, que são fundamentais para a avaliação da estrutura fundiária de uma localidade.

Segundo o Estatuto da Terra, para a definição de imóvel rural têm-se “área aproveitável passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal” e para módulo fiscal considera-se: tipo de exploração predominante (lavoura hortifrutigranjeira, cultura permanente e temporária, pecuária; florestal) em hectares; renda obtida no tipo de exploração predominante e outras explorações existentes, embora não predominantes. Logo, o número de módulos fiscais, de um imóvel rural, será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do município, seu valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. Segundo as informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2015), que é uma autarquia federal responsável pelo ordenamento fundiário nacional, cada município tem fixado um módulo fiscal, referentes às suas características locais. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.

O conceito de módulo fiscal foi introduzido pela Lei nº 6.746/1979, que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola e além disso, o número de módulos fiscais de um imóvel é utilizado na aplicação da alíquota no cálculo do ITR (Imposto Territorial Rural). A Tabela 12 apresenta o módulo fiscal estabelecido para cada município da AE.

Tabela 12 - Módulo fiscal rural dos municípios da AE

Município	Módulo Fiscal (há)
Governador Valadares	30
Tumiritinga	30
Galiléia	30
Conselheiro Pena	30
Santa Rita do Ituêto	30
Pocrane	30
Mutum	30

Fonte: INCRA - Sistema Nacional De Cadastro Rural Índices Básicos, 2013

De acordo com os módulos fiscais, o INCRA classifica os imóveis rurais pelo tamanho da área, em: minifúndio; pequena, média e grande propriedade. É considerado minifúndio “o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal”; pequena propriedade “o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais”; média propriedade “o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais”; e grande propriedade “o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais”. (INCRA, 2015). Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural- Índices Básicos- do INCRA (2013), o módulo fiscal, nos municípios da AE, representa 30 hectares. Assim, têm-se: minifúndios de 1 até 30 hectares, pequena propriedade de 30 a 120 hectares, média propriedade de 120 a 450 hectares e grande propriedade acima de 450 hectares.

A melhor compreensão dos aspectos do uso do solo relaciona-se com a leitura da produção econômica do mesmo. Dessa forma, apresenta-se a frequência de estabelecimentos rurais por tamanho, por município, Tabela 13.

Tabela 13 - Quantidade de estabelecimentos rurais por tamanho (hectares) em cada município da AE

Tamanho do Estabelecimento Rural	Governador Valadares	Galiléia	Tumiritinga	Conselheiro Pena	Santa Rita do Itueto	Pocrane	Mutum
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	12	3	4			12	1
De 0,1 a menos de 0,2 há	12	3		2		34	
De 0,2 a menos de 0,5 há	19	2	2	1	1	27	12
De 0,5 a menos de 1 há	23	6	5	1	3	30	39
De 1 a menos de 2 há	85	3	12	15	18	43	169
De 2 a menos de 3 há	66	9	66	30	18	24	208
De 3 a menos de 4 há	33	2	6	20	20	25	173
De 4 a menos de 5 há	80	10	18	69	56	63	329
De 5 a menos de 10 há	195	32	43	148	121	138	558
De 10 a menos de 20 há	250	62	73	203	165	154	577
De 20 a menos de 50 há	348	109	104	385	170	188	530
De 50 a menos de 100 há	205	93	46	248	79	126	246

Tamanho do Estabelecimento Rural	Governador Valadares	Galiléia	Tumiritinga	Conselheiro Pena	Santa Rita do Ituêto	Pocrane	Mutum
De 100 a menos de 200 há	176	70	26	158	49	65	127
De 200 a menos de 500 há	119	53	38	80	24	42	64
De 500 a menos de 1.000 há	65	20	14	17	6	15	14
De 1.000 a menos de 2.500 há	19	80	3	7	1	4	1
De 2.500 a menos de 10.000 há	2		1	1			
Total de Estabelecimentos Rurais	1.709	486	461	1.386	731	990	3.049

Fonte: IBGE, Censo agropecuário de 2017

Em relação ao número de Unidades Produtivas (UP) destaca-se em Governador Valadares que a maioria dos estabelecimentos rurais se concentram com 10 a 20 hectares, perfazendo 14,6% das UPs do município, 20,3% de 20 a 50 hectares e 12% de 50 a 100 hectares, com destaque para o número de 45,3% de estabelecimentos caracterizados como minifúndio. Em Tumiritinga a maioria dos estabelecimentos rurais se concentram entre 10 e 20 hectares com 15,8% e de 20 a 50 hectares compondo 22,5% do total de estabelecimentos rurais neste município. Destaca-se que a composição de minifúndios na estrutura agrária deste município perfaz um total de 49,6%. Em Galiléia temos que a maior parte dos estabelecimentos rurais estão concentrados com área de 20 a 50 hectares sendo 22,4%, 19% com área de 50 a 100 hectares e 14,4% com área de 100 a 200 hectares. Sendo que neste município há um total de 27% de minifúndios. Já em Conselheiro Pena temos que 14,6% dos estabelecimentos rurais apresentam área entre 10 e 20 hectares, 27,7% entre 20 e 50 hectares e 17,8% de 50 a 100 hectares, enquanto os minifúndios equivalem a 35,2% do total de estabelecimentos rurais. Em Santa Rita do Ituêto 16,5% dos estabelecimentos correspondem a área de 5 a 10 hectares, 22,5% com área de 10 a 20 hectares e 23,2% de 20 a 50 hectares. Os minifúndios correspondem a 54% do total de estabelecimentos rurais neste município. Em Pocrane 14% dos estabelecimentos rurais têm área de 5 a 10 hectares, 15,5% de 10 a 20 hectares e 19% de 20 a 50 hectares. Neste município os minifúndios correspondem a um total de 55,5% dos estabelecimentos rurais. Em Mutum 18,3% dos estabelecimentos rurais apresentam área de 5 a 10 hectares, 18,9% de 10 a 20 hectares e 17,3% entre 20 e 50 hectares. 49,4% do total de estabelecimentos rurais de Mutum são caracterizados como minifúndios.

Os dados apresentados até aqui, com a leitura das terras em Minas Gerais, de acordo com os tamanhos dos módulos, indicam certa concentração de terras – muitos espaços e áreas sob domínio proprietário de poucas pessoas. O que também pode ser apreendido a partir dos dados de principais produções de lavoura temporária, cuja maior quantidade de toneladas colhidas diz respeito ao monocultivo de milho e cana-de-açúcar, assim como as forrageiras para corte e produção de silagem para alimentar o gado, uma vez que os números da pecuária também se destacam nos municípios. Mais detalhes sobre a produção agrícola da região em estudo será apresentada com a Tabela 14.

Tabela 14 - Dados de agricultura - principais produções por município de lavoura temporária e permanente (2017)

Produção		Governador Valadares	Galiléia	Tumiritinga	Conselheiro Pena	Santa Rita do Ituêto	Pocrane	Mutum
Abóbora	Estabelecimentos	18	23	15	6		53	49
	Quantidade (toneladas)	9	28	14	4		7	31
Arroz em casca	Estabelecimentos	1			6		31	14
	Quantidade (toneladas)				12		109	134
Cana-de-açúcar	Estabelecimentos	36	116	24	94		11	61
	Quantidade (toneladas)	2448	6639	418	7894		112	1195
Feijão Preto	Estabelecimentos		14	4	35	3	102	689
	Quantidade (toneladas)		0	1	9	1	67	218
Feijão de cor	Estabelecimentos	4	35	4	71	1	14	114
	Quantidade (toneladas)	0	250	2	23	x	2	25
Mandioca	Estabelecimentos	22	221	35	28	1	85	155
	Quantidade (toneladas)	11	350	36	24	x	77	154
Milho em grão	Estabelecimentos	13	122	75	114	14	102	745
	Quantidade (toneladas)	58	341	463	220	29	4576	2005
Forrageiras para corte	Estabelecimentos	8	86	2	1		8	67
	Quantidade (toneladas)	236	5285	X	x		135	1577
Cana forrageira	Estabelecimentos	45	243	18	66	6	104	525
	Quantidade (toneladas)	1337	15282	156	6896	12	3347	23969
Milho Forrageiro	Estabelecimentos	1	77	5	14		53	367
	Quantidade (toneladas)	X	6673	46	2122		10540	26923
Banana	Estabelecimentos	217	527	84	239	29	448	1584
	Quantidade (pés/ mil unidades)	1	107	7	27	29	5	50
Café arábico	Estabelecimentos	5	134	1	338	208	65	1572
	Quantidade (pés/ mil unidades)	0	7	X	5273	4421	283	22908
Café cenephora	Estabelecimentos	6	8		109	470	123	187
	Quantidade (pés/ mil unidades)	17	3		680	5084	679	690
Coco da Baía.	Estabelecimentos	255	301	39	36	4	319	754
	Quantidade (pés/mil unidades)	1	5	2	1	0	1	10

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

A produção de café é destaque no Estado de Minas Gerais e também foi introduzido no Vale do Rio Doce, concentrando-se, sobretudo, nos municípios de Resplendor, Santa Rita do Ituêto e Conselheiro Pena. Na microrregião de Governador Valadares não se observa a mesma importância que em outras microrregiões do Vale do Rio Doce. A única cultura comercial de grande importância implantada na microrregião de Governador Valadares nos primórdios de sua ocupação foi a cana-de-açúcar, destinada a Companhia Açucareira do Rio Doce (CARDO), pertencente a CIA Belgo Mineira, cuja atividade foi encerrada na década de 70, quando aos poucos o capim colônia foi tomando conta da paisagem, trazendo consigo a principal atividade econômica da região até os dias de hoje: pecuária extensiva. (FAVEIRO, 2001). Com relação à pecuária, de acordo com o censo agropecuário do IBGE (2017) foi possível organizar a Tabela 15.

Tabela 15 - Dados de pecuária - principais criações por município (2017)

Município	Bovino		Suíno		Aves	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Governador Valadares	1.341	114.351	434	2.320	926	38.355
Tumiritinga	368	24.704	158	747	253	9.968
Galileia	450	35.060	126	666	267	11.054
Conselheiro Pena	1.025	56.296	300	1.190	694	26.645
Santa Rita do Ituêto	316	13.391	77	412	246	5.060
Pocrane	742	33.429	331	1.596	694	20.783
Mutum	1.873	68.500	963	3.638	1874	62.977

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

Dessa forma, para melhor visualização da participação produtiva de cada município na produção dos itens acima, foi possível elaborar os gráficos dispostos nas Figuras de 27 a 33.

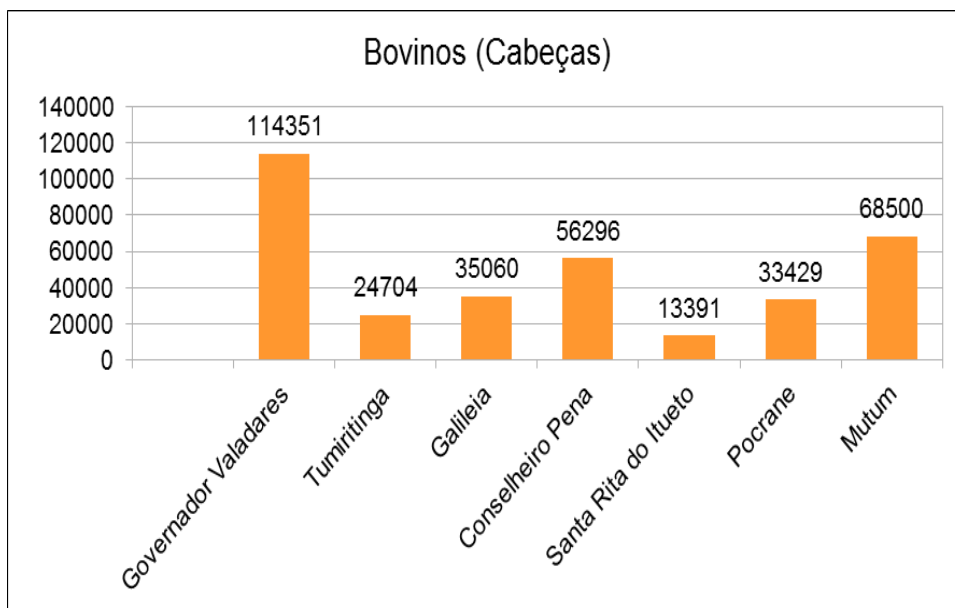


Figura 27 - Criação de bovinos por município, número de cabeças

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

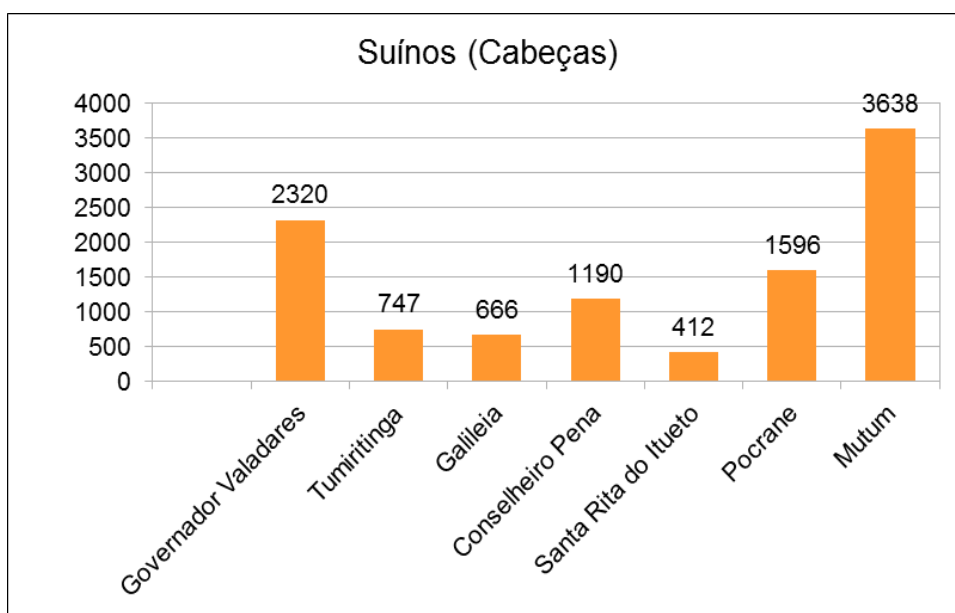


Figura 28 - Criação de suínos por município, número de cabeças

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

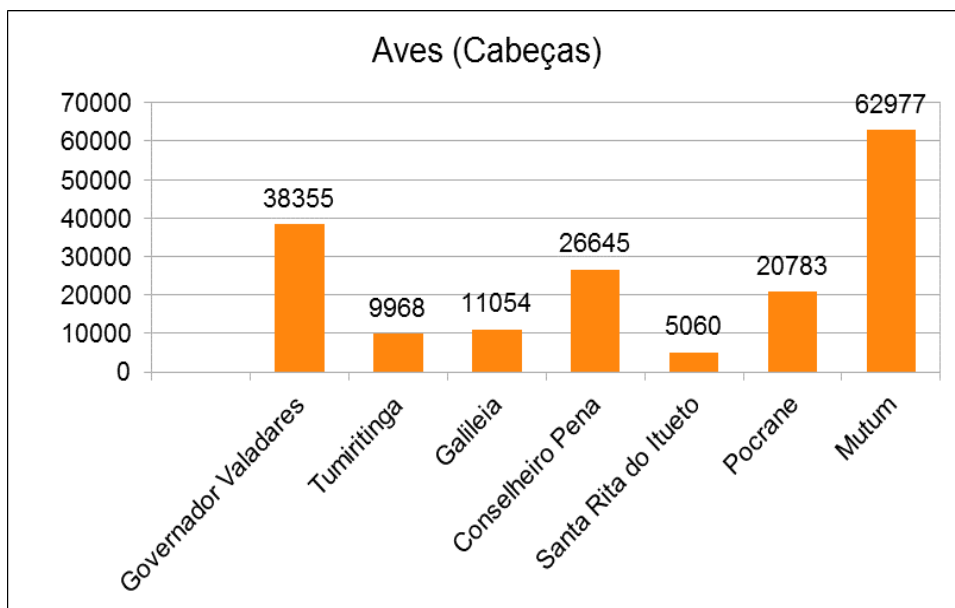


Figura 29 - Criação de aves por município, número de cabeças

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

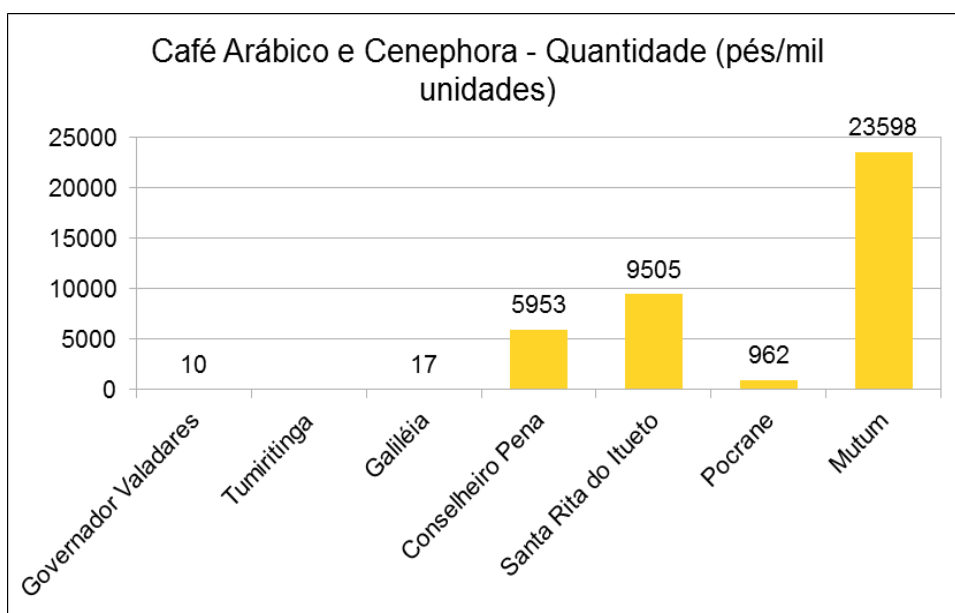


Figura 30 - Produção de café por município, número de pés (mil)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

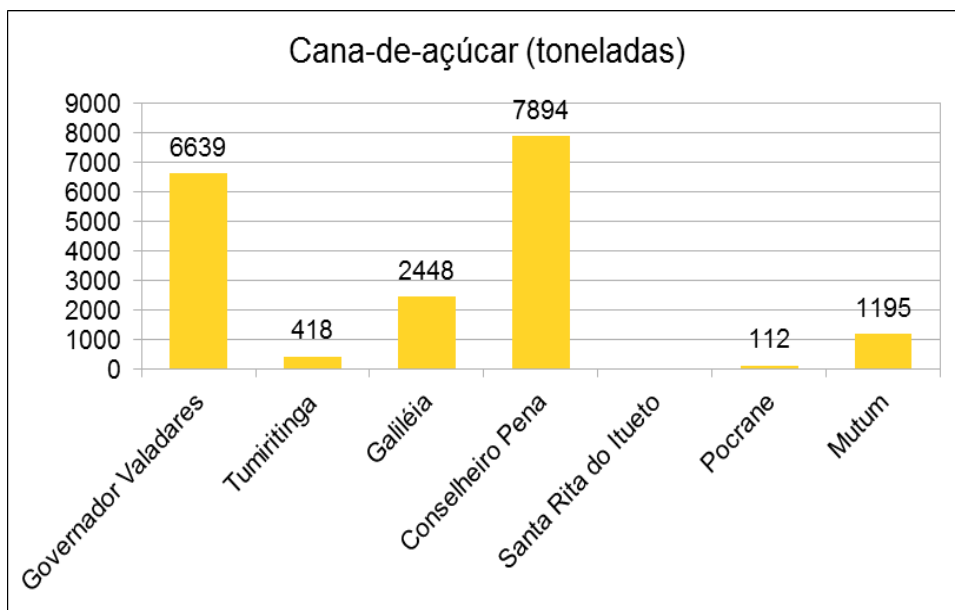


Figura 31 - Produção de cana-de-açúcar, em toneladas, por município

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

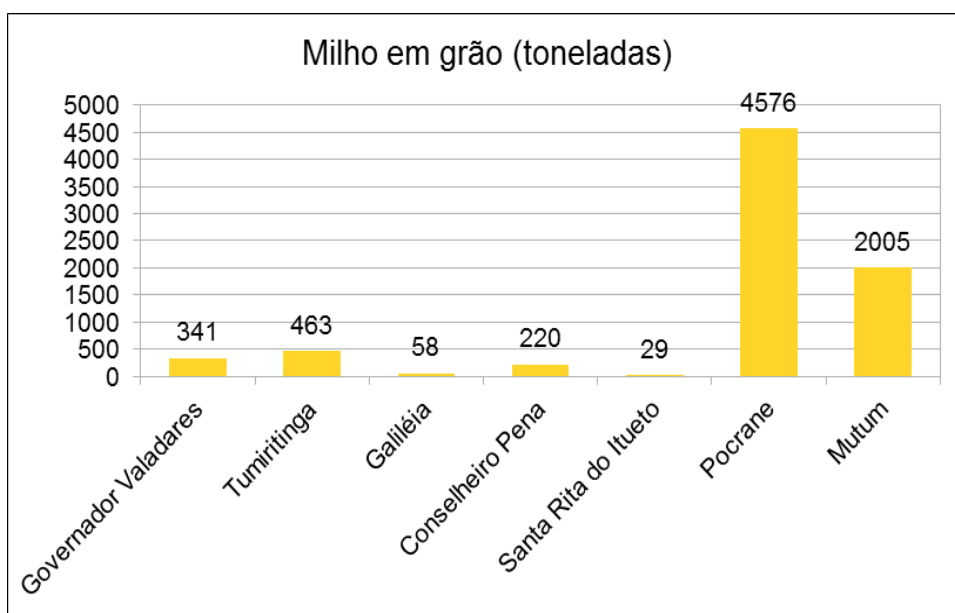


Figura 32 - Produção de milho, em toneladas, por município

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

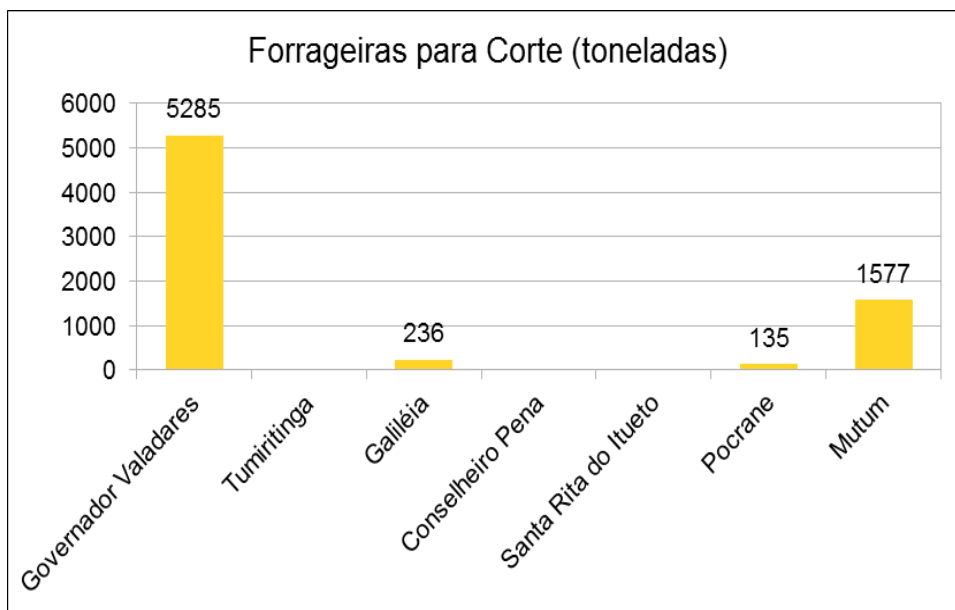


Figura 33 - Produção de forrageiras, em toneladas, por município

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

Observa-se que o uso econômico do solo geralmente significa a diminuição dos recursos naturais. O avanço da fronteira agrícola, por exemplo, significou o desmatamento de diversos biomas brasileiros. A Tabela 16, elaborada pela fundação João Pinheiro traz dados da evolução da cobertura de uso do solo em Minas Gerais, por tipos específicos, entre os anos de 2000 e 2017, mostrando a proporção inversa entre constante diminuição da área de floresta natural e corpos d'água bem constante crescimento das áreas plantadas.

Tabela 16 - Percentual da cobertura e uso do solo em relação à área total do estado de Minas Gerais, por classes

Percentual da cobertura e uso do solo em relação à área total do estado por classes					
Minas Gerais – 2000-2017 (%)					
Especificação	2000	2005	2010	2015	2017
Floresta Natural	33,08	32,50	32,45	31,44	31,78
Floresta Plantada	1,17	1,16	1,93	2,63	2,77
Pastagem	40,86	39,43	37,13	35,26	34,68
Culturas Anuais e Perenes	1,95	2,58	2,96	3,63	4,02
Culturas Semi-Perenes	0,14	0,34	0,96	1,32	1,27
Mosaico de Agricultura ou Pastagem	14,19	15,12	15,45	17,11	17,04
Infraestrutura Urbana	0,34	0,35	0,41	0,46	0,46
Outras Áreas não Vegetadas	0,13	0,16	0,16	0,16	0,11
Afloramento Rochoso	0,34	0,31	0,26	0,27	0,26
Mineração	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Percentual da cobertura e uso do solo em relação à área total do estado por classes					
Minas Gerais – 2000-2017 (%)					
Especificação	2000	2005	2010	2015	2017
Formação Campestre	6,82	6,91	7,20	6,79	6,65
Corpo D'água	0,98	1,13	1,09	0,92	0,94

Fonte: Fundação João Pinheiro – MapBiomias - Coleção 3

A pecuária extensiva de corte é predominante na Depressão do Rio Doce – polarizada por Governador Valadares, além da concentração das indústrias siderúrgicas, mineração, celulose e monocultura de eucalipto no médio Rio Doce. Enquanto remanescentes de Mata Atlântica restantes, encontram-se predominantemente nas unidades de conservação, já que a primeira atividade econômica de maior porte que se instalou na região foi a extração madeireira. O Leste Mineiro está formado por um conjunto de municípios, que com algumas exceções, tem sua economia fortemente ligada ao meio rural. Sendo necessário plano estratégico de desenvolvimento sustentável, que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais. De acordo com Faveiro (2001), o Vale do Rio Doce, e notadamente, a microrregião de Governador Valadares, é a região de maior degradação do estado, sendo frequente na paisagem os topos das elevações desprovidas de vegetação e voçorocas nas encostas.

Uma preocupação recorrente é a possibilidade de uso em excesso de água pelos plantios quando comparados com florestas nativas ou outros usos dos solos, tais como pastagens e culturas agrícolas. Essa preocupação está bem disseminada no estado de Minas Gerais, que concentrava 51.3% (1,5 milhão de hectares) dos 2,9 milhões de hectares no país cobertos por plantios de *Eucalyptus* em 1998. O vale do rio Doce, na porção leste de Minas Gerais, é um exemplo de região onde os plantios de *Eucalyptus*, que em 1997 já cobriam 2,8% da área total da bacia, ou cerca de 203.000 hectares. Mas deve-se ter em mente que em média 78% das áreas das propriedades rurais não-florestais no vale do rio Doce são cobertas por pastagens. A principal questão é que a maioria das propriedades agrícolas não segue boas práticas de manejo de solo e vegetação, sendo que o tamanho médio dos fragmentos florestais no vale do rio Doce é de 24 ha, em sua maioria sofrendo perturbações pelo fogo e desmatamento, de acordo com SABARÁ em sua Análise Estatística da Correlação Entre Uso do Solo e Nascentes no Médio Rio Doce.

Além disso, o avanço da fronteira agrícola significou a expropriação de camponeses do campo para a cidade, massificando também os dados relativos a falta de estrutura urbana e

vulnerabilidade social nos centros urbanos. Sendo assim, esses dados evidenciam a degradação ambiental da região que, somada a alta concentração de terra e renda, refletem numa crescente degradação socioambiental. Por esse motivo se torna importante repensar algumas matrizes do dito desenvolvimento, prevendo impactos menores para produções de monocultura voltadas ao atendimento de animais e uma expansão do uso sustentável do solo. Os gestores públicos, por exemplo, possuem papel importante no direcionamento de políticas públicas importantes no norteamento dessas matrizes de desenvolvimento. Destaca-se que do predomínio de pequenas propriedades apresenta vantagens, tais como: a maior geração de empregos no campo; e o direcionamento agrícola, para produção de alimentos, sobretudo dos que compõem a dieta da população. Isso se dá pela diversificação produtiva, da maioria dessas propriedades rurais, em detrimento da monocultura. Nesse sentido, a agricultura familiar desempenha papel de fundamental importância tanto para o desenvolvimento sustentável como para produção de alimento. No entanto, há necessidade de maior investimento em políticas públicas e assistência técnica para estes, visando sua permanência no campo.

Nos municípios em estudo existem áreas cujo uso estão destinados à proteção ambiental, sejam de proteção integral ou uso sustentável, somando 16.562,19 hectares de áreas preservadas na área de estudo. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Sendo assim, foram identificadas as Unidades de Conservação que abrangem os municípios deste estudo, caracterizadas na Tabela 17 e Figura 34.

Tabela 17 - Áreas destinadas à conservação e proteção da biodiversidade (Unidades de Conservação) nos municípios da AE

Município	Área (ha)	Tipo	Nome
Conselheiro Pena	5.367,78	UC de Uso Sustentável	Parque Estadual de Sete Salões Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN 7 de outubro
Governador Valadares	7.784,28	UC de Proteção Integral	Monumento Natural Estadual Pico do Ibituruna APE Estadual Pico do Ibituruna Parque Natural Municipal Governador Valadares
Santa Rita do Ituêto	3.410,13	UC de Proteção Integral	Parque Estadual – PAQE Sete Salões

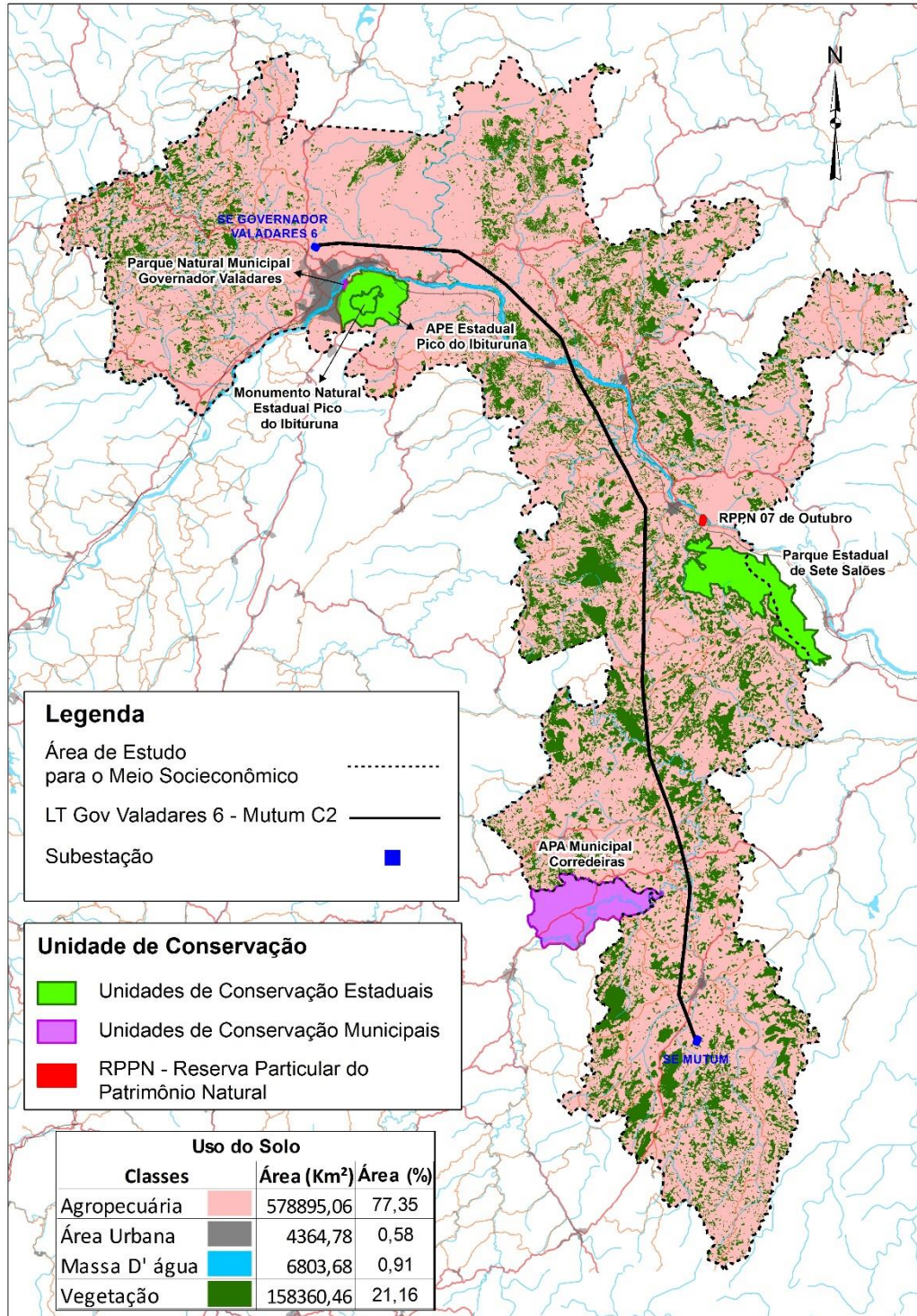


Figura 34 - Uso do solo destinado à Unidades de Conservação na AE



Figura 35 - Uso do solo voltado à Silvicultura com Teca e pastagem com gado de corte, município de Governador Valadares



Figura 36 - Pecuária de gado leiteiro em Galiléia



Figura 37 - Uso do solo voltado à pastagem com gado leiteiro, município de Tumiritinga



Figura 38 - Uso do solo voltado à Agricultura com cultivo de Sorgo e pastagem com pecuária leiteira, município de Conselheiro Pena



Figura 39 - Cultivo de Café e pastagem, usos predominantes em Santa Rita do Ituaçu



Figura 40 - Uso do solo voltado à Agricultura com cultivo de Milho, município de Pocrane



Figura 41 - Pastagem e pecuária de gado leiteiro, predominantes em Mutum

Ao tratar da organização de todas essas atividades no espaço, juntamente com sua expansão, o plano diretor é de fundamental importância, uma vez que tem por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes (instrumento previstos no § 4º do artigo 182, da CF/88). Importante também o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o Plano Diretor é o instrumento legítimo para concretização da política de desenvolvimento e de expansão urbana, de modo que não é possível a criação de projetos urbanísticos de forma isolada e desvinculada do Plano Diretor. Nos sites das prefeituras dos municípios da AE foi possível obter informações referentes a existência de plano diretor municipal na AE, organizados na Tabela 18

Tabela 18 - Plano Diretor Municipal na AE

Município	Plano Diretor	População Total	Decreto
Governador Valadares	Sim	263.689	Lei Complementar Nº 95, de 27 de dezembro de 2006
Galiléia	Não	6.951	
Tumiritinga	Não	6.293	
Conselheiro Pena	Sim	22.242	Lei Complementar Nº 016 de 11 de outubro de 2006
Santa Rita do Ituêto	Não	5.697	
Pocrane	Não	8.986	
Mutum	Sim	26.661	Lei nº 529/2007

Vale lembrar que o plano diretor (indicado no artigo 41 da Lei 10.257/2001) é obrigatório para cidades: com mais de vinte mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Sendo assim, não consta obrigatoriedade para os municípios de

Tumiritinga, Galiléia, Santa Rita do Ituêto e Pocrane a existência de plano diretor capaz de orientar o crescimento do município, capaz de prever ações de curto, médio e longo prazo, no tocante a urbanização. No entanto, os municípios de Tumiritinga e Galiléia apresentam o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB. 2015), e neste documento já é apontada a necessidade de realizar este estudo, de forma que oriente o crescimento do município.

Todos os municípios possuem o Plano Plurianual (PPA), que é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de 4 anos. Nesse plano são organizadas as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população.

- Lei municipal nº 6.844/2017, de 13 de dezembro de 2017. “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Governador Valadares - MG, para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências”;
- Lei municipal nº 195, de 19 de outubro de 2018. “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Galiléia - MG, para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências”;
- Lei municipal nº 2.379/2018, de 13 de novembro de 2018. “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Conselheiro Pena - MG, para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências”;
- Lei municipal nº 1.193/2018, de 08 de Novembro de 2018. “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Santa Rita do Ituêto - MG, para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências”;
- Lei municipal nº 1.113/2018, de 01 de março de 2018. “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Pocrane - MG, para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências”;
- Lei municipal nº 963/2017, de 09 de dezembro de 2017. “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Mutum - MG, para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências”;

O município de Tumiritinga não soube informar a lei que rege o plano plurianual do município e a informação não está disponível no sítio eletrônico da prefeitura.

A Tabela 19 apresenta a relação de Secretarias obtidas na Secretaria de Administração de cada município. Além disso, foi verificada a presença ou não de Ministério Público e Conselhos e, quando ausentes, identificou-se em qual município os moradores buscam apoio, quando necessário.

Tabela 19 - Relação de Secretarias e Órgãos Públicos presentes nos municípios da AID

Município	Secretarias	Ministério Público	Conselhos
Mutum	Secretaria Municipal de Administração	Possui Ministério Público e Fórum	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Tutelar; - Conselho de Assistência Social; - Conselho do Idoso; - Conselho municipal dos direitos das Crianças e Adolescentes.
	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio		
	Secretaria Municipal de Cidade		
	Secretaria Municipal de Cultura		
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e trabalho		
	Secretaria Municipal de Educação		
	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer		
	Secretaria Municipal de Fazenda		
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
	Secretaria Municipal de Relações Institucionais		
	Secretaria Municipal de Saúde		
Santa Rita do Ituíto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Não possui. Utiliza comarca de Resplendor	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Tutelar; - Conselho de Assistência Social; - Conselho do Idoso; - Conselho municipal dos direitos das Crianças e Adolescentes.
	Secretaria Municipal de Saúde		
	Secretaria Municipal de Assistência Social		
	Secretaria Municipal da Fazenda		
	Secretaria Municipal de Obras		
	Secretaria Municipal de Educação		
	Secretaria Municipal de Administração		
	Secretaria Municipal de Administração		
Governador Valadares	Secretaria Municipal de Assistência Social	Possui Ministério Público e Fórum	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CMPDDH) - Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) - Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) - Conselhos Municipal e Distritais de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Secretaria Municipal de Controladoria		
	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude		

Município	Secretarias	Ministério Público	Conselhos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento		<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial - Conselho Municipal de Políticas de Esporte e Lazer - Conselho Municipal de Saúde - Conselho Municipal de Turismo - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) - Conselho Municipal de Pessoas com Deficiências (CMPD) - Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) - Conselho Municipal de Habitação (CMH) - Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (CONSEA) - Conselho Municipal do Idoso (CMI) - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação - Conselho Municipal de Educação Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA)
	Secretaria Municipal de Educação		
	Secretaria Municipal de Fazenda		
	Secretaria Municipal de Governo		
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento		
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		
	Secretaria Municipal de Planejamento		
	Secretaria Municipal de Procuradoria Fiscal e Geral		
	Secretaria Municipal de Saúde		
Galiléia	Secretaria Municipal de Administração	Possui Ministério Público e Fórum	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Tutelar; - Conselho de Assistência Social; - Conselho do Idoso; - Conselho municipal dos direitos das Crianças e Adolescentes.
	Secretaria Municipal de Saúde		
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
	Secretaria Municipal de Agricultura		
	Secretaria Municipal de Obras		
	Secretaria Municipal de Assistência Social		
Secretaria Municipal de Finanças			

Município	Secretarias	Ministério Público	Conselhos
Tumiritinga	Secretaria Municipal de Administração	Não possui. Utiliza comarca de Conselheiro Pena	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Tutelar; - Conselho de Assistência Social; - Conselho do Idoso; - Conselho municipal dos direitos das Crianças e Adolescentes.
	Secretaria Municipal de Assistência Social		
	Secretaria Municipal de Educação		
	Secretaria Municipal da Finanças		
	Secretaria Municipal de Saúde		
	Secretaria Municipal de Transporte		
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
	Secretaria Municipal de Obras		
Conselheiro Pena	Secretaria Municipal de Chefe de gabinete	Possui Ministério Público e Fórum	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Tutelar; - Conselho de Assistência Social; - Conselho do Idoso; - Conselho municipal dos direitos das Crianças e Adolescentes.
	Secretaria Municipal de Saúde		
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura		
	Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano		
	Secretaria Municipal de Jurídico		
	Secretaria Municipal de Fazenda		
	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos		
	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
	Secretaria Municipal de Assistência Social e Esportes		
	Secretaria Municipal de Governo		
	Secretaria Municipal de Controladoria Interna		
Pocrane	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Não possui. Utiliza comarca de Ipanema	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho de Saneamento - Conselho Tutelar; - Conselho de Assistência Social; - Conselho do Idoso; - Conselho municipal dos direitos das Crianças e Adolescentes.
	Secretaria Municipal de Agricultura		
	Secretaria Municipal da Saúde		
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura		
	Secretaria Municipal de Assistência Social		
	Secretaria Municipal de Obras		



Figura 42 - Sede da prefeitura municipal de Mutum



Figura 43 - Fórum de Mutum



Figura 44 - Sede da Prefeitura de Pocrane



Figura 45 - Sede da prefeitura de Conselheiro Pena



Figura 46 - Fórum de Conselheiro Pena



Figura 47 - Sede da prefeitura Municipal de Tumiritinga



Figura 48 - Sede da prefeitura de Galiléia



Figura 49 - Sede da prefeitura municipal de Governador Valadares



Figura 50 - Fórum de Governador Valadares



Figura 51 - Sede da prefeitura municipal de Santa de Rita de Ituíto

7.3.5 Aspectos Econômicos

De acordo com a Fundação João Pinheiros, o PIB mineiro no segundo trimestre de 2018 totalizou R\$ 150,4 bilhões. O valor adicionado da agropecuária registrou R\$ 12,9 bilhões, da indústria R\$ 31,2 bilhões e dos serviços R\$ 88,6 bilhões; totalizando R\$ 132,7 bilhões. No setor agropecuário, o estado se destaca por apresentar o terceiro maior rebanho bovino do país, sendo o

maior produtor nacional de leite. Minas Gerais também é líder na produção de feijão, além de ser responsável por 50% da safra de café. O setor Industrial é bastante diversificado, Minas Gerais abriga o terceiro maior parque Industrial do Brasil, com destaque para o segmento automobilístico, outro segmento importante são as mineradoras – Minas Gerais apresenta grande riqueza mineral, sendo grande produtor de ouro, zinco, bauxita (segundo maior do Brasil) e minério de ferro (maior produtor nacional).

Já o Território de Desenvolvimento Vale do Rio Doce é composto por 49 municípios (dentre eles os municípios Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena e Santa Rita do Ituêto da AE) distribuídos em 4 Microterritórios e conta com a população total de 646.879 habitantes, que corresponde a 3,03% da população mineira. A extensão territorial é de 21.546 Km² correspondendo a 3,67% do total de Minas Gerais. Os 49 municípios que compõem o Vale do Rio Doce são responsáveis por 1,7% PIB estadual, conforme os dados de 2012 do IBGE. De acordo com Pereira (2011), a atividade econômica do território é muito concentrada no município de Governador Valadares que se caracteriza como uma cidade voltada para o setor terciário (mais de 80% do setor produtivo), possuindo uma gama diversificada de empreendimentos comerciais e de serviços, destacando-se neste último item, os serviços educacionais, os serviços de saúde e a atividade imobiliária, sendo responsável, dessa forma, por 54% do PIB regional. Há, assim, a necessidade de estímulos para uma maior integração produtiva dos demais municípios do território, estimulando a irradiação do desenvolvimento socioeconômico. O setor agropecuário corresponde a 10,4% do PIB no território.

Também o Território de Desenvolvimento Caparaó é composto por 55 municípios (dentre eles os municípios Mutum e Pocrane da AE) distribuídos em três Microterritórios e conta com a população total de 675.711 habitantes. A extensão territorial é de 15.388,80 Km². Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Caparaó no PIB estadual foi de 2% (correspondente a R\$7.996 milhões). Quanto às atividades econômicas regionais: o setor de serviços corresponde a cerca de 66,9% do total, superando a média de Minas Gerais. O setor agropecuário corresponde a 18,7% do PIB no território (forunsregionais.mg.gov.br). Entre os municípios em estudo o município com maior PIB (Produto Interno Bruto) é Governador Valadares, pois segundo dados do IBGE (2016), registrou R\$ 5.651.277,00, conforme aponta a Tabela 20. Já o menor PIB em 2016 foi o de Tumiritinga, registrando R\$ 50.569,00.

Tabela 20 - Produto interno bruto a preços correntes - PIB (R\$ MIL), 2016

Municípios	2016
Governador Valadares	5.651.277
Tumiritinga	50.569
Galiléia	720.19
Conselheiro Pena	268.152
Santa Rita do Ituêto	121.756
Pocrane	87.102
Mutum	324.863

Fonte: Fundação João Pinheiros, 2016.

A leitura do PIB é importante, pois o mesmo representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, podendo ser também utilizada para países, estados ou municípios, conforme foi destacado na Tabela 20. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região. Um dado econômico complementar ao PIB é o PIB per capita, Tabela 21.

Tabela 21 - Produto interno bruto per capita (R\$), 2016

Municípios	2016
Governador Valadares	20.207
Tumiritinga	7.542
Galiléia	10.220
Conselheiro Pena	11.562
Santa Rita do Ituêto	21.290
Pocrane	9.799
Mutum	12.462

Fonte: Fundação João Pinheiros, 2016.

Apesar de serem necessários outros índices que serão apresentados na sequência para a dimensão social, o PIB per capita demonstra os municípios com maiores possibilidades de produção econômica. Trata-se do produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país, região ou municípios. A partir da tabela, pode-se afirmar que Santa Rita do Ituêto possui o maior PIB per capita dentre os municípios em estudo, indo para segundo lugar o município de Governador Valadares, considerando-se seu maior quantitativo populacional. O valor mais baixo foi encontrado em Tumiritinga e Pocrane.

A leitura da economia dos municípios da AE pode ser melhor complementada ainda a partir dos setores da economia e, dentro desse recorte, levando-se em consideração o Valor Adicionado

Bruto (VAB) a preços básicos. O Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos – VAB correspondem às saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados em serviços e constitui componente fundamental para a composição do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios. O VAB pode, então, ser setorizado por segmentos econômicos e, nesse sentido, foram analisados para cada um dos municípios em estudo referente ao VAB oriundo da agropecuária, da indústria, dos serviços, da administração pública e da arrecadação de impostos. Identificou-se que os segmentos da economia possuem importâncias diferenciadas para os municípios analisados, conforme Tabela 22.

Tabela 22 - Valor adicionado bruto a preços básicos (R\$ mil), 2016

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública	Impostos
Governador Valadares	56.280	622.640	3.262.715	1.140.980	568.661
Tumiritinga	8.741	2.149	13.653	24.366	1.659
Galiléia	13.577	5.711	22.993	27.433	2.305
Conselheiro Pena	42.285	13.895	109.997	88.138	13.836
Santa Rita do Ituêto	66.321	7.081	22.373	23.686	2.295
Pocrane	22.700	2.798	26.380	29.861	5.363
Mutum	58.291	39.795	125.990	94.346	2.441
Total	26.8195	694.069	3.584.101	1.428.810	596.560

Fonte: Fundação João Pinheiros, 2016.

Quando se analisa o somatório dos valores adicionados brutos a preços básicos dos setores da economia na AE, percebe-se que os maiores valores são encontrados em Serviços e Administração pública, respectivamente, seguido da Indústria. De acordo com a Tabela 22, os setores de impostos e agropecuária apresentaram os menores valores para o ano de 2016. Além disso, para compreender a dimensão social do trabalho analisa-se na sequência dados referentes à renda e ao emprego nos municípios da AE. O primeiro dado apresentado é a quantidade de movimentações e empregos formais gerados em até dezembro de 2018, disponibilizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para se aproximar das questões sociais, exibem-se os dados de emprego vinculado às categorias masculino e feminino disponibilizado pelo MTE e CAGED (2017), onde fica demonstrado que tanto no estado de Minas Gerais, quanto nos municípios estudados, o número de movimentações para homens são muito maiores do que para mulheres (Tabela 23).

Tabela 23 - Número de pessoas admitidas e demitidas na AE, por gênero (2018)

Municípios	Admitidos		Demitidos		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Governador Valadares	8	10	11	9	19	19
Tumiritinga	2	2	7	0	9	2
Galiléia	723	616	990	718	1.713	1.334
Conselheiro Pena	38	19	34	17	72	36
Santa Rita do Ituêto	2	1	5	4	7	5
Pocrane	1	0	2	0	3	0
Mutum	2	2	0	0	2	2

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED (dez, 2018).

Os dados podem revelar os desafios às questões de gênero nos municípios da AE e, de certa forma, em todo o Brasil. Tal fato tende a acontecer por conta das oportunidades nem sempre equiparadas de vagas no mercado de trabalho para ambos os sexos. Verifica-se que em toda a AE, o número de mulheres contratadas é bem menor do que o número de homens. Os desligamentos seguem a mesma lógica, uma vez que: como o número de mulheres contratadas é menor, o número de desligamentos também tende a ser menor. Alguns passos têm sido dados pelo Brasil no que se refere aos desafios das questões de gênero, o mais recente deles ocorreu em março de 2016, quando a Lei nº 13.257/2016 que alterou, em parte, a Lei nº 11.770/2008, entrou em vigor. Um dos principais objetivos foi estender a licença paternidade de 5 (cinco) dias para 20 (vinte) dias – o que sugere, entre outras coisas, que os cuidados com os filhos e as atividades domésticas devem ser divididos de forma equivalente entre homens e mulheres. É desafio também a equiparação de salários entre os gêneros, em diversos municípios brasileiros já foi identificada a discrepância de salários para a mesma função/qualificação em decorrência apenas do gênero dos(as) trabalhadores(as). Com o objetivo de compreender melhor as remunerações dos empregos da AE, apresenta-se a Tabela 24, organizada por categoria de gênero e a Tabela 25, organizada por categoria de cor ou raça.

Tabela 24 - Valor médio da renda mensal, por gênero, nos municípios da AE, 2010

Municípios	Homem	Mulher
Governador Valadares	1.319	863
Tumiritinga	778	509
Galiléia	828	601
Conselheiro Pena	890	632
Santa Rita do Ituêto	706	489

Municípios	Homem	Mulher
Pocrane	667	506
Mutum	800	619

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 25 - Valor médio da renda mensal, por cor ou raça, nos municípios da AE, 2010

Municípios	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena
Governador Valadares	1.487	784	910	1.046	1.175
Tumiritinga	765	575	635	542	670
Galiléia	854	577	685	732	566
Conselheiro Pena	919	653	686	906	716
Santa Rita do Ituêto	731	518	530	588	
Pocrane	679	489	540	613	449
Mutum	860	569	639	742	531

Fonte: IBGE, 2010.

A partir dessas tabelas observamos que os melhores salários são recebidos por homens brancos. Os piores recebidos por mulheres e negros, o que confirma a não equiparação em termos de emprego quando se considera o gênero e a raça. Ou seja, encontramos-nos diante de um problema estrutural relativo a construção histórica do Brasil que se reflete em cada município do país: racismo e patriarcado. Somado a isso está outra questão estrutural no Brasil: a questão de classes. A partir da Tabela 26, podemos conferir que a medida com que o salário aumenta, diminuem a quantidade de trabalhadores.

Tabela 26 - Quantidade de salários mínimos recebidos na AE (2018)

Faixa Salário Mensal (SM)	Conselheiro Pena	Galileia	Governador Valadares	Mutum	Pocrane	Santa Rita do Ituêto	Tumiritinga	Total
Até 0.50	1	0	57	0	0	0	0	58
0.51 a 1.0	6	4	273	11	2	0	2	298
1.01 a 1.5	23	5	2.132	75	8	1	1	2.245
1.51 a 2.0	2	1	349	12	1	0	0	365
2.01 a 3.0	4	1	126	6	0	0	0	137
3.01 a 4.0	2	0	42	3	0	2	0	49
4.01 a 5.0	0	0	17	0	1	0	1	19
5.01 a 7.0	0	0	17	1	0	0	0	18
7.01 a 10.0	0	0	6	0	0	0	0	6
10.01 a 15.0	0	0	1	0	0	0	0	1
15.01 a 20.0	0	0	1	0	0	0	0	1
Mais de 20.0	0	0	2	0	0	0	0	2
Total	38	11	3.023	108	12	3	4	3.199

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED (dez, 2018).

Considerando os dados de 2018, a Tabela 26 apresenta que a maior parte dos trabalhadores da AE recebe de 0.5 a 3 salários mínimos, considerando-se que o salário mínimo atual vigente R\$ R\$ 954,00, seria equivalente a até R\$ 2.862,00. Não há registro, na maioria dos municípios, de trabalhadores que ganham altos salários, apenas poucos casos que devem ser destacados em Governador Valadares, levando em consideração que este é o município mais populoso e polarizador dentre os municípios da AE. Para complementação da caracterização dos aspectos de renda e emprego na AE, apresenta-se a Tabela 27, por onde é possível identificar que tipo de setores da economia melhor remunera os habitantes dos municípios em estudo.

Tabela 27 - Faixa de Remuneração Média, por setor da economia, em salários mínimos (2018)

Município	IBGE Gr Setor	Faixa de Remuneração Média (Salário Mínimo)												Total
		Até 0.50	0.51 a 1.0	1.01 a 1.5	1.51 a 2.0	2.01 a 3.0	3.01 a 4.0	4.01 a 5.0	5.01 a 7.0	7.01 a 10.0	10.01 a 15.0	15.01 a 20.0	Mais de 20.0	
Conselheiro Pena	Indústria	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4
	Construção Civil	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Comércio	0	1	16	1	1	0	0	0	0	0	0	0	19
	Serviços	0	1	4	1	3	1	0	0	0	0	0	0	10
	Agropecuária	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Galileia	Indústria	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
	Comércio	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Serviços	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Agropecuária	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Governador Valadares	Indústria	7	27	172	16	15	4	1	2	0	0	0	1	245
	Construção Civil	4	7	125	90	20	2	2	0	0	0	0	0	250
	Comércio	9	36	1091	76	30	10	5	4	1	0	0	0	1262
	Serviços	36	178	714	164	61	26	9	11	5	1	1	1	1207
	Agropecuária	1	25	30	3	0	0	0	0	0	0	0	0	59
Mutum	Indústria	0	4	26	2	1	2	0	0	0	0	0	0	35
	Construção Civil	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Comércio	0	1	24	2	0	0	0	0	0	0	0	0	27
	Serviços	0	3	19	7	5	1	0	1	0	0	0	0	36
	Agropecuária	0	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Pocrane	Indústria	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Comércio	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
	Serviços	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Santa Rita do Ituêto	Indústria	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Tumiritinga	Comércio	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
	Agropecuária	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED (dez, 2018).

Foram considerados os setores: indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária. Em Conselheiro Pena o destaque está com o Comércio, em Galiléia no setor de Agropecuária, em Mutum e Governador Valadares nos setores de Comércio e Serviços. Cabe observar que os dados não foram disponibilizados referentes a alguns setores da econômica para alguns dos municípios da AE, que pode estar relacionado à atualização dos dados. Por meio da Tabela 28 é possível verificar em que tipo de regime encontram-se os trabalhadores da AE, que foram analisados nos principais tipos de vínculos ainda com base em dados da RAIS (2017), sendo esses CLT e Estatutário.

Tabela 28 - Tipo de vínculo empregatício do trabalhador (2017)

Município	Qtd Vínculos Ativos	Qtd Vínculos CLT	Qtd Vínculos Estatutários
Conselheiro Pena	1883	1380	503
Galiléia	716	492	224
Governador Valadares	55564	47177	8387
Mutum	2508	1711	797
Pocrane	411	264	147
Santa Rita do Ituêto	383	188	195
Tumiritinga	314	191	123

Fonte: RAIS (2017).

Com exceção de Santa Rita do Ituêto, os outros municípios da AE possuem a maioria dos trabalhadores cadastrados no regime de CLT. Quanto aos funcionários Estatutários, são bastante representativos e seus salários muito importantes para a dinâmica econômica local. Complementando os dados de emprego e renda, apresenta-se também dados relativos a quantidade de estabelecimentos de acordo com o setor da economia (Tabela 29) que ocupam os trabalhadores da AE, baseados nos dados da plataforma RAIS (2017).

Tabela 29 - Quantidade de estabelecimento, por setor da economia, nos municípios da AE (2017)

Município	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Conselheiro Pena	4	1	19	10	4	38
Galiléia	2	0	3	2	4	11
Governador Valadares	247	250	1271	1220	59	3047
Mutum	35	2	27	36	8	108
Pocrane	2	0	7	3	0	12
Santa Rita do Ituêto	3	0	0	0	0	3

Município	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Tumiritinga	0	0	2	0	2	4
Total	293	253	1329	1271	77	3223

Fonte: RAIS, 2017.

A partir da leitura da Tabela 29 é possível verificar que em Governador Valadares e Conselheiro Pena a maioria dos estabelecimentos que ocupam os trabalhadores desses municípios estão concentrados no setor de comércio e serviços. Em Mutum no setor de Indústrias e comércio, em Pocrane no comércio, em Santa Rita do Ituíto nas Indústrias, enquanto que em Tumiritinga está concentrado no comércio e na agropecuária, que também é o setor mais representativo em Galiléia. Interessante acrescentar a esta leitura os dados referentes ao tamanho dos estabelecimentos que ocupam esses trabalhadores, que segue na Tabela 30, a qual é possível observar que, em todos os municípios, os tamanhos dos estabelecimentos com maior expressão local são de pequeno e médio porte, mas também a presença de estabelecimentos maiores que ocupam mais pessoas, principalmente no município de Governador Valadares.

Tabela 30 - Tamanho dos estabelecimentos dos municípios da AE (2017)

Tamanho Estabelecimento	Conselheiro Pena	Galiléia	Governador Valadares	Mutum	Pocrane	Santa Rita do Ituíto	Tumiritinga	Total
De 1 a 4	277	136	3955	260	80	46	52	4806
De 5 a 9	50	19	1169	56	10	7	7	1318
De 10 a 19	25	6	600	19	2	3	1	656
De 20 a 49	3	2	268	14	1	1	1	290
De 50 a 99	2	0	58	1	0	0	0	61
De 100 a 249	1	1	40	1	1	1	1	46
De 250 a 499	1	0	9	0	0	0	0	10
De 500 a 999	0	0	6	1	0	0	0	7
1000 ou Mais	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	359	164	6106	352	94	58	62	7195

Fonte: RAIS (2017).

Com relação ao setor Industrial, os municípios que mais se destacam são Mutum e Governador Valadares. Cabe destacar os incentivos das prefeituras à instalação de indústrias, como é o caso de Mutum, que a partir de 2013 apresenta a Lei Geral das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais (Lei nº 773/2013) que instituiu o Estatuto Municipal da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor

Individual, em âmbito municipal, estabelecendo tratamento legal de caráter diferenciado e favorecido, como um dos instrumentos propulsores do desenvolvimento econômico e social local. De acordo com o SEBRAE os pequenos negócios, são fundamentais para a estruturação de empregos formais no setor privado.

Isso também previsto em Lei Complementar nº 684/2010 que dispõe sobre a organização, estrutura orgânica e os procedimentos da Administração do Município de Mutum, em sua Seção II, art. 103, inciso I- executar as diretrizes, os planos e os programas gerais de fomento a Industrialização e comercialização no município, inclusive mediante a implantação de infraestrutura de núcleos e distritos Industriais e a concessão de incentivos. Sendo assim, o município conta com o Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M), vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio. Trata-se da inspeção e fiscalização da produção Industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no município Mutum. Este serviço torna-se muito importante para que a agricultura familiar local comercializa seu produto.

Em Governador Valadares a atual administração municipal deu início a um projeto desenvolvimento econômico, através do esforço para atrair empresas e investidores, como a permanente melhoria da infraestrutura local e a adoção de políticas de incentivo que reduzem os custos tributários, entre outras vantagens. Há também uma facilitação de acesso a crédito com a Sociedade de Garantia de Crédito – Garantia dos Vales (aval solidário) que é uma sociedade de caráter privado com a finalidade de complementar garantias exigidas aos associados nas operações de crédito junto ao sistema financeiro. Sendo o Vale do Rio Doce a sétima região maior produtora de leite e a cidade de Governador Valadares destaque em pecuária, o município conta, desde 2015, com uma grande indústria de laticínios Bela Vista, detentor da marca Piracanjuba, uma das maiores do segmento lácteo brasileiro. Esta é a segunda unidade fabril da empresa fora do Estado de Goiás (a primeira fica na cidade de Maravilha, Santa Catarina) e sua capacidade de produção é de 300 mil litros de leite por dia. Os incentivos fiscais concedidos pelo Governo de Minas, com assinatura do protocolo de intenções como a redução do ICMS e estímulos concedidos à empresa, também influenciaram a escolha. Além disso, para fomentar o desenvolvimento econômico e social dos municípios ao longo da bacia do Rio Doce, a Fundação Renova lançou o “Desenvolve Rio Doce”, um fundo de financiamento (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) de capital de giro com recursos de R\$ 40 milhões,

que busca fortalecer a atividade econômica das cidades mais afetadas pelo rompimento a barragem de Fundão. Em Minas, serão atendidos 35 municípios, dentre eles Governador Valadares.

Por meio da Secretaria de Estado de Fazenda, iniciou, em 2015, os trabalhos de padronização dos benefícios concedidos em Minas Gerais. Com o decreto que trata da convalidação de benefícios fiscais concedidos em Minas Gerais em relação ao Imposto sobre Circulação e Mercadorias e Serviços (ICMS) contemplará todos os atos normativos relativos aos incentivos do imposto até 8 de agosto de 2017. Com a norma, findam as dúvidas sobre a constitucionalidade de benefícios fiscais concedidos pelos estados, o que gerava insegurança para as empresas que empreenderam novos investimentos atraídas pelos incentivos fiscais.

7.3.6 Infraestrutura, Serviços Públicos e Vulnerabilidades

7.3.6.1 Saúde

Para caracterização da infraestrutura de Saúde, deve ser considerado que Belo Horizonte é a metrópole centralizadora dos serviços de saúde de todo o estado de Minas Gerais. Em relação aos municípios da AE, Governador Valadares continua sendo o centro polarizador de toda a mesorregião do Vale do Rio Doce, como verifica-se principalmente por conta de sua capacidade de atendimento e infraestrutura, que poderão ser visualizadas nas tabelas trazidas por este tópico. Além disso, destaca-se que, em detrimento da presença e constante fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na região do Vale do Rio Doce e sobretudo nos municípios de Governador Valadares e Tumiritinga, vem sendo construído e consolidado um trabalho do Setor de Saúde do MST na região.

De acordo com o trabalho de RÜCKERT (2012), a concepção de saúde do MST vai além do entendimento de ‘não-doença’, ou seja, trabalhando numa perspectiva preventiva ao invés de remediadora, abordando questões como sementes crioulas que simbolizam a produção agrícola dos povos tradicionais e alimentos da agricultura familiar que significa alimentação saudável; lixo, que simboliza o cuidado com a natureza e com o corpo; o uso e produção de fitoterápicos; entre outros. Assim, segundo o Setor de Saúde do MST do Vale do Rio Doce, a ‘Saúde no MST’ passa por “acesso à terra; segurança alimentar; plantas medicinais e medicina natural; bem estar; cuidado; diálogo; construção de novos valores; novas relações; cuidado com o meio ambiente, os recursos naturais; educação e formação; luta contra o agronegócio; e luta pela construção de um projeto popular”. Também foram citados alguns assentamentos que possuem unidade básica de

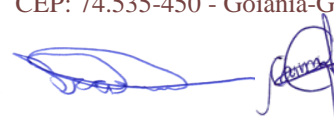
saúde rural, estrutura que atua como local de assistência em saúde por parte das equipes de saúde da família (ESF/SUS) nos assentamentos. No entanto, há diversos desafios e limitações à construção dessas ações nesses territórios.

Para uma caracterização ampliada da infraestrutura de saúde disponível nos municípios da AE foram consultadas as bases de dados organizadas pelo DATASUS, como por exemplo o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES), Tabela 31.

Tabela 31 - Quantidade e tipo de estabelecimento de Saúde por município da AE

Tipos de Estabelecimento de saúde	Governador Valadares	Tumiritinga	Galiléia	Conselheiro Pena	Santa Rita do Ituêto	Pocrane	Mutum
Centro de Atenção Psicossocial	3	-	-	1	-	-	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	48	4	5	6	2	2	11
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	193	-	-	5	-	-	5
Consultório Isolado	423	-	-	3	-	-	5
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	48	-	-	1	1	1	1
Policlínica	3	-	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	6	1	-	-	5	1	-
Pronto Socorro Especializado	1	-	-	-	-	-	1
Secretaria de Saúde	2	1	1	1	1	1	1
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	-	-	-	1
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/ Emergência	4	-	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	5	-	-	-	-	-	-
Unidade de atenção a saúde indígena	2	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde | DATASUS - CNES, 2019.



A Tabela 31 apresenta a quantidade e tipo de estabelecimentos de Saúde por município da AE de acordo com o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES). Nela, pode ser observado que Governador Valadares possui melhor infraestrutura e, conseqüentemente, possibilidades de atendimento tanto sua própria população quanto a dos municípios próximos. Ao detalhar os estabelecimentos, na busca de compreender melhor sua infraestrutura, foram encontrados dados sobre os consultórios de ambulatório e urgência, bem como a quantidade de leitos disponíveis nos municípios estudados, no entanto, em alguns municípios da AE os dados não são disponibilizados. De acordo com o DataSUS, foi possível elaborar as Tabelas 32 e 33.

Tabela 32 - Quantidade de consultórios de emergência e ambulatório existentes na AE (jan, 2019)

Municípios	Consultórios Ambulatório				Consultórios Urgência	
	Básico	Especializado	Indiferente	Odontológico	Médico	Odontológico
Governador Valadares	483	300	383	456	28	3
Tumiritinga	4	-	1	2	-	-
Galiléia	5	-	3	3	-	-
Conselheiro Pena	8	8	3	5	-	-
Santa Rita do Ituêto	5	1	-	3	-	-
Pocrane	4	2	1	3	1	-
Mutum	21	9	1	16	3	-

Fonte: DataSUS, CNES, janeiro, 2019.

Tabela 33 - Quantidade de leitos disponíveis na AE (jan, 2019)

Municípios	Leitos Ambulatório				Leitos Urgência				Leitos Complementares	Leitos de Internação
	Pediatra	Masculino	Feminino	Indiferente	Pediatra	Masculino	Feminino	Indiferente		
Governador Valadares	43	56	39	144	6	7	7	40	114	540
Tumiritinga	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-
Galiléia	3	3	3	-	-	-	-	-	-	-
Conselheiro Pena	-	-	-	3	-	-	-	-	-	38
Santa Rita do Ituêto	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Pocrane	-	-	-	-	-	-	-	1	2	18
Mutum	-	-	-	3	-	6	6	-	1	50

Fonte: DataSUS, CNES, 2018.

No que se refere a quantidade de profissionais de nível superior, contratados pelos hospitais e dedicados ao atendimento na área da saúde, observa-se que Governador Valadares continua abarcando as melhores possibilidades para viabilizar atendimento de saúde, considerando também seus recursos humanos (Tabela 34).

Tabela 34 - Profissionais de nível superior dedicados à saúde nos municípios da AE

Município	Governador Valadares	Tumiritinga	Galiléia	Conselheiro Pena	Santa Rita do Ituêto	Pocrane	Mutum
Cirurgião Geral	24	-	-	-	-	-	-
Clínico Geral	184	-	2	6	2	2	6
Ginecologista Obstetra	38	-	-	2	-	-	-
Médico de Família	37	3	-	3	1	-	4
Pediatra	48	-	-	1	-	-	1
Psiquiatra	18	-	-	-	-	-	-
Radiologista	17	-	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	418	3	2	4	4	2	13
Enfermeiro	382	4	9	16	5	7	25
Fisioterapeuta	141	1	1	7	-	2	4
Fonoaudiólogo	40	1	-	1	-	-	2
Nutricionista	52	1	1	2	1	2	1
Farmacêutico	126	2	1	3	2	1	6
Assistente social	60	-	1	1	-	-	4
Psicólogo	147	1	-	4	2	2	6
Outras ocupações de nível superior relac à Saúde	46	-	1	3	1	-	3
Outras especialidades médicas	286	-	1	3	-	-	4
Total	2064	16	19	56	18	18	79

Fonte: Ministério da Saúde | DATASUS - CNES, janeiro, 2019.

Conforme demonstrado na Tabela 34, existem especialidades como Cirurgião Geral (24), Psiquiatria (18) e Radiologista (17) disponíveis apenas em Governador Valadares (MG), que é o município que também possui maior número de profissionais voltados à saúde em todas as categorias listadas na tabela: 2.064 profissionais em Governador Valadares; 16 profissionais no atendimento de questões de Saúde em Tumiritinga; 19 em Galiléia, 56 em Conselheiro Pena, 18 em Santa Rita do Ituêto e 79 no município de Mutum, de acordo com dados de janeiro de 2019.

Quanto ao número de procedimentos hospitalares por municípios da AE, o DATASUS apresenta o número por local de internações e por local de residência, como pode ser verificado na Tabela 35.

Tabela 35 - Número de procedimentos hospitalares por local de residência e local de internação nos municípios da AE

Município	Procedimentos por local de residência	Procedimento por local de internação
Governador Valadares	857	1489
Tumiritinga	16	0
Galiléia	33	0
Conselheiro Pena	147	91
Santa Rita do Ituêto	57	0
Pocrane	39	8
Mutum	161	65

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Dez/2018.

Como pode ser observado, na categoria de atendimento por local de internação não constam registros nos municípios de Tumiritinga, Galiléia e Santa Rita do Ituêto, em contrapartida, os maiores números de atendimentos por local de internação é observado no município de Governador Valadares. Isso pode ser lido como a maior infraestrutura oferecida pelo município, maior população e possibilidades técnicas, de recursos humanos e de hospitais para atendimento no SUS e, dessa forma, acabam realizando atendimentos para pessoas oriundas de outros lugares com menos possibilidades de atendimento. Quanto as principais causas de internações apenas estes mesmos municípios disponibilizam os dados.

Tabela 36 - Principais causas de internações por especialidade e local de internação

Município	Clínica médica	Clínica Cirúrgica	Obstetrícia	Pediatria
Governador Valadares	6070	5501	4732	1806
Tumiritinga	-	-	-	-
Galiléia	286	-	18	-
Conselheiro Pena	408	110	215	-
Santa Rita do Ituêto	-	-	-	-
Pocrane	33	-	35	-
Mutum	781	93	206	245

Fonte: DATASUS – SIH, 2010.

Já a Tabela 37 apresenta as principais causas de óbito por ocorrência nos municípios da área de estudo, com dados do DATASUS – SIM/SINASC (2009).

Tabela 37 - Coeficiente de Mortalidade por principais causas nos municípios da AE (por 100.000 habitantes)

Causas de Óbito	Governador Valadares	Tumiritinga	Galiléia	Conselheiro Pena	Santa Rita do Ituêto	Pocrane	Mutum
Aids	8	-	13,3	4,4	-	-	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	14,7	-	-	-	-	22,7	7,5
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	2,9	-	-	-	-	-	-
Infarto agudo do miocárdio	23,7	64,8	119,4	57,8	-	89,9	53,3
Doenças cerebrovasculares	56,5	48,6	39,8	57,8	34,6	11,2	48
<i>Diabetes mellitus</i>	26,7	-	13,3	44,5	17,3		33,2
Acidentes de transporte	29,4	32,4	53,1	40	-	-	-
Agressões	43,5	-	26,5	48,9	34,6	33,7	18,4

Fonte: DATASUS – SIM, 2009.

De acordo com a Tabela 37, as principais causas de morte registradas nos municípios são Infarto Agudo do Miocárdio e Doenças cerebrovasculares, seguido por agressões e acidentes de transporte e, dessa forma, demonstram maiores desafios para a questão de saúde dos municípios da AE. Esses dados podem sinalizar a necessidade de investimento e maior atenção à saúde para as principais causas de morte nos municípios em estudo. Além disso, ressalta-se que Governador Valadares constitui o município concentrador de equipamentos de saúde em toda a região, o que explicita o déficit nos demais municípios. Este déficit é, sobretudo, potencializado no acesso aos serviços de saúde por parte da população do campo, o que justifica e impulsiona o trabalho do setor de saúde do MST.

Por fim, analisar doenças endêmicas, tais como a ocorrência de DST's, malária, dengue e febre amarela na área de estudo do sistema de transmissão de energia elétrica é de extrema importância para o licenciamento ambiental de empreendimento a fim de possibilitar uma avaliação da influência do empreendimento nestas ocorrências. A implantação de atividades e empreendimentos de significativo impacto ambiental possui múltiplas interações com a área de saúde, práticas relacionadas à segurança do trabalho, prevenção dos trabalhadores das doenças endêmicas mais frequentes. A geração de postos de trabalho associada ao dinamismo da economia local tende a gerar fluxo populacional para a região. Cabe salientar que esse tipo de fluxo é comum

em obras desse porte representando, porém, um impacto negativo, pois essa mobilidade não é planejada. Esse impacto tem como prováveis consequências: pressão por moradia popular, ocorrência de ocupações irregulares, ocorrência de DST, doenças endêmicas e epidêmicas, ampliação das demandas por serviços sociais (educação, saúde, saneamento básico) e aumento da violência urbana. Entretanto é importante ressaltar que os municípios envolvidos já dispõem de parte desse contingente de trabalhadores, não sendo necessária a contratação de mão-de-obra de pessoas de outros municípios.

A malária é uma doença febril aguda causada por parasitos e que se diagnosticada e tratada corretamente em tempo oportuno (em até 48 horas do início dos primeiros sintomas), tem cura. Das cinco espécies causadoras da malária humana, o *Plasmodium falciparum*, mais letal, e o *Plasmodium vivax*, são os mais comuns no Brasil. Em poucos dias de infecção o *P. falciparum* propicia quadro grave, por isto, todo suspeito de malária deve, de imediato, ser submetido ao exame laboratorial. Já o *Plasmodium vivax* apresenta um quadro clínico mais brando, de febre, mal estar, cefaleia, porém se não tratado o paciente pode levar a complicações e óbitos. O Brasil apresenta elevada incidência de malária na região da Amazônia Legal, que abrange os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Já no restante do Brasil é registrado menos de 1% do total de casos do país. Porém, a letalidade por malária, é até 100 vezes maior do que a detectada em área endêmica. De acordo com Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais o estado de Minas Gerais é uma área não endêmica, mas possui registro recente de transmissão devido a um surto ocorrido na Superintendência Regional de Saúde de Diamantina, em 2016/2017, nos municípios de Couto Magalhães de Minas e Diamantina.

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) traz dados atuais de doenças epidêmicas através do Boletim Epidemiológico. Com relação à Malária, foi registrada ocorrência de casos suspeitos e confirmados de malária causada pelo *Plasmodium falciparum* no estado do Espírito do Santo, nos municípios de Vila Pavão e Barra de São Francisco, com início da transmissão em julho/2018 até os dias atuais. Ambos os municípios são limítrofes ao Estado de Minas Gerais, próximos à área da Unidade Regional de Saúde de Governador Valadares. Em 2018 foram registrados 20 casos confirmados importados de malária no estado de Minas Gerais. Mais recentemente, foram registrados 5 casos suspeitos de malária em investigação na Superintendência de Governador Valadares, com vínculo epidemiológico com a área de surto no estado do Espírito Santo. As notificações dos casos suspeitos de malária em Minas Gerais iniciaram em 17/08/2018. Nenhum dos casos apresentou sinais de gravidade, sendo que não foram registrados óbitos.

Atualmente, os casos encontram-se em investigação, que inclui a realização detalhada de diagnóstico laboratorial para verificar a presença do parasito. Pela investigação epidemiológica dos casos, há estreita relação com as atividades econômicas realizadas na região, tais como cafeicultura e extração de pedras, pois há um grande fluxo de pessoas de Minas Gerais que trabalham no Espírito Santo na colheita de café. Os casos suspeitos são de moradores que fazem essa migração. No período de 2010 a 2017, o estado de Minas Gerais registrou 655 casos confirmados de malária, dos quais, 414 (63,2%) casos se infectaram em estados da região amazônica do país, 186 (28,4%) casos procederam do continente africano, do norte da América do Sul, 25 (3,8%) registros. Da região sudeste do Brasil (ES, RJ, SP) originaram quatro casos. Desse modo, 629 (96,0%) foram classificados como importados (a infecção ocorreu fora do estado de Minas Gerais). No mesmo período, 25 (3,8%) casos da infecção foram contraídos no estado de Minas Gerais, um caso notificado no município de Lima Duarte no ano de 2015, um caso em Simonésia no ano de 2016 e em área de garimpo na divisa dos municípios de Couto Magalhaes de Minas e Diamantina, 23 casos, sendo seis com ocorrência em 2016 e 17 casos no ano de 2017. Dos registros oriundos de MG, foi identificado o *Plasmodium vivax* em 24 casos e em um, o *P. malariae*.

Com relação Arboviroses que são as doenças causadas pelos chamados arbovírus, que incluem o vírus da dengue, Zika vírus, febre chikungunya e febre amarela, foi possível obter dados através do Levantamento Rápido de Índices para *Aedes Aegypti* (LIRAA) de janeiro de 2019. O Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* foi desenvolvido em 2002, para atender à necessidade dos gestores e profissionais que operacionalizam o controle das arboviroses de dispor de informações entomológicas em um ponto no tempo (antes do início do verão) antecedendo o período de maior transmissão, com vistas ao fortalecimento das ações de combate vetorial nas áreas de maior risco. Estes levantamentos permitem a identificação dos criadouros predominantes e a situação de infestação dos municípios, a partir do qual foi possível elaborar a tabela que segue (Tabela 38).

Tabela 38 - Situação de infestação com Arboviroses nos municípios da Área de Estudo

Municípios	Status	Predominante
Governador Valadares	Risco de Epidemia	Depósitos domiciliares
Tumiritinga	Satisfatório	Sem depósito
Galiléia	Alerta	Depósitos de água
Conselheiro Pena	Satisfatório	Sem depósito
Santa Rita do Ituêto	Satisfatório	Sem depósito

Municípios	Status	Predominante
Pocrane	Alerta	Depósito de água
Mutum	Alerta	Depósitos domiciliares

Fonte: LIRA (Ministério da Saúde) de outubro de 2018.

De acordo com o Boletim Epidemiológico monitoramento dos casos de Dengue, Chikungunya e Zika apresentado pela SES-MG, em 2019, até o dia 25/02, foram registrados 30.352 casos prováveis de dengue. Foram registrados 509 casos prováveis de chikungunya em 2019, desse total, 17 gestantes, sendo três com confirmação laboratorial até o momento. Até 2015 todos os casos eram importados de outras regiões e UFs. Os primeiros casos autóctones de chikungunya ocorreram em 2016. O ano com maior número de casos prováveis de chikungunya foi 2017. Os casos estavam concentrados nas Unidades Regionais de Saúde (URS's) de Governador Valadares (que engloba os municípios de Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena e Santa Rita do Ituêto, circunscritos na Área de Estudo deste empreendimento), Teófilo Otoni, Pedra Azul e Coronel Fabriciano. Em 2018 os casos prováveis de chikungunya estavam localizados na região da Vale do Aço. Em 2019, até o momento não foram registrados óbitos suspeitos de chikungunya. Com relação ao Zika Vírus foram registrados 145 casos prováveis em 2019, sendo 37 em gestantes com uma confirmação laboratorial até o momento. Casos prováveis de zika em gestantes foram registrados em 17 municípios: Uberlândia (6 gestantes), Ituiutaba (5 gestantes), Belo Horizonte, São Francisco (4 gestantes cada), Baldim, Mirabela, Montes Claros, Passos e Ubá (2 gestantes cada).

Outra doença que assume caráter epidêmico é a Febre Amarela, uma doença infecciosa febril aguda, causada por um vírus transmitido por mosquitos vetores e possui dois ciclos de transmissão: silvestre (quando há transmissão em área rural ou de floresta) e urbano. Em áreas de mata, os principais vetores são os mosquitos *Haemagogus* e *Sabethes*. O vírus é transmitido pela picada dos mosquitos transmissores infectados e não há transmissão direta de pessoa a pessoa. O Estado de Minas Gerais, em sua totalidade, é área com recomendação para vacinação contra febre amarela desde o ano de 2008. Mais de 3,1 milhões de pessoas ainda não se vacinaram contra a Febre Amarela em Minas, e a vacinação é a maneira mais eficaz e segura de prevenir a doença. Com a chegada das chuvas e aumento das temperaturas, as medidas de prevenção contra a doença se tornam ainda mais importantes, uma vez que o período de maior probabilidade de ocorrência de casos da doença é entre os meses de dezembro e maio.

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) publicou o segundo Boletim Epidemiológico (19/02/2019) referente à terceira onda da Febre Amarela, correspondente ao período de monitoramento da doença entre julho de 2018 a junho de 2019. As duas primeiras ondas ocorridas em Minas Gerais correspondem aos períodos sazonais de 2016/2017 e 2017/2018, que ocorreram em áreas distintas do estado. A epidemia do período de 2016/2017 esteve focada principalmente nos Vales do Rio Doce e Mucuri e em parte da Zona da Mata e Jequitinhonha. Para o período de 2017/2018 as principais áreas atingidas foram a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata e parte das regiões Campos das Vertentes, Oeste e Sul/Sudoeste mineiro. No período de monitoramento 2018/2019, até a presente data, não foram registrados casos humanos confirmados de febre amarela silvestre no estado de Minas Gerais. Neste período de monitoramento 2018/2019, foram registradas epizootias (ocorrência na população animal) em 167 municípios do estado de Minas Gerais.

No que diz respeito à ocorrência de DST's em Minas Gerais, o Boletim Epidemiológico Mineiro (BEM) de HIV/aids apresenta informações e análises sobre o agravamento no período de 2013 a 2017 provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e do Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM). Neste período foram notificados 22.670 casos de HIV/aids. Ainda de acordo com o SINAN foram registrados 4.788 ocorrências de Aids em 2018 e 233 ocorrências em 2019 com dados atualizados em 21/02/2019. Observa-se um crescente aumento no número de portadores de HIV, principalmente após a obrigatoriedade da notificação no Sinan em 2014. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região, como varicela/catapora no estado de Minas Gerais. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. Além disso, a partir do Sistema de Informações Hospitalares do SUS foi possível elaborar a Tabela 39 que apresenta, com dados históricos anteriores aos trazidos pela Boletim Epidemiológico, a ocorrência de AIDS/por 100.000 habitantes por municípios da Área de Estudo.

Tabela 39 - Ocorrência de AIDS/por 100.000 habitantes nos municípios da Área de Estudo

Municípios	Ocorrência de AIDS (por 100.000 habitantes)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Governador Valadares	5,5	6,2	9,6	6,1	8,0
Tumiritinga					
Galiléia			14,9		13,3
Conselheiro Pena		4,8			4,4
Santa Rita do Ituêto					
Pocrane			11,3		
Mutum				3,8	

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Por fim, a varicela, também conhecida como catapora, é uma doença infecciosa causada pelo vírus varicela-zoster. Nos meses de setembro e outubro é comum o aumento do número de casos. Altamente contagiosa e comum na infância, é transmitida através da saliva ou secreções respiratórias, ou por contato com o líquido do interior das vesículas. Apresenta como sintomas febre entre 37,5° e 39,5°, mal-estar, inapetência, dor de cabeça e cansaço são os principais sintomas. Entre 24 e 48 horas surgem lesões de pele caracterizadas por manchas avermelhadas, que dão lugar a pequenas bolhas ou vesículas cheias de líquido, sobre as quais, posteriormente, se formarão crostas que provocam coceira. A varicela é uma doença imunoprevenível desde 1974, quando uma vacina de vírus vivo atenuado foi disponibilizada. A vacina contra a catapora entrou no Calendário Nacional de Vacinação em setembro de 2013, sendo incluída na tetra viral que também protege contra sarampo, caxumba e rubéola.

No período de 1998 a 2007, foram registradas no SIH-SUS 36.623 internações por varicela em Minas Gerais, com uma média anual de 3.662,3 casos. O número de internações variou de 1.488 (em 2000) a 7.791(em 2003), enquanto que, para o número de óbitos, essa variação foi de 8 (em 2002) a 44 (em 2006). Já a variação máxima e mínima da letalidade foi de 0,34% (em 2002) a 1,28% (em 2000). O maior número de hospitalizações concentra-se na faixa etária de 1 a 4 anos, seguido dos menores que 1 ano e de 5 a 9 anos. Embora o maior número absoluto de hospitalizações seja observado entre crianças, grupo em que se espera o maior número de casos da doença, proporcionalmente, os adultos, apresenta maior risco de evoluir com complicações, hospitalização e óbito. De acordo com as estatísticas da doença em Minas mostram que os casos caíram significativamente desde que a vacina foi disponibilizada pelo SUS. Em 2013, foram registrados 42.368 casos, enquanto que em 2014 foram 21.510, uma redução de quase 50%. Em 2015, até agosto, foram registrados 6.072 casos (SES-MG).

As Secretarias de Saúde foram visitadas para coleta de dados primários quanto à caracterização da saúde nos sete municípios transpostos pela Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum, C2.

- **Governador Valadares**

O município de Governador Valadares não forneceu os dados durante a visita à cidade, solicitando um tempo maior para busca e consolidação das informações solicitadas. Até o fechamento do estudo os dados não haviam sido enviados.



Figura 52 - Hospital São Lucas em Governador Valadares



Figura 53 - Vigilância Epidemiológica em Governador Valadares



Figura 54 - Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares

- **Galiléia**

Os dados primários de saúde do município de Galiléia foram coletados no Programa de Saúde da Família -PSF (Figura 55), com a coordenadora da Atenção Básica Sra. Carla Aparecida Silva (Figura 57). O município conta com 3 PSFs, sendo dois na zona urbana e 1 na zona rural somente para atendimento de baixa complexidade.

Com relação a equipe de profissionais dedicados à Saúde, compõe a equipe 5 médicos: 3 Clínicos Gerais, 1 Cardiologista, 1 Psiquiatra. O município dispõe de 2 ambulâncias para o deslocamento dos pacientes. O número de consultas atinge cerca de 166 por mês, 20 odontológicas e cerca de 23 preventivos. Para exames, o município conta com 2 laboratórios (Figura 56), um particular e um público.

De acordo com a coordenadora, entre os anos de 2016 à 2018 o municípios teve os seguintes registros de doenças endêmicas e de veiculação hídrica, Tabela 40.

Tabela 40 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica

Casos Notificados	2016	2017	2018
Raiva	0	0	0
Leishmaniose Tegumentar	0	0	0
Leishmaniose Visceral	0	0	1
Febre Amarela	0	0	0
Doença de Chagas	0	0	0
Dengue	0	0	0
Cólera	0	0	0
Enterobiose	0	0	0
Giardíase	0	0	0
Hantavirose	0	0	0
Febre Maculosa	0	0	0
Amebíase	0	0	0
Esquistossomose	0	0	1
Malária	0	0	0
Tuberculose	0	0	2
Ascaridíase	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0
Ancilostomose	0	0	0

Fonte: Dados fornecidos pelo município

As doenças de veiculação hídrica bem como: Enterobiose, Giardíase, Amebíase, Esquistossomose, Ascaridíase, Ancilostomose, não possuem dados quantitativos, pois só são notificadas em casos de surto. Há registros de 29 casos oncológicos em tratamento, sendo tratados no município de Governador Valadares. Os Renais Crônicos, 4 casos, também são encaminhados para o município de Governador Valadares. São 15 os casos de DSTs registradas, sendo a Sífilis a mais comum e são tratadas no próprio município.

Os agentes de saúde somam 19 colaboradores, que atendem zona rural e urbana e segundo a entrevistada são suficientes para atender a demanda local. Caso haja aumento na demanda pela população flutuante o município carece de recursos.



Figura 55 - Programa de Saúde da Família de Galiléia



Figura 56 - Laboratório em Galiléia



Figura 57 - Entrevista com a coordenadora da atenção básica Sra. Carla Aparecida

- **Tumiritinga**

Os dados do município de Tumiritinga foram obtidos por meio de entrevista com o Secretário Municipal Sr. Ricardo Bruno Costa (Figura 59). No município possui um posto de Saúde 24h e 3 Estratégias de Saúde da Família (Figura 58) que atendem cerca de 220 consultas por mês, atendendo somente baixa complexidade. Não existe no município Unidade da SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Para os casos de média e alta complexidade o município dispõe de 3 ambulâncias para conduzir os pacientes para os municípios de Conselheiro Pena ou Governador Valadares. Com relação a equipe de profissionais dedicados à Saúde, identificou-se três médicos clínicos gerais e um dentista. Os atendimentos odontológicos atingem cerca de 60 consultas por mês.

Os agentes comunitários somam 16 profissionais, sendo que parte deles focam seus trabalhos e atendimentos na zona rural e outros na zona urbana. De acordo com dados da vigilância epidemiológica, no período de 2016 a 2018, o município apresentou os seguintes registros, Tabela 41.

Tabela 41 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica

Casos Notificados	2016	2017	2018
Raiva	0	0	0
Leishmaniose Tegumentar	0	0	0
Leishmaniose Visceral	1	1	1

Casos Notificados	2016	2017	2018
Febre Amarela	0	0	0
Doença de Chagas	0	0	0
Dengue	80	28	07
Cólera	0	0	0
Enterobiose	0	0	0
Giardíase	0	0	0
Hantavirose	0	0	0
Febre Maculosa	0	0	0
Amebíase	0	0	0
Esquistossomose	16	37	34
Malária	0	0	0
Tuberculose	3	3	0
Ascaridíase	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0
Ancilostomose	0	0	0

Fonte: Dados fornecidos pelo município

As doenças de veiculação hídrica bem como: Enterobiose, Giardíase, Amebíase, Esquistossomose, Ascaridíase, Ancilostomose, não possuem dados quantitativos, pois só são notificadas em casos de surto. O município possui registros de casos de pacientes oncológicos, 16 casos, sendo os mais comuns câncer de próstata e mama, e são encaminhados para Governador Valadares para tratamento. Os Renais Crônicos contabilizam 07 casos que também são encaminhados para Governador Valadares para tratamento. Quanto às DSTs somam 13 casos de Sífilis que são tratados no município.

O município não possui padrões qualitativos e quantitativos estipulados pelo SUS para atender a demanda local em decorrência do número populacional. De acordo com o entrevistado, existe déficit no atendimento aos usuários do município e com o aumento da população flutuante o município não tem infraestrutura para atendimento emergencial.



Figura 58 - Estratégia Saúde da Família de Tumiritinga



Figura 59 - Entrevista com o Secretário Ricardo Bruno

- **Conselheiro Pena**

No município de Conselheiro Pena os dados foram colhidos na Secretaria de Saúde com a Secretária Sra. Cleia Maria. A mesma relata que no município possui somente um hospital particular (Figura 60), com 52 leitos, e atendimento de baixa, média e alta complexidade. As

especialidades são: Ortopedia, Psiquiatria, Gastroenterologista, Cardiologista, Pediatria e Radiologia atendendo cerca de 420 consultas e 80 atendimentos odontológicos a cada mês.

Para transporte de pacientes o município possui 5 ambulâncias e para atendimento complementar do hospital, 8 Programas de Saúde da Família (Figura 61), sendo 3 na zona urbana e 5 na zona rural. Os agentes de saúde totalizam 52 colaboradores.

Entre os anos de 2016 à 2018 o município teve os seguintes registros de doenças endêmicas e de veiculação hídrica, conforme a Tabela 42:

Tabela 42 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica

Casos Notificados	2016	2017	2018
Raiva	0	0	0
Leishmaniose Tegumentar	0	0	0
Leishmaniose Visceral	0	2	0
Febre Amarela	0	1	0
Doença de Chagas	0	0	0
Dengue	243	84	19
Cólera	0	0	0
Enterobiose	0	0	0
Giardíase	0	0	0
Hantavirose	0	0	0
Febre Maculosa	0	0	0
Amebíase	0	0	0
Esquistossomose	0	0	0
Malária	0	0	1
Tuberculose	11	5	10
Ascaridíase	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0
Ancilostomose	0	0	0

Fonte: Dados fornecidos pelo município

As doenças de veiculação hídrica bem como: Enterobiose, Giardíase, Amebíase, Esquistossomose, Ascaridíase, Ancilostomose, não possuem dados quantitativos, pois só são notificadas em casos de surto. O município possui padrões qualitativos e quantitativos estipulados pelo SUS para atender a demanda local em decorrência do número populacional. De acordo com a entrevistada, não existe déficit no atendimento aos usuários no município e com o aumento da população flutuante o município tem infraestrutura para atendimento emergencial.



Figura 60 - Hospital Municipal de Saúde de Conselheiro Pena



Figura 61 - Programa de Saúde da Família – PSF

- **Santa Rita do Ituêto**

Os dados do município de Santa Rita do Ituêto foram obtidos por meio de entrevista com a Sra. Ingrid Regina de Oliveira (Figura 62), Secretária de Saúde do município. Para atender a população, o município conta com um ESF – Estratégia Saúde da Família (Figura 63) na zona urbana e um ESF na zona rural com atendimentos só de baixa complexidade. O município possui

1 laboratório público e 1 particular para exames patológicos. Não existe no município Unidade da SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Para os casos de alta complexidade o município dispõe de 2 (duas) ambulâncias para conduzir os pacientes para o município de Conselheiro Pena ou Governador Valadares.

Com relação a equipe de profissionais dedicados à Saúde, identificou-se três médicos clínicos gerais, atendendo aproximadamente 530 consultas por mês. Os atendimentos odontológicos que conta com um dentista atende cerca de 350 consultas por mês. Os atendimentos ginecológicos que conta com um médico atende cerca de 40 preventivos por mês.

Os agentes comunitários somam 17 profissionais, sendo que parte deles focam seus trabalhos e atendimentos na zona rural e outros na zona urbana. De acordo com dados da vigilância epidemiológica, no período de 2016 a 2018, o município apresentou os seguintes registros, Tabela 43.

Tabela 43 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica

Casos Notificados	2016	2017	2018
Raiva	0	0	0
Leishmaniose Tegumentar	1	1	0
Leishmaniose Visceral	0	0	0
Febre Amarela	0	10	0
Doença de Chagas	0	0	0
Dengue	0	0	0
Cólera	0	0	0
Enterobiose	0	0	0
Giardíase	0	0	0
Hantavirose	0	0	0
Febre Maculosa	0	0	0
Amebíase	0	0	0
Esquistossomose	0	0	0
Malária	0	0	0
Tuberculose	1	4	2
Ascaridíase	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0
Ancilostomose	0	0	0

Fonte: Dados fornecidos pelo município

As doenças de veiculação hídrica bem como: Enterobiose, Giardíase, Amebíase, Esquistossomose, Ascaridíase, Ancilostomose, não possuem dados quantitativos, pois só são notificadas em casos de surto. O município possui registros de casos de pacientes oncológicos, tendo registrados 23 casos, sendo mais comuns câncer de pele e próstata, e são encaminhados para

Governador Valadares ou Belo Horizonte para tratamento. Existe também um caso de HIV que trata no Centro de Referência em Atenção Especial à Saúde Dr. Ladislau Salles - CRASE em Governador Valadares e 4 Renais Crônicos que também são encaminhados para Governador Valadares para tratamento. Quanto às DSTs, o município possui registro de Sífilis tratado no próprio município.

O município possui padrões qualitativos e quantitativos estipulados pelo SUS para atender a demanda local em decorrência do número populacional. De acordo com o entrevistado, existe déficit no atendimento aos usuários no município e com o aumento da população flutuante o município não tem infraestrutura para atendimento emergencial, tendo condições de atender somente a demanda por atendimento ambulatorial.



Figura 62 - ESF de Santa Rita do Ituêto



Figura 63 - Ingrid Regina de Oliveira – Secretária de Saúde de Santa Rita do Ituêto

- **Pocrane**

Os dados do município de Pocrane foram coletados no Hospital Municipal José Vitor de Paula (Figura 64), com a Secretária de Saúde Sra. Dantes Florêncio (Figura 65), responsável pela unidade. Pocrane possui um hospital Municipal, com 30 leitos com atendimento somente de baixa complexidade. Para ajudar nos atendimentos de baixa complexidade a população conta com 3 Programas de Saúde da Família, sendo 1 na zona urbana e 2 na zona rural. As especialidades médicas disponíveis são: Pediatria e Clínico Geral, tendo uma média de 431 consultas por mês, 52 odontológicas e 20 exames preventivos. Os agentes de saúde somam 22 colaboradores no município.

Aos que necessitarem de deslocamento o município dispõe de 5 ambulâncias para transportar os pacientes. Entre os anos de 2016 à 2018 o município teve os seguintes registros de doenças endêmicas e de veiculação hídrica, Tabela 44:

Tabela 44 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica

Casos Notificados	2016	2017	2018
Raiva	0	0	0
Leishmaniose Tegumentar	0	2	0
Leishmaniose Visceral	0	0	0
Febre Amarela	0	1	0
Doença de Chagas	0	0	0
Dengue	0	0	0
Cólera	0	0	0

Casos Notificados	2016	2017	2018
Enterobiose	0	0	0
Giardíase	0	0	0
Hantavirose	0	0	0
Febre Maculosa	0	0	0
Amebíase	0	0	0
Esquistossomose	0	0	0
Malária	0	0	0
Tuberculose	0	2	0
Ascaridíase	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0
Ancilostomose	0	0	0

Fonte: Dados fornecidos pelo município

As doenças de veiculação hídrica bem como: Enterobiose, Giardíase, Amebíase, Esquistossomose, Ascaridíase, Ancilostomose, não possuem dados quantitativos, pois só são notificadas em casos de surto. O município registra 2 casos de HIV na cidade, e quatro casos de Renais Crônicos que estão tratamento em Manhuaçu.

Pocrane apresenta padrões quantitativos e qualitativos estipulados pelo SUS para atendimento de baixa complexidade, considerando o número de habitantes e a infraestrutura existente para atender essa demanda. No que refere ao aumento da população flutuante, segundo o entrevistado, o quantitativo de agentes de saúde e profissionais do município é suficiente para atender a demanda do município e uma população flutuante em casos de atendimento a atenção básica.



Figura 64 - Hospital Municipal José Victor de Paula em Pocrane



Figura 65 - Entrevista com a Secretária de Saúde Sra. Dantes Florêncio

- **Mutum**

Os dados primários de saúde do município de Mutum foram coletados na Secretaria Municipal de Saúde, com o Secretário Sr. Osmar Teixeira. Segundo o Secretário o município conta com 2 hospitais (Figura 66) com 47 leitos e nenhuma UTI. Para atendimento complementar o município conta com mais 10 Programas de Saúde da Família –PSF (Figura 67), sendo 4 na zona urbana e 6 na zona rural.

Com relação a equipe de profissionais dedicados à Saúde, são cinco médicos sendo: 1 Clínico Geral, 1 Cirurgião, 1 Anestesiologista, 1 Pediatra, 1 Obstetra. O município dispõe de 6 ambulâncias para os atendimentos de baixa e média complexidade. O número de consultas são cerca de 1.780 por mês, 320 odontológicas e 160 preventivos. Para exames o município conta com 5 laboratórios particulares e um Centro de Reabilitação.

De acordo com o Secretário Osmar, entre 2016 à 2018 o municípios teve os seguintes registros de doenças endêmicas e de veiculação hídrica, conforme a Tabela 45:

Tabela 45 - Casos de notificações de doenças endêmicas e de veiculação hídrica

Casos Notificados	2016	2017	2018
Raiva	0	0	0
Leishmaniose Tegumentar	3	8	3
Leishmaniose Visceral	0	1	0
Febre Amarela	0	17	0
Doença de Chagas	0	0	0

Casos Notificados	2016	2017	2018
Dengue	200	48	6
Cólera	0	0	0
Enterobiose	0	0	0
Giardíase	0	0	0
Hantavirose	0	0	0
Febre Maculosa	0	0	0
Amebíase	0	0	0
Esquistossomose	405	280	249
Malária	0	0	1
Tuberculose	1	0	0
Ascaridíase	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0
Ancilostomose	0	0	0

Fonte: Dados fornecidos pelo município

As doenças de veiculação hídrica bem como: Enterobiose, Giardíase, Amebíase, Esquistossomose, Ascaridíase, Ancilostomose, não possuem dados quantitativos, pois só são notificadas em casos de surto. Há registros de casos oncológicos, sendo os mais comuns os de próstata, mama e esôfago e são encaminhados para Muriaé. 12 casos de Renais Crônicos estão em tratamento em Manhuaçu. No tocante às DSTs possui registros de Sífilis que são tratados no próprio município.

O município possui os padrões qualitativos estipulados pelo SUS para atender a demanda local, contando com 69 agentes de saúde trabalhando.



Figura 66 - Hospital Municipal São Manoel de Mutum



Figura 67 - Pronto Atendimento Municipal

7.3.6.2 *Transporte*

Entende-se como importante a caracterização das vias de acesso junto as cidades estudadas, pois as mesmas são importantes infraestruturas no processo de desenvolvimento do próprio território mineiro e brasileiro. Inclusive, quando se destacam as políticas de transportes terrestres (rodovia e ferrovia) é notório que as mesmas tiveram papel central no processo de ordenamento do território, na medida em que viabilizavam que outras infraestruturas, serviços e pessoas se conectassem entre uma cidade e outra.

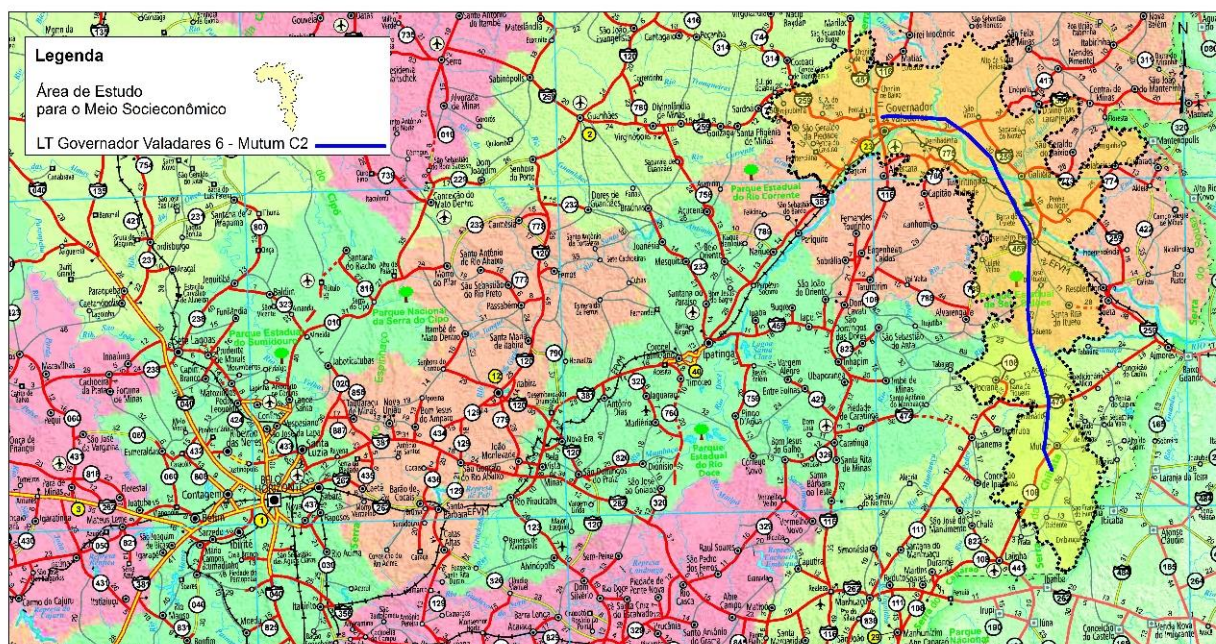


Figura 68 - Infraestruturas gerais de transporte na AE e entorno (2019)

Em Minas Gerais, entre outras estradas de ferro, tal como Estrada de Ferro Oeste de Minas, encontra-se em funcionamento a Estrada de Ferro Vitória a Minas S.A. (EFVM) que interliga a Região Metropolitana de Vitória, no Espírito Santo, a Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais — trecho da EF-262 (ferrovia transversal que interliga os estados do Espírito Santo e Minas Gerais) e presta serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sua locação se iniciou no final do século XIX e tinha como objetivo inicial o transporte ferroviário de passageiros e escoar a produção cafeeira do vale do rio Doce e Espírito Santo, no entanto seu foco foi alterado em 1908, passando a visar Itabira e escoar o minério de ferro extraído no município. A partir da construção da via férrea, estruturaram-se povoados que deram origem a novos municípios, tais como Coronel Fabriciano e posteriormente ao Vale do Aço, cujo crescimento industrial só foi possível pela existência da EFVM, que também passou a servir como forma de escoamento da produção das indústrias locais. Foi encampada pela recém-fundada Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) em 1942, a qual maneja a ferrovia até hoje. Modernizou-a nos anos 1940, alterando o traçado acidentado na região de Vitória. É uma das ferrovias mais rentáveis do Brasil e uma das poucas a manter no País até hoje os trens de passageiros. Todos os dias às 7h, um trem parte de Cariacica (Pedro Nolasco), na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, e chega a Belo Horizonte, Minas Gerais, por volta de 20h10 sendo que realiza parada em Governador Valadares às 13h; no sentido inverso, um trem parte da capital mineira às 7h30, às 14h para na Praça da Estação em Governador Valadares

e encerra a viagem às 20h30. Destacamos que o percurso da EFVM atravessa também os municípios de Conselheiro Pena, na estação Barra do Cuieté, em Tumiritinga na estação São Tomé do Rio Doce, antes de chegar a Governador Valadares, vindo do ES.

A estação ferroviária de Governador Valadares localiza-se na área central da cidade, ao lado do GV Shopping, na Praça João Paulo Pinheiro, popularmente conhecida como “Praça da Estação”. Em 2011, a praça encontrava-se cercada de tapumes, em obras de revitalização pela Vale. De acordo com a Prefeitura de Governador Valadares, a EFVM chegou à cidade em 1910 e até 1948 passava na Avenida Brasil. Atualmente corta 58 quilômetros do território valadarense, sendo 22 deles no perímetro urbano. Novamente há a intenção de transposição da linha férrea do Centro para uma área próxima ao anel rodoviário e por isso o Prefeito de Governador Valadares reclamou uma audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir a renovação da concessão da Ferrovia Vitória a Minas (EFVM) após as eleições de 2018. De acordo com o prefeito André Merlo a ideia tem visão futurista de planejamento para os próximos 30 ou 40 anos, mudando a linha de local, como foi feito em 1948, para, assim, melhorar a mobilidade urbana e, além disso, mantendo-a, contudo, interligada a um terminal intermodal que possibilitará sua integração com a rodovia e com o tráfego aéreo.

Na modalidade de sistemas de hidrovias, apesar de pouco utilizado, vem ganhando espaço tanto no País, quanto em Minas Gerais. Em que pese ser o Estado de Minas Gerais montanhoso, a possibilidade de navegação fluvial existe e é real em três rios: Rio São Francisco, Rio Grande e Rio Doce, de forma que se caracterizam como Hidrovia associada a barragens e à Geração de Energia. Os portos fluviais de Iturama (rio Grande) e Santa Vitória (rio Paranaíba), no Triângulo Mineiro, e de Pirapora (rio São Francisco) podem se tornar opção para o escoamento da produção de uma vasta região, fazendo com que os produtos cheguem aos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e mesmo a outras regiões. Assim, encontram-se em execução duas obras do PAC, o Corredor do Paraná – que passa pelos estados de GO, MG, MS, PR e SP, e Corredor do São Francisco que passa pelos estados de BA, MG e PE.

O estado de Minas Gerais conta com todos os modais de transporte, Mapa de Rede de Transportes e malha viária na área de estudo socioeconômica, Anexo 49, Volume 4 – Tomo IV. Em tratando-se do modal aeroviário damos destaque ao principal aeroporto do estado de Minas Gerais: Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins, distante 40 Km do centro de Belo Horizonte. Serve principalmente a capital, bem como a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, no mesmo município, Confins, está localizado o Aeroporto Industrial de Belo Horizonte, inaugurado em março de 2014, é o primeiro aeroporto industrial do Brasil, com uma área de aproximadamente 50 mil metros quadrados. A construção foi realizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais em convênio com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). De acordo com a ANAC existem 130 aeródromos privados em Minas Gerais, mas nenhum deles localiza-se nos municípios da Área de Estudo. Apenas há registro de um aeródromo público, descrito na Tabela 46.

Tabela 46 - Aeródromo localizado em município da Área de Estudo.

Nome	Município	Comprimento da Pista	Largura
Coronel Altino Machado	Governador Valadares	1400 m	30 m

Fonte: ANAC, 02/2019.

Este dado é, sobretudo, importante no caso de empreendimentos de linhas aéreas de transmissão de energia para promover a segurança operativa da rede. Faz-se necessário requisitos específicos nas proximidades de aeroportos, deverão ser observadas as normas de aproximação e proteção ao voo, estabelecendo área retangular ao redor da pista onde não poderão ser feitas implantações de quaisquer edificações, de acordo com as normas técnicas.

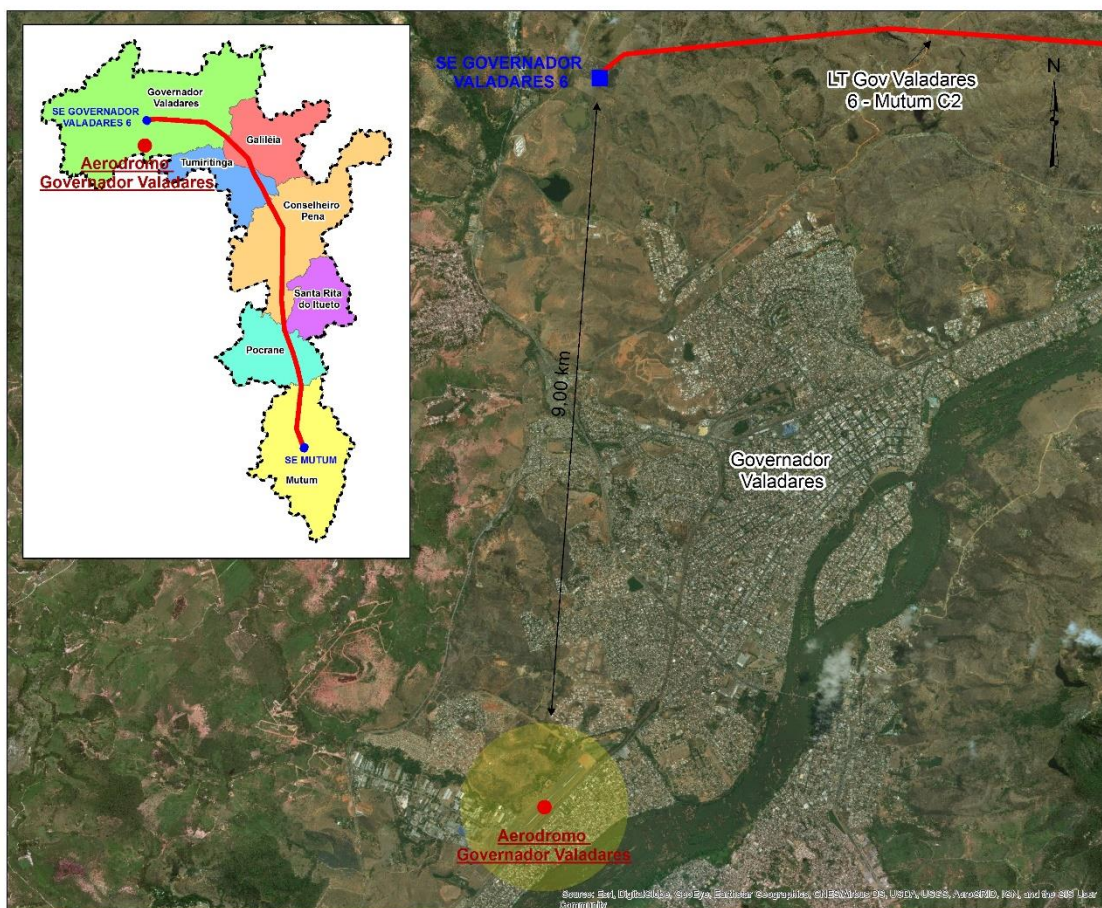


Figura 70 - Aeródromos na área de estudo

Por fim, são importantes vias de acesso aos municípios em estudo as rodovias Br 451 que liga Santo Antônio do Pontal a Governador Valadares, bem como a BR 116 que liga Teófilo Otoni a Governador Valadares. Além disso, a BR 259 liga os municípios de Governador Valadares a Tumiritinga, Galiléia e Conselheiro Pena, que está localizado a 37,4 km de Santa Rita do Ituêto. Pocrane pode ser acessada pela rodovia MG 101 vindo de Ipanema e também pela MG 108 que liga Pocrane a Mutum. As vias de acesso complementares, sobretudo inseridas na área de estudo, estão apresentadas na Figura 71.

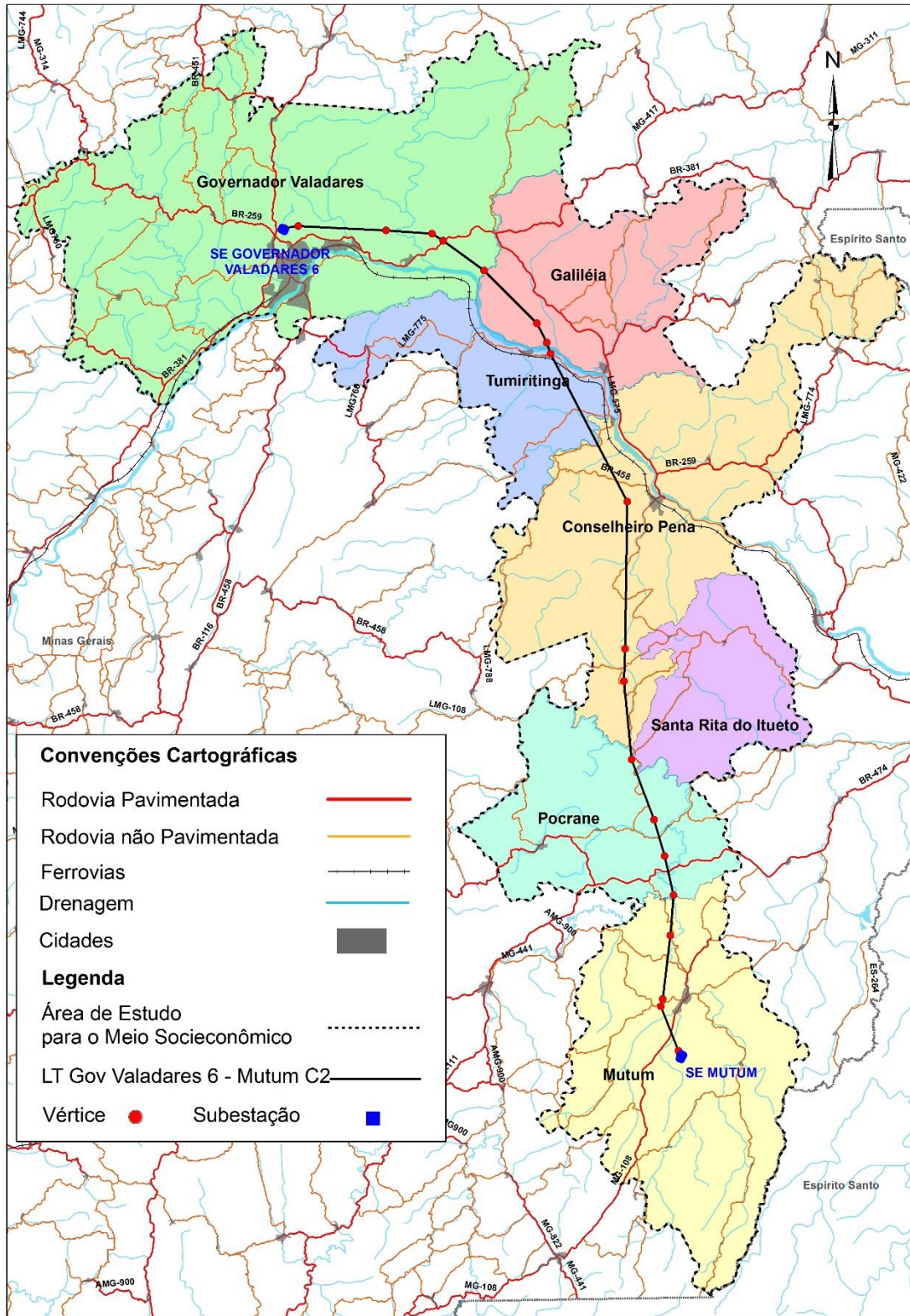


Figura 71 - Principais Acessos aos municípios da AE

As infraestruturas, tais como as vias de acesso já citadas, são elementos estratégicos, que juntamente com as políticas públicas e privadas de investimento atuam e passam a organizar o território. Essas estruturas são utilizadas para viabilizar o transporte de pessoas e mercadorias e acaba tornando-se conseqüentemente fator de expansão e desenvolvimento regional (PMSB, 2015). Além disso, alguns autores estudiosos de logística, refletem acerca da gestão de transporte enquanto importante na economia e valor agregado a produtos. Ballou (2006) atribui os gastos com transporte como representativos de até dois terços das despesas logísticas totais de uma empresa. Ao trazer essa análise para uma visão macro dos municípios, que possuem diversas empresas, pode-se considerar que a temática do transporte faz parte de diversos setores da economia. Ou seja, o sistema de transportes está relacionado à produção do espaço urbano em diferentes momentos históricos, seja na época da construção da EFVM ou de abertura das rodovias. Em Minas Gerais, o fluxo terrestre é muito utilizado enquanto matriz para conexão do Estado com as demais regiões brasileiras, uma vez que o país, apesar de possuir dimensões de áreas continentais, acabou insistindo no transporte rodoviário. Por esse motivo, as frotas de um município se torna um dado importante.

Dentre os municípios da AE, Governador Valadares, enquanto polarizador, destaca-se com a maior frota (Figura 72), tendo sido registrados 137.375 veículos de acordo com DENATRAN (janeiro, 2018). Desse total, a maioria, ou seja, 61.022 veículos, estão cadastrados na categoria automóveis, seguidos por 44.235 na categoria motocicletas e 3.474 de Caminhões. Os Ônibus (430) e os micro-ônibus (362) são as categorias de menor representatividade.

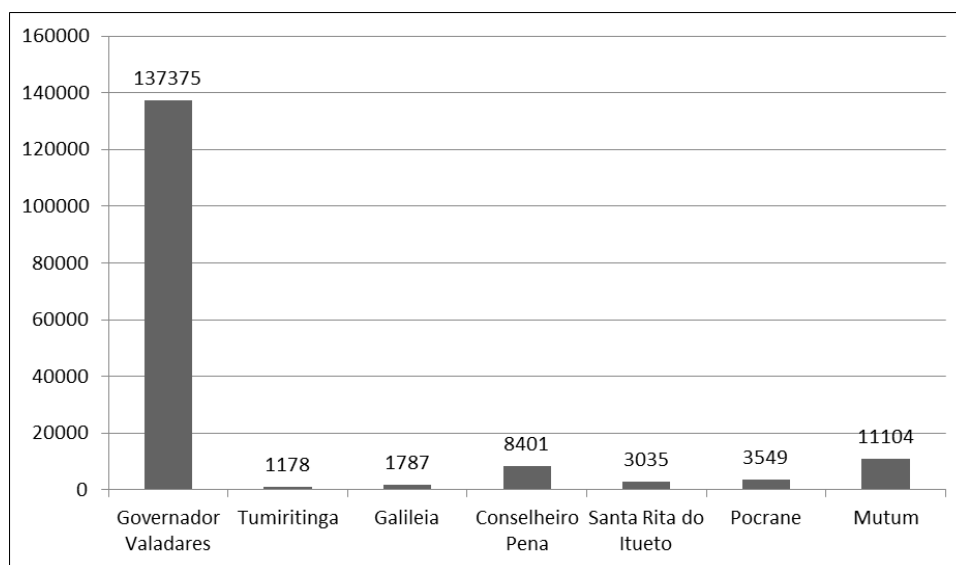


Figura 72 - Frota total de veículos nos municípios em estudo (2018).

Fonte: DENATRAN, janeiro, 2018.

Já a menor frota registrada é representada pelo município de Tumiritinga que possui um total de 1.178 de veículos, sendo a maioria, 495 veículos, cadastrada na categoria automóveis, seguidos por 502 na categoria motocicletas e 40 Caminhões. Os Ônibus (13) e os micro-ônibus (6) são as categorias de menor representatividade. Na Tabela 47 é possível visualizar o número de veículos por categoria em cada um dos municípios em estudo. A análise da frota das cidades pode revelar algumas formas das infraestruturas.

Tabela 47 - Frota de Veículos da AE por categoria

Município	Governador Valadares	Tumiritinga	Galiléia	Conselheiro Pena	Santa Rita do Ituêto	Pocrane	Mutum
Automóvel	61022	495	860	3444	883	1184	3758
Caminhão	3474	40	71	254	118	101	286
Caminhão trator	838	0	4	5	9	2	30
Caminhoneiro	9018	58	139	648	329	195	704
Camioneta	2921	17	34	88	21	27	73
Micro-Ônibus	362	6	5	13	13	10	37
Motocicleta	44235	502	576	3310	1536	1885	5420
Motoneta	8756	16	22	370	77	54	386
Ônibus	430	13	13	68	23	21	106
Utilitário	762	0	3	14	3	6	20
Total	137375	1178	1787	8401	3035	3549	11104

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN (janeiro, 2018).

No que se refere aos dados sobre acidentes de trânsito, de acordo com o DATASUS (2009) foi possível elaborar a Tabela 48 que apresenta a taxa de acidentes de trânsito em cada município da AE, um coeficiente gerado a partir da relação de números de acidentes de trânsito a cada 100.000 habitantes, dessa forma, cabe observar que a taxa de acidentes em Governador Valadares não é a maior dentre os municípios da AE em função do número de habitantes valadarenses, uma vez que este é o município mais populoso.

Tabela 48 - Taxa de accidentalidade no trânsito (por 100.000 habitantes) nos municípios da AE (2009)

Município	Taxa de acidente de trânsito (por 100.000 habitantes)
Governador Valadares	29,4
Tumiritinga	32,4
Galiléia	53,1
Conselheiro Pena	40
Santa Rita do Ituêto	-

Município	Taxa de acidente de trânsito (por 100.000 habitantes)
Pocrane	-
Mutum	-

Fonte: DATASUS - Sistema de informação sobre mortalidade, 2009.

De acordo com o Diagnóstico De Acidentes De Trânsito Minas Gerais 2015 – 2016 elaborado pelo Centro Integrado De Informações De Defesa Social – CINDS, o município de Governador Valadares ocupa a posição 5º em relação à taxa geral do estado de Minas Gerais, apresentando os seguintes dados: 22 acidentes fatais, 305 graves em 2015, passando para 17 acidentes fatais e 245 graves em 2016. Além disso, com relação aos acidentes de trânsito registrados nas principais rodovias de acesso aos municípios da AE, a partir de dados disponibilizados pelo Diagnóstico de Acidentes de Trânsito em Minas Gerais 2015-2016, foi possível elaborar a tabela que segue.

Tabela 49 - Principais rodovias de acesso aos municípios da AE que aparecem no Ranking das 15 vias com os maiores quantitativos de vítima fatais ou graves em acidentes de trânsito em Minas Gerais

Rodovia	2015		2016		Ranking 20 +
	Fatais	Graves	Fatais	Graves	
BR 259	13	55	18	48	6º
BR 381	35	79	34	66	2º
BR 116	38	38	23	21	8º

Fonte: Diagnóstico de acidentes de trânsito em Minas Gerais (2015-2016)

Ao trazer esses dados para uma análise ampliada dos municípios, pode-se considerar que a temática interliga-se com outros setores relacionados a infraestruturas tanto de qualidade das malhas viárias, como também em relação à questão de saúde pública e a disponibilidade de leitos, já abordado neste estudo.

7.3.6.3 Segurança Pública

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, o momento é de melhoria das estatísticas de segurança, resultado dos investimentos e priorização, nos últimos meses, das ações de segurança pública pelo Governo, com o programa + Segurança, que além do incremento de pessoal, também colocou à disposição das polícias Militar e Civil 2.008 viaturas.

Somente no primeiro mês de 2018 foram entregues 140 veículos para a Polícia Militar e 51 para a Polícia Civil.

Os dados de segurança pública do estado apontam que o ano de 2017 registrou a menor taxa de homicídios desde 2011, com 18,8 vítimas do crime a cada 100 mil habitantes. Na comparação com o ano anterior, também há queda de 6% no número de vítimas de homicídios, considerando os 853 municípios mineiros. Na avaliação da capital, a redução é de 11 %. Já o número de registros de roubo fecha 2017 com queda de 14 % em Minas e 17,4% em Belo Horizonte, depois de seis anos seguidos de aumentos mensais. A taxa anual de roubos, de 534,3 registros a cada 100 mil habitantes, é a menor desde 2015, apontando para uma reversão do quadro deste tipo de crime contra o patrimônio. A Secretaria de Segurança Pública (Sesp) do estado, por meio do Observatório de Segurança Pública Cidadã, avalia 12 indicadores dos quais oito apresentam redução, mas estupro, por exemplo, é um dos indicadores que consumado continua como o grande desafio do sistema de segurança pública para o ano de 2018.

Com relação aos dados sobre encarceramento, encontramos que a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) administra, hoje, 210 unidades prisionais. No total, são mais de 70 mil presos sob responsabilidade da SEAP. De acordo com esta mesma secretaria, existem 120 escolas dentro das unidades prisionais, com um total de 9.372 8.000 presos estudando enquanto que quase 19 mil detentos trabalham enquanto cumprem pena, sendo que contam com mais de 400 frentes de trabalho que oferecem oportunidade aos detentos. Em 2017, 1.501 presos foram certificados através de parcerias com instituições públicas e privadas nas áreas de saúde, produção industrial, infraestrutura, produção alimentícia, gestão e negócios. Atualmente, 134 presos estão matriculados em curso superior nas modalidades presencial e a distância.

Tabela 50 - Infraestrutura de Segurança Pública dos municípios em estudo (2018)

Município	Unidades Policiais	
	Polícia Civil	Polícia Militar
Governador Valadares	8	9
Tumiritinga	0	1
Galiléia	1	1
Conselheiro Pena	1	1
Santa Rita do Ituêto	0	1
Pocrane	0	1
Mutum	1	1

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018.

Adentrando os dados e estatísticas específicas dos municípios deste estudo, foi localizada uma unidade socioeducativa em Governador Valadares – Centro Socioeducativo São Francisco de Assis e também a Casa de Semiliberdade. Já a delegacia Especializada de Atendimento à Mulher apenas pode ser encontrada no município de Galiléia. De acordo com a Polícia Civil de Minas Gerais, o município com maior infraestrutura de Segurança Pública é Governador Valadares com 8 unidades de polícia civil e 9 de polícia militar, conforme Tabela 50. Os demais municípios em estudo possuem uma ou nenhuma unidade dos mesmos grupos de segurança pública.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, também foi investido nos Centros de Referência em Álcool e Drogas – CREAD, local onde usuários e familiares têm o primeiro atendimento na caminhada da luta contra o vício. No CREAD, o cidadão pode contar com a ajuda e a orientação de psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros, participar de grupos de mútua ajuda e, até mesmo, conseguir a indicação para uma internação a partir deste contato. Os dados que apresentam são de 5.502 atendimentos em 2015 e 5.797 atendimentos em 2016 no estado de Minas Gerais como um todo. No que tange aos municípios, os Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (Comad's) são instâncias de assessoramento ao poder executivo municipal e atuam como mediadores entre a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas e as Prefeituras. Foram localizadas COMAD's em Mutum e Governador Valadares.

A partir da Secretaria de Estado de Segurança Pública foi possível elaborar tabelas com dados em séries históricas de variados crimes violentos que ocorreram nos municípios de estudo. A Tabela 51 apresenta os dados registrados de roubos entre 2012 e 2018.

Tabela 51 - Número de roubos consumados por município da AE entre 2012 e 2018

Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Governador Valadares	635	806	728	908	1058	982	851
Tumiritinga	0	3	7	6	7	5	10
Galiléia	1	0	0	5	6	1	2
Conselheiro Pena	6	4	10	4	11	10	4
Santa Rita do Ituêto	0	0	0	1	0	2	0
Pocrane	2	1	1	1	3	3	1
Mutum	6	3	32	19	14	10	24

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018.

De acordo com a Tabela 51, vemos novamente que Governador Valadares segue liderando com os dados mais exorbitantes comparados aos demais municípios, muito em função de ser uma cidade também mais populosa dentre os municípios da AE. A Tabela 52 apresenta os registros de furtos entre 2012 e 2018, sendo furtos e roubos as principais causas de encarceramento no Brasil hoje.

Tabela 52 - Número de furtos consumados por município da AE entre 2012 e 2018

Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Governador Valadares	5625	5682	5172	5370	5863	5507	5751
Tumiritinga	34	26	26	25	54	61	36
Galiléia	68	61	56	104	94	80	88
Conselheiro Pena	181	187	174	151	157	167	157
Santa Rita do Ituêto	13	31	33	22	19	13	7
Pocrane	23	32	37	24	40	44	51
Mutum	117	144	184	140	124	202	129

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018

As Tabelas 53 a 56 apresentam os dados referentes a lesão corporal, estupros, sequestros e homicídios registrados nos municípios da AE entre 2012 e 2018. Governador Valadares sempre apresenta os dados mais alarmantes. Infelizmente a Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais não disponibiliza os dados agrupados por gênero, que seria interessante para realizar uma análise mais específica sobre a questão de segurança pública nestes municípios.

Tabela 53 - Número de registros de lesão corporal por município da AE entre 2012 e 2018

Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Governador Valadares	1005	1124	1086	1101	1000	954	1003
Tumiritinga	15	17	6	11	14	9	15
Galiléia	61	70	58	50	61	49	54
Conselheiro Pena	92	92	91	90	99	73	71
Santa Rita do Ituêto	26	22	26	14	23	18	20
Pocrane	17	27	38	19	25	19	13
Mutum	98	102	91	79	63	72	56

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018.

Tabela 54 - Número de estupros consumados por município da AE entre 2012 e 2018.

Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Governador Valadares	35	26	39	23	24	25	22
Tumiritinga	0	1	1	0	0	0	0
Galiléia	0	1	0	0	0	0	1
Conselheiro Pena	1	1	2	1	2	3	1
Santa Rita do Ituêto	0	1	0	0	0	2	0
Pocrane	0	0	0	0	1	0	0
Mutum	0	1	1	0	0	2	2

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018.

Tabela 55 - Número de sequestro e cárcere consumados por município da AE entre 2012 e 2018

Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Governador Valadares	4	4	2	3	6	5	9
Tumiritinga	0	0	0	0	0	0	0
Galiléia	0	0	0	0	0	0	0
Conselheiro Pena	0	0	1	1	0	0	0
Santa Rita do Ituêto	0	0	0	0	1	0	0
Pocrane	0	0	0	0	0	0	0
Mutum	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018

Tabela 56 - Número de homicídios consumados por município da AE entre 2012 e 2018

Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Governador Valadares	115	99	104	94	92	85	77
Tumiritinga	2	0	2	2	7	4	3
Galiléia	1	1	3	2	1	2	2
Conselheiro Pena	4	8	4	6	3	4	2
Santa Rita do Ituêto	1	1	3	1	1	2	1
Pocrane	3	1	3	1	1	4	1
Mutum	8	12	10	9	4	5	10

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018

Por fim, apresenta-se abaixo o gráfico com a variação de crimes violentos, por município, em 2012 e em 2018.

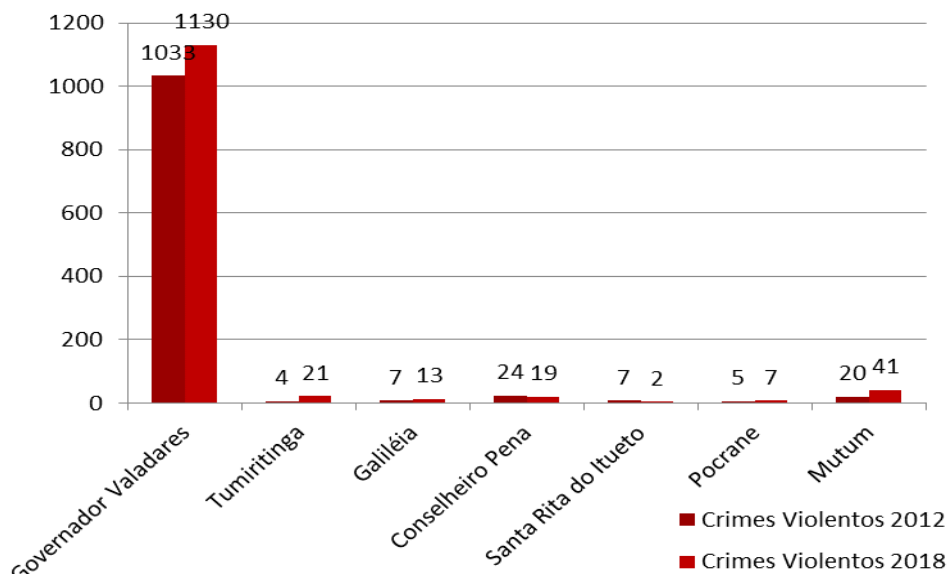


Figura 73 - Variação de crimes violentos por município 2012-2018

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MG, 2018.

A partir do gráfico da Figura 73, observamos que houve aumento nos registros de crimes violentos na maioria dos municípios da AE, apenas com exceção de Santa Rita do Ituêto e Conselheiro Pena, que caíram de 7 para 2 e 24 para 19 registros respectivamente. Dessa forma, o índice de crimes violentos por município em 2018 ficou 405,83/100 mil habitantes em Governador Valadares; 313,53/100 mil habitantes em Tumiritinga; 189,95/100 mil habitantes em Galiléia; 83/100 mil habitantes em Conselheiro Pena; 36,22 em Santa Rita do Ituêto; 82,28 em Pocrane e no município de Mutum a taxa de 151,87/100 mil habitantes.

As Secretarias vinculadas à Segurança Pública dos sete municípios da Área de Estudo foram visitados para coleta de dados primários.

- **Governador Valadares**

A Polícia Militar (Figura 75) de Governador Valadares optou por não fornecer os dados relacionados à Segurança Pública no município, alegando serem dados sigilosos e estratégicos, justificando ainda alto índice recente de explosões de caixas eletrônicos na cidade, e como estão

passando por um monitoramento maior no presente momento, a divulgação de dados da segurança pública, como contingente policial, quantidade de viaturas e infraestrutura existente podem ser prejudiciais ao sistema local.



Figura 74 - Fachada da Polícia Civil de Governador Valadares



Figura 75 - Fachada da Polícia Militar de Governador Valadares

- **Galiléia**

Os dados foram coletados na Polícia Militar com o cabo Sr. George Lima, que relatou que no município não possui sistema prisional. Para execução das atividades o município conta com duas viaturas e 4 policiais na ativa. Galiléia não possui Corpo de Bombeiros, sendo atendido pelo município de Governador Valadares. Na cidade não possui Fórum, Defesa Civil e Delegacia.

As principais ocorrências municipais são: Furtos e agressão a mulher. Na opinião do cabo, com a construção do empreendimento, caso haja aumento na população flutuante pode gerar aumento nas brigas e desentendimento em bares.

A demanda de funcionários não é suficiente para atender a demanda local, segundo o entrevistado.



Figura 76 - Fachada da Polícia Militar de Galiléia

- **Tumiritinga**

Em Tumiritinga os dados foram coletados na Polícia Militar (Figura 77) com o Sargento Irismar Rodrigues, que relata que no município não possui sistema prisional, dispõe de 2 viaturas (Figura 78) e um quadro de oito policiais, executando o serviço na cidade e o patrulhamento rural.

No município não possui corpo de bombeiros sendo atendidos em caso de emergência pelo município de Governador Valadares. Os serviços de Fórum, Delegacia e IML são supridos pelo município de Conselheiro Pena.

Os projetos que a PM desenvolve com a comunidade é o PROERD. As principais ocorrências registradas no município são de homicídios e furtos.

Devido ao quadro de funcionários ser insuficiente para atender a demanda local, o Sargento Irismar acredita que com a construção do empreendimento pode ocorrer o aumento de brigas, pois a população flutuante gera insegurança para os moram na cidade.



Figura 77 - Fachada da Polícia Militar de Tumiritinga



Figura 78 - Viaturas utilizadas pela Polícia Militar

- **Conselheiro Pena**

No município de Conselheiro Pena os dados foram coletados na Polícia Civil (Figura 79) da cidade com o Investigador Jucélio Araújo, que relata ter sistema prisional (Figura 80) no município com capacidade para 70 presos, mas atualmente constam 100 presos na atual conjuntura. De equipamentos de trabalho possui duas viaturas e 5 policiais civis atuante na delegacia.

Conselheiro Pena não possui Corpo de Bombeiros sendo atendido pelo município de Resplendor. Na cidade possui Fórum, Defesa Civil e Delegacia.

O investigador relata que os programas exercidos voltados à comunidade são o PROERD junto a PM e a rede de monitoramento dos comércios. As principais ocorrências municipais são: Tráfico de entorpecentes, atuação da lei Maria da Penha, roubo de gado e Furtos. O mesmo opina que com a construção do empreendimento e o aumento na população flutuante irá causar aumento nas contravenções.

A demanda de funcionários não é suficiente para atender a demanda local, segundo o entrevistado.



Figura 79 - Fachada da Polícia Civil de Conselheiro Pena



Figura 80 - Fachada do Sistema Prisional de Conselheiro Pena

- **Santa Rita do Ituíto**

A Polícia Militar (Figura 81) de Santa Rita do Ituíto optou por não fornecer os dados, por considerarem as informações estratégicas e sigilosas, únicas à Polícia.



Figura 81 - Fachada da Polícia Militar de Santa Rita do Ituíto

- **Pocrane**

No município de Pocrane os dados foram coletados na Polícia Militar (Figura 82) com o Cabo Sr. David Prates que nos relatou a não existência de sistema prisional na cidade. O município conta com uma viatura e oito policiais, não sendo realizado patrulhamento rural no município, pois o quadro de funcionários não é suficiente para atender a demanda local.

Não existe Unidade de Corpo de Bombeiros, em caso de emergência o município de Caratinga fornece o suporte. Pocrane não possui Fórum, Delegacia, Defesa Civil e IML, estes serviços são realizados no município de Ipanema.

As atividades que a PM desenvolve com a comunidade é palestra para comunidade em parceria com as escolas. Segundo o entrevistado, o município é tranquilo tendo como principal ocorrência, brigas.



Figura 82 - Fachada da Polícia Militar de Pocrane

- **Mutum**

No município de Mutum a segurança é de responsabilidade do 3º Pelotão da Polícia Militar (Figura 83). Os dados foram fornecidos pelo Comandante, Sr. Douglas Ramon Pimentel, que informou que a Polícia Militar não conta com sistema prisional na cidade. Quanto ao número de viaturas e o quadro de funcionários existente, preferiu não informar, pois avalia os dados como sigilosos.

É realizado patrulhamento na zona rural diariamente. Na cidade não possui unidade do Corpo de Bombeiros. O município conta com Fórum, Delegacia Civil (Figura 84) e Defesa Civil.

A PM desenvolve programas voltados para a comunidade, que é a rede de comerciante protegido, envolvendo todos os comerciantes da cidade. As principais ocorrências da cidade são: furto, ameaças e delitos de menor potencial ofensivo.

De acordo com o comandante, quando começar a construção do empreendimento, avalia como necessária a identificação junto a PM de toda a população flutuante, com objetivo de controlar e assegurar o cidadão de bem. O quadro de funcionário é suficiente para atender a demanda local.



Figura 83 - Fachada da Polícia Militar de Mutum



Figura 84 - Fachada da Delegacia da Polícia Civil de Mutum

7.3.6.4 Educação

Este tópico é de extrema importância para os aspectos socioeconômicos, uma vez que diz respeito à importância da educação como fator de mudança e mobilidade social, de democratização, de integração e de melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois sua ausência é uma das maiores razões de atraso, de desigualdades e de mazelas para o povo. Entende-se, e procura-se demonstrar, que a educação é um pilar imprescindível no processo de desenvolvimento, construído a partir de uma perspectiva de justiça social. Por isso, o conceito de desenvolvimento vai além da visão estritamente econômica, estando ligado a ideia, que a educação possui, de desenvolvimento humano, social e econômico, e das oportunidades geradas aos cidadãos. Neste tópico apresenta-se, portanto, o número de matrículas, a infraestrutura com salas de aula existentes, corpo docente e taxa de analfabetismo dos municípios da área de estudo em séries históricas.

De acordo com o Censo Educacional do INEP de 2018, foi possível elaborar a Tabela 57, referente ao número de matrículas nas escolas tanto da rede estadual, rede municipal e escolas privadas, nos municípios da AE, nos três últimos anos consecutivos que se tem registro.

Tabela 57 - Número de matrículas nos municípios da AE

Município	2016				2017				2018			
	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal
Governador Valadares	34346	19616	13912	436	33784	18715	12475	342	32715	18208	12737	322
Tumiritinga	821	759	0	0	837	795	0	0	843	751	0	0
Galiléia	815	631	135	0	774	644	165	0	750	628	150	0
Conselheiro Pena	2676	1642	207	0	2644	1884	232	0	2620	1956	276	0
Santa Rita do Ituêto	751	614	0	0	757	651	0	0	711	683	0	0
Pocrane	1286	386	11	0	1251	367		0	1151	369	0	0
Mutum	3474	1681	287	0	3581	1691	307	0	3387	1708	240	0

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2016, 2017, 2018).

Os números de matrículas não apresentaram mudanças significativas, mas tenderam a ir decaindo ao longo do recorte temporal estabelecido, com especial destaque para o caso de Pocrane que não registrou matrículas em escolas privadas do ano de 2016 para 2017. Isso pode significar fluxos migratórios específicos e/ou menores demandas da população local para séries educacionais específicas. Já com relação ao corpo de docentes (Tabela 58) que atendem a esses estudantes matriculados, também é observado maior número de contratados para o atendimento nos municípios com maior número de estudantes. Governador Valadares continua se destacando como referência na região, possuindo maior número de profissionais da educação.

Tabela 58 - Número de Docentes em atividade na AE por localização e dependência administrativa (2017)

Município	Urbano				Rural	
	Municipal	Estadual	Privado	Federal	Municipal	Estadual
Governador Valadares	1054	1454	865	42	170	7
Tumiritinga	55	48	0	0	1	22
Galiléia	30	46	9	0	4	0
Conselheiro Pena	106	150	35	0	15	0
Santa Rita do Ituêto	19	50	0	0	34	0
Pocrane	11	72	0	0	23	10
Mutum	54	183	32	0	60	51

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Sinopse Estatística da Educação Básica (2018).

Com relação ao número de escolas existentes nos municípios (Tabela 59) observa-se que não necessariamente houve saldo positivo na comparação 2010 com 2018. No município de Governador Valadares ocorreu melhoria significativa, com exceção das turmas de EJA que diminuíram, como aconteceu também com Tumiritinga e Galiléia. Destaca-se também que em Galiléia foi registrada diminuição do número de escolas de ensino fundamental 1 e 2, como também aconteceu em Pocrane e Mutum, com menos escolas de ensino fundamental 1.

Tabela 59 - Número total de escolas por modalidade de ensino (2010-2018)

Municípios	Ano	Creche	Pré-Escola	Fundamental 1	Fundamental 2	Ensino Médio	EJA todas as turmas
Governador Valadares	2010	8	38	84	62	28	26
	2018	79	79	108	79	46	21
Tumiritinga	2010	1	2	4	2	2	6
	2018	1	2	4	3	2	2
Galiléia	2010	0	1	4	3	2	2
	2018	2	4	3	2	2	1

Municípios	Ano	Creche	Pré-Escola	Fundamental 1	Fundamental 2	Ensino Médio	EJA todas as turmas
Conselheiro Pena	2010	1	8	14	10	3	3
	2018	4	14	15	11	5	5
Santa Rita do Ituêto	2010	2	2	11	4	2	1
	2018	2	5	10	4	2	4
Pocrane	2010	0	7	14	8	2	1
	2018	1	8	7	5	2	2
Mutum	2010	0	10	40	15	5	5
	2018	2	27	31	16	7	8

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2018, Sinopse Estatística da Educação Básica.

A partir dos mesmos indicadores para estrutura educacional, com dados de 2009, foi realizado levantamento do número de salas de aula disponíveis tanto na rede municipal como estadual de cada município da AE, que consta na Tabela 60.

Tabela 60 - Número de salas de aula existentes na AE (2009)

Município	Rede estadual	Rede municipal
Governador Valadares	585	452
Tumiritinga	22	29
Galiléia	16	30
Conselheiro Pena	50	75
Santa Rita do Ituêto	17	41
Pocrane	30	57
Mutum	106	92

Fonte: MEC, Indicadores Demográficos e Educacionais (2009).

Além dos indicadores da educação básica, foi realizado levantamento da presença de ensino superior e profissionalizante nos municípios da AE. Foi possível identificar a presença de Universidades públicas e privadas em Governador Valadares, sendo as seguintes: um campus avançado da UFJF em Governador Valadares, que oferece quatro programas de pós-graduação, a UNIPAC em Governador Valadares também Pós-Graduação Latu Sensu em Docência no Ensino Superior.

O Centro Vocacional Tecnológico/Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais – CVT/UAITEC foi instalado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, cuja finalidade é a execução do Programa Minas Digital, do Governo do Estado de Minas Gerais. No município de Galiléia também está presente a Faculdade FAEL, um polo credenciado da UNIMES e o Polo de Ensino a Distância (EaD) de Pós-Graduação

a Distância da Faculdade Internacional Signorelli, também com um polo em Santa Rita do Ituêto e Pocrane. Neste último município existe uma franquia da Dutec Educacional que oferece Cursos de Informática e Cursos Profissionalizantes. Em Conselheiro Pena, a Faculdade De Filosofia Ciências E Letras De Conselheiro Pena, Fundação Presidente Antônio Carlos e UNIASSELVI. Por fim, em Mutum a UNIASSELVI - Campus MUTUM, Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais (UAITEC) e Educação à Distância da Universidade Cruzeiro do sul. Escola - Centro Técnico Profissional de Mutum e também SENAI.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. O Atlas de Desenvolvimento Humano (2013) apresenta que entre 2000 e 2010, indica que a expectativa de anos de estudo em MG passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em Galiléia saltou de 7,82 anos para 9,68 anos, sendo o mais representativo. Em Tumiritinga passou de 7,72 anos para 8,22 anos. No município de Conselheiro Pena passou de 8,74 anos para 9,08 anos. Apresentou melhoria de 7,90 anos para 8,22 anos no município de Santa Rita do Ituêto. Em Pocrane foi observada redução de 9,09 anos para 8,86 anos, assim como também em Governador Valadares que passou de 9,61 anos para 9,47 anos e Mutum passando de 7,97 anos para 7,95 anos.

Por fim, apresenta-se a taxa de analfabetismo da AE (Figura 85), visto que a alfabetização é um dos grandes desafios básicos da educação em qualquer município, por se tratar de um índice importante quando se pesquisa qualidade de vida e/ou questões sociais básicas. Compreende-se que quem não é alfabetizado, possui maior possibilidade de se tornar vulnerável socialmente.

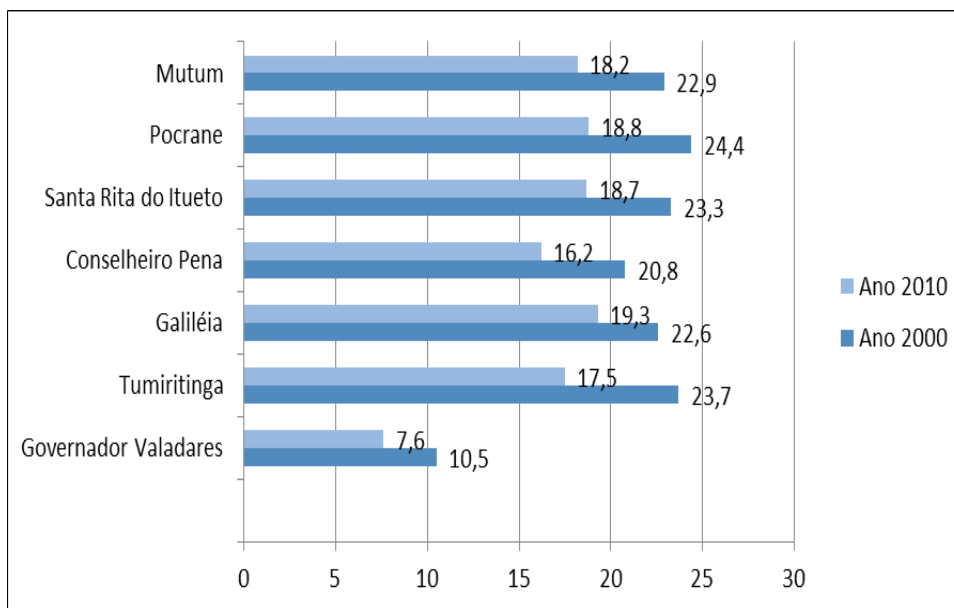


Figura 85 - Taxa de analfabetismo - pessoas de 15 anos ou mais, por município (2000 – 2010)

Fonte: IBGE (2010).

Durante a série apresentada com dados do IBGE (2010), é notória a melhoria em todos os municípios em estudo na AE (Figura 85), pois todos os municípios conseguiram melhorar sua quantidade de população alfabetizada. O município com melhor índice em 2010 foi Governador Valadares, com 7,6% da população analfabeta, sendo que em 2000 também já apresentava o menor índice dentre os municípios da AE (10,5%). Enquanto que o pior índice foi registrado em Galiléia com 19,3% de sua população analfabeta. Esses dados cruzam com os dados de infraestrutura apresentados anteriormente. Diante disso a reflexão de que apenas a alfabetização é a verdadeira condição para sobrevivência e a conquista da cidadania, no contexto das transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas do mundo contemporâneo.

As Secretarias de Educação dos municípios foram visitadas para coleta de dados primários, nos sete municípios da Área de Estudo.

- **Governador Valadares**

Os dados da Secretaria de Educação de Governador Valadares foram obtidos na Secretaria Municipal de Educação (Figura 86) com a Sra. Andréa Martins Perpétuo, coordenação de procedimentos administrativos. Segundo a entrevistada, o município possui 70 escolas municipais, 54 escolas estaduais (Figura 88), 51 creches municipais e 14 creches conveniadas. Além de

faculdade federal o município possui 5 faculdades privadas (Figura 87). A população conta também com várias instituições com cursos técnicos.

O município dispõe de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) atendendo 254 nos anos iniciais de 1º ao 5º ano. Vale ressaltar que o município apresenta evasão escolar, com um percentual de 10%, por motivos de inserção no mercado de trabalho, por praticarem pequenos delitos e/ou razões familiares.

A Secretaria Municipal de Educação realiza constantemente eventos esportivos onde crianças e adolescentes das escolas públicas realizam momentos de integração. As atividades propostas nesses eventos são de cunho pedagógico, geralmente promovidos em quadras poliesportivas bem como: Jogos Estudantis Valadarenses, Intercâmbio Cultural e o Projeto bom passeio.

Além da preocupação com as atividades esportivas, a Secretaria de Educação procura manter professores e colaboradores em constante capacitação via EAD (Plataforma de Formação Continuada) e os cursos presenciais também.

No tocante à Educação Ambiental o município já teve a Escola Sustentável com ações voltadas ao meio ambiente. Atualmente, as ações ocorrem de forma transversal, no campo e na cidade, através de ações programadas no Projeto Político Pedagógico de cada instituição escolar da rede municipal de educação. Nas escolas do campo há um componente curricular, saberes e valores do campo, para esta abordagem, inclusive atividades interdisciplinares sobre o tema.

De acordo com a Secretaria de Educação o município possui infraestrutura para atender a demanda local e, caso haja discreto aumento da população flutuante, terá condições de atender.



Figura 86 - Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares



Figura 87 - Faculdade Pitágoras



Figura 88 - Escola Estadual Prefeito Pedro Joaquim

- **Galiléia**

Os dados do município de Galiléia foram coletados na Secretaria de Educação com a Secretária Municipal Sra. Elizabete Braga (Figura 90), que informou a existência de 4 Escolas Municipais Urbanas (Figura 89), 1 Escola Estadual urbana e 1 escola particular urbana. O número de alunos matriculados são: 850 entre escolas municipais e estaduais. O município possui 1 escola de período integral. Para os adultos existe o EJA na zona urbana que atende 15 alunos do ensino médio. Os docentes somam 55 no município.

Para a educação infantil o município dispõe de 1 creche de período integral, atendendo cerca de 124 crianças. Para os alunos que moram na zona rural e estudam na zona urbana o município disponibiliza ônibus e van para o transporte dos alunos até a escola. Galiléia possui uma unidade de ensino superior com ensino semipresencial, disponibilizando os cursos de pedagogia, letras e história.

A capacitação dos professores fica a cargo do projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. No tocante à ambiental, o município desenvolve atividades como plantio de mudas com a parceria das escolas.

Os eventos esportivos acontecem somente nas escolas Estaduais com jogos olímpicos, que acontecem nas quadras poliesportivas do município bem como nos campos de futebol. A secretária

relata a existência de 1% de evasão escolar somente nas redes de ensino médio onde os alunos abandonam a escola para trabalhar.



Figura 89 - Fachada da Escola Municipal João Lopes



Figura 90 - Entrevista com a Secretária Sra. Elizabete Braga em Galiléia

- **Tumiritinga**

Os dados primários no município de Tumiritinga foram coletados na Secretaria de Educação com a Secretária Sra. Raquel de Sá Costa (Figura 92). O município conta com 5 escolas municipais e 3 escolas estaduais. Para atender a zona rural os alunos possuem 2 escolas. O número de matrículas são: 15 alunos nas escolas municipais rurais, 835 matriculados nas escolas municipais urbanas (Figura 91), 100 alunos nas escolas estaduais rurais, e 700 alunos nas escolas estaduais urbanas. No período integral o município atende 400 alunos. Os docentes somam 41 professores.

Não existem unidades de ensino superior em Tumiritinga. A única creche existente atende 286 crianças. O ensino para Jovens e Adultos só está disponível nas escolas estaduais atendendo 30 alunos entre os ensinos fundamental e médio. Os alunos que moram na zona rural e estudam na cidade são transportados micro-ônibus disponibilizado pelo município.

No tocante à evasão escolar a Secretária relata ter 1%, tendo a procura por empregos como a principal causa. O município não possui infraestrutura para atender a demanda flutuante, caso houver. Os eventos esportivos são realizados entre as escolas nas quadras poliesportivas do município.



Figura 91 - Escola Municipal Professora Alcina Silva de Miranda



Figura 92 - Entrevista com a Secretária de Educação Raquel de Sá Costa

- **Conselheiro Pena**

Os dados primários de Conselheiro Pena foram coletados na Secretaria Municipal de Educação (Figura 94), com a auxiliar administrativa Sra. Rosilene Rodrigues Garcia (Figura 95). O município possui 15 escolas sendo: 9 escolas rurais/urbanas entre municipais e estaduais, 4 escolas estaduais urbanas (Figura 93), e duas escolas particulares. Os números de matrículas são de 485 alunos matriculados na zona rural e 1.254 alunos matriculados na zona urbana. No período integral o município disponibiliza 5 escolas e 3 creches com 254 crianças. Os docentes contabilizam 184 no município.

Conselheiro Pena não possui escolas de ensino superior. A Educação de Jovens e Adultos – EJA possui 52 alunos, das séries iniciais até o 5º ano. O município tem APAE.

No tocante a evasão escolar a auxiliar Rosilene não mensura percentuais, mas relata a existência. O município não possui infraestrutura para atender a demanda flutuante, caso houver. Os eventos esportivos são realizados entre as escolas nas quadras poliesportivas do município.



Figura 93 - Escola Estadual Guilhermina Pena



Figura 94 - Fachada da Secretaria de Educação de Conselheiro Pena



Figura 95 - Entrevista com a Auxiliar Administrativa Sra. Rosilene Rodrigues Garcia

- **Santa Rita do Ituíto**

Os dados do município foram coletados na Secretaria de Educação com o Secretário Municipal Sr. Wasley Aleandro da Silva (Figura 97), que informou que no município possui 11 Escolas Municipais e 2 Escolas Estaduais, sendo 10 delas localizadas na zona rural. O número de alunos matriculados são: 578 nas escolas municipais da zona urbana, 105 nas escolas estaduais (Figura 96) urbanas, 380 nas escolas municipais rural e 70 nas escolas estaduais rural. O município não possui escolas de período integral. Para os adultos existe o EJA na zona urbana que atende 19 alunos nas séries do 1º ao 5º ano.

Para a educação infantil o município dispõe de 2 creches de período integral, atendendo cerca de 215 crianças. Para os alunos que moram na zona rural e estudam na zona urbana o município disponibiliza ônibus para o transporte dos alunos até a escola.

Os principais eventos que envolvem as escolas locais são os jogos de futebol que acontece uma vez por ano, na quadra de esporte do município envolvendo todas as escolas. O secretário relata a existência de evasão escolar com um percentual de 3% tendo como principal motivo o abandono da escola para trabalhar.



Figura 96 - Escola Estadual São José



Figura 97 - Entrevista com o Secretário Municipal Sr. Wasley Aleandro

- **Pocrane**

Os dados do município de Pocrane foram coletados na Secretaria Municipal de Educação, com a Sra. Wanessa Lígia de Oliveira (Figura 98) (auxiliar administrativa). O município possui 12 Escolas Municipais sendo 7 na zona rural e 5 na zona urbana e 4 escolas estaduais. O número de matrículas nas escolas municipais aproxima de 216 alunos nas escolas municipais rurais, 120

152

nas escolas municipais urbanas, 210 nas escolas estaduais rurais e 700 alunos nas escolas estaduais (Figura 100) urbanas. Na creche (Figura 99) são atendidas 50 crianças em tempo integral. No EJA são 30 alunos nas turmas iniciais do 1º ao 5º ano e nas escolas do Estado o EJA atende as séries de segundo grau.

O quadro de professores atuando em salas de aula somam 26 docentes somente no município. A Secretaria de Educação realiza campeonatos internos, com jogos de futebol e dispõe de quadras poliesportiva para realização dos eventos. Quanto a evasão escolar o índice é de 15% por motivos de desestrutura familiar.



Figura 98 - Entrevista com a auxiliar administrativo Sra. Wanessa Ligia



Figura 99 - CEMEI Cônego Ricardo em Pocrane



Figura 100 - Escola Estadual Anita Garibaldi

- **Mutum**

Os dados da Secretaria de Educação de Mutum foram obtidos na Secretaria Municipal de Educação em entrevista realizada com a Sra. Sandra Guter Ferreira (Figura 102), Secretária Municipal. Segundo a entrevistada, o município possui 27 escolas municipais, 13 escolas estaduais (Figura 103), 1 particular e 1 creche.

O número de matrículas nas escolas municipais são de 819 na zona rural e 1002 na zona urbana, contando com 172 docentes. Na creche atendem 80 crianças no período integral. No EJA são 22 alunos nas turmas iniciais do 1º ao 5º ano.

O município possui as faculdades de ensino a distância Uniasselvi e a Cruzeiro do Sul (Figura 101).

Vale ressaltar que o município apresenta aproximadamente 2% de evasão escolar causada por problemas sociais e desestrutura familiar.

A Secretaria Municipal de Educação participa dos Jogos Estudantis de Minas Gerais, que acontece nas quadras poliesportivas e ginásio de esportes.

No tocante à Educação Ambiental os educadores realizam cada em suas respectivas escolas projetos de reciclagem, aproveitamento do solo, feira de ciências, proteção das minas, entre outros.

De acordo com a Secretaria de Educação o município possui infraestrutura para atender a demanda interna e, caso haja discreto aumento da população flutuante, terá condições de atender a esta demanda.



Figura 101 - Faculdade Cruzeiro do Sul em Mutum



Figura 102 - Secretária Municipal Sra. Sandra Guter



Figura 103 - Escola Estadual Alzira Francisca Pereira

7.3.6.5 Organização Social

Este tópico é referente a um panorama de organização social nos municípios da AE, considerando-se os seguintes aspectos: Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação; Conselhos de políticas públicas e controle social. Considera-se que tais informações são primordiais no processo de transformação político

econômica, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e efetiva influência da população na tomada de decisões relativas ao seu território.

Em Minas Gerais estão presentes os Fóruns Regionais, que são um espaço aberto para garantir a presença da população na construção e no planejamento das políticas públicas. As diferentes realidades e desafios dos 17 Territórios de Desenvolvimento são debatidas nos encontros com a sociedade civil e representantes dos governos federal, estadual e municipais. A partir do Diagnóstico Territorial realizado nas duas primeiras etapas dos Fóruns, foram elaborados o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), documentos que determinam quais ações e projetos o Governo pretende adotar para reduzir as desigualdades regionais e onde deverá investir seu orçamento nos próximos anos. Os municípios da AE fazem parte do microterritório Governador Valadares (Governador Valadares, Tumiritinga e Galiléia) e Resplendor (Santa Rita do Ituêto e Conselheiro Pena) pertencentes ao Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce. Já os municípios de Pocrane e Mutum fazem parte do microterritório Manhuaçu no território de desenvolvimento Caparaó.

Além desses espaços de gestão social a nível de território de desenvolvimento, temos também espaços de gestão social a nível municipal, com os conselhos municipais criados com o propósito de gestão de temas específicos, tais como: conselho tutelar, Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL) no município de Mutum. Neste município também estão presentes a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mutum, Associação Lar dos Idosos Desamparados Padre Júlio Maria de Lombaerde, Confraria de São Vicente De Paulo. Em Pocrane consta registro do Conselho Municipal de Saneamento, Conselho tutelar e Conselho municipal de saúde. Também das seguintes ONGs: Instituto Revitaliza, que trabalha os eixos de Assistência Social - Defesa social e Institucional, defesa e proteção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Em Santa Rita do Ituêto foram identificadas apenas a Associação Nossa Senhora das Graças e o Sindicato Dos Trabalhadores Rurais.

Em Conselheiro Pena constam os seguintes conselhos municipais: Conselho Municipal do Direito da Pessoa Idosa, Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, Conselho Municipal da Assistência Social, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental, Conselho Municipal de Esporte, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança, Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Municipal de

Turismo, Conselho Municipal de Transporte Coletivo, Conselho municipal de saúde, Conselho municipal de saneamento básico. Além disso, a Associação Comercial De Conselheiro Pena, Associação Mãos Dadas-A.Ma.Da e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conselheiro Pena. No município de Tumiritinga estão organizados o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, Conselho Municipal de Saúde e Saneamento Ambiental e o Conselho Municipal de Assistência Social. Além da Associação em Defesa dos Pequenos em Mutirão, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em Galiléia são encontrados os conselhos municipais de alimentação escolar, assistência social e também o conselho municipal de transporte coletivo. Também presente neste município a Associação Comercial Industrial Agropecuária e Associação Cultural de Galiléia. Há registros da ONG Social do Bom Samaritano que atende em média 300 pessoas por mês através de doação de alimentos e também visitas a hospitais. Neste município está organizado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E por fim, em Governador Valadares, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), há registros das ONGs: Creche Pequeno Cidadão, Fundação Casa da Menina Santa Bernadete, Fundação Educacional Jorge Ferraz, Instituto Nosso Lar, Instituto de Desenvolvimento de Governador Valadares, Instituto Educacional Fraternidade Cristã, Associação Civil de GV Sem Fome, Associação Cultural Educativa e de Assistência Social, Associação de Proteção a Maternidade e Infância de GV, Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Cardo, Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Doce (APARD) e Associação de Proteção e Bem Estar Animal de GV (APROBEM), entre outras. Também dos sindicatos: dos empregados do comércio e dos trabalhadores rurais. Além disso, os seguintes conselhos municipais: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Direitos da Mulher e o Conselho Municipal de Turismo.

Segue dados primários coletados nos municípios:

- **Governador Valadares**

O município de Governador Valadares dispõe de várias associações sendo elas:

- Associação Médica de Governador Valadares;
- Associação Santa Luzia de Governador Valadares;
- Associação Ferroviária Rio Doce (Figura 105);
- Associação das Senhoras da Caridade de Governador Valadares;

- Associação Homens do Amanhã;
- Associação do Val de Assis e Deficientes Excepcionais;
- Associação dos Moradores e Residentes Joaquim José Costa;
- Associação Atlética Banco do Brasil;
- Associação de Ampara a Deficientes com câncer;
- Associação dos Lojistas do Governador Valadares Shopping;
- Associação dos Professores de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- Associação Desafio Jovem do Rio Doce.

O sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares (Figura 104) não possui presidência e sim uma coordenação, atualmente a coordenadora é a Sra. Maria Lúcia de Oliveira Souza, sem prazo estabelecido para término. Além de cadastros dos trabalhadores rurais o sindicato faz reuniões com a comunidade trabalhando a sustentabilidade, proteção e cuidados com o meio ambiente, como também os direitos e deveres dos trabalhadores.



Figura 104 - Sede do Sindicato Rural de Governador Valadares



Figura 105 - Associação Ferroviária Rio Doce

- **Conselheiro Pena**

As associações existentes em Conselheiro Pena são:

- Associação Atlética do Banco do Brasil;
- Associação Comercial de Conselheiro Pena (Figura 106);
- Associação do Bairro Mãos Dadas.

O município de Conselheiro Pena conta com o Sindicato dos Produtores Rurais de Conselheiro Pena (Figura 107) na presidência do Sr. João Batista de Oliveira em seu mandato de 5 anos, findando em 2019. O sindicato, além dos cadastros rurais, dispõe de palestras realizadas nos principais pontos rurais com objetivo de informar, no presente momento, sobre a reforma da previdência, bem como orientações da eleição realizada no decorrer do ano.



Figura 106 - Associação Comercial de Conselheiro Pena



Figura 107 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conselheiro Pena

- **Santa Rita do Ituíto**

Santa Rita do Ituíto possui a Associação dos Moradores do Córrego do Paredão e a Associação Volante dos Moradores de Santa Rita do Ituíto.

O município possui o Sindicato dos Produtores Rurais, cujo presidente é o Sr. Dotorivo Amorim Medeiros, com mandato de 2018 à 2021. As atividades desenvolvidas pelo sindicato são: emissão ITR, instruções sobre aposentadoria, auxílio doença, assembleias, entre outras atividades.



Figura 108 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita do Ituêto

- **Pocrane**

Pocrane conta com a Associação Comunitária Pocranense de radiodifusão, localizada no Centro da cidade.

O Sindicato dos Produtores Rurais de Pocrane (Figura 109) tem como presidente o Sr. Manoel Lopes Pereira, com mandato de 2016 à 2019. As principais atividades desenvolvidas pelo sindicato são: DAF, ITR, emissão de CCIR, assembleias para prestação de contas, informações e melhorias do sindicato, entre outras atividades. O município também tem o sindicato dos servidores públicos municipais de Pocrane (Figura 110).



Figura 109 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pocrane



Figura 110 - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pocrane

- **Mutum**

O município possui duas associações sendo elas:

- Associação de Pais e amigos do excepcionais de Mutum;
- Associação Atlética Banco do Brasil (Figura 111).

O sindicato Rural de Mutum tem como presidente o Sr. Carlos Ferreira com mandato de 2016 à 2019. O sindicato (Figura 112), desenvolve várias ações voltadas aos produtores rurais, como exemplo: disponibilização de um advogado para esclarecimentos de dúvidas, palestras sobre organização sindical, cadastramento de ITR, PRONAF, entre outros.



Figura 111 - Associação Atlética Banco do Brasil



Figura 112 - Sindicato Rural de Mutum

Os municípios de Tumiritinga e Galiléia não possuem Sindicato dos trabalhadores e produtores rurais.

7.3.6.6 *Turismo e Lazer*

Para a caracterização dos usos do território para o Turismo, utilizou-se as regionalizações previstas pelo Ministério do Turismo em parcerias com os governos estaduais e Municipais. De acordo com os dados divulgados em 2016, pelo Ministério do Turismo, Minas Gerais reduziu de 466 para 285 o número de municípios participantes de suas 40 regiões turísticas. Em todo o país, foram identificados 2.175 municípios em 291 regiões turísticas.

Os 285 municípios de Minas Gerais presentes no Mapa do Turismo se dividem em 5 categorias, de acordo com a Categorização dos municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Esse instrumento foi elaborado com o objetivo de identificar o desempenho da economia do turismo para tornar mais fácil a identificação e apoio a cada um.

Antes de apresentar a categoria de cada município em estudo, de acordo com a regionalização mais recente apresentada (2017-2019), cabe destacar os princípios da metodologia adotada para tal classificação. Indica-se que as cidades contempladas nas categorias A, B e C contam com 95% dos empregos formais em meios de hospedagem, 87% dos estabelecimentos formais de meios de hospedagem, 93% do fluxo doméstico e têm fluxo internacional. O conjunto de municípios dos grupos D e E reúnem características de apoio às cidades geradoras de fluxo turístico. Muitas vezes são aquelas que fornecem mão de obra ou insumos necessários para atendimento aos turistas.

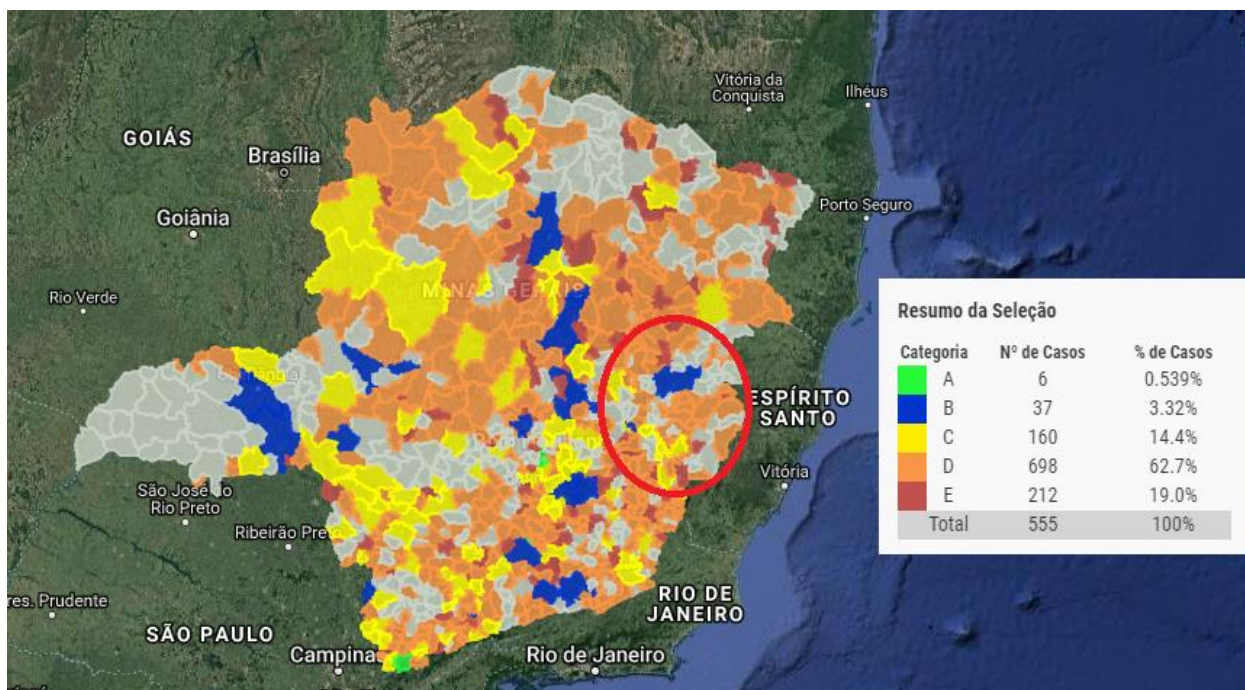


Figura 113 - Classificação do potencial turístico de Minas Gerais, com destaque para os municípios em estudo

Fonte: Ministério do Turismo (2017-2019)

Dentre os municípios em estudo Governador Valadares é o que apresenta melhor classificação (Categoria B). Já os municípios de Tumiritinga e Conselheiro Pena foram categorizados como D, enquanto os demais não foram considerados como municípios turísticos: Galiléia, Santa Rita do Ituêto, Pocrane e Mutum. No estado de Minas Gerias, foram classificados 6 municípios como Categoria A, 37 na Categoria B, 160 na Categoria C, 698 como Categoria D e 212 como Categoria E, totalizando 555 municípios turísticos (Ministério do Turismo, 2019).

A reflexão a respeito do lazer, cultura e das atividades de turismo podem ser elementos importantes na compreensão da sociedade contemporânea. Os municípios possuem características de lazer e cultura que auxiliam na construção de suas identidades territoriais e contribuem para a economia local com eventos de atração regional, como as festas de peão, aniversários das cidades, entre outros.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir os elementos e infraestruturas verificados em trabalho de campo nas sedes municipais dos municípios afetados Santa Rita do Ituêto, Tumiritinga, Conselheiro Pena, Governador Valadares, Mutum, Pocrane e Galiléia. Os sete municípios

possuem características de lazer e turismo, sendo as principais opções: praças, rios e córregos, parques e quadras poliesportivas.

- **Governador Valadares**

Uma das principais fontes de renda da cidade de Governador Valadares é o turismo. O município possui várias atrações turísticas, com destaque para o Pico do Ibituruna, que possui as melhores térmicas do mundo e se consagra como cenário nacional e internacional na prática do voo livre. Além do voo livre, a área do pico é propícia para a prática de outros esportes de aventura. É uma marca registrada de Governador Valadares, sendo um dos mais lindos cartões postais.

O município dispõe de praças arborizadas (Figura 114), centro poliesportivos (Figura 117), quadras de esportes, pista de caminhada e/ou passeio de bicicleta à beira do rio Doce (Figura 118), igrejas (Figura 115), bares, boates, shopping (Figura 116), entre outros. Os eventos mais famosos da cidade são:

- Campeonatos de parapente e asa delta: o primeiro semestre do ano em Governador Valadares geralmente agita a cidade com os eventos relacionados à voos livres, com campeonatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais, sediados no Pico do Ibituruna.
- GV Folia: Carnaval fora de época que ocorre todo ano no mês de abril;
- Festa da Fantasia: Uma das maiores do gênero no Brasil e a maior de Minas Gerais ocorre anualmente entre os meses de abril e maio.
- Expoleste: A Expoleste é uma feira de negócios do Leste de Minas Gerais, tem como objetivo ser uma vitrine do desenvolvimento da região. Reúne diversos setores da economia e promove a interação entre público – consumidor, fornecedores, imprensa e meio empresarial;
- Expoagro: A exposição agropecuária acontece todo mês de julho, promovida pela união ruralista Rio Doce;
- Brasil Gem Show: É considerada a maior e mais importante feira da América Latina no segmento de pedras e gemas. Possui ainda relevante importância na economia valadarense;
- Valadares Power: O Valadares Power foi o primeiro festival de cultura popular da região do leste de Minas Gerais, acontece tradicionalmente no mês de setembro, atrai pessoas interessadas em tecnologia;

- **Anime GV:** O Anime GV é um festival direcionado a fãs de entretenimentos visuais, impressos ou virtuais. Acontece no primeiro semestre, e entrou no calendário cultural da cidade por ter se tornado tradição desde 2010.

O Museu Histórico do Município de Governador Valadares foi fundado em 1983, com o nome de Museu da Cidade. Abriga uma variada gama de objetos, com um acervo de mais de 1.200 peças, desde instrumentos de suplício (utilizados para castigar escravos), trajes litúrgicos antigos, aparelhos telefônicos, cerâmicas indígenas, documentos e fotografias até pequenas curiosidades como a cópia da Planta Original do Traçado da Cidade. O município possui vários bens tombados e registrados, sendo alguns deles: praça serra lima, Catedral Santo Antônio, Maria Fumaça da praça da estação, entre outros.



Figura 114 - Praça Serra Lima



Figura 115 - Igreja Catedral de Governador Valadares

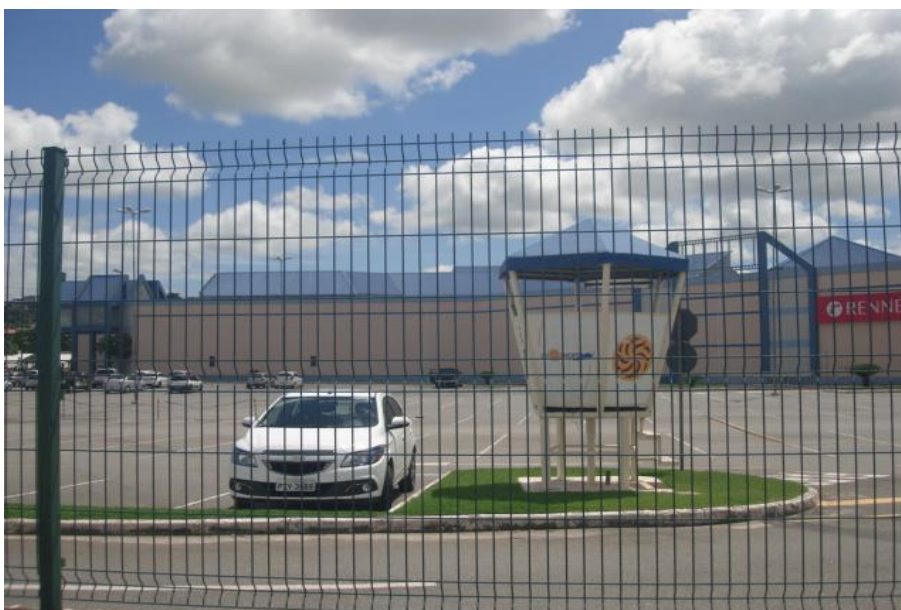


Figura 116 - Shopping de Governador Valadares



Figura 117 - Quadra Poliesportiva



Figura 118 - Pista de caminhada a beira do Rio Doce



Parapente
Foto: Jane Rabelo/site GVesportes



Asa Delta
Foto: Leonardo Morais/ site GVesportes

Figura 119 - Campeonatos de parapente e asa delta em Governador Valadares

- **Galiléia**

No município de Galiléia as manifestações culturais são diversas, bem como o artesanato, a festa da Manga, são as mais relevantes. Destaca-se pela produção de manga, sendo realizado anualmente o Festival da Manga, com o objetivo de divulgar os produtos da safra na cidade. Dentre os espaços culturais, destaca-se a existência de uma biblioteca (Figura 120) mantida pelo poder público municipal, praças (Figura 121) estádios ou ginásios poliesportivos, clubes, Bares (Figura 122) e associações recreativas.

Uma das principais festas populares organizadas na cidade é a Festa de São João da igreja católica (Figura 123), padroeiro municipal, celebrada anualmente na semana de seu dia, 24 de junho. Na mesma ocasião, destacam-se as festas juninas, entre junho e julho, que são realizadas anualmente, sendo umas das mais conhecidas da região e contando com shows com bandas locais, cavalgadas, barracas com comidas típicas e apresentações de quadrilha com alunos das escolas da cidade.



Figura 120 - Biblioteca Municipal



Figura 121 - Praça São Pedro



Figura 122 - Bar em Galiléia



Figura 123 - Igreja Matriz

- **Tumiritinga**

O principal atrativo de Tumiritinga é o Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó (Figura 124), onde situa-se uma das principais praias de água doce da região, a Praia do Jaó (Figura 127), às margens do Rio Doce. Além da faixa de areia branca da praia, a Praça Sílvio Perez (Figura 125), um campo de futebol, bares, igrejas (Figura 126) e boates são frequentados pelos moradores.

Quanto aos espaços culturais, destaca-se a existência de uma biblioteca mantida pelo poder público municipal, um museu e dois estádios ou ginásios poliesportivos. Também há existência de grupos artísticos de manifestações tradicionais populares, capoeira e artes plásticas e visuais.

O artesanato é uma das formas mais espontâneas da expressão cultural tumiritinguense, sendo que, as principais atividades artesanais desenvolvidas em Tumiritinga são os trabalhos com couro e o mantimento da culinária típica. Os principais eventos do município são o Carnajaó, no período do carnaval em fevereiro, a Festa do Sagrado Coração de Jesus, realizada anualmente em maio; e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, em outubro. O Carnajaó é um dos principais carnavais da região, sendo organizado na Praia do Jaó, às margens do Rio Doce. Em algumas edições é integrado às festividades ou realizado na ocasião do aniversário da cidade e atrai cerca de 40 mil pessoas em cinco dias de festa.



Figura 124 - Banner com fotos da Prainha Jaó



Figura 125 - Praça Silvio Perez



Figura 126 - Igreja Sagrado Coração de Jesus



Figura 127 - Prainha Jaó

- **Conselheiro Pena**

Conselheiro Pena conta com um conselho de preservação do patrimônio, criado em 1998 e legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural material, Lei de criação 1.736/1998. Dentre os espaços culturais, destaca-se a existência de uma biblioteca mantida pelo poder público municipal, clubes (Figura 128), praças (Figura 129) associações recreativas e estádios ou ginásios poliesportivos (Figura 131). Também há existência de grupos artísticos de bandas musicais e blocos carnavalescos. O artesanato é uma das formas mais espontâneas da expressão cultural conselheiro-penense, sendo que, a principal atividade artesanal desenvolvida em Conselheiro Pena é o bordado.

Dentre os eventos, destacam-se o Carnaval de Conselheiro Pena, organizado há décadas em fevereiro, com desfiles dos blocos carnavalescos da cidade, trios elétricos e shows com bandas regionais, sendo um dos maiores de todo o leste mineiro e atraindo milhares de pessoas de várias cidades da região. A Festa de São José, celebrada em março desde a década de 1930, com shows musicais, barracas com comidas típicas, novenas e missas em homenagem ao padroeiro do município (Figura 130); e as comemorações do aniversário da cidade, que mesmo sendo celebrado em dezembro, conta com realização de shows, exposições, espetáculos culturais, campeonatos esportivos e missas durante vários dias.

Um dos principais atrativos turísticos de Conselheiro Pena é o Parque Estadual de Sete Salões, que além de ser uma das principais reservas ambientais de Mata Atlântica na região do Vale do Rio Doce, possui um complexo de montanhas, matas e cachoeiras, além da Gruta dos Sete Salões, com pinturas rupestres. Na Serra do Padre Ângelo várias montanhas propiciam a prática de esportes radicais, como escaladas, rapel e voos de parapente.



Figura 128 - Clube Uirapuru



Figura 129 - Praça Taquaral



Figura 130 - Igreja Matriz



Figura 131 - Ginásio de esporte

- **Santa Rita do Ituêto**

Em Santa Rita do Ituêto as opções de lazer são praças (Figura 133), o Parque de Exposição Agropecuária, igrejas (Figura 132) e bares e quadra poliesportiva (Figura 134). Situado na zona rural a 1km da cidade possui um parque recreativo das águas (Figura 135), lugar com cachoeiras naturais, piscinas, conforto e tranquilidade.

O município não possui patrimônio tombado em registros.



Figura 132 - Igreja São Sebastião da Lagoa



Figura 133 - Praça da Matriz



Figura 134 - Quadra Poliesportiva



Figura 135 - Parque recreativo das águas

- **Pocrane**

O município de Pocrane no quesito lazer dispõe de praças (Figura 136), ginásios de esporte, Parque de exposição agropecuário, igrejas (Figura 137), clube, além de bares e boates. A prefeitura disponibiliza para comunidade oficinas de artesanato que são desenvolvidas dentro do CRAS.

Pocrane realiza em julho a famosa festa do Virakopos, idealizada por um grupo de jovens com intuito de se encontrarem nas férias escolares, festa esta que já se tornou tradição na região. No mês de maio é comemorada a festa do trabalhador, sua exposição agropecuária na primeira semana de setembro e com rodeios.

Na parte cultural o município conta com uma biblioteca municipal (Figura 138) e patrimônios culturais tombados sendo eles: a praça Leôncio de Oliveira e a estátua Busto.



Figura 136 - Praça Leôncio de Oliveira em Pocrane



Figura 137 - Igreja Católica Nossa Senhora da Penha



Figura 138 - Biblioteca Municipal em Pocrane

- **Mutum**

Em Mutum foi observado que o lazer local dispõe de praças, sendo que na praça Raul Soares duas vezes por semana tem música para os moradores durante a noite (Figura 139), o Parque de Exposição Agropecuária, (Figura 142) que fora dos dias da festa é utilizado para caminhada/corrida dos moradores. Dispõe também de quadras poliesportivas, dois clubes sendo um o Campestre (Figura 143) e o outro AAB, pesque pagues, além de bares e boates.

No tocante à parte cultural o município oferece uma Casa da Cultura onde são guardados quadros de artistas plásticos (Figura 140) caracterizado como patrimônio material móvel, e no mesmo espaço funciona uma biblioteca aberta ao público para pesquisas e estudos. O Secretário de Cultura Sr. César José Pires (Figura 141) que estava no local, nos relata a existência de uma banda musical, encontro de folias e Xarolas de São Sebastião que acontece no mês de setembro, festival de paródias que acontece em parceria com as escolas, entre outras. O município possui a lei 855 de 27/11/14 que regulamenta a proteção do patrimônio cultural municipal, sendo a igreja Católica São Manoel (Figura 144) tombada como patrimônio histórico, bem como, a APAE, pensão Mizaél, Casa Alvim, entre outros.

Em Imbiruçu, Distrito de Mutum, ocorre a prática de voos livres na rampa do Mineiro, próximo à Pedra Santa, o 1 Revoada 1º encontro de voo livre de Mutum – 1ª Revoada em Imbiruçu ocorreu no ano de 2016.



Figura 139 - Praça Raul Soares em Mutum

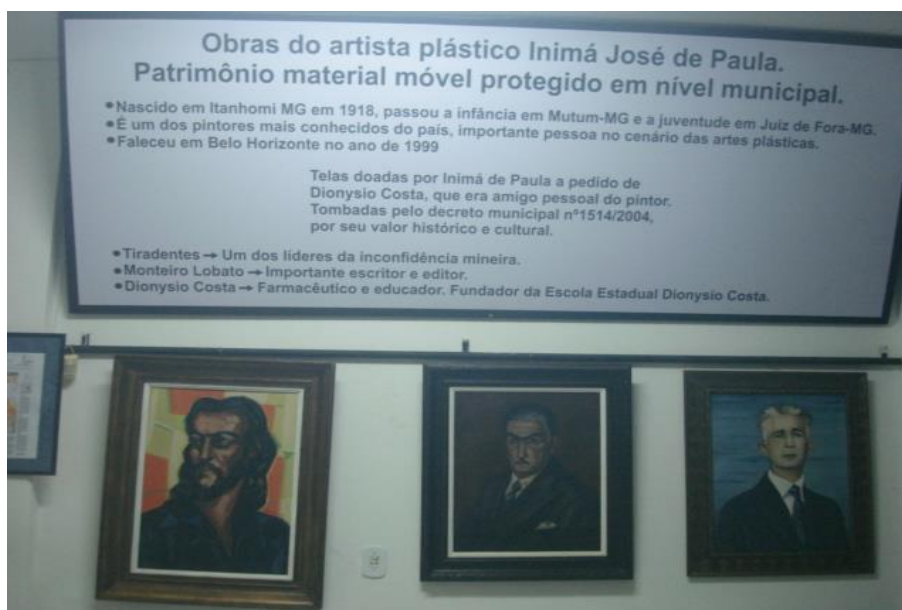


Figura 140 - Exposição de quadros, Casa da Cultura

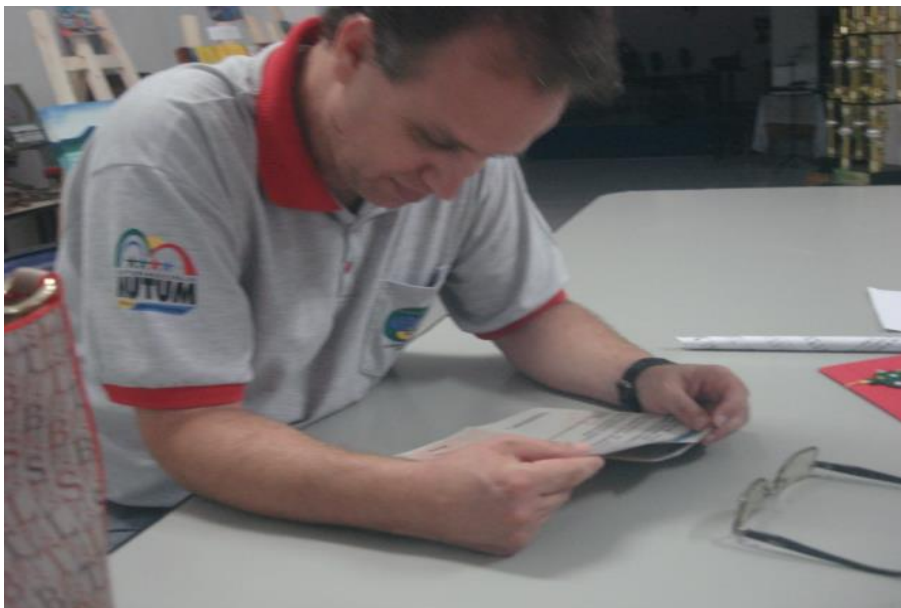


Figura 141 - Secretário de Cultura Sr. César José Pires



Figura 142 - Parque de Exposição Agropecuária



Figura 143 - Clube Campestre



Figura 144 - Igreja Matriz de São Manoel



Figura 145 - Voo livre em Mutum, Distrito de Imbiruçu

Foto: site Mutum On Line

7.3.6.7 Saneamento Básico e Meio Ambiente

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta o saneamento como um controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. De forma complementar, pode-se afirmar que o saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental. A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial se relacionam com o meio ambiente. Pode-se citar como exemplo a diarreia que, com mais de quatro bilhões de casos por ano, é uma das doenças que mais aflige a humanidade e já que causa 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade, conforme apontou Guimarães, Carvalho e Silva (2007). Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento.

No Brasil, o saneamento básico passou a ser uma preocupação e um direito assegurado pela Constituição e, objetivando assegurar sua eficácia e desenvolvimento, elaborou-se a Lei nº. 11.445/2007 que entende por saneamento o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Atualmente, esse conjunto de medidas tem sido referenciado por Saneamento Ambiental, para tratar de forma simplificada e agrupada os serviços de acesso à água potável, à coleta e ao tratamento dos esgotos e coleta de lixo, os quais são

apresentados os dados por município na tabela. Entende-se que esses indicadores influenciam diretamente a prevenção de doenças e promoção da saúde, além de estarem relacionados com a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo em suas atividades econômicas. Por isso, em 2009 foi criado o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento - SEIS, por meio do Decreto Estadual 45.137, com a finalidade de caracterizar os serviços de saneamento básico do estado de Minas Gerais, por meio da coleta, sistematização e divulgação de informações. Os dados apresentados a seguir fazem parte do relatório final da terceira rodada da Pesquisa do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (Seis), realizada em 2015 pela Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com a Secretaria de Cidades e de Integração Regional - (Secir), tendo o apoio técnico da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG). A partir dos dados apresentados pela SEIS foi possível organizar a Tabela 61 que traz um levantamento da presença de gestão municipal dos serviços de saneamento básico nas regiões de desenvolvimento dos fóruns regionais de gestão.

Tabela 61 - Porcentagem das sedes municipais que possuem planos municipais de saneamento básico nos territórios de desenvolvimento que abrangem os municípios da AE

Existência de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) por territórios de desenvolvimento		
Minas Gerais – 2014	Sim (%)	Não (%)*
Vale do Rio Doce	7,3	92,7
Caparaó	41,8	58,2
Minas Gerais	28,9	71,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS), 2015.

Percebe-se (Tabela 61) que ainda há muito que avançar em política de saneamento ambiental nos municípios localizadas nestes territórios de desenvolvimento e no estado de Minas Gerais como um todo. De acordo com a Fundação João Pinheiros, em 2014, cerca de 71,1% das sedes municipais no estado de Minas Gerais não tinham Plano Municipal de Saneamento Básico. O grau de cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário sofreram incremento 3,5% e 3,9%, respectivamente, entre 2011 e 2014. Em aproximadamente 19,0% das sedes municipais a destinação final dos resíduos sólidos urbanos ainda eram os lixões e a prática da coleta seletiva estava presente somente em 32,1% dos municípios mineiros. Não foram encontrados, nas bases secundárias, dados sobre coleta e tratamento de esgoto por municípios da AE, mas a tabela a seguir (Tabela 62) traz os dados de coleta seletiva e cobertura do sistema de esgotamento sanitário nos territórios de desenvolvimento que abrangem os municípios da AE.

Tabela 62 - Acesso aos serviços de coleta seletiva e sistema de esgotamento sanitário nos territórios de desenvolvimento que abrangem os municípios deste AE

Grau de cobertura do sistema de esgotamento sanitário nas sedes municípios por território de desenvolvimento		
Minas Gerais	2011	2014
Caparaó	56,7	58,7
Vale do Rio Doce	69,7	71,6
Minas Gerais	74,5	77,4
Participação das sedes municipais que realizavam coleta seletiva por território de desenvolvimento		
2014	Sim	Não
Caparaó	21,8	78,2
Vale do Rio Doce	20	80
Minas Gerais	32,1	67,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS)

Para adentrar mais à realidade dos municípios da AE, a Tabela 63, traz informações referentes a % da população com acesso a serviços de saneamento ambiental entre 1991 e 2010.

Tabela 63 - % da população com acesso à água encanada e coleta de lixo por municípios da AE (1991, 2000 e 2010)

% da população com água encanada			
Município	1991	2000	2010
Governador Valadares	81,58	90,12	98,49
Tumiritinga	69,69	86,07	94,26
Galiléia	63,07	87,44	95,75
Conselheiro Pena	74,52	88,29	95,07
Santa Rita do Ituêto	54,8	89,83	84,16
Pocrane	51,89	81,63	93,66
Mutum	58,59	83,02	86
% da população com coleta de lixo			
Município	1991	2000	2010
Governador Valadares	64,45	89,49	98,1
Tumiritinga	12,17	61,79	91,26
Galiléia	28,35	69,92	82,27
Conselheiro Pena	46,54	71,4	93,54
Santa Rita do Ituêto	45,61	79,8	94,19
Pocrane	30,27	40,39	97,44
Mutum	59,08	75,99	89,41

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

A Tabela 63 mostra que todos os municípios tiveram melhorias em seus serviços de saneamento ambiental, com exceção de Santa Rita do Ituêto que registrou valor inferior de população atendida pelo sistema de água encanada entre 2000 e 2010, o que pode significar a expansão da cidade sem que haja, em contrapartida, uma expansão das infraestruturas de saneamento. Quanto aos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água, foi possível identificar, de acordo com ANA (2015), a situação de oferta e demanda de água nos municípios da AE, apresentados na Tabela 64

Tabela 64 - Mananciais e sistema de abastecimento por município da AE (2015).

Governador Valadares		
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município
Rio Doce	Doce 1	77,00%
Rio Doce	Doce 2	15,00%
Rio Doce	Doce 3	3,00%
Córrego Figueirinha	Figueirinha	3,00%
Córrego dos Borges	Borges	2,00%
Sub-Bacia Hidrográfica		Suaçui Grande
Demanda Urbana		708 L/s
Prestadora de serviço		SAAE-Minas Gerais
Situação (até 2015)		Abastecimento Satisfatório
Tumiritinga		
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município
Rio Doce	Isolado Tumiritinga	100,00%
Sub-Bacia Hidrográfica		Caratinga
Demanda Urbana		9 L/s
Prestadora de serviço		COPASA
Situação (até 2015)		Abastecimento Satisfatório
Galiléia		
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município
Rio Doce	Isolado Galiléia	100,00%
Sub-Bacia Hidrográfica		Suaçui Grande
Demanda Urbana		13 L/s
Prestadora de serviço		SAAE-Minas Gerais
Situação (até 2015)		Abastecimento Satisfatório
Conselheiro Pena		
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município
Rio Doce	Isolado Conselheiro Pena	100,00%
Sub-Bacia Hidrográfica		Caratinga
Demanda Urbana		45 L/s
Prestadora de serviço		SAAE-Minas Gerais
Situação (até 2015)		Abastecimento Satisfatório

Santa Rita do Ituêto		
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município
Córrego Paredão	Isolado Santa Rita do Ituêto	100,00%
Sub-Bacia Hidrográfica		Manhuaçu
Demanda Urbana		9 L/s
Prestadora de serviço		COPASA
Situação (até 2015)		Requer Ampliação
Pocrane		
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município
Córrego Monjolo	Isolado Pocrane 1	50,00%
Córrego Bom Retiro	Isolado Pocrane 2	50,00%
Sub-Bacia Hidrográfica		Manhuaçu
Demanda Urbana		12 L/s
Prestadora de serviço		PM Minas Gerais
Situação (até 2015)		Abastecimento Satisfatório
Mutum		
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município
Ribeirão Mutum	Isolado Mutum	100,00%
Sub-Bacia Hidrográfica		Manhuaçu
Demanda Urbana		40 L/s
Prestadora de serviço		COPASA
Situação (até 2015)		Requer Ampliação

Fonte: Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água – ANA, 2015.

Quanto a essa captação, observa-se que existem muitos tipos de fontes para seu abastecimento que são as águas superficiais (rios, lagos, canais, etc.) e subterrâneas (lençóis subterrâneos). Efetivamente essas fontes não estão sempre separadas. As águas de superfície são as de mais fácil captação e por esse motivo existe uma recorrência desse tipo de captação para consumo humano, como se pode observar nos registros da ANA sobre o estado de Minas Gerais.

Tabela 65 - Sistema de capitação de água de manancial superficial, subterrâneo ou integrado em Minas Gerais, 2017

Minas Gerais	Tipo de Sistema		
	Isolado		Integrado
	Manancial superficial/misto	Manancial subterrâneo	
Capital ou RM	11	7	19
Pop. superior a 250 mil hab.	4	---	---
Pop. entre 50 mil e 250 mil hab.	33	5	2
Pop. inferior a 50 mil hab.	601	157	14
Total	649	169	35

Fonte: Atlas Agência Nacional de Águas, 2010.

Quanto aos mananciais subterrâneos, a ANA apresenta o dado de que mais de 50% das cidades brasileiras são abastecidas por estes mananciais existentes debaixo da terra. Em Minas, a gestão e a autorização para o uso de águas subterrâneas é de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente, SEMAD, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, IGAM, e da Fundação Estadual do Meio Ambiente, FEAM. De cerca de nove mil outorgas atualmente válidas, dentre mais de 16 mil concedidas, 32% são destinadas exclusivamente ao consumo humano. Mais da metade - 4.737 poços - são operados pela Copasa, principal concessionária de saneamento do estado. Na região cárstica, que se estende da Região Metropolitana de Belo Horizonte até a Bahia, o aproveitamento das águas subterrâneas também é grande. No município de Lagoa da Prata, por exemplo, o abastecimento público é totalmente feito por águas subterrâneas.

A bacia do rio Doce abrange parte dos Estados de Minas Gerais (englobando os municípios da AE) e Espírito Santo, sendo privilegiada no que se refere à disponibilidade hídrica, mas há desigualdade entre as diferentes regiões da bacia. No Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH-Doce), elaborado entre 2008 e 2009 e aprovado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) em 2010, uma das questões cruciais levantadas diz respeito à qualidade da água e trazendo metas de ações de saneamento e controle de erosão. O controle de geração de sedimentos passa, portanto, por um processo integrado de recuperação da bacia, envolvendo recuperação de matas ciliares, implantação de dispositivos de controle de enxurradas em estradas rurais e recuperação de áreas degradadas (inclusive pastagens). O Plano também apresenta recomendações de cuidado com as atividades de mineração na bacia e universalização do saneamento (ANA, 2016).

Os dados primários utilizados no diagnóstico do saneamento básico dos municípios foram obtidos das empresas responsáveis pelo saneamento.

- **Governador Valadares**

No município de Governador Valadares as informações foram coletadas no Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, com o diretor geral Sr. Sebastião Pereira Siqueira. Segundo o diretor a captação de água do município vem do Rio Doce, passando pela estação de tratamento para após estar disponível para consumo. Para tratamento da água são utilizados: Flúor, PH, Cloro, entre outros produtos.

A cidade de Governador Valadares possui rede de esgoto em 100% do município com seu respectivo tratamento. A Tabela 66 abaixo irá ilustrar a extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações nos referidos anos:

Tabela 66 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Governador Valadares

	2016	2017	2018
Extensão de rede de água	730.230 m	732.910m	736.322m
Números de Ligações de água	88.527	90.790	89.993
Extensão da rede de esgoto	705.050	707.920	710.829
Número de ligações de esgoto	83.444	84.730	84.616

Fonte: SAAE de Governador Valadares

A redução do quantitativo (2018) ocorreu em função da suspensão temporária do faturamento para os distritos/povoados, em reforma dos sistemas de abastecimento de água/ esgoto sanitário.

A Limpeza urbana de Governador Valadares é terceirizada para a empresa DPark (Figura 146). O lixo gerado é encaminhado para o aterro controlado de resíduos. O município conta com a coleta seletiva, para separação do lixo reciclável. O lixo hospitalar é encaminhado para o Aterro Sanitário de Ipatinga.

A prefeitura Municipal é responsável pela gestão da drenagem de águas pluviais que possui instalada somente em cerca de 70% das vias do município, que é encaminhado para o Rio Doce. A microdrenagem e macrodrenagem são existentes no município não sabendo o diretor citar a extensão dela, sendo o Rio Doce o receptor das águas pluviais.



Figura 146 - Limpeza Urbana da empresa terceirizada Dpark em Governador Valadares

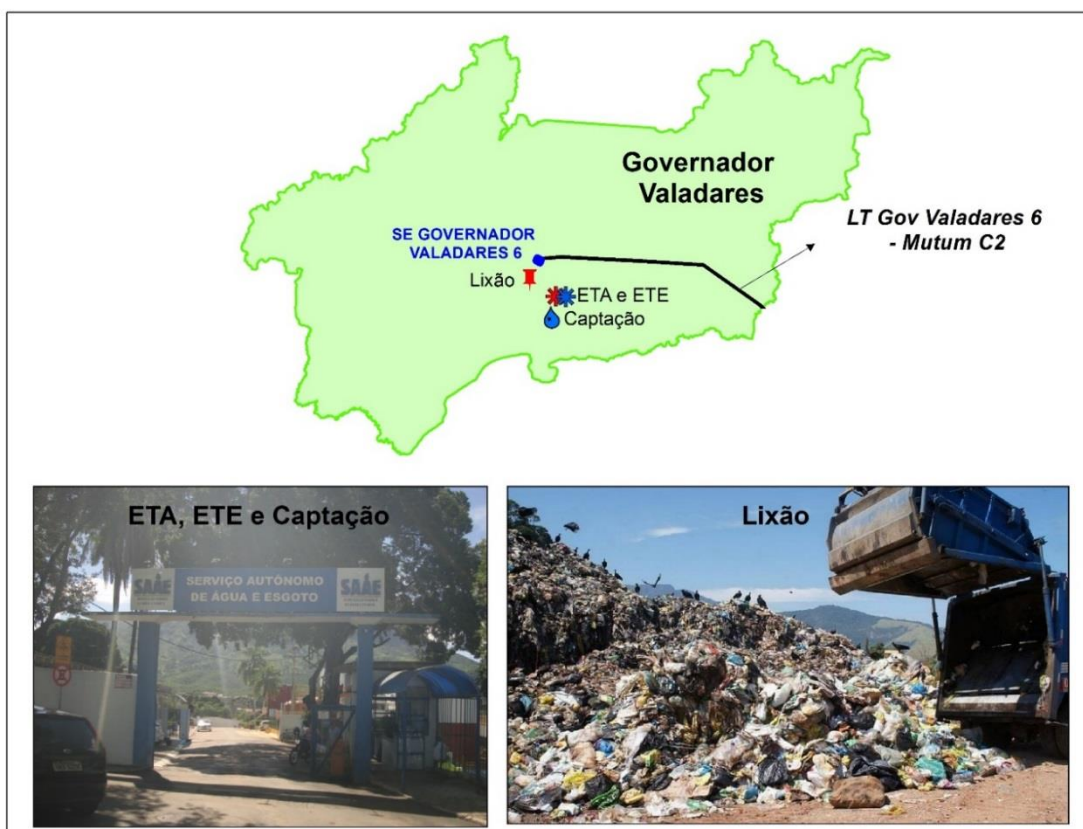


Figura 147 - Infraestrutura de saneamento básico de Governador Valadares

- **Galiléia**

No município de Galiléia o abastecimento da água é feito através do SAAE (Figura 148), onde as informações foram coletadas com diretor José Rodrigues da Costa. O diretor nos relatou que a água do município é bombeada do Rio Doce, sendo realizado seu tratamento com: Sulfato de alumínio, hipoclorito, Cálcio e Carbonato de Sódio.

O município não dispõe de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que é despejado a céu aberto no Rio Doce. A Tabela 67 apresenta a extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016, 2017 e 2018 com o número de ligações nos referidos anos:

Tabela 67 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016, 2017 e 2018 com o número de ligações em Galiléia

	2016	2017	2018
Extensão de rede de água	-	21.300m	24.000m
Números de Ligações de água	2.291	2.331	3.371
Extensão da rede de esgoto	-	19.560m	22.002m
Número de ligações de esgoto	2.205	2.233	2.261

Fonte: SAAE de Galiléia

Quanto à drenagem de águas pluviais o município de Galiléia não possui sarjetas de captação, as águas pluviais são transportadas superficialmente pelas vias de acesso.

A limpeza urbana é de responsabilidade do município. Os resíduos sólidos urbanos são levados para o lixão da cidade, em caminhões compactadores, não existindo coleta seletiva. O lixo hospitalar é terceirizado para empresa Serquip que recolhe no local.



Figura 148 - Ponto de atendimento do SAAE em Galiléia



Figura 149 - Infraestrutura de saneamento básico de Galiléia

- **Tumiritinga**

No município de Tumiritinga as informações foram fornecidas pelo Encarregado de Sistema da COPASA Sr. Adilson Ferreira (Figura 150). De acordo com o encarregado o tratamento de água é responsabilidade da COPASA, sendo utilizado para tratamento: cloreto, hidróxido, hipoclorito, flúor e ácido. A água é captada no Rio Doce.

A Tabela 68 apresenta a extensão de rede de água nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações nos referidos anos:

Tabela 68 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Tumiritinga

	2016	2017	2018
Extensão de rede de água	24.862 m	24.918 m	24.990
Números de Ligações de água	1.630	1.670	1.670

Fonte: COPASA de Tumiritinga

O município não possui rede e nem tratamento de esgoto, o mesmo, é jogado no Rio Doce e no Córrego Capivara. Em relação aos resíduos sólidos do município são depositados a céu aberto em um lixão. O lixo hospitalar, por sua vez, é terceirizado para a empresa Serquip, que recolhe no local.



Figura 150 - Sr. Adilson Ferreira, Encarregado de sistema da COPASA de Tumiritinga

O sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais é composto por estruturas e instalações de engenharia destinadas ao transporte e disposição final das águas das chuvas. Este sistema ainda não está implantando no município de Tumiritinga mas segundo o Encarregado estão em estudo para implantação. A limpeza urbana é de responsabilidade do município.



Figura 151 - Infraestrutura de saneamento básico de Tumiritinga

- **Conselheiro Pena**

No município de Conselheiro Pena as informações foram fornecidas pela Chefe de Setor do Sistema de Autônomo de Água e Esgoto - SAAE pela Sra. Nelma Henrique Lima. De acordo

com a chefe a água do município provém do Córrego João Pinto, chegando por meio de gravidade. Para o tratamento de água é utilizado: cloreto, hidróxido, hipoclorito, flúor e ácido.

No município possui rede de esgoto em 100% do município, porém sem tratamento, onde é jogado a céu aberto no Rio Doce. A Tabela 69 apresenta a extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações nos referidos anos.

Tabela 69 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016,2017 e 2018 com o número de ligações em Conselheiro Pena

	2016	2017	2018
Extensão de rede de água	77,50km	-	-
Números de Ligações de água	9.304	9.489	9.634
Extensão da rede de esgoto	75.50km	-	-
Número de ligações de esgoto	8.866	9.085	9.239

Fonte: SAAE de Conselheiro Pena

Quanto à drenagem de águas pluviais existe canal de drenagem em 60% da zona urbana que é destinado ao Rio Doce, não existindo georreferenciamento das redes de micro e macrodrenagem. Nas demais áreas urbanas as águas pluviais são transportadas superficialmente pelas vias de acesso ou pelas sarjetas (Figura 152).

Em Conselheiro Pena a limpeza urbana é de responsabilidade do município. Os resíduos sólidos urbanos são levados para o aterro controlado da cidade. O lixo hospitalar é terceirizado para empresa Serquip que recolhe no local.



Figura 152 - Sarjeta para escoamento de água pluvial em Conselheiro Pena

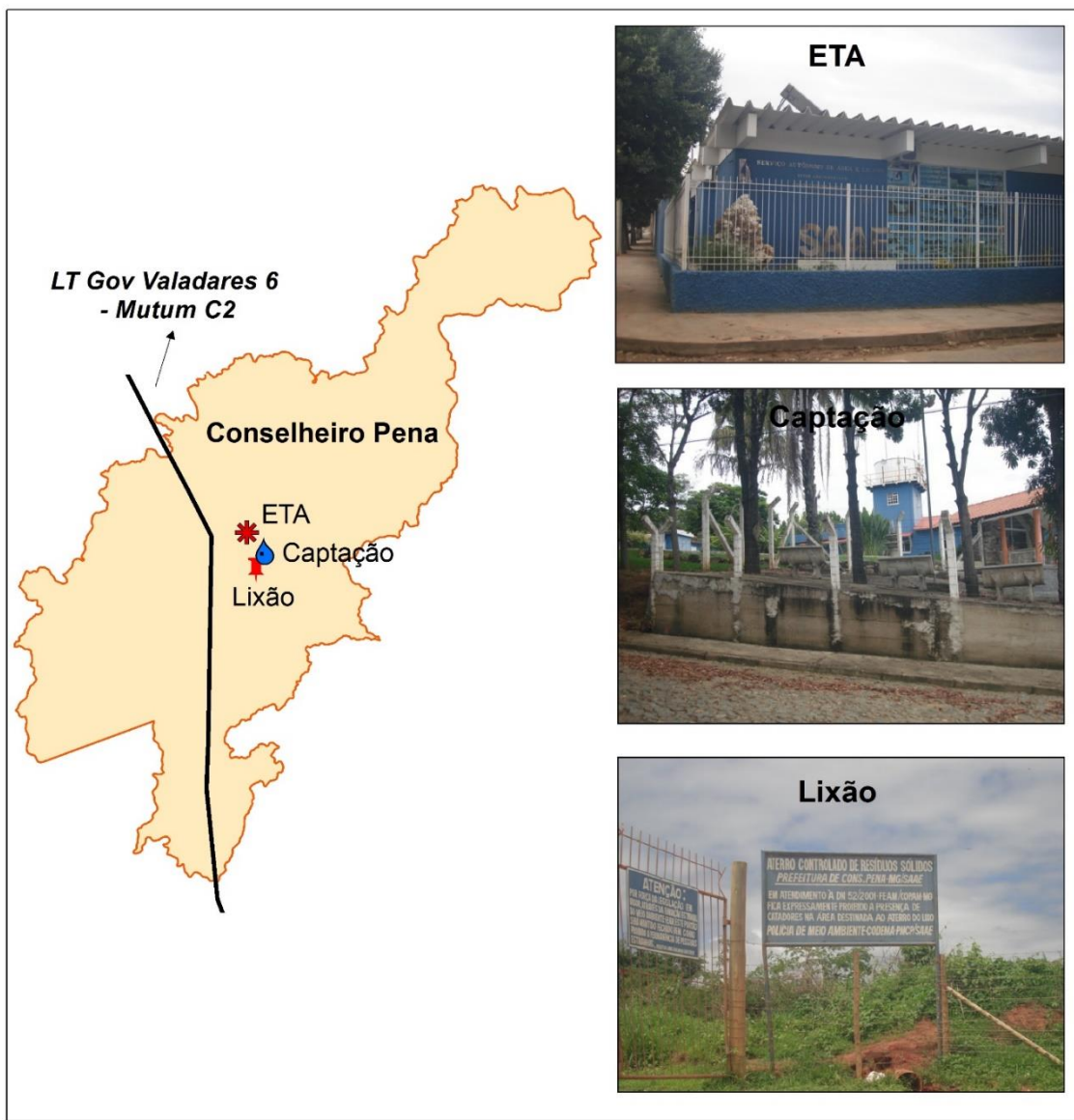


Figura 153 - Infraestrutura de saneamento básico de Conselheiro Pena

- **Santa Rita do Ituêto**

No município de Santa Rita do Ituêto os dados foram coletados com o funcionário da COPASA, Sr. Marlon Augusto. A água utilizada na zona urbana do município vem por bombeamento do Córrego Paredão. O município possui uma estação de tratamento de água (ETA) e para o tratamento da água são utilizados: Flúor, Permanganato de Potássio, Cloro, Hidróxido de Sódio e Sulfato.

O município não dispõe de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que é despejado a céu aberto no Rio Ituêto. A Tabela 70 apresenta a extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016, 2017 e 2018 com o número de ligações nos referidos anos:

Tabela 70 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016, 2017 e 2018 com o número de ligações em Santa Rita do Ituêto

	2016	2017	2018
Extensão de rede de água	-	4.000m	4.407m
Números de Ligações de água	-	665	680
Extensão da rede de esgoto	-	18.505m	19.950
Número de ligações de esgoto	-	480	500

Fonte: COPASA de Santa Rita do Ituêto

A limpeza urbana é realizada pelo próprio município que não faz coleta seletiva para reciclagem, acontecendo de maneira informal (Figura 154). O serviço de coleta de lixo é realizado por caminhão compactador, atende 100% da zona urbana e é encaminhado para o lixão da cidade. O lixo hospitalar do município é terceirizado para empresa Serquip que recolhe no local.

O município de Santa Rita do Ituêto não possui escoamento de águas pluviais.



Figura 154 - Reciclagem de lixo informal em Santa Rita do Ituêto

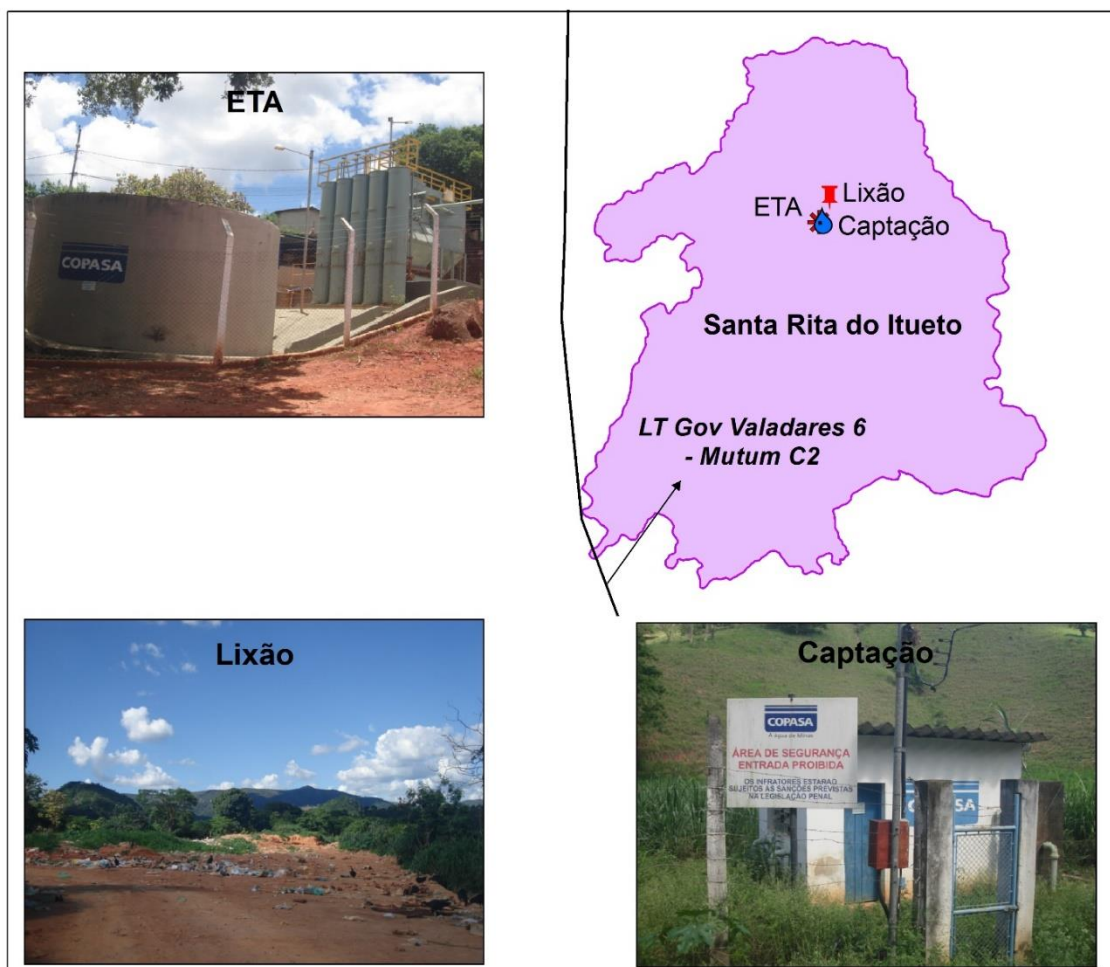


Figura 155 - Infraestrutura de saneamento básico de Santa Rita do Ituêto

- **Pocrane**

No município de Pocrane o abastecimento de água é de responsabilidade do município. As informações foram coletadas com a coordenadora Sra. Rose Teixeira, funcionária da prefeitura municipal. Segundo ela a captação de água é no Ribeirão Corredeira através de gravidade, localizado a 15km do Centro da cidade. O tratamento da água é feito nas proximidades da captação em tanques passando pelo processo de decantação, filtração e desinfecção feitos pelo próprio município.

O município está passando pelo processo de implantação do SAAE, por esse motivo não possuem dados dos anos anteriores a 2018, pois estão em fase de cadastramentos da população no presente momento. Segundo a responsável, Sra. Rose, possuem cadastrados 1.100 ligações de água, com uma estimativa de mais 100 cadastros futuros. Quanto ao esgoto, Pocrane está passando

por fase de implantação da rede de esgoto tendo no presente momento somente 50% da cidade com a rede já instalada, mas sem tratamento de esgoto. O descarte é feito no Ribeirão Pocrane.

A limpeza urbana é realizada pelo próprio município que não faz separação para reciclagem, acontecendo de maneira informal. O serviço de coleta de lixo é realizado por caminhão compactador (Figura 157), atende 100% da zona urbana e é encaminhado para a vala de rejeitos. O lixo hospitalar do município é terceirizado para empresa Serquip que recolhe no local.

A prefeitura Municipal é responsável pela gestão da drenagem de águas pluviais que possui instalada somente em cerca de 40% das ruas do município, não existindo georreferenciamento das redes de micro e macrodrenagem. As áreas que possuem as drenagens estão localizadas nas ruas principais, sendo elas: Avenida Genico Magalhães, Rua Chico Avelino, Rua Circuito, entre outras. Nas demais áreas urbanas as águas pluviais são transportadas superficialmente pelas vias de acesso ou pelas sarjetas (Figura 156).



Figura 156 - Sarjeta para escoamento de água pluvial, Pocrane



Figura 157 - Caminhão compactador de lixo, Pocrane

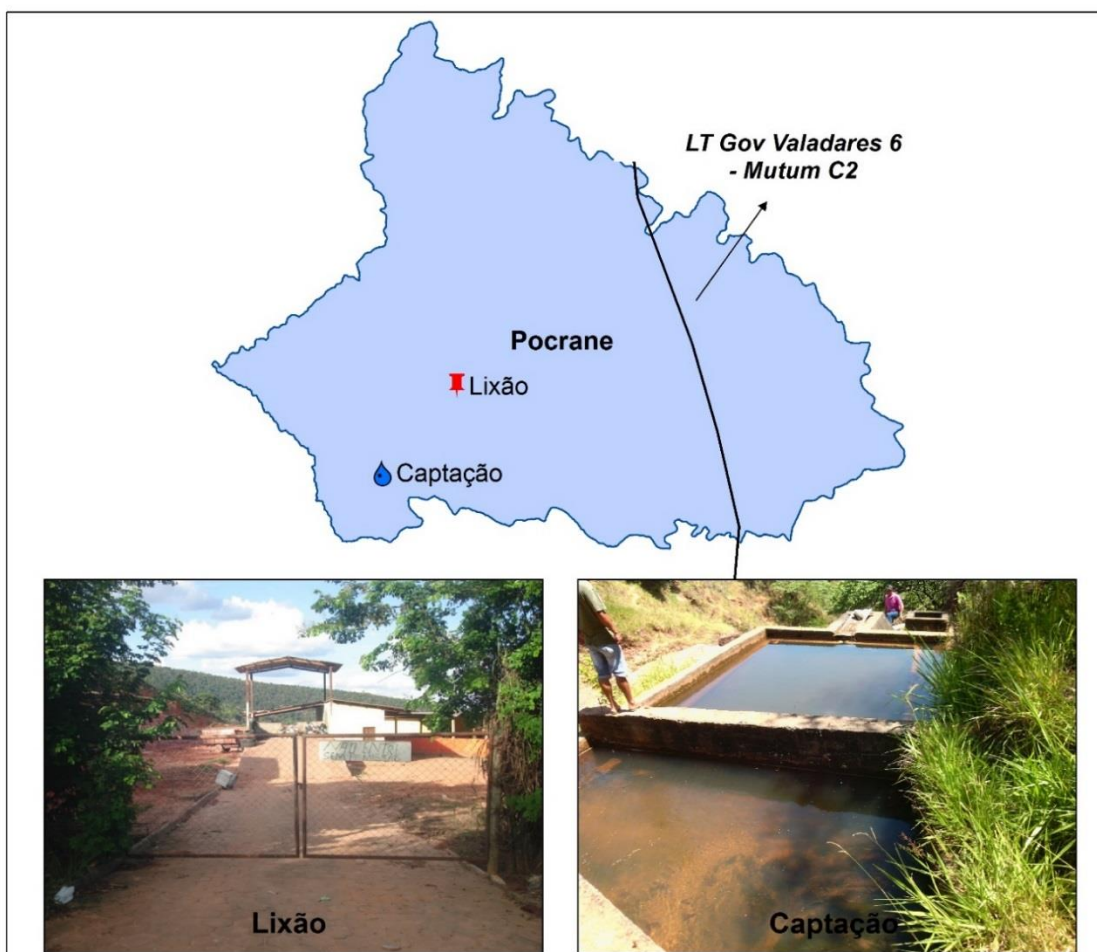


Figura 158 - Infraestrutura de saneamento básico de Pocrane

- **Mutum**

No município de Mutum, os dados foram coletados com o Gerente da COPASA (Figura 159), Sr. José Augusto Neves. A água utilizada na zona urbana do município vem por gravidade e bombeamento do Rio Mutum e Rio São Manoel. O município possui uma estação de tratamento de água (ETA) e os procedimentos de tratamento adotados incluem coagulante, flúor, cloro e hidróxido.

O município não dispõe de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que é despejado a céu aberto no Rio São Manoel de Mutum. A Tabela 71 apresenta a extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016, 2017 e 2018 com o número de ligações nos referidos anos.

Tabela 71 - Extensão de rede de água e esgoto nos anos de 2016, 2017 e 2018 com o número de ligações em Mutum

	2016	2017	2018
Extensão de rede de água	-	2.121m	250m
Números de Ligações de água	4.822	4.793	4.856
Extensão da rede de esgoto	2.698	2.168	-
Número de ligações de esgoto	3.241	3.677	3.498

Fonte: COPASA de Mutum

A limpeza urbana é realizada pelo próprio município que não faz coleta seletiva para reciclagem, acontecendo de maneira informal. O serviço de coleta de lixo é realizado por caminhão compactador, atende 100% da zona urbana e é encaminhado para o lixão da cidade. O lixo hospitalar do município é terceirizado para empresa Serquip que recolhe no local.

O município de Mutum não possui escoamento de águas pluviais sendo apontado como um problema ambiental a ser resolvido.



Figura 159 - Central de Atendimento da COPASA em Mutum



Figura 160 - Infraestrutura de saneamento básico de Mutum

As Secretarias municipais de Meio Ambiente foram visitadas para coleta de dados primários.

- **Governador Valadares**

Os dados foram coletados na Secretaria de Meio Ambiente com o Diretor de Meio Ambiente, Sr. Guilherme de Castro (Figura 161). No município possui aterro controlado e uma extensão no município de Ipatinga que recebe lixo da cidade. Existe coleta seletiva e o lixo hospitalar é encaminhado para o aterro sanitário de Ipatinga.

A limpeza urbana é terceirizada pela empresa Depark. Governador Valadares possui uma Unidade de Conservação Municipal que é o Parque Natural Municipal e uma Unidade de Conservação Estadual que é o Monumento Natural Estadual Valadares do Pico da Ibiturana. O código municipal que rege é a lei complementar 055/204. O município tem fundo municipal de meio ambiente.

Segundo o diretor os problemas enfrentados no quesito ambiental são: utilização indevida das APPs, Água do Rio Doce poluída pela barragem de Mariana, desmatamento, parcelamento de solo, entre outros. Em contrapartida o município desenvolve o projeto de construção de barragens na zona rural, recuperação de nascentes, regularização ambiental das indústrias e comércios, entre outros projetos e programas desenvolvidos.

O município participa do Comitê de bacia do Rio Doce, do Rio Santa Maria e do Rio Corrente.



Figura 161 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Guilherme de Castro em Governador Valadares

- **Galiléia**

Os dados foram coletados na Secretaria de Meio Ambiente com o Secretário Sr. Adelânio Rodrigues de Souza (Figura 162), que informou que o município utiliza de lixão para descarte dos resíduos. O lixo hospitalar é recolhido pela empresa Cerquipe.

O Secretário relata que o município passa por sérios problemas com a água, devido ao acidente de Mariana, pois o abastecimento de água da cidade sempre foi do Rio Doce. Na parte ambiental os relatos são a questão do lixo. As atividades realizadas pelo município com a comunidade é a recuperação das nascentes em parceria com a Samarco. Galiléia participa da comitê de bacia do Rio Doce.



Figura 162 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Adelânio Rodrigues em Galiléia

- **Tumiritinga**

Os dados primários foram coletados na Secretaria de Meio Ambiente do município de Tumiritinga com a agente ambiental Sra. Fabiana Fernandes Gonçalves (Figura 163), que informou a existência de lixo na cidade. O lixo hospitalar é recolhido por uma empresa terceirizada.

A agente ambiental relata vários problemas relacionados a água após o rompimento de Mariana, tendo em vista que o abastecimento municipal era no Rio Doce. As pessoas que não possuem condições de adquirir água potável estão buscando em uma mina próxima à cidade.

Os principais problemas relacionados ao meio ambiente são: desmatamento ilegal, erosão, falta de preservação das nascentes e a água. A secretaria desenvolve um programa voltado a preservação das nascentes que está em fase de execução. O município participa do comitê de bacia do Rio Caratinga.



Figura 163 - Entrevista com a Agente Ambiental, Sra. Fabiana Fernandes, em Tumiritinga

- **Conselheiro Pena**

Os dados primários foram coletados no município de Conselheiro Pena, com o Sr. Juliano Barros, monitor ambiental na Secretária de Meio ambiente (Figura 164) que informou a existência do aterro controlado no município. A coleta do lixo hospitalar é terceirizada. A limpeza urbana é executada pelo município. A coleta seletiva é feita por uma associação.

Em Conselheiro Pena existe a Unidade de Conservação Parque Estadual Sete Salões com uma extensão de 12.520 hectares. Segundo o Monitor Ambiental os problemas ambientais enfrentados no município são: a falta de regularização dos parques, tratamento de esgoto, o lixo, tratamento de esgoto, entre outros. Os projetos que o município desenvolve para tentar minimizar os problemas é o monitoramento da Unidade de Conservação e Educação Ambiental em parceria com as escolas.

O município faz parte do comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e do Rio Suacuí.



Figura 164 - Fachada da Secretaria de Meio Ambiente em Conselheiro Pena

- **Santa Rita do Ituêto**

Os dados primários foram coletados no município de Santa Rita do Ituêto, com o Sr. Guilherme Antônio Ferreira, Secretário do Meio Ambiente (Figura 165), que nos informou que o município ainda não possui aterro sanitário, ainda é lixão, não existindo coleta seletiva. O lixo hospitalar é recolhido por uma empresa terceirizada.

A limpeza urbana é de responsabilidade municipal. O município possui uma Unidade de Conservação Ambiental que é o Parque Estadual Sete Salões. O código municipal do Meio Ambiente é o 1013/2006, não existindo fundo municipal de Meio ambiente.

Segundo o Secretário, as principais dificuldades enfrentadas pelo município, no quesito ambiental são o lixo e o tratamento de esgoto, ainda inexistentes na cidade.

O município faz parte do comitê de Bacia do Rio Manhuaçu.



Figura 165 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Guilherme Antônio em Santa Rita do Ituêto

- **Pocrane**

No município de Pocrane os dados foram coletados na Prefeitura Municipal com a Secretário de Meio Ambiente Sr. Eduardo Vieira (Figura 166), que nos relata a existência do aterro controlado onde todo o lixo passa por uma unidade de triagem para depois ser em descartados na vala de rejeitos. O lixo hospitalar é recolhido por uma empresa terceirizada.

A limpeza urbana é realizada pelo próprio município. No município não existe unidade de conservação e nem código municipal de meio ambiente. Pocrane faz parte do comitê de Bacia do Rio Manhuaçu.

O Secretário relata que os problemas relacionados ao meio ambiente enfrentados pelo município são: a melhoria no centro de triagem do aterro e a falta de recursos financeiros para desenvolvimentos de novas atividades. Em contrapartida o município desenvolve em parceria com as escolas, um projeto de proteção as nascentes.



Figura 166 - Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente Sr. Eduardo Vieira em Pocrane

- **Mutum**

A coleta dos dados primários foi feita na Secretaria de Meio Ambiente de Mutum com o Secretário Sr. Genilson Tadeu (Figura 167), que informou a existência de lixão no município. O lixo hospitalar é recolhido por uma empresa terceirizada e a limpeza urbana é feita pelo município.

O Secretário relata a existência de escassez de água no município, e para tentar solucionar o problema mudaram o ponto de captação de água. Outros problemas relacionados ao meio ambiente foram relatados, bem como: escoamento de água pluvial, a construção do aterro controlado, tratamento de esgoto e irrigação irregular feita pelos produtores rurais. Em contrapartida a secretaria, em parceria com as escolas, desenvolve ações de educação ambiental, com a distribuição de mudas e trabalhos de campo, com objetivo de conscientizar a população da importância da preservação ambiental.

O município conta com o fundo municipal de meio ambiente e a existência do código municipal regulamentado na lei 943 de 30 de maio de 2017. O município participa do Comitê de bacia do Rio Manhuaçu.



Figura 167 - Secretário de Meio Ambiente em Mutum, Sr. Genilson Tadeu

7.3.6.8 Assistência Social

A assistência social, política pública não contributiva, é de dever do Estado e direito de todo cidadão que necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) de 1993 que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

Para atendimento das políticas públicas, os municípios da AE contam com unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - que é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência.

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) é outra unidade de atendimento da assistência social, onde oferece serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos como violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto etc.

- **Governador Valadares**

Com relação à Assistência Social, no município de Governador Valadares as informações foram coletadas no Centro de Referência de Assistência Social Central –CRAS Central (Figura 168), com a Assistente Social e Coordenadora Sra. Sueli Pereira que relata a existência de 6 (seis) CRAS, 1 (um) Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM e Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. No município possui abrigo para idosos, mantido pelo Fundo Municipal da Assistência Social. Segundo a Assistente Social para atendimento da população o município conta com uma equipe de Psicólogos, Assistentes Sociais, Orientador Social, Pedagogo e Auxiliar Administrativo. A Tabela 72 apresenta a relação de trabalhos desenvolvidos pelo CRAS, em 2018, bem como seu público alvo.

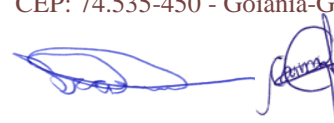


Tabela 72 - Relação de atividades do CRAS/2018 – Governador Valadares

Unidade	Público Alvo	Atividades e Atendimentos
Programa desenvolvido com jovens - Projovem	Jovens	São atendidos os jovens, com ofertas de vários cursos profissionalizantes.
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	Pessoas com dependência química e transtorno mental	Destinado a prestar atenção diária a pessoas com transtornos mentais e usuários de substância tóxica, onde realizam o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.
Programa com idosos	Idosos	São desenvolvidas várias atividades físicas, passeios e atendimento psicossocial.
Benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC	Idosos e Pessoas com deficiência - PCD	Atende 4.089 idosos e 3.562 PCD. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
Bolsa família	Famílias em situação de pobreza	Atende 11.681 famílias (R\$ 1.739.718,00 repasse de dezembro de 2018);
Programas desenvolvidos com exploração sexual de crianças e adolescentes (Figura 169)	Crianças e adolescentes	Atendimentos diários, acompanhamentos social e psicológicos, visitas a residências, palestras preventivas, entre outras atividades.
Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM	Mulheres, negros e demais etnias	Oferece amparo jurídico e psicossocial às vítimas de qualquer tipo de violência, preconceito e discriminação, que estejam em situação de vulnerabilidade, sejam elas mulheres, negros, ciganos e demais etnias, população LGBT e vítimas do tráfico de pessoas. Seus principais objetivos são o acolhimento e a orientação às mulheres vítimas de violência doméstica.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Crianças, adolescentes e famílias	Desenvolve atividades com crianças e seus familiares com o objetivo de fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situação de exclusão social e de risco.

Fonte: Prefeitura Municipal de Governador Valadares e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/dezembro de 2018

De acordo com a gestão de 2018, as políticas, programas, projetos e ações identificadas não são suficientes para atender a demanda local. Quando necessário ações específicas de mobilização são realizadas, envolvendo todas as áreas, saúde, assistência social, segurança e vigilância sanitária.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, os dados levantados em Governador Valadares, em 2018, revelam a existência de 42.018 famílias cadastradas no Cadastro Único e dessas 13,37% são atendidas por algum programa. O município de Governador Valadares atende cerca de 1.713 jovens com acompanhamento de frequência escolar, 521 gestantes, 326 Nutriz atendidas no programa do bolsa família.



Figura 168 - Centro de Referência de Assistência Social Central – CRAS, Governador Valadares



Figura 169 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Governador Valadares

- **Galiléia**

No município de Galiléia os dados foram coletados com a Secretária de Assistência Social Sra. Geana Lima, na Secretaria de Assistência Social. Segundo a Secretária, para atendimento do CRAS o município conta com 2 (dois) profissionais (assistente social e psicóloga). Não existe abrigo e nem CREAS no município. O CRAS (Figura 170) juntamente com a Secretaria de Assistência Social, é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Figura 170 - Unidade de atendimento do CRAS em Galiléia

Veja na Tabela 73 a relação de trabalhos desenvolvidos pelo CRAS no município de Galiléia

Tabela 73 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Galiléia

Unidade	Público Alvo	Atividades
Programas desenvolvidos com jovens	Adolescentes e Jovens	São atendidos adolescentes na faixa etária de 12 até 18 anos, realizando oficinas com vistas ao resgate do vínculo familiar.
Benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC	Idosos e Pessoas com deficiência - PCD	Atende 118 idosos e 168 deficientes. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
Bolsa família	Famílias em situação de pobreza	795 famílias (R\$147.920,00 valor repassado no mês de dezembro de 2018).
Programa desenvolvido com exploração sexual de crianças e adolescentes	Vítimas e familiares	É realizado pelo CRAS palestras de orientação as famílias e passeatas no combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Programa desenvolvidos com mulheres	Mulheres	Atendimento de mulheres em busca de ajuda, são fornecidos benefícios do governo e orientações.
Programa com idosos	Idosos	No CRAS possui cursos de pinturas de telas e fazer tapetes
Programa PETI	Crianças e adolescente com até 14 anos	São realizadas atividades diárias com crianças e adolescentes para combater a exploração do trabalho infantil no município. As atividades estão voltadas para recreação e esporte.

Fonte: www.mds.gov.br /2018 e Prefeitura Municipal de Galiléia

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em maio de 2018, o município de Galiléia atendeu 33,75% das 1.611 famílias cadastradas. Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

De acordo com a gestão de 2018, as políticas, programas, projetos e ações identificadas atendem aos segmentos populacionais locais. Quando necessário ações específicas de mobilização são realizadas, envolvendo todas as áreas, saúde, assistência social, segurança e vigilância sanitária.



Figura 171 - Fachada da Secretaria de Assistência Social de Galiléia

- **Tumiritinga**

Os dados primários no município de Tumiritinga foram coletados na Secretaria de Assistência Social com a supervisora Sra. Marina Guimarães (Figura 172). Segundo a supervisora o município dispõe dos profissionais: Assistente Social, Psicólogos, Pedagogo e Educadores que trabalham no CRAS. No município não possuem CREAS e abrigos. O CRAS juntamente com a Secretaria de Assistência Social, é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Figura 172 - Entrevista com a supervisora Sra. Marina Guimarães

A Tabela 74 apresenta a relação de trabalhos desenvolvidos pelo CRAS, em 2018, bem como, seu público alvo.

Tabela 74 - Relação de atividades do CRAS/2018 – Tumiritinga

Unidade	Público Alvo	Atividades e Atendimentos
Benefício de prestação continuada da Assistência Social – BPC	Idoso e deficientes	Atende 89 idosos e 94 deficientes. (O BPC - É um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família).
Bolsa família	Famílias em situação de pobreza	1.005 famílias atendidas (R\$ 230.784,00 repasse de dezembro de 2018);
Programas desenvolvidos com jovens	Adolescentes e Jovens	São atendidos adolescentes na faixa etária de até 12 anos, realizando oficinas de artesanatos e músicas com vistas ao resgate do vínculo familiar.
Programa desenvolvido com exploração sexual de crianças e adolescentes	Crianças e adolescentes	São acompanhados pelo CRAS quando aparece algum caso.
Programa desenvolvidos com mulheres	Mulheres	Oficinas de Artesanatos
Programa com idosos	Idosos	Programa Viver melhor com programações de viagens, banhos de piscinas, entre outras atividades

Fonte: Prefeitura Municipal de Tumiritinga e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/dezembro de 2018

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em dezembro de 2018, relata que o município de Tumiritinga atendeu 43,74% das 1.736 famílias cadastradas. Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal. O município atende 123 jovens com acompanhamento de frequência escolar, 32 gestantes, 34 Nutriz atendidas no programa do bolsa família.

De acordo com a gestão de 2018, as políticas, programas, projetos e ações identificadas não atendem aos segmentos populacionais locais. Quando necessário ações específicas de mobilização são realizadas, envolvendo todas as áreas, saúde, assistência social, segurança e vigilância sanitária.

- **Conselheiro Pena**

No município de Conselheiro Pena os dados foram coletados com a Secretária de Assistência Social Sra. Arlete Siqueira, na Secretaria de Assistência Social. Segundo a Secretária, para atendimento do CRAS e CREAS (Figura 174) o município conta com os seguintes profissionais: Psicólogo, Pedagogo, Advogado, Auxiliar Administrativo, Motorista e Serviços Gerais. Não existe abrigo e nem CAPS no município. O CRAS (Figura 173) juntamente com a Secretaria de Assistência Social, é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Figura 173 - Fachada do CRAS de Conselheiro Pena



Figura 174 - Fachada do CREAS em Conselheiro Pena

A Tabela 75 apresenta a relação de trabalhos desenvolvidos pelo CRAS, em 2018, bem como, seu público alvo.

Tabela 75 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Conselheiro Pena

Unidade	Público Alvo	Atividades
Programas desenvolvidos com jovens	Adolescentes e Jovens	São atendidos adolescentes na faixa etária de até 12 anos, realizando oficinas com vistas ao resgate do vínculo familiar.
Benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC	Idosos e Pessoas com deficiência - PCD	Atende 471 idosos e 580 deficientes. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
Bolsa família	Famílias em situação de pobreza	1.987 famílias (R\$ 363.790,00 valor repassado no mês de dezembro de 2018).
Programa desenvolvido com exploração sexual de crianças e adolescentes	Vítimas e familiares	É realizado pelo CREAS, visitas, acompanhamentos social e psicológicos, palestras de orientação as famílias e passeatas no combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Programa desenvolvidos com mulheres	Mulheres	Palestras e orientações de combate a Violência da Mulher, com oficinas
Programa com idosos	Idosos	Atividades recreativas e exercícios físicos com o projeto raridade
Programa PETI	Crianças e adolescente com até 14 anos	São realizadas atividades diárias com crianças e adolescentes para combater a exploração do trabalho infantil no município.

Fonte: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/dezembro de 2018

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em dezembro de 2018, o município de Conselheiro Pena atendeu 24,41% das 1.987 famílias cadastradas. Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal. Conselheiro Pena atende 268 jovens com acompanhamento de frequência escolar, 71 gestantes, 71 Nutriz atendidas no programa do bolsa família.

De acordo com a gestão de 2018, as políticas, programas, projetos e ações identificadas atendem aos segmentos populacionais locais. Quando necessário ações específicas de mobilização são realizadas, envolvendo todas as áreas, saúde, assistência social, segurança e vigilância sanitária.

- **Santa Rita do Ituêto**

No município de Santa Rita do Ituêto os dados foram coletados no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS com a coordenadora Sra. Dirleny Maria Paulina (Figura 176). Segundo a coordenadora o município dispõe de 3 (três) Assistentes Sociais e 2 (dois) Psicólogos. Em Santa Rita do Ituêto possui um abrigo de crianças e adolescentes com idades de 0 à 17 anos, sendo mantido com verbas municipais. Não existe CREAS no município. O CRAS (Figura 175) juntamente com a Secretaria de Assistência Social, é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Figura 175 - Fachada do CRAS de Santa Rita do Ituêto



Figura 176 - Coordenadora Sra. Dirleny Maria Paulina no CRAS de Santa Rita do Ituíto

A Tabela 76 apresenta a relação de trabalhos desenvolvidos pelo CRAS, em 2018, bem como seu público alvo.

Tabela 76 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Santa Rita do Ituêto

Unidade	Público Alvo	Atividades
Programas desenvolvidos com jovens	Adolescentes e Jovens	São atendidos adolescentes na faixa etária de 12 até 17 anos, realizando oficinas com vistas ao resgate do vínculo familiar.
Benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC	Idosos e Pessoas com deficiência - PCD	Atende 13 idosos e 34 deficientes. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
Bolsa família	Famílias em situação de pobreza	737 famílias (R\$ 134.585,00 valor repassado no mês de dezembro de 2018).
Programa desenvolvido com exploração sexual de crianças e adolescentes	Vítimas e familiares	É realizado pelo CRAS palestras de orientação as famílias e passeatas no combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Programa com idosos	Idosos	No CRAS são realizados oficinas com os idosos

Fonte: www.mds.gov.br /2018 e Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituêto

De acordo com a gestão de 2018, as políticas, programas, projetos e ações identificadas não são suficientes para atender a demanda local. Quando necessário ações específicas de mobilização são realizadas, envolvendo todas as áreas, saúde, assistência social, segurança e vigilância sanitária.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, os dados levantados em Santa Rita do Ituêto em 2018 possui 1.149 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo atendidas 43,19% atendidas por algum programa. Santa Rita do Ituêto atende 97 jovens com acompanhamento de frequência escolar, 33 gestantes, 19 Nutriz atendidas no programa do bolsa família.

- **Pocrane**

Os dados do município de Pocrane foram coletados na Secretaria de Assistência Social com a Psicóloga Sra. Viviane Carvalho. A mesma informou que para atendimento no CRAS o município dispõe dos profissionais, Pedagogo, Assistente Social, Psicóloga e Administrativo. Pocrane não possuem CREAS, CAPS e abrigos. O CRAS (Figura 177) juntamente com a Secretaria de Assistência Social, é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Figura 177 - Fachada do CRAS no município de Pocrane

A Tabela 77 apresenta a relação de trabalhos desenvolvidos pelo CRAS, em 2018, bem como, seu público alvo.

Tabela 77 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Pocrane

Unidade	Público Alvo	Atividades
Programas desenvolvidos com jovens	Adolescentes e Jovens	São atendidos adolescentes na faixa etária de até 12 anos, realizando oficinas com vistas ao resgate do vínculo familiar.
Benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC	Idosos e Pessoas com deficiência - PCD	Atende 135 idosos e 190 deficientes. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
Bolsa família	Famílias em situação de pobreza	1.211 famílias (R\$ 171.519,00 valor repassado no mês de dezembro de 2018).
Programa desenvolvido com exploração sexual de crianças e adolescentes	Vítimas e familiares	São acompanhados pelos CRAS quando necessário e como preventivo a execução de palestras.
Programa desenvolvidos com mulheres	Mulheres	Atividades com oficinas, dinâmicas de grupos e artesanatos
Programa com idosos	Idosos	Atividades recreativas, exercícios físicos, dinâmicas de grupo e crochê.

Fonte: Prefeitura Municipal de Pocrane e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/dezembro de 2018

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em dezembro de 2018, o município de Pocrane atendeu 37,65% das 2.014 famílias cadastradas. Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal. Pocrane atende 121 jovens com acompanhamento de frequência escolar, 41 gestantes, 35 Nutriz atendidas no programa do bolsa família.

De acordo com a gestão de 2018, as políticas, programas, projetos e ações identificadas não atendem aos segmentos populacionais locais. Quando necessário ações específicas de mobilização são realizadas, envolvendo todas as áreas, saúde, assistência social, segurança e vigilância sanitária.

- **Mutum**

Os dados primários no município de Mutum foram coletados na Secretaria de Assistência Social com a gestora Sra. Eliz Regina da Silva (Figura 179). Segundo a gestora o município dispõe dos profissionais como: Assistente Social, Psicólogos, Pedagogos, Advogados e Filósofos. No município possuem CREAS, PETI (Figura 178), CAPS e abrigo que atende crianças até 12 anos, mantidos com verbas Federal e Municipal. O CRAS juntamente com a Secretaria de Assistência Social, é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Figura 178 - Fachada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI



Figura 179 - Entrevista com a gestora Sra. Eliz Regina da Silva

A Tabela 78 apresenta a relação de trabalhos desenvolvidos pelo CRAS, em 2018, bem como seu público alvo.

Tabela 78 - Relação de atividades do CRAS (2018) – Mutum

Unidade	Público Alvo	Atividades
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	Pessoas com dependência química e transtorno mental	Destinado a prestar atenção diária a pessoas com transtornos mentais e usuários de substância tóxica, onde realizam o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.
Programas desenvolvidos com jovens	Adolescentes e Jovens	São atendidos adolescentes na faixa etária de até 12 anos, realizando oficinas com vistas ao resgate do vínculo familiar.
Benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC	Idosos e Pessoas com deficiência - PCD	Atende 200 idosos e 503 deficientes. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
Bolsa família	Famílias em situação de pobreza	1.773 famílias (R\$ 271.867,00 valor repassado no mês de dezembro de 2018).
Programa desenvolvido com exploração sexual de crianças e adolescentes	Vítimas e familiares	É realizado pelo CREAS, visitas, acompanhamentos social e psicológicos, palestras de orientação as famílias e passeatas no combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Programa desenvolvidos com mulheres	Mulheres	Palestras e orientações de combate a Violência da Mulher.
Programa com idosos	Idosos	O CRAS dispõe de atendimento psicológicos
Programa PETI	Crianças e adolescente com até 14 anos	São realizadas atividades diárias com crianças e adolescentes para combater a exploração do trabalho infantil no município. As atividades envolve o projeto superação com atividades de Futebol e Handebol
Programa com usuários de substâncias Tóxicas	Jovens e adultos	Projeto Livre para viver com reuniões e atendimentos

Fonte: Prefeitura Municipal de Mutum e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/dezembro de 2018

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em dezembro de 2018, o município de Mutum atendeu 24,80% das 1.773 famílias cadastradas. Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal. Mutum atende 281 jovens com acompanhamento de frequência escolar, 58 gestantes, 58 Nutriz atendidas no programa do bolsa família.

De acordo com a gestão de 2018, as políticas, programas, projetos e ações identificadas não atendem aos segmentos populacionais locais. Quando necessário ações específicas de mobilização são realizadas, envolvendo todas as áreas, saúde, assistência social, segurança e vigilância sanitária.

7.3.6.9 Conselho Tutelar

Todos os municípios da AID possuem unidades de atendimento do Conselho Tutelar. Com o objetivo de compreender melhor a infraestrutura desse órgão nos municípios em estudo, apresenta-se na Tabela 79 informações como tempo de atuação do Conselho, Equipamentos, Rede de Atenção e Programas.

Tabela 79 - Infraestrutura e atuação do Conselho Tutelar dos Municípios da AID em 2017

Município de Pocrane (Figura 180)	
Entrevistada: Conselheira - Vera Lúcia de Souza (Figura 181)	
Possui veículo	Não
Computador e internet	Sim
Rede de atenção	Não. Suporte no Município de Ipanema
Centro de desintoxicação	Não. Encaminha para Ipanema
Programas/Projetos voltados para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Acompanham quando aparece a demanda mas não possui programa em específico
Principais ocorrências	Evasão Escolar e Exploração Sexual
Município de Tumiritinga (Erro! Fonte de referência não encontrada.182)	
Entrevistado: Conselheiro – David Willan Oliveira	
Possui veículo	Sim
Computador e internet	Sim
Rede de atenção	Não. Comarca de Conselheiro Pena
Centro de desintoxicação	Não. Recorre ao município de Governador Valadares
Programas/Projetos voltados para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Executam palestras nas escolas
Principais ocorrências	Evasão escolar e Abuso sexual

Município de Santa Rita do Ituêto (Figura 183)	
Entrevistada: Conselheiro – Victor Rocha (Figura 184)	
Possui veículo	Não
Computador e internet	Sim
Rede de atenção	Comarca de Resplendor
Centro de desintoxicação	Não. Encaminhados para Governador Valadares
Programas/Projetos voltados para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	O conselheiro relata que não existe registros de exploração sexual no município e afirma ser bem tranquilo as ocorrências no local
Principais ocorrências	Conflitos Familiares
Município de Governador Valadares (Figura 185)	
Entrevistada: Conselheira – Leide Rocha	
Possui veículo	Sim
Computador e internet	Sim
Rede de atenção	Ministério Público
Centro de desintoxicação	Sim. Atende cerca de 65 por mês
Programas/Projetos voltados para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Os casos são encaminhados para o CREAS do município.
Abrigos	Sim. Abrigo Caminho Feliz
Principais ocorrências	Conflitos Familiares, Evasão escolar, Abuso sexual, agressão física e Negligência
Município de Conselheiro Pena (Figura 186)	
Entrevistada: Conselheira – Denise de Almeida Campos	
Possui veículo	Não
Computador e internet	Sim
Rede de atenção	Ministério Público
Centro de desintoxicação	Não
Programas/Projetos voltados para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Não tem programas e nem registros de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no município
Abrigos	Sim. No presente momento possui 11 crianças no abrigo com idades diversas de até 18 anos
Principais ocorrências	Evasão Escolar, Maus tratos, abandono
Município de Mutum (Figura 187)	
Entrevistada: Conselheira – Luciene Calixto Gadinho (Figura 188)	
Possui veículo	Sim
Computador e internet	Sim
Rede de atenção	Ministério Público, Uma vez por semana tem promotor e juiz de serviço para atender
Centro de desintoxicação	Sim. Centro de Desintoxicação Livre para Viver que atende 9 pessoas por mês
Programas/Projetos voltados para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Desenvolvem palestras nas escolas e no dia 18 de maio que é o dia do Combate tem passeata no município em parceria com as escolas
Abrigos	Sim. Abrigos Abraço da Paz com 17 crianças de até 16 anos
Principais ocorrências	Ato infracional e evasão escolar

Fonte: Conselho Tutelar dos municípios da AID/2018



Figura 180 - Unidade de Atendimento do Conselho Tutelar de Pocrane



Figura 181 - Entrevista com a Conselheira Vera Lucia de Souza, Pocrane



Figura 182 - Sede do Conselho Tutelar de Santa Rita do Ituêto



Figura 183 - Entrevista da Assistente Social Cinthia Gomes com o Conselheiro Victor em Santa Rita do Ituêto



Figura 184 - Fachada do Conselho Tutelar de Governador Valadares



Figura 185 - Fachada do Conselho Tutelar de Conselheiro Pena



Figura 186 - Unidade do Conselho Tutelar de Mutum



Figura 187 - Entrevista com a Conselheira Luciene Calixto



Figura 188 - Fachada do Conselho Tutelar de Galiléia

7.3.6.10 Meios de Comunicação

Na área urbana dos sete municípios pode ser captado, com os equipamentos adequados, os sinais de rádio e de televisão (canais abertos). Somente o município de Conselheiro Pena e Governador Valadares conta com jornal impresso, sendo distribuído na região o Jornal Notícias No Leste, Gazeta e o Diário do Rio Doce. Nos municípios de Santa Rita do Ituêto e Tumiritinga não tem rádio local, mas o sinal das rádios dos municípios vizinhos chegam para eles. Agência dos Correios possui em todos municípios afetados.

As sete sedes municipais contam com torre de telefonia (Tabela 80).

Tabela 80 - Prestadoras de telefonia móvel nas sedes municipais da AID/2018

Município	Prestadora
Santa Rita do Ituêto	Oi e Vivo
Tumiritinga	Oi e Vivo
Conselheiro Pena	Oi, Claro, Vivo e Tim
Galiléia	Vivo, Tim e Claro
Mutum	Claro, Tim e Vivo
Governador Valadares	Oi, Vivo, Claro e Tim
Pocrane	Oi e Vivo

Fonte: Prefeituras municipais da AID/2018



Figura 189 - Agência do Correios, Santa Rita do Ituêto



Figura 190 - Torre de telefonia móvel e Antena de televisão no município de Tumiritinga



Figura 191 - Rádio Pocrane FM, em Pocrane



Figura 192 - Torre de telefonia no município de Conselheiro Pena

7.3.6.11 Geração, Transmissão e uso de energia

Para o levantamento dos dados de geração, transmissão e uso de energia da área de estudo, foram observadas as informações cadastradas no Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico (SIGEL) junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com a Lei de criação da ANEEL (Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996): Art. 2º A Agência Nacional

de Energia Elétrica - ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal. Ver Mapa de Infraestrutura de Geração e Transmissão de Energia na Área de Estudo Socioeconômica, Figura 193 e Anexo 50, Volume 4 – Tomo IV.

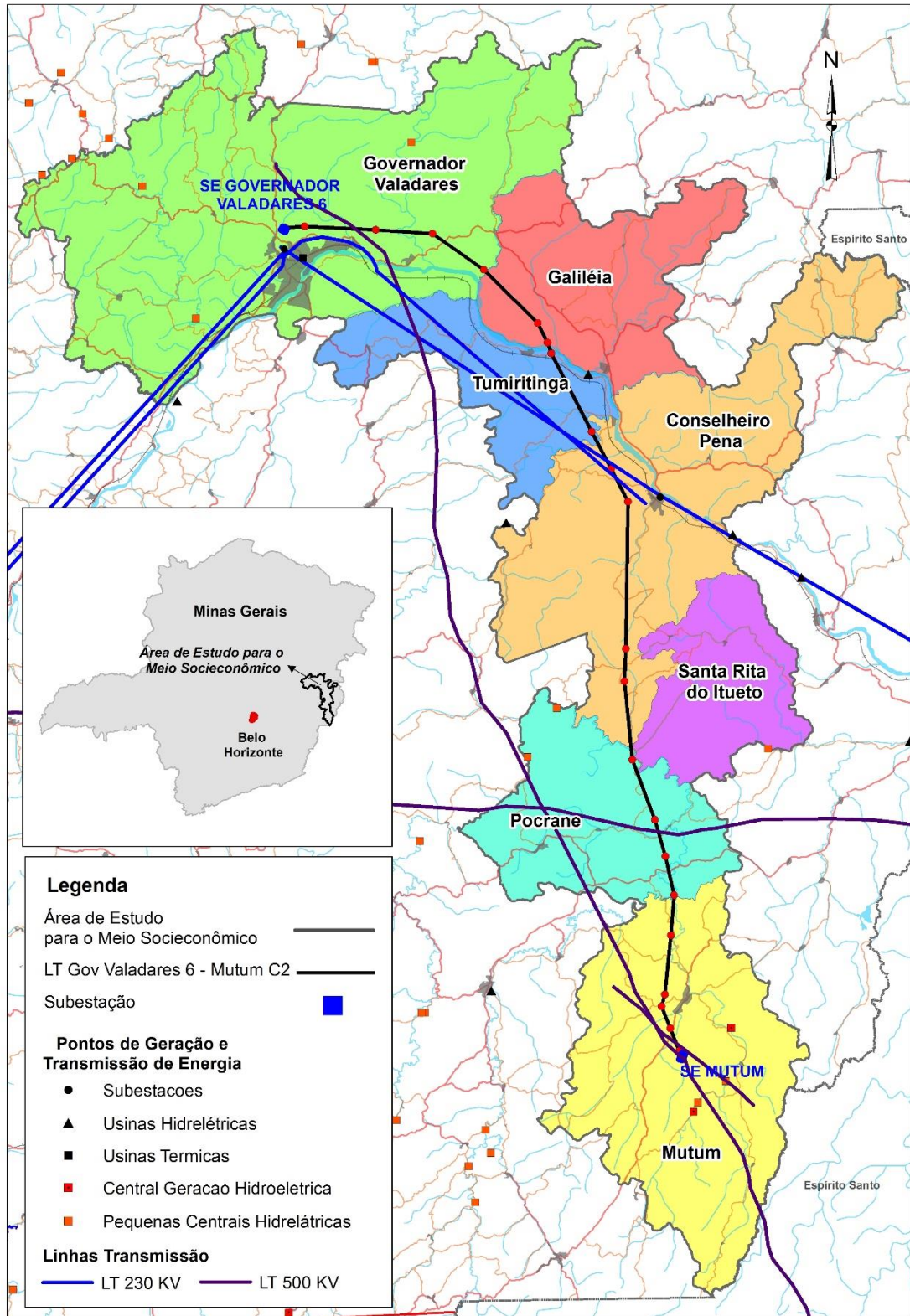


Figura 193 - Infraestruturas de Geração e Transmissão de Energia localizadas na AE

O SIGEL consiste em um mapa com empreendimentos em geração, transmissão e distribuição presentes no território nacional, além de outros temas do setor, sendo possível verificar tanto as Linhas de Transmissão (LTs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usina Hidrelétrica de Energia (UHEs) já em operação quanto as planejadas, que podem ser ou não ser construídas no futuro. Foi identificado na região de estudo empreendimentos geradores de energia em funcionamento, que foram organizados na tabela a seguir.

Tabela 81 - Unidades Geradoras de Energia Elétrica localizadas na AE.

Código	Usina	Potência Outorgada (kW)	Classificação	Destino da Energia	Proprietário	Município
UTE. PE.MG.032957-6.01	Laticínios Bela Vista - Governador Valadares	2240	Usina Termoelétrica	Registro	Laticínios Bela Vista LTDA	Governador Valadares
UTE.PE.MG.033562-2.01	Atacadão SA – Governador Valadares	720	Usina Termoelétrica	Registro	Atacadão AS	Governador Valadares
UHE.PH.MG.029453-5.01	Baguari	140000	Usina Hidrelétrica	Produção Independente de Energia	49% para Baguari Energia S.A. 51% para Baguari I Geração De Energia Elétrica S.A.	Alpercata - MG Fernandes Tourinho - MG Governador Valadares - MG Iapu - MG Periquito - MG Sobrália - MG
PCH.PH.MG.027940-4.01	Cachoeirão	27000	Pequena Central Hidrelétrica	Produção Independente de Energia	100% para Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	Alvarenga - MG Pocrane - MG

Fonte: ANEEL, BIG - Banco de Informações de Geração. Atualizado em: 15/01/2019.

Outro componente da infraestrutura regional de energia são as subestações, que são responsáveis pela distribuição da energia elétrica. Até chegar aos consumidores, a eletricidade percorre um sistema de transmissão que começa nas usinas e passa pelas estações, onde equipamentos chamados transformadores fazem o aumento ou a diminuição da tensão. Ao elevar a tensão elétrica, os transformadores evitam a perda excessiva de energia ao longo do percurso e ao rebaixar a tensão, permitem a distribuição da energia pela cidade. De acordo com a lista de Subestações da ANEEL foi possível elaborar a Tabela 82.

Tabela 82 - Subestações de energia elétrica presentes nos municípios da AE.

Código	Nome	Tipo	Tensão	Município
SE GVSD	SE Governador Valadares 2	Transmissão	230 kV	Governador Valadares
SE BGR	SE Baguari	Transmissão	230 kV	Governador Valadares
GVSU	Governador Valadares 1	Distribuição	138 kV	Governador Valadares
CVSU	Governador Valadares 2	Distribuição	138 kV	Governador Valadares
SE CSN	SE Conselheiro Pena	Transmissão	230 kV	Conselheiro Pena

Fonte: ANEEL, disponível em: <http://extranet.aneel.gov.br>

A Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, é uma Companhia de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. É a responsável pela distribuição de energia por todo o território mineiro. As linhas de transmissão de energia existentes nos municípios da AE também foram organizadas em tabela, Tabela 83.

Tabela 83 - Linhas de transmissão de energia nos municípios da AE.

Município	Nome	Tipo	Agente
Governador Valadares	LD 30733	Aérea	CEMIG
Governador Valadares	LD 31088	Aérea	CEMIG
Governador Valadares	LD 30251	Aérea	CEMIG

Fonte: ANEEL, disponível em: <http://extranet.aneel.gov.br>

Quando se considera o número de consumidores na AE, pode-se afirmar que em todos os municípios cresceu a quantidade de residências com energia disponível entre o período de 1991 e 2010, conforme pode ser visto na Tabela 84.

Tabela 84 - % da população em domicílios com energia elétrica por municípios da AE (1991, 2000 e 2010).

Municípios	1991	2000	2010
Governador Valadares	96,47	99,55	99,87
Tumiritinga	85,96	94,56	97,7
Galiléia	81,16	97,07	99,19
Conselheiro Pena	81,24	95,88	99,45
Santa Rita do Ituêto	69,34	93,77	98,62
Pocrane	49,8	89,81	99,49
Mutum	57,8	93,06	98,96

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Outro dado que auxilia na leitura do perfil energético dos municípios em estudo é o consumo total de energia elétrica (GWh) por setores da economia. Na ausência de dados referentes aos municípios da AE foram trazidos dados do estado de Minas Gerais, apresentado na Tabela 85. É sabido que para compreender este consumo absoluto, é necessário considerar também outros elementos dos municípios, que serão apresentados em outros tópicos da análise socioeconômica, uma vez que o perfil industrial, número de habitantes, tipos mais comuns de atividades realizadas pelos moradores podem influenciar este consumo apresentado.

Tabela 85 - Consumo total de energia elétrica por setor da economia e total de consumidores por unidade (2013-2017).

Consumo (GWh)	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	10.118	10.698	10.516	10.613	10.724
Industrial	30.404	29.268	28.150	29.284	29.242
Comercial	6.495	6.852	6.841	6.622	6.556
Rural	3.232	3.604	3.603	3.810	3.892
Poder público	904	936	936	929	910
Iluminação pública	1.372	1.407	1.436	1.463	1.486
Serviço público	1.302	1.334	1.264	1.313	1.363
Consumo próprio	71	73	70	69	68
Consumidores (unidades)	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	6.675.861	6.884.946	6.981.499	7.145.628	7.230.122
Industrial	82.500	82.470	80.118	79.487	78.880
Comercial	754.863	766.069	760.838	762.823	764.779
Rural	750.622	769.046	761.784	775.107	791.677
Poder público	65.569	67.322	68.010	68.708	68.713
Iluminação pública	4.147	4.352	4.502	6.029	6.511
Serviço público	10.577	11.211	11.870	13.671	13.869
Consumo próprio	930	927	948	942	939

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2018.

Podemos observar que o consumo total mantém certa relação com o número de consumidores apresentado anteriormente. Quanto maior o número de consumidores, maior o consumo, sendo a única exceção quando se refere ao consumo de energia industrial, que como mostra a tabela, o setor que mais consome energia é o Setor Industrial, seguido pelo residencial. Diante disso, é sabido que a região do Vale do Rio Doce tem como principais atividades econômicas a indústria, mineração, agricultura e pecuária e a geração de energia elétrica.

Além disso, de acordo com dados da Fundação João Pinheiros sobre a arrecadação de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), a produção e distribuição de energia elétrica é um dos setores da economia mais representativo no estado de Minas Gerais, como pode ser observado nos valores arrecadados trazido pela Tabela 86.

Tabela 86 - Arrecadação do ICMS, segundo produção e distribuição de energia elétrica em Minas Gerais - 2011-2017 (R\$ mil)

ICMS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produção de Energia Elétrica	496942	539417	563584	642010	630633	736275	861112
Distribuição de Energia Elétrica	2543544	2798832	2537678	2772344	3944704	4846601	5514752

Fonte: Fundação João Pinheiros, 2017.

Neste sentido, os recursos hídricos da bacia do rio Doce desempenham um papel fundamental na economia do leste mineiro e do noroeste capixaba, uma vez que fornecem a água necessária aos usos doméstico, agropecuário, industrial e geração de energia elétrica, dentre outros. A bacia possui relevância na geração hidrelétrica, sendo que atualmente encontram-se em operação 10 usinas hidrelétricas (UHEs), sendo 4 delas localizadas no rio Doce e 6 em seus afluentes. Há ainda 29 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em operação e outros 148 outros aproveitamentos hidrelétricos na bacia, em funcionamento ou em outras fases de implantação, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O relevo é bastante acidentado, sendo que a bacia pertence à porção do território brasileiro caracterizada por um “mar de morros”. A existência de declividades elevadas limita as atividades econômicas e a ocupação urbana do solo, que condicionou a produção do espaço urbano na bacia. (ANA, 2016).

7.3.6.12 Habitação e Tendências de Expansão da Ocupação Humana

As características habitacionais das sedes urbanas da AE não diferem muito de outras regiões do interior de Minas Gerais. Em sua totalidade, apresentam construções originais em pavimento térreo, de alvenaria e cobertas com telha cerâmica.

Segundo HOLZ & MONTEIRO (2008), no início do século XX, devido à rápida industrialização, as cidades atraíram grande parte da população, porém, inexistiam políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais. As áreas ocupadas ilegalmente são expressões diretas da ausência de políticas de habitação social. As políticas habitacionais propostas foram, em sua maioria, ineficazes devido a diversos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. O resultado desse processo é que, atualmente, mais de 82% da população brasileira é urbana. O surgimento de políticas habitacionais realmente preocupadas em solucionar o alarmante problema é recente, tendo sido implementado na Constituição Federal de 1988, e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (2001), que regula o uso da propriedade urbana em prol do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo um instrumento inovador na política habitacional e importante ferramenta de regularização fundiária.

Os municípios da AE em questão se preocupam com as questões habitacionais. De acordo com os gestores municipais, os municípios apresentam déficit habitacional e, atualmente, os governos Estadual e Federal reduziram as verbas para a execução dos programas habitacionais, como Minha Casa Minha Vida, Cheque Moradia, COAB, entre outros.

Nenhum dos sete municípios citados contempla 100% da demanda habitacional mesmo já tendo sido contemplados com algum programa do Governo. Em alguns municípios como Tumiritinga, Pocrane, Santa Rita do Ituêto e Galiléia não possuem cadastros, mesmo apresentando déficit no quesito habitacional. Já Conselheiro Pena tem 50 famílias cadastradas, Governador Valadares 4.000 famílias e Mutum 800 famílias cadastradas para uma futura doação de casas ou parcerias nos programas governamentais.

O município de Tumiritinga alega não ter mais espaço para área de expansão pois de um lado possui o Rio Doce e do outro as terras são do INCRA, inviabilizando áreas de crescimento habitacional.

As Figuras abaixo ilustram a localização das áreas de expansão dos municípios da AE:

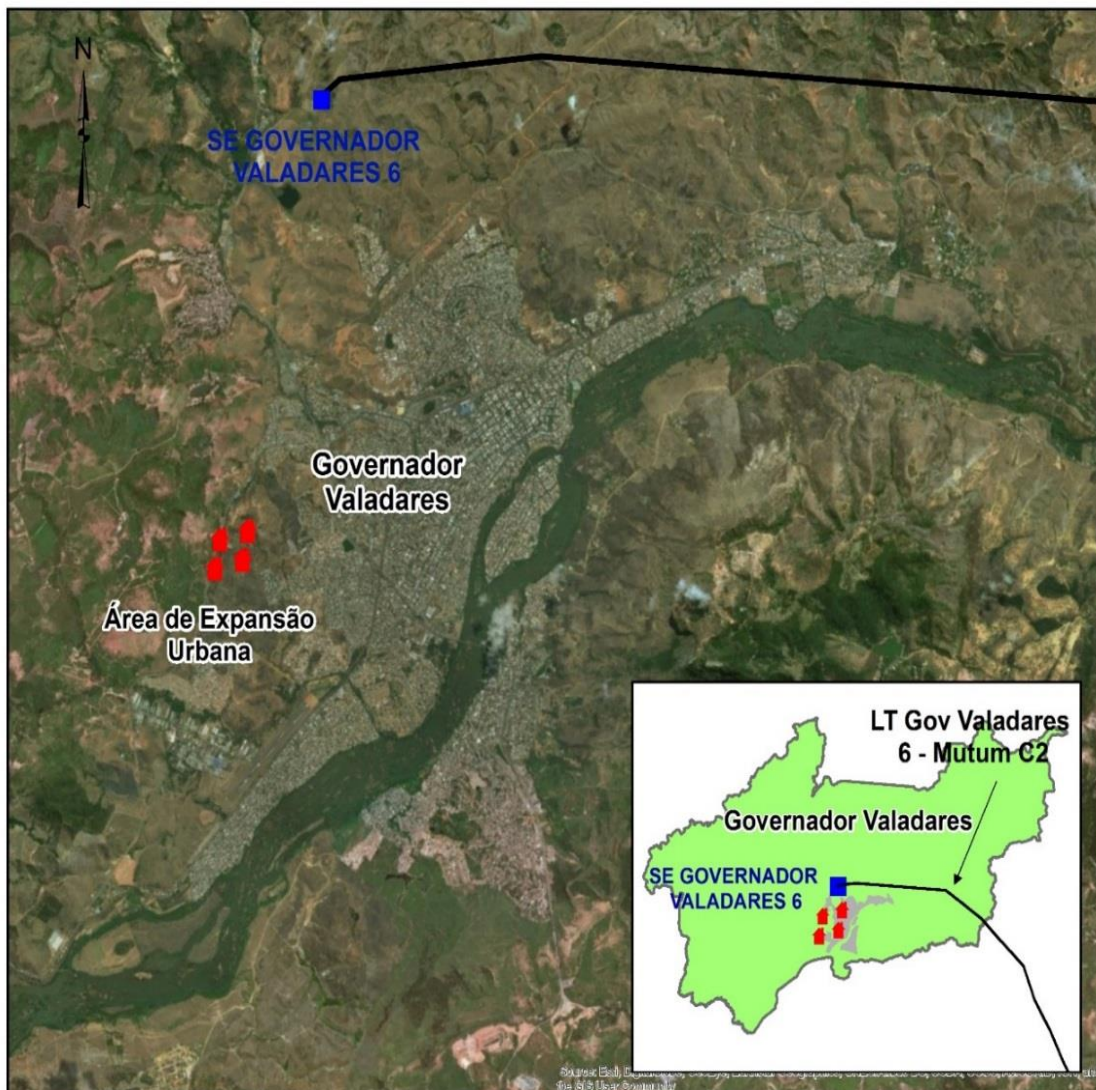


Figura 194 - Localização das áreas de expansão de Governador Valadares em relação à diretriz da LT

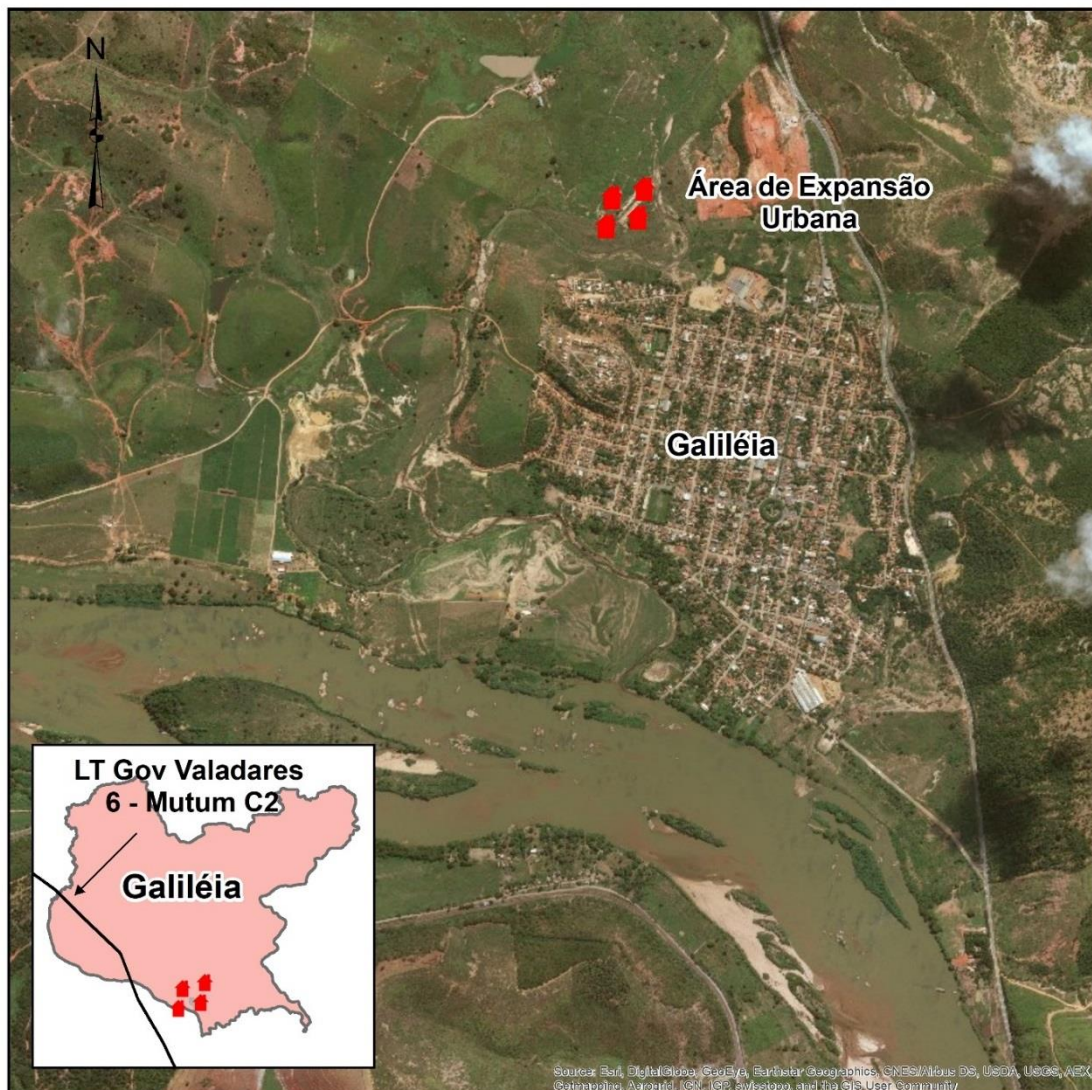


Figura 195 - Localização das áreas de expansão de Galiléia em relação à diretriz da LT



Figura 196 - Área de expansão no município de Galiléia

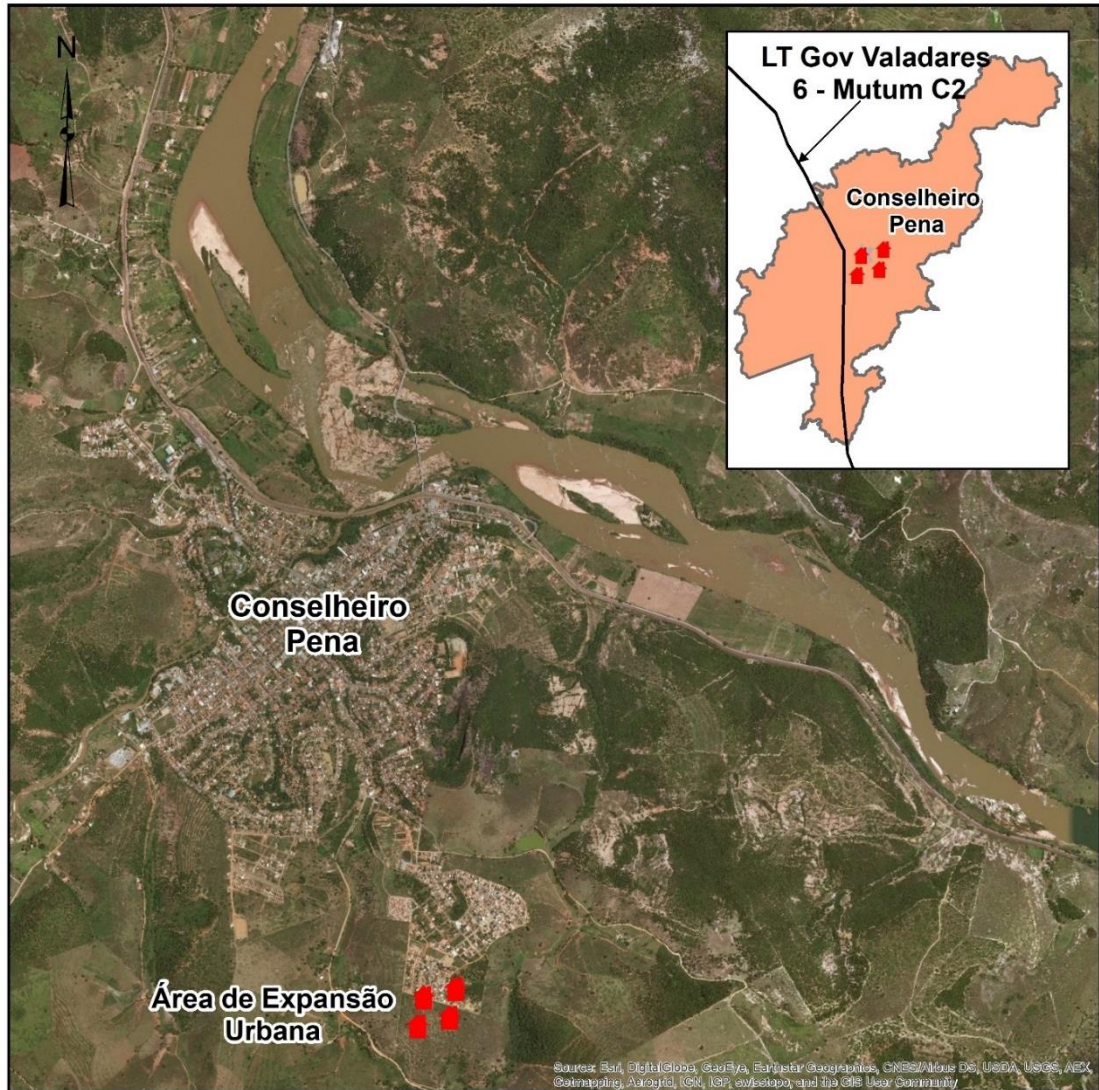


Figura 197 - Localização das áreas de expansão de Conselheiro Pena em relação à diretriz da LT

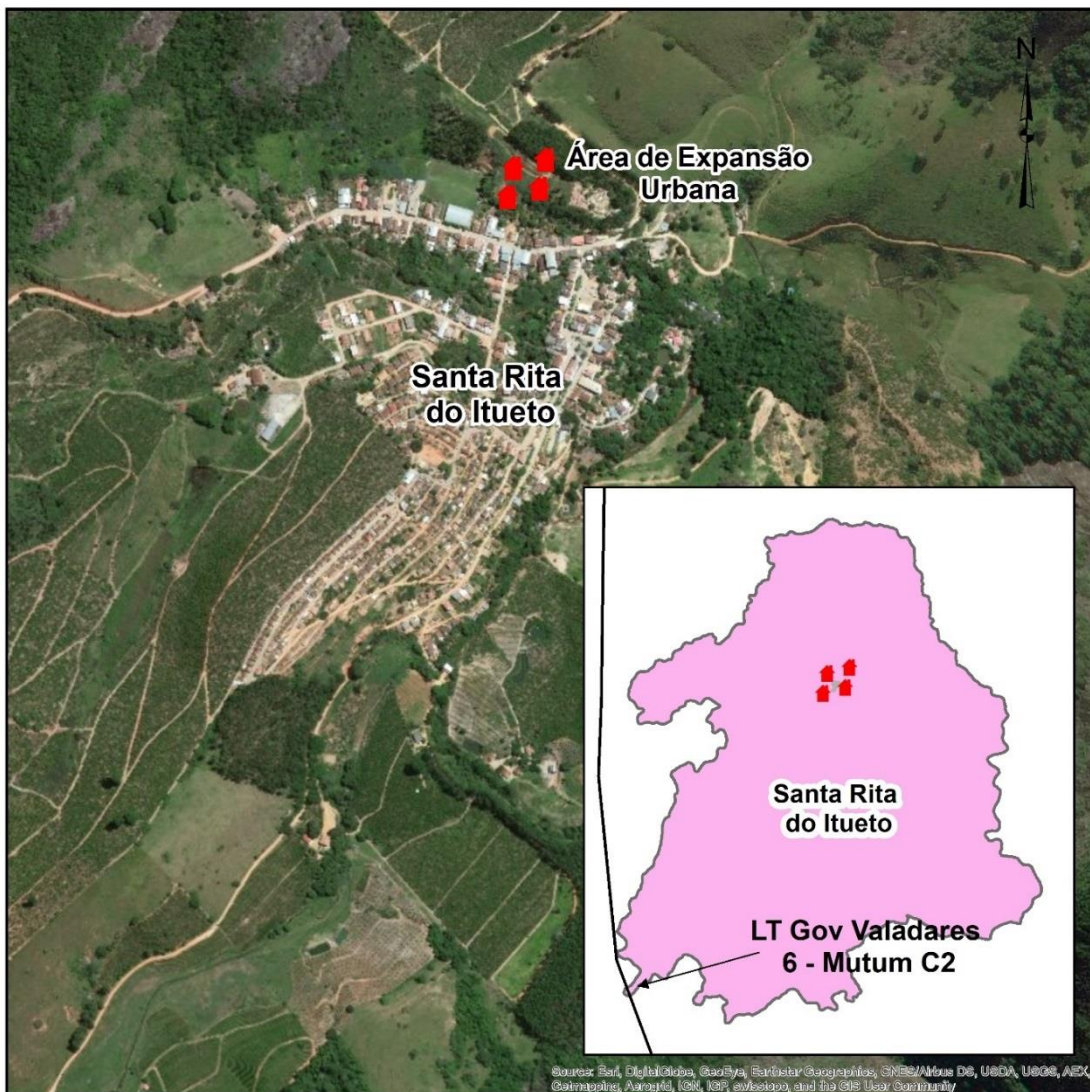


Figura 198 - Localização das áreas de expansão de Santa Rita do Ituêto em relação à diretriz da LT

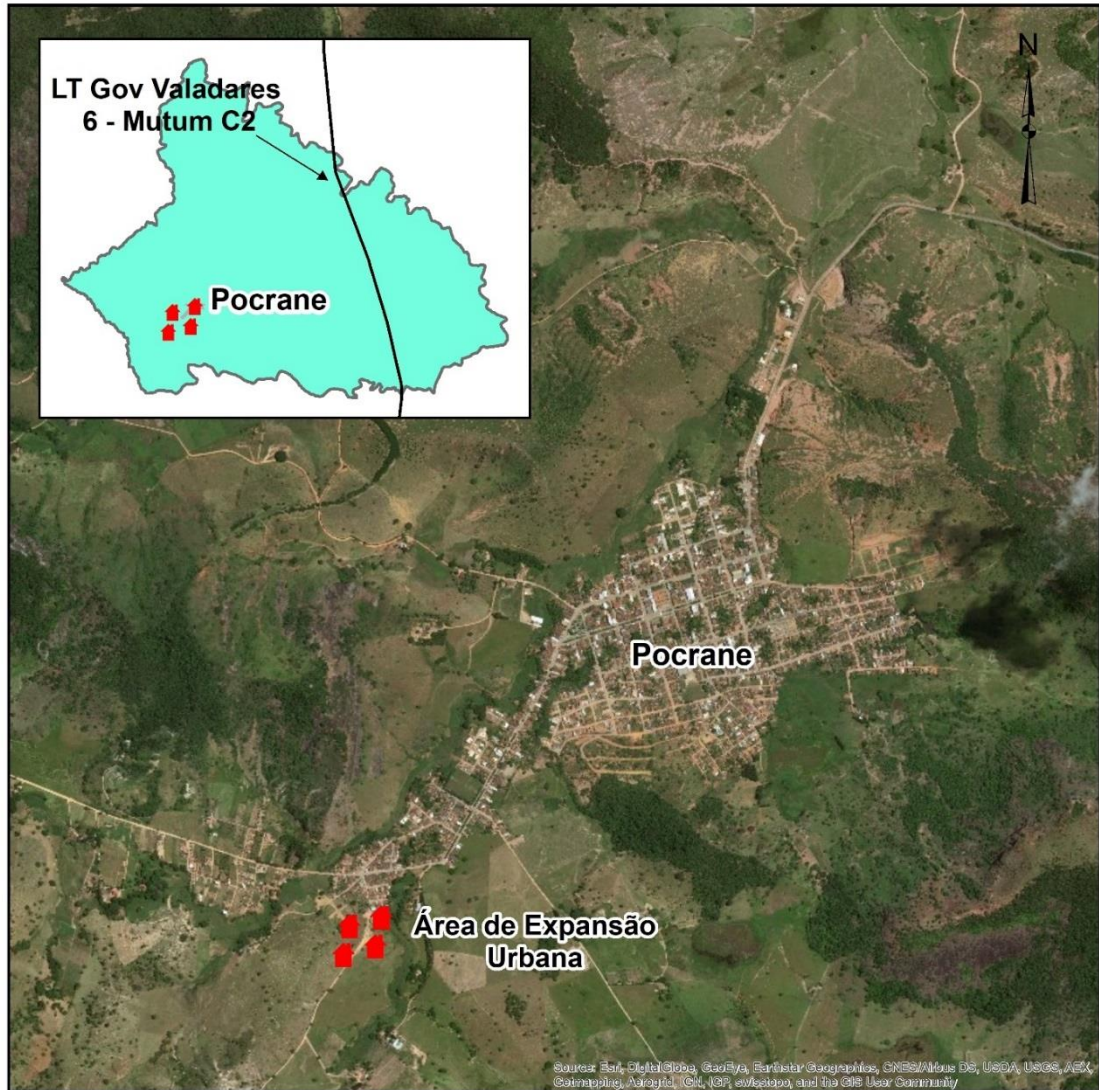


Figura 199 - Localização das áreas de expansão de Pocrane em relação à diretriz da LT

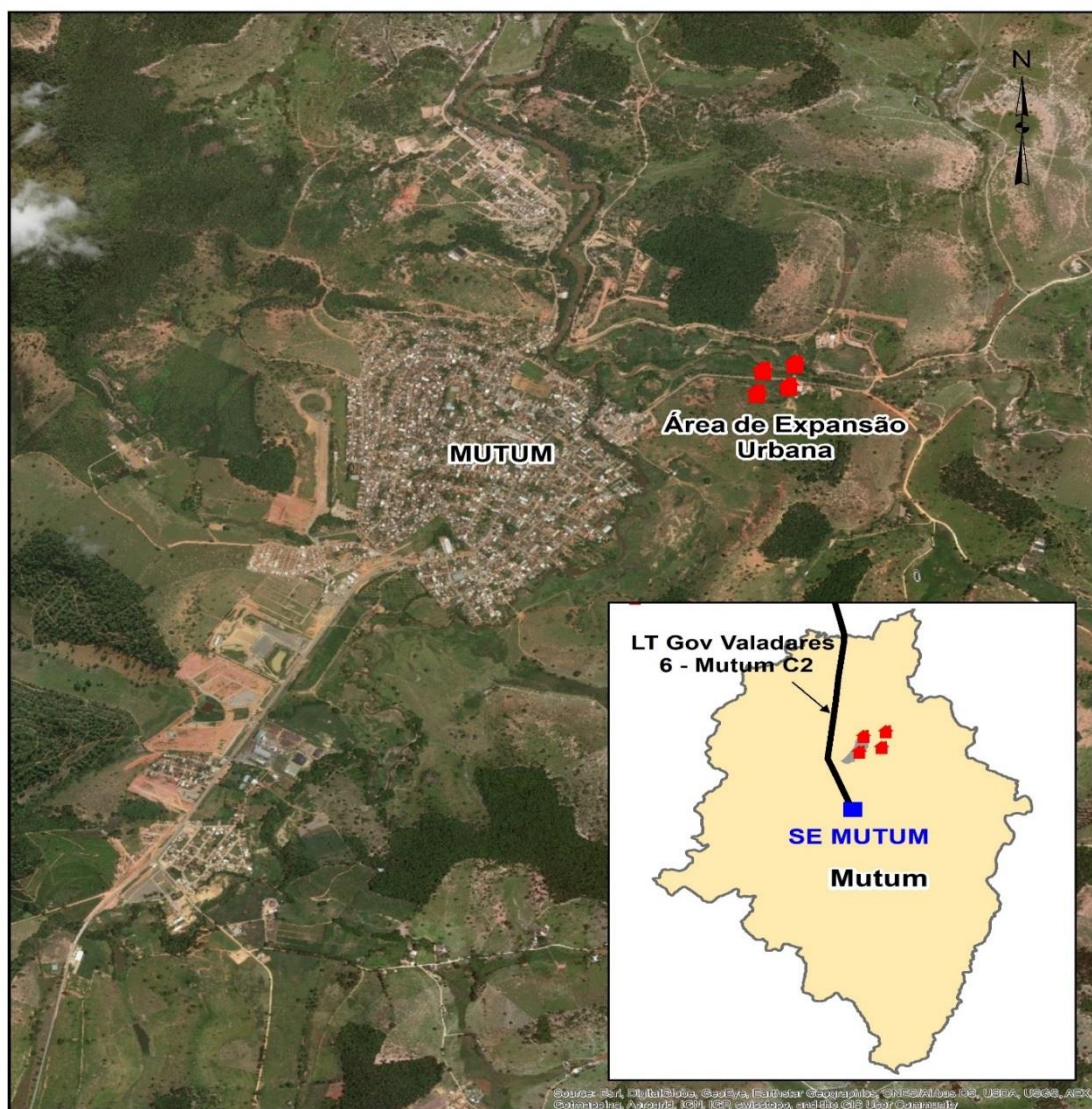


Figura 200 - Localização das áreas de expansão de Mutum em relação à diretriz da LT



Figura 201 - Área de Expansão nas proximidades da MG 108 no município de Mutum

7.3.6.13 Desafios Sociais

Ao discorrer sobre as questões socioeconômicas nos municípios da AE, apresenta-se relevante trazer uma sequência de dados para a melhor compreensão das principais vulnerabilidades e desafios sociais na AE. Partindo do entendimento de que nem sempre crescimento econômico traz automaticamente justiça social, um dos passos essenciais para a compreensão das desigualdades sociais pode ser a interpretação do Índice de Gini. O índice de Gini é um parâmetro internacional desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912. É comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda, embora sua fórmula também possa embasar estudos de outras ordens. Quanto à sua interpretação, 0 corresponde à completa igualdade (toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem). Ou seja, as políticas públicas voltadas para melhoria das desigualdades socioeconômicas objetivam aproximar tal índice do 0 (zero).

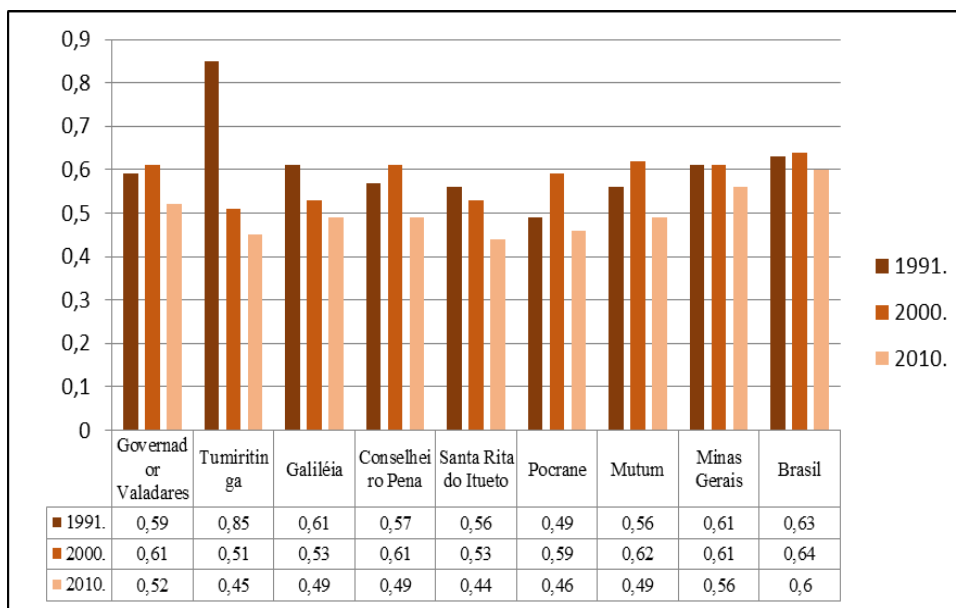


Figura 202 - Índice GINI dos municípios da AE (1991, 2000 e 2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Analisando os índices nos anos 1991, 2000 e 2010 (Figura 202), observa-se que o Brasil, Minas Gerais e todos os municípios conseguiram melhorar seu índice de Gini ao longo da série histórica. Governador Valadares, por exemplo, apresentou um valor de 0,61 em 2000, ocupando o 767 lugar no Estado, que possui 853 municípios, já no último censo, apresenta valor melhor que a taxa do estado. Em outros casos foram observados pequenos aumentos numéricos no ano de 2000, porém com sucessiva melhoria no ano de 2010. Uma das mais expressivas foi Mutum, que saiu de 0,62 em 2000 para 0,49 em 2010. No cenário nacional, o Brasil tem demonstrado relativa capacidade de melhorar sua desigualdade, embora ao considerar os dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8º nação mais desigual do mundo e ocupava ainda posição 75º no IDH, entre 188 países – o que sinaliza urgência em repensar algumas estruturas que possibilitam a perpetuação desse tipo de concentração. Na Figura 203, um exemplo disso, pode-se verificar a porcentagem de pessoas em domicílios sem energia elétrica, que juntamente com os dados sobre saneamento, saúde e educação, faz referência a setores que impactam a qualidade de vida dos habitantes e pode sinalizar vulnerabilidades, quando analisado junto a outros dados.

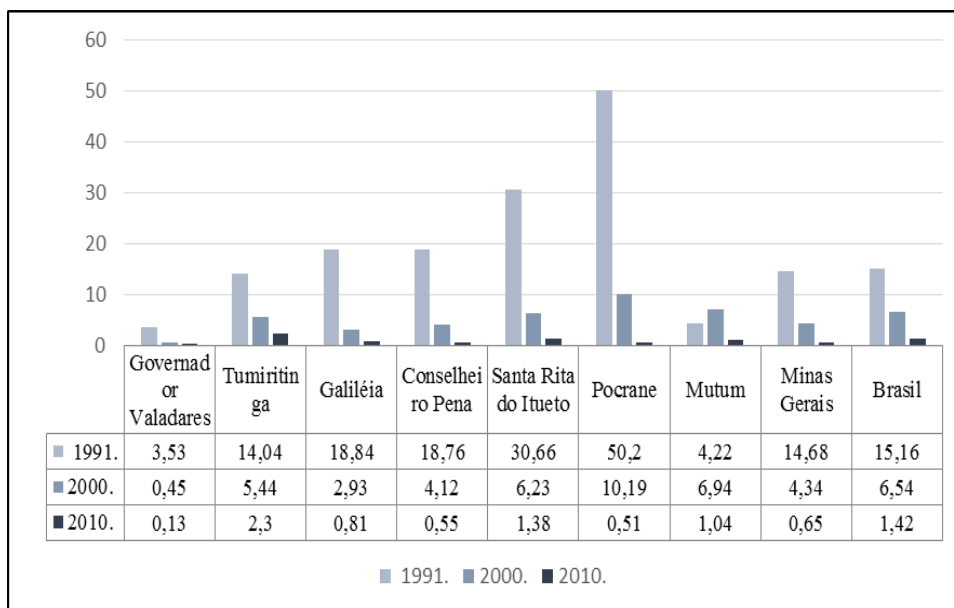


Figura 203 - % de pessoas em domicílios sem energia elétrica na AE (1991-2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013

Dentre os municípios em estudo, a maioria deles melhorou substancialmente a % de pessoas sem energia elétrica no intervalo de 1991 para 2010. No último ano analisado, os dados apresentados estavam próximos a zero – com destaque para Governador Valadares com 0,13%, com exceção de Santa Rita do Ituêto e Mutum que apresentaram os maiores números, respectivamente 1,38 e 1,04 - o que é muito positivo pois em 1991, alguns municípios estavam com taxas exorbitantes de 50,02% como o caso de Pocrane, o dado mais atual apresentado, revela que em 2010, o mesmo município, passou para 0,51%. No cenário nacional e estadual, também houveram inclusões significativas de energia elétrica em domicílio. Em Minas Gerais o atual percentual de domicílios sem energia elétrica é de apenas 0,61%, ao lado de 1,42% no Brasil.

Na Figura 204, verifica-se a taxa de pessoas extremamente pobres em cada município. São classificadas como extremamente pobres o conjunto de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, ou seja, tal quadro econômico drástico fazia parte da realidade de cerca de 11 milhões de brasileiros em 2010.

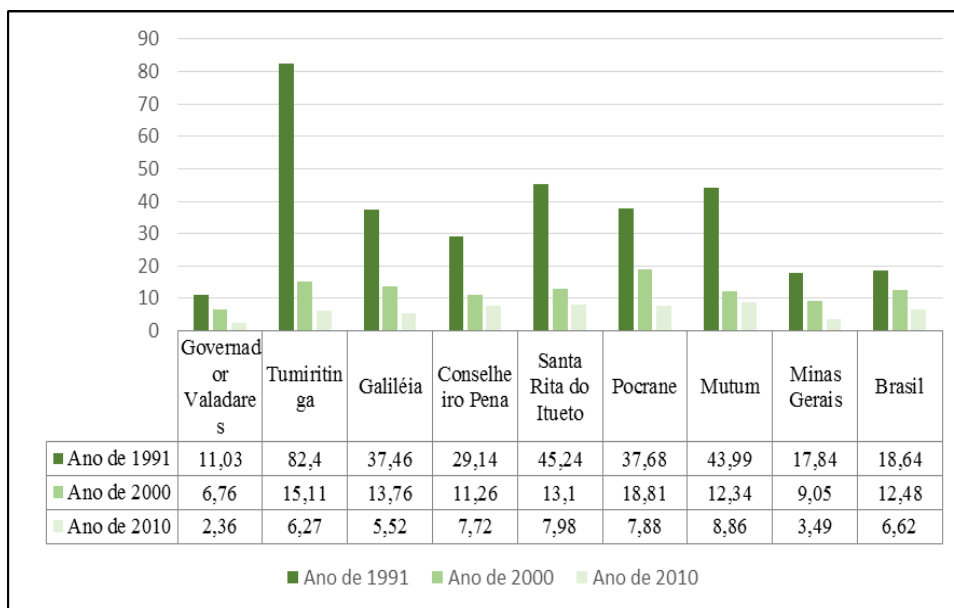


Figura 204 - Extremamente pobres localizados na AE em % (1991, 2000 e 2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Entre os municípios da AE, conforme a Figura 204, o município com maior porcentagem de população enquadrada como extremamente pobre em 1991 era Tumiritinga, com 82,4%. Ao analisar os dados mais atuais, de 2010, percebe-se que todos os municípios conseguiram diminuir a população extremamente pobres significativamente. O município com o menor e melhor índice de extremamente pobres é Governador Valadares, que em 1991 já apresentava o menor índice dentre os municípios da AE, com 11,03% passando para 2,36% em 2010. No panorama nacional, a porcentagem passou de 18,64% em 1991 para 6,62% em 2010. O estado de Minas Gerais também melhorou significativamente seu índice, tendo registrado 17,84% em 1991 e em 2010 melhor do que a média nacional, pois possuía 3,49% de população extremamente pobres.

De acordo com Paiva, Falcão e Bartholo (2013), uma das explicações para a queda de população extremamente pobre no Brasil em 1991 para 2010 foram as políticas públicas direcionadas, sobretudo o Bolsa Família, que em 2013 completou uma década de existência no Brasil. O público alvo dessas políticas também foi estudado por Santos (2003), por exemplo no livro *Por uma Outra Globalização*, onde o geógrafo interpreta os conflitos do mundo contemporâneo, com destaque para o papel atual da ideologia na produção da história e mostra os limites do seu discurso frente à realidade vivida pela maioria das nações. Nesse livro, o autor faz a seguinte afirmação acerca da exclusão da população em situação de extrema pobreza:

Os pobres, isto é, aqueles que são o objeto da dívida social, foram já incluídos e, depois, marginalizados, e acabam por ser o que hoje são, isto é, excluídos. Esta exclusão atual, com a produção de dívidas sociais, obedece a um processo racional, uma racionalidade sem razão, mas que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações. (SANTOS, 2003, p.36)

Além disso, ao analisar a porcentagem de pessoas com curso superior completo, pode-se compreender um pouco melhor as questões das vulnerabilidades sociais, pois em um país com maioria da população vivendo em cidades, ou seja, maior parte da população em ambientes urbanos, o fato de ter estudado ou não Ensino Superior Completo, é algo extremamente significativo para a inclusão social e a forma como ela se dá. A Figura 205 demonstra a porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior, tanto nos municípios da AE, quanto em Minas Gerais e no Brasil.

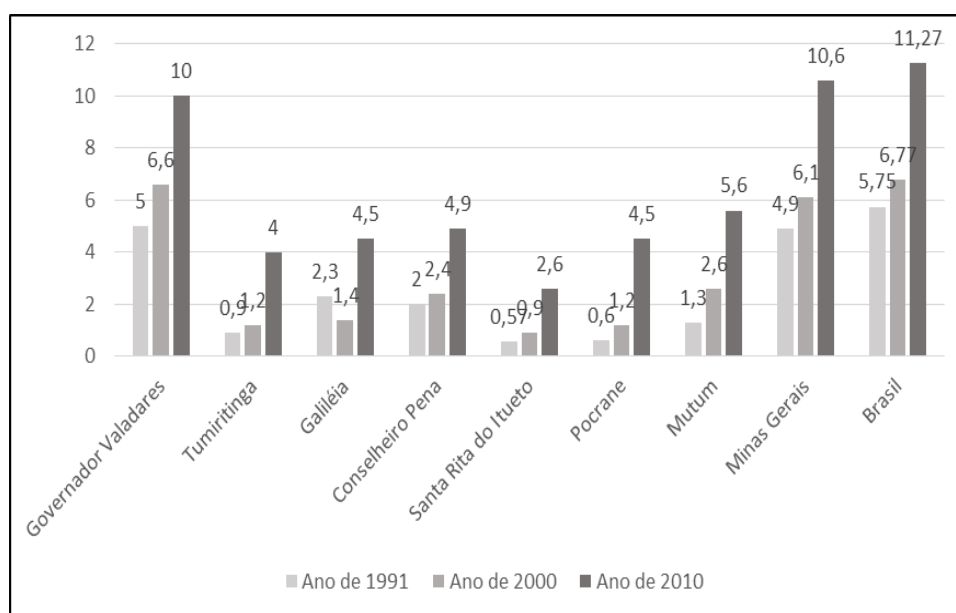


Figura 205 - % de pessoas com 25 anos ou mais com superior completo (1991 – 2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

De acordo com os dados do IPEA (2016), no Brasil a população com 25 anos ou mais que possuía ensino superior completo em 1991 era de apenas 5,75%, em Minas Gerais 4,9%. No ano de 2010, esses valores subiram para 11,27% e 10,6%, respectivamente. Apesar da nítida melhoria, esses dados revelam um desafio nacional na área da educação bastante grande. Na AE, quando se

considera o ano de 2010, o município que possuía a maior porcentagem de população com ensino superior foi Governador Valadares, com 10%, ainda inferior à média percentual do estado e também à nacional. No mesmo ano, Santa Rita do Ituêto foi o município que demonstrou maior necessidade de inclusão da população no ensino superior completo, tendo registrado apenas 2,6% dos habitantes de 25 anos ou mais com ensino superior completo. Quando a maioria da população não possui curso superior completo, é importante analisar a quantidade de anos de estudo que a população estudada conseguiu adquirir. Para este aspecto, apresenta-se a Figura 206.

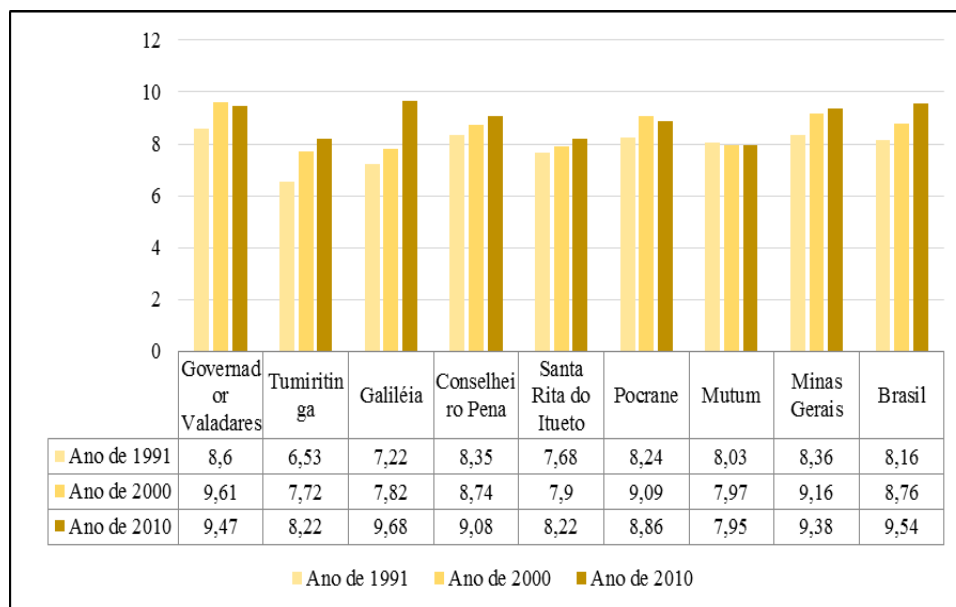


Figura 206 - Expectativa de anos de estudo na AE (1991-2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Considerado dados sobre Educação, dentre os municípios da AE, Governador Valadares e Galiléia são os municípios onde a população possui maior expectativa de anos de estudo, sendo 9,47 e 9,68, respectivamente, quando se considera o ano de 2010. Os dois municípios citados estão próximos a média nacional 9,54 anos de estudo, e de Minas Gerais, 9,38 anos. Os maiores desafios neste quesito encontram-se sobretudo em Mutum, com a menor expectativa de anos de estudo dentre os municípios da AE, que inclusive apresentou redução da expectativa de anos de estudo ao longo dos anos deste recorte temporal. Isso também aconteceu com o município de Pocrane entre os anos de 2000 e 2010, passando de 9,09 para 8,86, que assim como Tumiritinga, Santa Rita do Ituêto encontram-se ainda muito abaixo da média regional. Por fim, a Figura 207 apresenta o índice que melhor aglutina a vulnerabilidade social nos municípios em estudo.

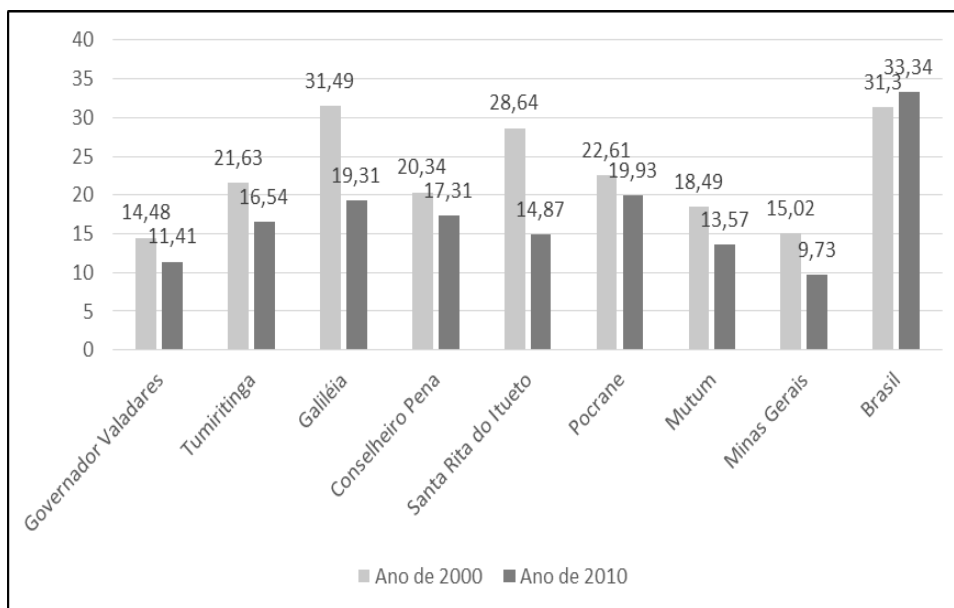


Figura 207 - % de pessoas com 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis na AE (2000-2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Os dados revelam que em 2010 uma porcentagem significativa da população, tanto de Minas Gerais quanto dos municípios em estudo, na faixa etária de 15 a 24 anos se enquadrava como suscetíveis a vulnerabilidade social, pois não estudavam e não trabalhavam. O maior índice foi observado em Pocrane que possuía 19,93% da população na mesma situação, o que é visivelmente melhor do que a média nacional, porém maior que a média do estado e ainda assim é um dado social que precisa ser melhorado. Por meio da leitura de diversos índices e dados espaciais, percebe-se que os municípios em estudo possuem diversos aspectos territoriais positivos e outros negativos, enquanto um desafio tanto para governantes e a gestão pública de modo geral, quanto para empreendedores que visam investir na região. Portanto, ao se conhecer melhor os municípios e suas contradições, torna-se possível pensar em programas e intervenções como forma de amenizar ou diminuir significativamente os contrastes socioeconômicos aqui verificados.

7.3.7 Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos

Os estudos arqueológicos em Minas Gerais tiveram início com renomado pesquisador dinamarquês P. W. Lund, já na primeira metade do século XIX, identificando sítios arqueológicos no município de Lagoa Santa. Suas publicações alcançaram grande repercussão nos meios

acadêmicos internacionais e até hoje suas descobertas causam discussões sobre a antiguidade da chegada dos primeiros seres humanos nas Américas. Durante o decorrer do século XX, mais precisamente durante as décadas de 1960 e 1970, o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), gerenciado na região sudeste pelo arqueólogo Ondemar Dias Jr. registrou uma série de sítios arqueológicos na região do sul de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2003).

O empreendimento em questão localiza-se na mesorregião conhecida como Zona da Mata Mineira, que se caracteriza como região tradicional no que diz respeito a pesquisas arqueológicas, devendo ser mencionados os trabalhos sistemáticos desenvolvidos pela equipe de arqueólogos do Setor de Arqueologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que se debruçou sobre os vestígios encontrados na Pedra da Babilônia no Município de Goianá na década de 1980 (BELTRÃO & LIMA, 2001), os trabalhos da equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira, as pesquisas de Vladimir Luft em Visconde do Rio Branco (LUFT, 1999), os de Lílian Kneip e Filomena Crâncio (KNEIP & CRÂNCIO, 2001) em Leopoldina na década de 90 e o trabalho de mestrado de Ângelo Alves Correa (CORRÊA, 2009) sobre os sítios Tupi de Juiz de Fora. Mais precisamente, na região de interesse do presente projeto, a equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) da Universidade Federal de Juiz de Fora por meio do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira', vem realizando estudos mais sistemáticos nos últimos anos. Até o momento foram registrados 20 sítios, dos quais 15 são pré-históricos.

Os sítios arqueológicos até então identificados na região da Zona da Mata referem-se tanto a grupos indígenas "caçador-coletor", quanto a grupos indígenas "agricultores-ceramistas" ou ainda, às populações associadas ao período histórico/colonial. Para as áreas elevadas, constituídas por sistemas de colinas, morros e serras, os vestígios materiais foram detectados em elevações mais ou menos suaves, nos flancos superior, médio e inferior das encostas, mas também nos terraços fluviais, abrigos rochosos, entre outros. As diferentes características e densidades dos vestígios encontrados permitem supor a existência de ampla variabilidade nas ocupações e no uso diferencial da paisagem e seus recursos. De modo geral, o padrão de assentamento dos sítios se assemelha, sobretudo por sua localização em topos de colinas, com altitudes entre 400 e 700 m e declives variáveis, classificados como sítios a céu aberto colinares, litocerâmicos e unicomponenciais. Eles são ainda congruentes na sua inserção em relação à rede hidrográfica, com declividades mais suaves voltadas para cursos d'água navegáveis. Além disso, são ricos em material cerâmico com predominância de elementos típicos da Tradição Tupiguarani. A profusão de artefatos líticos é menor, sobressaindo-se lascas sem morfologia padronizada e artefatos com

polimento, especialmente canaletas de regulagem em quartzito e machados polidos, que são encontrados dispersos pela região. Em geral, os vestígios estão localizados a pequenas profundidades e com estratigrafia perturbada pelo uso do arado (OLIVEIRA, 2004). Uma das problemáticas mais interessantes associada a arqueologia da região está relacionada com a dicotomia entre os relatos históricos referentes a ocupação indígena local e a cultura material encontrada nos sítios arqueológicos ali conhecidos:

(..) as fontes históricas disponíveis para a região atestam, em sua maioria, a classificação geral Tapuia e não Tupi para os grupos que teriam ocupado esta região entre os séculos XVII e início do século XIX. Porém, os resultados das escavações empreendidas por vários pesquisadores, tanto nas serras fluminense e mineira têm indicado povoamentos de produtores de cerâmica da tradição Tupiguarani. (CORRÊA, 2009: 3).

Segundo Luft (1999) a partir das pesquisas desenvolvidas vários autores parecem concordar que os grupos Puri e Corado teriam se deslocado para a região da Zona da Mata a partir do norte Fluminense por conta de pressões de outras populações indígenas, como os Goitacá, seguindo a calha dos rios Paraíba do Sul e Muriahé. A arqueologia se caracteriza como principal ferramenta para resolução da questão sobre o povoamento pré-colonial da Zona da Mata mineira. Os trabalhos de levantamento que serão realizados por conta da implantação de minas de bauxita da CBA - Companhia Brasileira de Alumínio se apresentam como oportunidade relevante para uma maior elucidação do contexto de ocupação regional.

7.3.7.1 Contexto Etno-Histórico Regional

O território do atual estado de Minas Gerais foi ocupado bem antes da chegada dos bandeirantes que desbravavam os sertões, por diversos grupos indígenas que se deslocavam pelo território em função de suas atividades de subsistência, que eram a caça, a pesca e a coleta. O primeiro documento que trata da presença indígena no atual Estado de Minas Gerais é uma carta, escrita ainda no século XVI, em 1555, pelo Pe. Aspicuelta Navarro, missionário jesuíta, capelão da entrada de Francisco Bruzza de Espinoza, quando os colonizadores ainda procuravam conhecer a faixa litorânea. Neste documento o Pe. Navarro descreve variada e complexa população indígena presente no nordeste mineiro (JOSÉ, 1965:49). Na região da Zona da Mata Mineira, existem

notícias de diversos grupos indígenas que se espalharam pelas margens dos Rios Pomba, Paraibuna, Muriaé e Xipotó. Os mais conhecidos são os Puris, os Coroados (ou Croatos) e os Coropós (Cropós). Eram eles descendentes dos Goitacá, que teriam migrado do litoral fluminense, da região de Campos e São Fidélis, para esta região. Tal origem em comum tem sido sustentada por meio de alguns aspectos semelhantes verificado por viajantes naturalistas entre os dois grupos, como as características físicas e, principalmente, a língua. Segundo Freireyss (1982:102), viajante do século XIX, apresentavam grande analogia e os mesmos fundamentos. Os Coropós foram os primeiros a se deslocarem, ocupando o Vale do Rio Pomba. Mais tarde viriam os Coroados e Puris, tribos guerreiras e inimigas, que ocuparam toda a região (JOSÉ, 1965:21-23). Apesar da suposta origem em comum, Coroados e Puris estavam constantemente em guerra. Acreditava-se terem sido eles duas famílias de um grupo que brigaram, se dispersaram e desenvolveram grande ódio e inimizade uns pelos outros. (FREIREYSS, 1982:102). Além dos grupos mais conhecidos, ainda poderíamos enumerar diversos outros que se localizaram passageira ou permanentemente na região, a saber, os Abaíbas, os Guarulhos, que passaram pelos rios Pomba e Muriaé, que de acordo com a maioria das fontes, eram violentos e propícios a depredações. Habitando as margens do Rio Pomba, encontravam-se os Caramonãs, os Puriaçus, também conhecidos como "Puris Grandes", e os Tamoios, que teriam migrado para a região em número pequeno. Pelas margens do Rio Paraibuna encontravam-se os Mitiris, que mantinham ligações com os Puris do Rio Pomba. Ainda se destacam o grupo dos Araris (ou Aracis), que habitaram a extensa área que vai da Serra de Ibitipoca até a região do atual município de Barbacena, e um pequeno grupo de Carijó, que teriam migrado para a região de Conselheiro Lafaiete, expulsos pelos desbravadores do século XVI (JOSÉ, 1965:14-28).

Para um estudo etno-histórico desta diversidade indígena no interior mineiro, as principais fontes são os relatos dos viajantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX, que passavam pela região, em sua maioria, percorrendo o caminho que levava do Rio de Janeiro às minas da região de Ouro Preto. Contudo, estes relatos dão destaque somente aos Puris e Coroado, ressaltando vagamente a presença dos Coropós. Isto porque na época dos viajantes estes grupos já viviam aldeados na região que hoje abrange os municípios de Viçosa, Coimbra, Ervália, São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Ubá, Tocantins, Rio Pomba, Guarani, Guidoal, Astolfo Dutra, Dona Eusébia, Cataguases, Mirai, Muriaé, Patrocínio de Muriaé e Leopoldina, entre outros. Estes aldeamentos foram organizados em fins do século XVIII e início do século XIX, restringindo aos Coropós a aldeia de São Manuel da Pomba, atual região de Rio Pomba; aos Coroados São João Batista do

Presídio, hoje Visconde do Rio Branco, e aos Puris a aldeia de São Paulo do Manuel Burgo, atualmente município de Muriaé (JOSÉ, 1965:154). Os civilizadores responsáveis por tais aldeamentos eram chefes de entradas que vinham desbravar os sertões do leste mineiro, e missionários capuchinhos. Na região onde hoje se localiza o município de Visconde do Rio Branco, se encontrava o Presídio de São João Batista, construído no início do século XVIII com a finalidade de dar proteção aos criminosos que estavam na região, contra os silvícolas. A partir deste presídio se iniciaria o povoamento europeu na região da Zona da Mata Mineira (FREIREYSS, 1982:82). O primeiro contato dos indígenas com os civilizadores ocorreu em 1730, quando Matheus Pereira Lima foi encarregado de cuidar dos Coroados, que estavam insatisfeitos e agitados com as espoliações e maus tratos que recebiam dos habitantes do Presídio. Outros dois nomes se destacaram nestes primeiros contatos, o Cap. Francisco Pires Farinho e o Pe. Ângelo Silva Pessanha, o verdadeiro iniciador da civilização. Para os Puris, o encarregado oficial da civilização viria mais tarde, em 1798, na figura do bandeirante Manoel Lemes da Silva, que se propôs a organizar a área, adentrando as matas onde ele imaginava encontrar ouro (JOSÉ, 1965:21 e 33). Os aldeamentos só seriam realizados mais tarde, pelo Cel. Guido Thomas Marlière, nomeado em 1813, diretor geral dos índios do Presídio. Por suas realizações, mais tarde ficaria conhecido como a primeira figura da civilização dos indígenas de Minas Gerais. Para os aldeamentos, Marlière contou com a ajuda de Constantino José Pinto na pacificação e aldeamento dos Puris e de João Ferreira da Silva e Pe. Francisco da Silva Campos na conquista dos Coroado. Este padre foi reconhecido como o mais esclarecido dos missionários franciscanos em Minas por ter ensinado aos índios o uso da agricultura organizada a fim de que eles sobrevivessem em pequenos espaços (Ibid:179). Os grupos se espalharam num espaço de aproximadamente 120 quilômetros quadrados, divididos em vários pequenos grupos que se compunham por 3 ou 4 cabanas baixas de palha. Por volta de 1813, os Coropós, que mantinham uma relação amistosa com os portugueses, habitavam as matas a oeste do Presídio e contavam com menos de 200 indivíduos, sendo dois do grupo Paraíba e outro dos Pacujus que habitaram as margens do Rio Paraíba e que já haviam sido extintos. Os Puris contavam com um grupo maior de cerca de 500 indivíduos e se localizavam nas matas ao leste do Presídio. Contudo, o maior grupo era o dos Coroados, espalhados pelas matas ao norte do Presídio, com aproximadamente 2.000 indivíduos nesta mesma época (FREIREYSS, 1982:82). Existiam também alguns Puris próximos à Serra do Caparaó, que eram conhecidos como "Arrepiados" pelo corte que usavam no cabelo (JOSÉ, 1965:33). As cabanas dos indígenas se encontravam nestas pequenas aldeias, espalhadas pelo mato e ligadas por trilhas de difícil acesso. Cada aldeia se compunha de 3 a 4 cabanas e comportavam entre 30 a 40 indivíduos. Segundo Jean

Batiste Debret (1978:54), viajante do início do séc. XIX, as cabanas dos Coroados eram como berços recobertos de folhas de palmeiras entrelaçadas e altas de 3 a 4 pés apenas. Já Freireyss (1982:86) as descreve em forma de barraca, com altura de 1 a 9 pés. Mais tarde, em meados do século XIX, elas passariam a ser construídas em madeira, com paredes de barro e teto de palha, sempre espalhadas pelo mato e afastadas do caminho (BURMEISTER, 1980:172). Apesar de algumas famílias cultivarem o milho, sua principal atividade era a caça e para isso tinham como armas o arco e a flecha, sempre fabricados em madeira. Os Puris utilizavam a madeira elástica de uma palmeira (*Astrocaryum ayn*), frequente nas margens do Rio Pomba. As flechas eram feitas de um junco absolutamente reto e seco. Ambos mediam cerca de 5 pés de comprimento, sendo superiores às armas dos Coroados. Entre os Puris havia 3 tipos diferentes de flecha, cada uma com uma função específica. Uma era para a caça comum, outra, com a ponta menor e mais fina, para a pesca e a outra, com um lado denteado, era usada na guerra ou na caça de macacos, para evitar, ou ao menos dificultar, que a vítima retirasse a flecha para curar o ferimento, certificando-se, assim, de sua morte. (BURMEISTER, 1980:171-176). Para a pesca, os Coroados utilizavam uma grande lança, chamada "tcschemnã", com cerca de 9 pés de comprimento, feita com um tipo de cana de 1 polegada de espessura. Na extremidade amarravam duas pontas farpadas de madeira de cerca de 8 polegadas (FREIREYSS, 1982:94). Utilizavam também como arma, machados que fabricavam em pedra, sílex ou gnaisse, de várias formas e medidas. Na região de Visconde do Rio Branco e Leopoldina foram encontrados machados de pedra polida de vários tamanhos que possivelmente teriam sido fabricados e utilizados pelos Coroados e Puris. Já as facas para uso culinário ou emprego no corte de cipós, cascas e galhos eram fabricados com ossos apropriados (JOSÉ, 1965:131). A presença da cerâmica entre estes grupos é constatada em meio aos Coroados e Puris, que com barro cozido fabricavam enormes urnas funerárias. Os Coroados usavam estas urnas, chamadas "camucis" no sepultamento de seus mortos. Quebravam-lhes os ossos e os depositavam na urna na posição de cócoras para enterrá-los, profundamente, aos pés de alguma grande árvore da aldeia ou no centro da casa, se o falecido fosse o chefe da família. Já os Puris enrolavam o defunto com faixas depois de quebrar alguns ossos principais e, semelhante aos Coroados, depositavam arcos, flechas e demais objetos do falecido (DEBRET,1978:54). Os Coroados também utilizavam estes grandes potes de cerâmica em suas festas, para a produção de uma bebida alcoólica com base na fermentação do milho. Outros utensílios de cerâmica só são observados em meio aos Coroados, que utilizavam vasilhames para armazenar água e alimentos. Para isso os Puris usavam cascas de sapucaia e pequenas cabaças (BURMEISTER,1980:171). NewWied, viajante do século XIX relata que a cerâmica dos coroados era superior à dos Puris e tinha

predominante a forma da fruta da sapucaia (*Lecytes ollaria*). O viajante relata ainda: "o resto dos rudimentares utensílios domésticos compõem-se de panelas, pratos, tigelas e cuias feitas de cabaça e de cuieira (*Crescente cujete*)". A escassez de referências do viajante sobre a utilização de cerâmica por estes grupos decorre do fato de que na época das observações eles já não a possuíam mais. Sua economia era, basicamente, a caça e a coleta (DIAS E CARVALHO, 1980:49). Além destes artefatos, havia também materiais como redes de dormir, de pesca, esteiras, cestas, bodoques, cuias de cuité, gamelas e diversos outros utensílios domésticos que os auxiliavam em suas atividades cotidianas (JOSÉ, 1965:121). As redes e sacolas das mulheres eram feitas de embira. Com a chegada e fixação do colonizador português nos sertões brasileiros, muita coisa mudou no cotidiano e costumes indígenas. Com a colonização, os índios foram submetidos a uma forte dominação que não os dava direito nem de se deslocar pelo território, sendo obrigados a se fixarem em determinadas aldeias e regiões preestabelecidas pelos "civilizadores". Em 1850 já não fabricavam mais suas armas ou utensílios domésticos, utilizavam armas de fogo e objetos trazidos pelos portugueses. Já andavam vestidos e não mais apresentavam um comportamento tão arredo e cauteloso como nos primeiros contatos. Algumas casas já eram construídas em pedra, rompendo com o costume das grandes cabanas de madeira e palha ou folhagem (BURMEISTER, 1980:166).

7.3.7.2 Contexto Histórico dos Municípios Envolvidos

- **Governador Valadares**

No século XIX, o Vale do Rio Doce foi repartido em Divisões Militares como estratégia de guerra ofensiva aos índios Botocudos. As tarefas principais dos quartéis eram ocupar o território, promover a perseguição sistemática dos índios, expulsando-os das margens dos rios, e, principalmente, dar proteção aos colonos e garantir a navegação e o comércio no Rio Doce. Neste contexto de luta é que surgiu a localidade que, mais tarde, deu origem ao distrito de Figueira, atual Governador Valadares.

A primeira ocupação foi em Baguari, onde foi instalado um quartel. Em 1818, um segundo quartel foi levantado poucos quilômetros abaixo, com o nome de Dom Manoel. Em torno deste quartel funcionou o Porto de Canoas, que atendia ao serviço militar e a um pequeno comércio. O lugar recebeu a denominação de Figueira desde os primeiros tempos. Era distrito de Peçanha. Beneficiado pela posição estratégica, podendo escoar a produção proveniente do Vale do Suaçuí e do Santo Antônio, logo se tornou um pequeno entreposto comercial.

Em 1907, foi inaugurada a estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória-Diamantina (Vitória-Minas), na localidade de Derribadinha, às margens do Rio Doce, no lado oposto ao povoado de Figueira. Em torno da estação, formou-se um vilarejo onde se instalaram fornecedores da estrada de ferro e um pequeno movimento comercial. Mas, três anos depois, com a construção da ponte sobre o Rio Doce e a inauguração da estação de Figueira, no dia 15 de agosto de 1910, todo o fluxo dinâmico se transfere e se consolida a posição desta vila como entreposto comercial da região. Com a estrada de ferro, chegaram os comerciantes e expandiram-se as plantações de café e a extração da madeireira de lei.

Dos antigos habitantes do arraial, destacou-se Serra Lima, filho do comandante do Quartel Dom Manoel. A sua história está intimamente ligada ao traçado urbanístico de Governador Valadares. Ele era carpinteiro e trabalhou como auxiliar. A tradição popular atribuiu a Serra Lima a autoria do traçado urbano de Governador Valadares.

No início dos anos 1920, a vida urbana de Figueira girava em torno de umas poucas ruas às margens do rio. Os trilhos da estrada de ferro ficavam à esquerda e o rio passava à direita, no sentido Oeste-Leste. O café e a madeira eram os produtos que sustentavam a receita da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Além de receber a produção de café e madeira, destinada à ferrovia, Figueira passou a contar com tropeiros vindos de longe, carregados de toda sorte de mercadorias, como feijão, milho, farinha, rapadura, queijo e toucinho. De volta, levavam o sal, querosene, cortes de tecidos, ferramentas e utensílios diversos.

A pecuária não tinha ainda a expressão que viria a adquirir na década de 40, mas já tinha na invernada a sua característica marcante, ou seja, a engorda do gado para os grandes mercados consumidores. Isso influenciou o tipo-padrão de fazenda que se formou no distrito de Figueira, marcada pela ausência de investimentos nas propriedades rurais e pelas construções modestas e precárias, diferentes da fazenda típica de Minas Gerais. Os fazendeiros residiam na cidade e, muitos deles, também eram comerciantes.

Em 1930, Figueira contava com uma população de 2.103 habitantes e tinha a aparência de um lugarejo pobre, perdido no meio da floresta, que ainda continuava de pé. Porém, não duraria muito tempo, pois tinha se iniciado a era da siderurgia a carvão vegetal e a das serrarias estava próxima. Nos anos 1930, duas obras foram importantes: a abertura das estradas de rodagem de Figueira a Peçanha e a Itambacuri, de onde já havia comunicação com a cidade de Teófilo Otoni.

A dinâmica econômica criada pela estrada de ferro possibilitou a inauguração da primeira agência bancária, em 1931.

Em 1935, foi formado o Partido Emancipador de Figueira, destinado a comandar a luta pró-emancipação. Em 31 de dezembro de 1937, finalmente, foi criado o Município de Figueira.

- **Galiléia**

Os primeiros habitantes de Galiléia surgiram na foz do córrego São Tomé, na localidade hoje denominada Arizona. Em 1925/1926, José Pereira Sete e Antônio Alves da Rocha tomaram posse de terras no local. O primeiro, na barra do córrego São Tomé, e o segundo, distante daquele cerca de 12 quilômetros. Em 1926, Jose Pereira Sete doou o terreno para a construção do patrimônio do futuro Povoado, o qual recebeu o nome de São Tomé, pertencente ao Distrito de Igreja Nova, no município de Itambacuri.

Em 1938, o Povoado de São Tomé foi elevado à categoria de Distrito, pertencente ao recém criado município de Conselheiro Pena. Em 1943, o topônimo do Distrito foi alterado para Moscovita, alusão a uma variedade de mica encontrada na região. A denominação não agradou aos habitantes e, ao emancipar-se em 1948, o município recebeu o topônimo de Galiléia, em homenagem à terra natal de São Tomé.

- **Tumiritinga**

Tumiritinga é um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Localiza-se no vale do rio Doce, a leste da capital do estado, distando desta cerca de 380 km. Ocupa uma área de 500,073 km², sendo que 0,3 km² estão em perímetro urbano, e sua população em 2017 era de 6 739 habitantes.

A sede tem uma temperatura média anual de 22,7 °C e na vegetação original do município predomina a Mata Atlântica. Com 68% da população vivendo na zona urbana, Tumiritinga contava, em 2009, com quatro estabelecimentos de saúde. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,626, considerando como médio em relação ao estado.

O povoamento do município teve início no começo do século XX, com as obras de locação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e da primeira estação ferroviária da cidade. A

localidade se desenvolveu principalmente à base do comércio, tendo se tornado distrito de Tarumirim em 1938 e emancipado em 1948, instalando-se em 19 de março de 1949.

Até por volta de 1910, a área do atual município de Tumiritinga era uma fazenda pertencente ao coronel Xandoca. Nesta ocasião, é construída a primeira estação ferroviária da localidade, atendida pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Os trabalhadores da ferrovia fixaram-se nas proximidades, cujo lugar que recebeu o nome de Parada da Cachoeirinha, pela existência de pequena queda do Rio Doce, dando início ao povoamento. Pouco tempo depois, o desenvolvimento do comércio começou a atrair famílias oriundas de Queiroga (atual Itanhomi).

O lugar pertencia ao município de Tarumirim. Dado o crescimento populacional e econômico, pela lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, é criado o distrito de Cachoeirinha, que passou a denominar-se Tumiritinga pela lei estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, e foi emancipado pela lei estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948 (instalado em 1949). A lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, cria seu único distrito, São Geraldo de Tumiritinga.

- **Pocrane**

Entre os anos de 1831 e 1837 veio habitar no território da cabeceira do ribeirão que ficou conhecido pela denominação de Pocrane, o índio que tinha este nome, pertencente à família dos Botocudos que habitavam o Vale do Rio Doce, catequisado pelo sertanista Guido Thomas Marlière, que desde 1824 vinha dirigindo o serviço de catequese daquela região, sediado em Santana do Affiére, Município de São Domingos do Prata. O índio tendo conhecimento da existência de outras tribos no lugar hoje denominado Pocrane, para lá se transferiu, vindo de Cuieté. Ao chegar conseguiu sobrepor-se aos outros índios, passando a chefiar a Tribo local dos Coroados. Permaneceu na região até 1843, de onde migrou para o Município de Antônio Dias, no qual faleceu em 1844.

No ano de 1843, Manoel Antônio de Souza desceu o Rio Manhuaçu para assinalar posses de terras e alcançou a barra do Rio José Pedro, por onde subiu até alcançar o ribeirão cujo nome seria mais tarde o de Pocrane. Ali marcou posses atingindo as terras dominadas pelo índio Pockrane. As terras que Manoel Antônio de Souza possuía começavam na Serra da Cresciúma e findavam nas matas pertencentes à Tribo do Coroados. As posses por Manoel Antônio de Souza demarcadas, foram vendidas para Antônio Dutra de Carvalho, conhecido pelo apelido de Dutrão.

Aproveitando-se da ausência do índio Pockrane, que migrara para o Município de Antônio Dias, Manoel Antônio de Souza tomou posse de outra parte das terras dos índios Coroados. Após o falecimento de Manoel Antônio de Souza, sua viúva vendeu as terras ao Tenente Francisco Ferreira, o qual adquirindo outras glebas requereu a legitimação de uma sesmaria que deu o nome de Bom Retiro.

Nessa mesma época, Antônio Justiniano Monteiro Godoy adquiriu posses de Francisco Henrique e João Francisco Henrique (índios catequisados pelo índio Pockrane) no lugar conhecido por Córrego da Bananeira, requerendo em seguida a legitimação de uma sesmaria a que deu o nome de São Mateus. Tais sesmarias, atualmente desmembradas, limitam-se com a cidade de Pocrane.

- **Conselheiro Pena**

A região onde se localiza o município foi habitada, primitivamente, pelos índios Botocudos Aimorés. Posteriormente, motivadas pelo garimpo de pedras preciosas abundantes no local, e pela qualidade das terras férteis e de fácil aquisição, várias pessoas fixaram-se no local, iniciando-se assim, a formação do povoado. Em 1910, com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas, iniciou-se nova fase na vida do lugarejo, cuja economia passou a girar em torno da agricultura. A partir de 1947, fatores climáticos e econômicos, levaram, paulatinamente, a população ao abandono quase total da agricultura, trocando-a pela pecuária leiteira e de corte, cuja exploração, constitui hoje, a principal fonte da economia municipal.

- **Santa Rita do Ituêto**

No dia 11 de maio de 1911, chegaram os primeiros desbravadores vindos da região do Córrego Água Limpa, localizado no atual Município de Santa Rita do Ituêto. Os componentes do grupo eram: Marciano José Alves, apelidado de Marciano Bastos, Raimundo Bastos, seu irmão, José Miguel Lucas, José Benfica, José Alves Paixão e José Ilheu, sendo 'Ilheu' apelido.

Partindo do Córrego Água Limpa, os componentes do grupo atravessaram o Córrego Pião e daí chegaram ao topo da pedreira do Paredão, de onde vislumbraram o panorama das matas de Santa Rita do Ituêto, e do alto da pedreira fizeram a divisão de suas glebas.

- **Mutum**

A região em que se encontra o município teria sido ocupada primitivamente por aborígenes, com destaque para o chefe indígena Guido Pokrane. Grandes áreas foram doadas, em 1860, ao alferes Francisco Inácio Fernandes Leão, pelo Governador da Província de Minas Gerais.

Ao fazer o reconhecimento de suas terras em 1864, o alferes acompanhado pelo Major Joaquim Teixeira e um grupo de aborígenes desceram por um rio até a foz de um de seus afluentes da margem esquerda, subiram a margem esquerda deste e chegaram no dia 17 de junho, data consagrada ao santo São Manuel, ao local onde existira anteriormente uma povoação, ao qual deram-lhe o nome de Guaxima (malvácea muito abundante na região), ao rio deram-lhe o nome do referido santo e ao afluyente denominaram de Mutum designação de uma ave muito comum na região. Dezoito anos depois, o alferes Francisco Inácio doou 96,80 hectares para a construção naquele local de uma capela em homenagem a São Manuel. Assim surgiu no local nova povoação, que passou a chamar-se São Manuel de Mutum. A vinda dos primeiros povoadores foram pela facilidade de adquirirem grandes áreas de terras férteis. Outro fator de ocupação foi o litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Sendo que os primeiros povoadores vieram de Rio Pardo (atual IUNA/ES), da Zona da Mata de Minas Gerais e do norte do Rio de Janeiro.

7.3.7.3 Levantamento de Sítios Arqueológicos: CNSA/SGPA – Iphan

A consulta sobre sítios arqueológicos, realizada junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA/SGPA apresentou um total de 27.582 sítios cadastrados no território brasileiro, sendo registrados no Estado de Minas Gerais 2.141. O registro do CNSA apresentou o total de 14 sítios entre os municípios que abrange o empreendimento (Tabela 87).

Tabela 87 - Sítios Arqueológicos cadastrados nos municípios da AE

CNSA	NOME	MUNICÍPIO	UF
MG02847	Fazenda São Domingos	Governador Valadares	MG
MG01940	Do Antônio	Tumiritinga	MG
MG01941	Do Kennedy	Tumiritinga	MG
MG01944	Praia do Jão	Tumiritinga	MG
MG01945	Rio 19	Tumiritinga	MG
MG00237	Barra do Cuieté	Conselheiro Pena	MG
MG00238	Bela Vista	Conselheiro Pena	MG
MG00239	Boa Esperança	Conselheiro Pena	MG
MG00240	Boiadeiro	Conselheiro Pena	MG
MG00241	Pedra do Letreiro	Conselheiro Pena	MG
MG00242	Pedra Pintada	Conselheiro Pena	MG

CNSA	NOME	MUNICÍPIO	UF
MG00243	Fazenda do Eme	Conselheiro Pena	MG
MG00244	Boa Vista	Conselheiro Pena	MG
MG01216	Ambrósio	Mutum	MG

Fonte: CNSA / IPHAN, 2018.

7.3.8 Comunidades Tradicionais

7.3.8.1 Comunidades Remanescentes Quilombolas

No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e atualmente uma pasta dentro do Ministério de Cidadania. Cabe à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, de acordo com § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. A FCP já emitiu mais de 2.476 certificações para comunidades quilombolas. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal.

De acordo com a última portaria publicada pela Fundação Cultural Palmares, Portaria Nº 331/2018, publicada no Diário Oficial da União de 04/12/2018, que apresenta listagem de todas as comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) com certidões expedidas ou aguardando visita técnica, verifica-se que não são encontradas comunidades remanescentes de quilombos nos municípios que abrangem a área de estudo deste empreendimento.

7.3.8.2 Terras Indígenas

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criada a partir da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e hoje uma pasta dentro do Ministério de Mulher, Família e Direitos Humanos. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Sendo assim, cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. Dessa forma, é seu papel também promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações

de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas. Compete também ao órgão a estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

Em Minas Gerais a FUNAI reconhece 13 terras indígenas, pertencentes às etnias Xacriabá, Maxakali, Pataxó, Krenák, Xucuru – Kariri, Pankararú e Kaxixó, tanto na modalidade de Terras Tradicionalmente Ocupadas como de Reserva Indígena. Das 13 terras indígenas duas ainda estão em fase de estudo e as demais já são demarcadas e homologadas. Destacamos a terra indígena Krenák dos Sete Salões (Tabela 88) localizada em área que engloba os municípios de Santa Rita do Ituêto e Conselheiro Pena, municípios da Área de Estudo, além desses Resplendor e Itueta. Como essa TI ainda está em fase de estudos, sua área demarcada não está disponibilizada nos dados oficiais. Ver Mapa de Comunidades Tradicionais, Terras Indígenas e Programas de Assentamento, Anexo 51, Volume 4 – Tomo IV.

Tabela 88 - Terra Indígena localizada na área de estudo.

Terra Indígena	Etnia	Município	Área (ha)
Krenák dos Sete Salões	Krenák	Santa Rita do Ituêto, Resplendor, Conselheiro Pena, Itueta	3.983,09 há
Krenák	Krenák	Resplendor	3.958,64

Fonte: FUNAI. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>

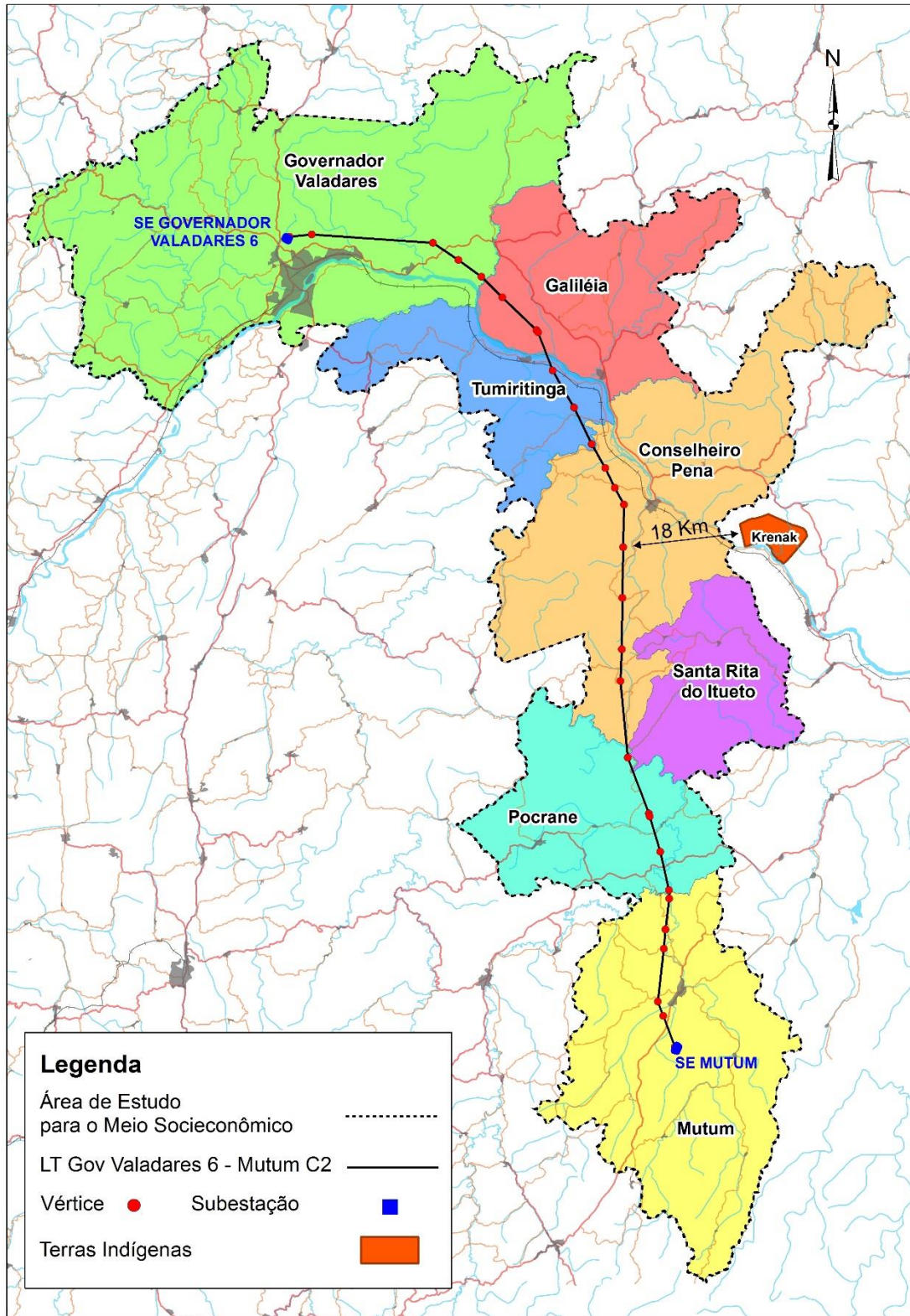


Figura 208 - Localização da Terra Indígena mais próxima a LT

7.3.8.3 Programas de Assentamentos Rurais

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) foi criado enquanto uma autarquia federal, no entanto, hoje pertencente enquanto pasta do Ministério da Agricultura. Tem a missão prioritária de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, e atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. O Incra já criou e reconheceu mais de 9 mil projetos de assentamento em todo o país. A criação é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação. Após a criação, o Incra inicia a fase de instalação das famílias no local, com a concessão dos primeiros créditos e investimentos na infraestrutura das parcelas (estradas, habitação, eletrificação e abastecimento). Os procedimentos técnicos administrativos de criação e reconhecimento dos projetos de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008.

De acordo com a Superintendência Regional Minas Gerais - SR 06 em sua última atualização (31/12/2017), neste estado há 15.675 famílias assentadas, sendo que o número de Projetos de Assentamentos são 339 que ocupam uma área total de 881.171,75 ha. Nos municípios da Área de Estudo são encontrados oito PAs, Tabela 89.

Tabela 89 - Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária localizados em municípios da AE

Município	Projeto de Assentamento	Nº de famílias	Área (ha)	Criação
Governador Valadares	PA Barro Azul	51	21.472.213	02/12/96
Governador Valadares	PA Joaquim Nicolau da Silva	16	5.997.513	11/04/97
Governador Valadares	PA Oziel Alves Pereira	68	19.497.829	25/09/97
Tumiritinga	PA Cachoeirinha	32	4.080.844	17/09/96
Tumiritinga	PA 1º de Junho	80	26.081.345	18/09/96
Tumiritinga	PA Terra Prometida	30	10.171.612	14/09/07
Tumiritinga	PA Águas da Prata I	15	4.177.081	13/12/01
Tumiritinga	PA Águas da Prata II	15	5.720.768	20/08/10

Fonte: Incra, Superintendência Regional Minas Gerais - SR 06, 2017.

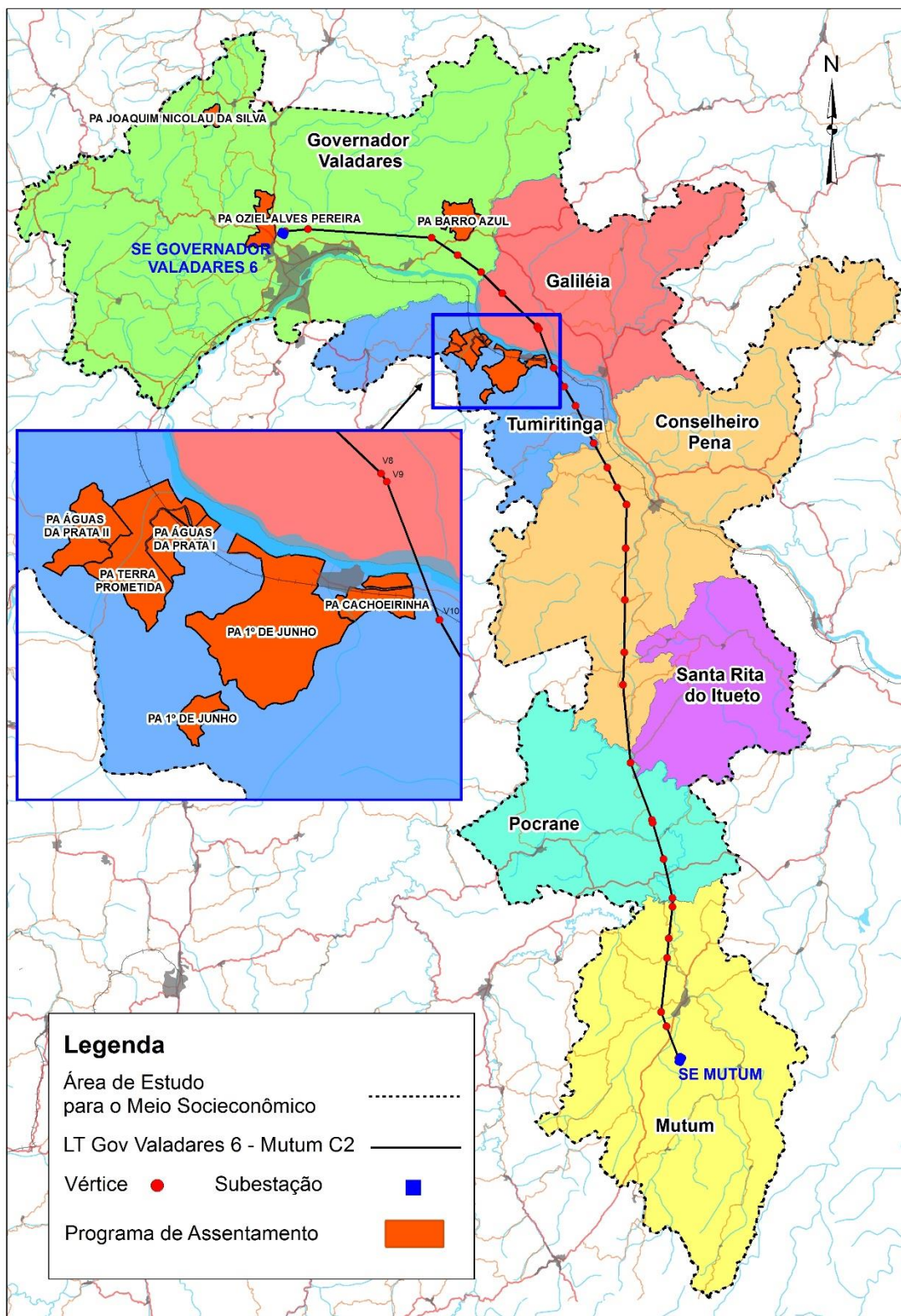


Figura 209 - Programas de Assentamento nos municípios em estudo.

No Vale do Rio Doce, sempre predominou a resistência e luta dos camponeses para manter seu território através dos posseiros enfrentando os latifundiários contra a expulsão de suas terras e da luta dos camponeses através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais espalhados pela região (Pereira, 2011).

Contudo, é a partir dos anos 1990, com a chegada do MST, que os camponeses ampliam o seu processo de territorialização através da luta pela Reforma Agrária exigindo a desapropriação dos latifúndios, questionando a propriedade privada da terra e o cumprimento de função social, ocupando latifúndios e conquistando novos territórios através dos assentamentos de Reforma Agrária. Segundo RÜCKERT (2012), em 1º de Junho de 1993, várias famílias ocuparam a fazenda Califórnia, em Tumiritinga. Como a fazenda estava em processo de desapropriação, não houve despejo e, posteriormente, originou o Assentamento 1º de Junho. Desde então, o MST passou a se organizar no Vale do Rio Doce. Nos anos seguintes presenciaram-se ocupações no município de Governador Valadares resultando, em 1997, nos PA Joaquim Nicolau da Silva (coordenado pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais – FETAEMG e Comissão Pastoral da Terra – CPT) e PA Oziel Alves Pereira (em homenagem ao jovem Sem Terra, morto no massacre de Eldorado dos Carajás). Surgindo novas ocupações, desta vez, com mais duas ocupações no município de Tumiritinga, nas fazendas Águas da Prata e Olhos D'água, em 1999. O Vale do Rio Doce é uma das regionais do MST de maior abrangência em Minas Gerais, que organiza atualmente doze assentamentos e nove acampamentos, totalizando cerca de mil famílias Sem Terra.

De acordo com Pereira (2011) na região onde se localiza o PA Oziel Alves Pereira não existem Unidades de Conservação nem reservas indígenas. Na região predomina a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária de corte, ainda realizada em moldes extensivos e na produção de grãos, principalmente feijão, arroz e milho, porém em precário estágio de modernização tecnológica. Em razão do padrão de utilização das terras na região, observa-se, nos últimos 10 anos a intensificação do conflito fundiário, com a ampliação da demanda por terra, com uma forte presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e, conseqüentemente, a ampliação do número de assentamentos rurais na região. Já em Tumiritinga, Coelho (2007) coloca que no assentamento 1º de junho residem 34 famílias que moram numa agrovila, que recebeu água canalizada e luz elétrica. Possuem ainda, dois alambiques, uma farinha, galpão de armazenagem, posto de saúde e posto telefônico. Produzem feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, café, carne, leite, farinha, cachaça, frutas e hortaliças. Além disso, o

assentamento possui uma escola de 1^a. à 8^a. série, além do pré-escolar, que beneficia também as pessoas das comunidades vizinhas.

Os Movimentos Sociais na região mostram-se atuantes e organizados, com histórico de experiências significativas na área de saúde, educação, produção, juventude, gênero e cultura. O Assentamento Oziel Alves Pereira sedia o Centro de Formação Francisca Veras, único centro de formação de abrangência estadual do MST-MG. As ações envolvendo produção saudável e agroecologia têm como referência o trabalho agrícola de agricultores e agricultoras pertencentes aos assentamentos Barro Azul, Oziel Alves Pereira e 1^o de Junho.

São experiências individuais, mas que, de alguma forma, se relacionam com os processos políticos e organizativos que envolvem esses assentamentos. Destaca-se aqui a influência de uma experiência de trabalho coletivo envolvendo as famílias de uma antiga cooperativa do Assentamento 1^o de Junho, que contou com a parceria da Universidade Federal de Viçosa (UFV) por meio de projetos de extensão rural.

Entre as ações, podemos citar: trabalho com horticultura, recuperação ambiental, feiras de ciências, chá com poesia, etc. Já os trabalhos de cuidados são desenvolvidos por mulheres pertencentes aos acampamentos Oziel Alves Pereira, Barro Azul, entre outros. Trabalham com práticas populares de cuidado, em especial plantas medicinais, radiestesia, homeopatia, geoterapia, florais e reiki. Denominam-se Coletivo de Mulheres Cuidadoras, e consiste em um coletivo coordenado pelo próprio setor de saúde do MST. (RÜCKERT, 2012). Também, em 1994, a partir de um curso de formação, foi criada a Associação de Cooperação Agrícola Primeiro de Junho (ASCA), que tinha como objetivo unificar as famílias do assentamento, conseguir aprovação de pequenos projetos e organizar a produção no acampamento. Contudo, essa forma de trabalho coletivo não atingiu todas as famílias que logo criaram uma organização própria chamada Associação dos Produtores Individuais da Fazenda Califórnia (APIFIC).

Ruckert levantou ainda a experiência das mulheres do Grupo ARTE VIVA que em 2004 começaram a se reunir para aprender ou fazer artesanato no PA 1^o de Junho. Além dessas, outras organizações dos produtores nos assentamentos, como é o caso da Coopernova, no assentamento 1^o de junho, cooperativa de trabalho agrícola que funcionou até o ano de 2010 e desenvolveram-se trabalhos com homeopatia animal e homeopatia vegetal, produção de sementes e mudas, reflorestamentos de áreas degradadas, recuperação de nascentes, experiência de pastoreio racional, ações de educação em segurança alimentar e nutricional, entre outras. Tais ações também foram

desenvolvidas com a parceria da UFV, por meio de projetos de extensão rural que foram implementados durante o período de funcionamento da Cooperativa.

Destaca-se também a ACOMFAFA- Associação de Cooperação Mista dos Feirantes da Agricultura Familiar Agroecológica de Governador Valadares- MG, é a entidade que representa os feirantes da FAFA- Feira da Agricultura Familiar de Governador Valadares, que funciona desde 2003, uma vez por semana, toda sexta-feira, no centro da cidade de Governador Valadares. É composta por agricultores de diversas localidades do município, tais como: Córrego dos Bernardos, Córrego do Melquíades, Pontal, Ilha Brava, Assentamento Oziel Alves Pereira, Assentamento Joaquim Nicolau da Silva, Assentamento Barro Azul, Córrego do Brejaúba, Corrego Alto, Córrego dos Rosa, Cascalheira e também por empreendimentos urbanos. São beneficiados diretamente 20 famílias de produtores rurais e urbanos, todos ligados á economia solidaria e princípios agroecológicos.

No assentamento Oziel chamou atenção também a experiência do Centro de Formação Francisca Veras, que desde 2011 passou a desenvolver uma horta agroecológica com o intuito de abastecer o consumo de hortaliças nas atividades desenvolvidas pelo Centro. No assentamento Barro Azul, referida autora cita experiências antigas envolvendo a mobilização das famílias para o desenvolvimento de um Sistema Agroflorestal (SAF), a recuperação de áreas degradadas e um grupo de produção de doces e temperos, por meio de uma agroindústria. Contudo, essas experiências não se encontram em andamento atualmente, decorrentes muitas vezes das dificuldades inerentes ao estágio inicial de desenvolvimento da produção agrícola, sobretudo levando-se em consideração o histórico de colonização da terra no Vale do Rio Doce, marcado pela pecuária extensiva, pela alta degradação dos recursos naturais e também pelo abandono de terras, gerou um quadro de grande devastação ambiental na região. Dessa forma, as áreas de assentamentos e acampamentos do MST possuem um passivo ambiental produzido anteriormente à chegada das famílias. Tais condições ambientais acarretam grandes dificuldades ao desenvolvimento da agricultura familiar, o que leva muitos dos trabalhadores a buscarem trabalho assalariado na cidade.

7.3.9 Área Diretamente Afetada

7.3.9.1 Vias de Acesso

As principais vias de acessos ao empreendimento são realizados pela MG-259, MG-381, MG-108 e MG-474. Destaca-se, entretanto, que o principal acesso é realizado pela MG-259, que permite acessar três dos sete municípios transpostos pelo empreendimento. Os acessos realizados por estradas vicinais de leito natural, são precários no período de chuva, sendo de difícil acesso para carros sem tração. O empreendimento irá transpor a Ferrovia (Estrada de Ferro Vitória a Minas-EFVM) no município de Tumiritinga, a MG 108 no município de Mutum, a MG 441 no município de Pocrane e a BR-259 no município de Governador Valadares. Várias vias de acesso vicinais são transpostas ao longo dos 151,5km da Linha de Transmissão.



Figura 211 - MG-108 Entrada da cidade de Mutum, via de acesso ao empreendimento



Figura 212 - Estrada vicinal de acesso ao empreendimento município de Pocrane



Figura 213 - MG-259 Via de acesso entre os municípios de Galiléia e Governador Valadares

7.3.9.2 Interferências em aglomerados rurais e povoados

Considerando um buffer de 5km em torno do traçado da Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum, foram registrados 7 povoados, conforme a Figura 214. Em alguns povoados como Bueno e o Santa Cruz a via de acesso é distinta a que será utilizada para acesso ao empreendimento, não havendo interferências para esses povoados. Já os povoados São Vitor, Açaraí, Centenário, Barra do Cuieté e São Tomé do Rio Doce, ocorrerá interferência da linha de transmissão em decorrência das áreas transitáveis de acesso para o empreendimento ser as mesmas de acessos aos povoados.

A linha de transmissão não irá afetar nenhuma residência dos respectivos povoados. Esses povoados apresentam saneamento básico precário, sendo os efluentes despejados nos rios próximos, muitas vezes a céu aberto. Somente no povoado de Centenário que a população utiliza fossas para descarte do esgoto. A captação de água é realizada de várias formas, em poços artesanais, mina, córregos, e sem tratamento de água.

Quanto aos meios de comunicação, não foi diagnosticado nenhuma agência dos correios nos povoados, mas os sinais de rádio, TV e telefonia móvel são captados, desde que possuam equipamentos adequados para recepção de sinal. Todos os povoados possuem sinal de telefonia, prevalecendo a operadora Vivo na maioria dos lugares.

Em relação ao lazer, turismo, cultura e esportes, todos os povoados possuem igrejas católicas e alguns templos evangélicos. Somente o povoado de Bueno não possui campo de futebol, que é uma opção bastante utilizada como lazer pelos moradores dos demais povoados. As praças também são visitadas pelos moradores. O lazer fica mais restrito às belezas naturais locais, como cachoeiras, rios e córregos, com trilhas.

Considerando um corredor de 1Km para cada lado em relação ao eixo da LT não foi identificado nenhum povoado, sendo os povoados descritos para o corredor considerado de 5km.

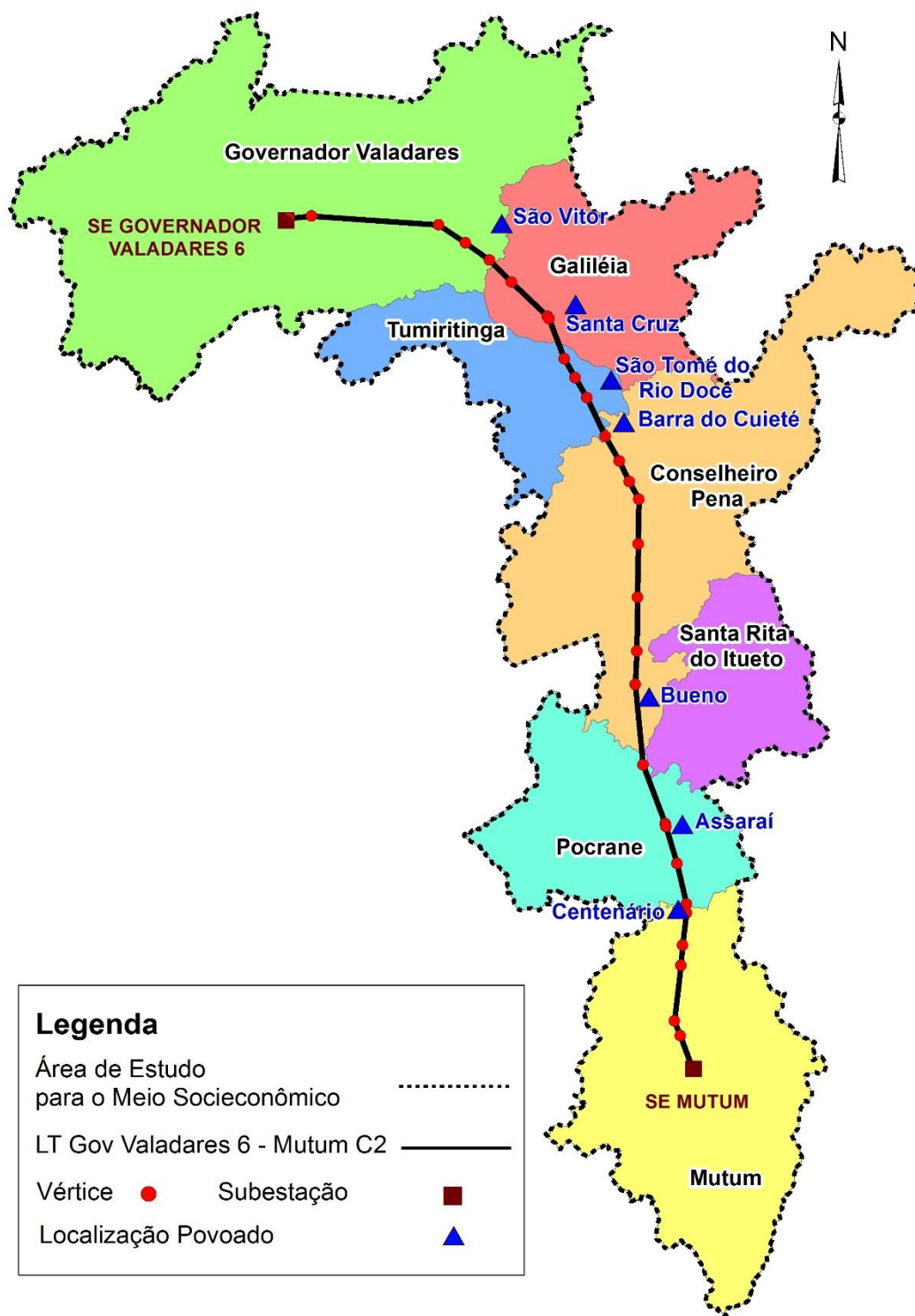


Figura 214 - Povoados localizados em um buffer de 5km em torno do traçado da Linha de Transmissão

Tabela 90 - Relação de aglomerados rurais num buffer de 5km da Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2

Município	Nome do povoado	Entrevistado (a)	Nº de famílias	Data de criação	Economia	Saneamento básico	Saúde	Educação	Coordenada de localização UTM 24K
Conselheiro Pena	Povoado Bueno	Moradores	290	1925	Prefeitura Municipal, Diarista, e Aposentadoria	Captação de água por Mina, esgoto a céu aberto, resíduos sólidos queimados ou enterrados.	Não possui posto de saúde	Uma Escola Municipal até 9º ano	237.279E/ 7.850.476N
Conselheiro Pena	Barra do Cuieté	Maria de Oliveira	1.700 pessoas	1950	Pecuária Leiteira, diarista, aposentadoria, bar e mercearia	Captação de água superficial do rio Caratinga e o esgoto a céu aberto no Rio Doce. Os resíduos sólidos são coletados	A comunidade recebe um médico 4x por semana no Posto de Saúde	1 Escola Estadual, 1 Escola Municipal e 1 Creche	233.778E/ 7.888.930N
Pocrane	Açaraí	Moradores	400 pessoas	+/- 90 anos	Lavoura de Café e Aposentadoria	Captação de Água no Rio José Pedro e o esgoto a céu aberto	Tem posto de saúde com médico 1x por semana	Uma Escola Municipal	241.964E/ 7.832.643N
Mutum	Centenário	Moradores	300 pessoas	+ 100 anos	Pecuária Leiteira e Aposentadoria	Captação de Água em Poço Artesiano e o esgoto em fossa	Tem posto de saúde com médico 2x por semana	Uma Escola Municipal até 8º série	241.377N/ 7.820.747E
Governador Valadares	São Vitor	Moradores	2.000	+ 100 anos	Pecuária Leiteira e Aposentadoria	Captação de Água em mina Dr. Leão e o	Tem posto de Saúde com médico	Uma Escola Estadual	216.703E/ 7.916.710N

Município	Nome do povoado	Entrevistado (a)	Nº de famílias	Data de criação	Economia	Saneamento básico	Saúde	Educação	Coordenada de localização UTM 24K
						esgoto a Céu aberto	1x por semana		
Galiléia	Santa Cruz	Nardélio Moraes	300 pessoas	+ - 100 anos	Pecuária Leiteira e Aposentadoria	Captação de água de poço artesiano e o esgoto a céu aberto	Existe o Posto de Saúde mas não tem médico	Uma Escola Municipal até a 4º Série	232.117E/ 7.898.918N
Tumiritinga	São Tomé do Rio Doce	Moradores	200 pessoas	+90 anos	Pecuária Leiteira e aposentadoria	Captação de água em poço artesiano mas a água é saloba e o esgoto é a céu aberto	Não possui posto de saúde	Não Possui	231.993E/ 7.894.875N



Figura 215 - Escola Municipal Algodão Doce, povoado Centenário, município de Mutum



Figura 216 - Posto de Saúde no Povoado de Centenário, município de Mutum



Figura 217 - Praça no Povoado de Açaraí, município de Pocrane



Figura 218 - Posto de Saúde no Povoado de Açaraí Município de Pocrane



Figura 219 - Igreja Católica no Povoado de Bueno, município de Conselheiro Pena



Figura 220 - Escola Municipal Francisco Candido no povoado Bueno, município de Conselheiro Pena



Figura 221 - Posto de Saúde no Povoado Barra do Cuieté município de Conselheiro Pena



Figura 222 - CMEI Edite de Vasconcelos, Povoado de Barra do Cuieté, município de Conselheiro Pena



Figura 223 - Escola Estadual São Vitor, no povoado de São Vitor, município de Governador Valadares



Figura 224 - Campo de Futebol no município de Governador Valadares, Povoado de São Vitor



Figura 225 - Povoado São Tomé do Rio Doce município de Tumiritinga



Figura 226 - Igreja Evangélica no povoado São Tomé do Rio Doce, município de Tumiritinga



Figura 227 - Igreja Católica no povoado de Santa Cruz, município de Galiléia



Figura 228 - Povoado Santa Cruz, município de Galiléia

7.3.9.3 *Uso e ocupação do solo na ADA*

A Área Diretamente Afetada - ADA do meio socioeconômico da Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum é composta por toda a área geográfica que irá compor a linha e sua faixa de servidão de 64 metros.

Os municípios da ADA têm como atividades principais a pecuária e a agricultura de sequeiro. Em geral, a agricultura de sequeiro prevalecendo o cultivo de cana-de-açúcar, milho e café e a pecuária leiteira e corte conduzida de forma extensiva.

Na área de implantação da Linha de Transmissão existem alguns projetos já consolidados como a Estrada de Ferro Vitória a Minas, um Programa de Assentamento irregular (PA Boa Esperança, ocupação de área da Aracruz Celulose), as rodovias MG 108, MG 474, MG 259, LMG 788, linhas de transmissão: SECC LT 230 kV Governador Valadares 2 - Conselheiro Pena, C1, na SE Governador Valadares 6, LT 500 kV Governador Valadares 6 - Mutum, C1, LT 230 kV Conselheiro Pena - Governador Valadares 2 C1, • LT 500 kV Governador Valadares 6 - Mutum, C2, LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, C1, LT 500 kV Mesquita - Viana 2 C1, SECC LT 500 kV Mesquita - Viana 2, C1, na SE Mutum, SECC LT 500 kV Mesquita - Viana 2, C1 e inúmeras drenagens são transpostas, como exemplo o Rio Doce, Rio Caratinga, Ribeirão Bueno, Rio Manhuaçu, Ribeirão Pocrane, Córrego Caeté, Rio Jose Pedro, Córrego do Cedro e Rio São Manuel. Entre estes, o rio Doce sobrepõe-se por sua largura ao passo que as demais drenagens não apresentam dificuldade para a travessia da linha.

Na área delimitada do uso do solo para a área diretamente afetada, não existem aglomerados rurais, vilas ou povoados.

De acordo com o Plano Diretor e com os gestores municipais, foi analisada a compatibilidade do empreendimento com os zoneamentos, áreas e vetores de expansão urbana e restrições de uso e ocupação do solo. Todos os municípios da ADA, exceto o município de Tumiritinga, apresentam áreas de expansão não existindo interferência em nenhuma área ou projeto de expansão urbana.

A linha de transmissão não afetará benfeitorias, somente áreas de pastagens, lavouras de cana-de-açúcar, café, milho e áreas de reservas legais.

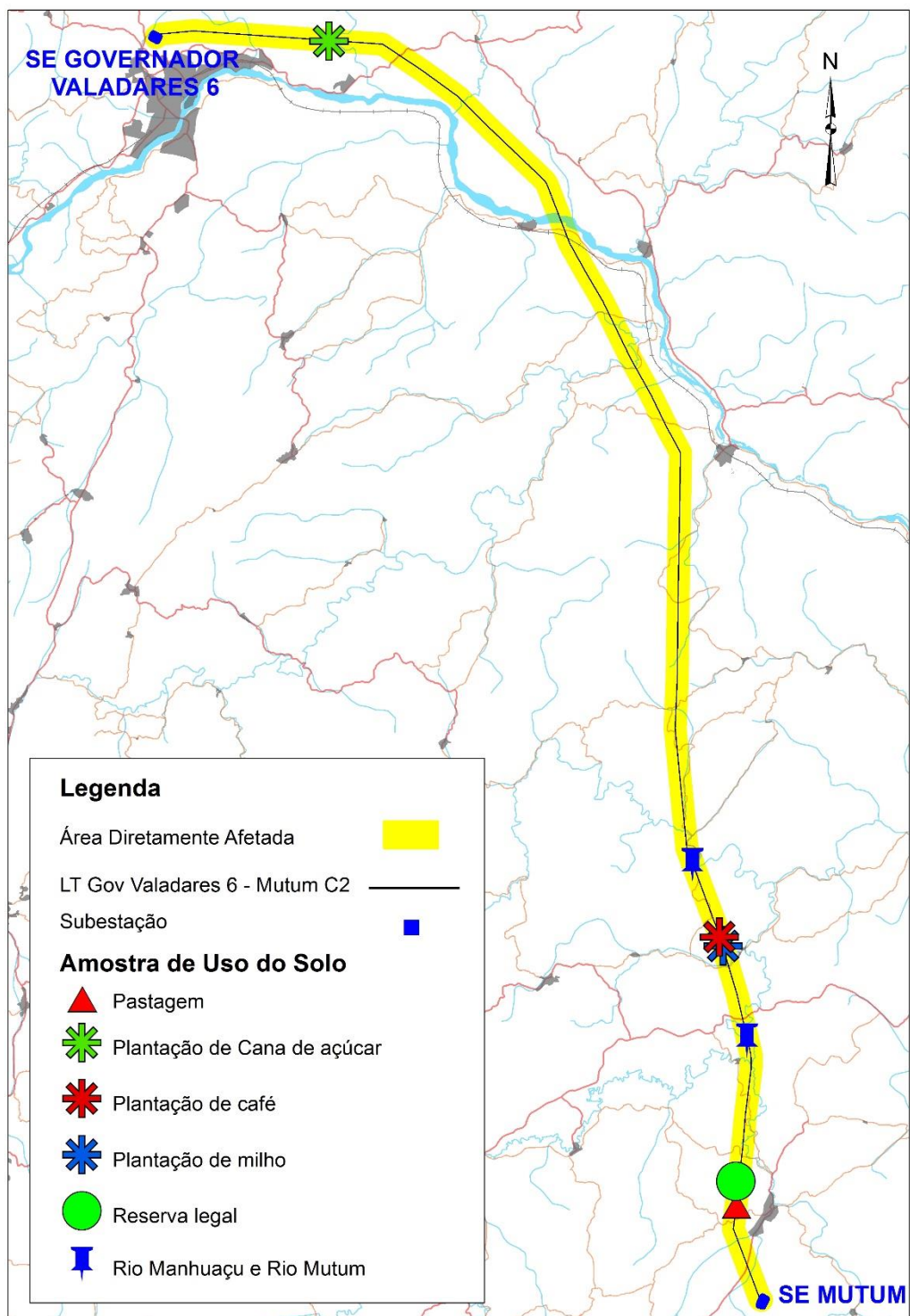


Figura 229 - Amostra do Uso do solo na ADA da linha de transmissão



Figura 230 - Plantação de café, município de Santa Rita do Ituêto



Figura 231 - Área de Pastagem em Mutum



Figura 232 - Plantação de Milho no município de Tumiritinga



Figura 233 - Criação de gado, Propriedade no município de Galiléia



Figura 234 - Travessia da LT no Rio Manhuaçu



Figura 235 - Povoado de Bueno, município de Conselheiro Pena

7.3.9.4 Identificação das Propriedades Diretamente Afetadas

Todas as propriedades rurais diretamente afetadas pela Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2 foram identificadas, cadastradas e suas localizações foram registradas por meio de marcação de coordenadas em GPS (Global Positioning System), Mapa de Localização das Propriedades Diretamente Afetadas, Volume 4 – Tomo IV, Anexo 52

Tendo em vista a extensão do traçado da linha e as propriedades transpostas, adotou-se nesse estudo a apresentação da ilustração das visitas às propriedades, bem como principais dados das entrevistas como anexo e não ao longo do presente diagnóstico (Anexo 53, Volume 4, Tomo IV).

A Tabela 91 apresenta as 109 propriedades rurais diretamente afetadas pelo empreendimento, não afetando nenhuma edificação, somente silvicultura, cana-de-açúcar, coco da bahia, café e alguns açudes para dessedentação animal. No município de Mutum encontra-se a maior concentração de propriedades cadastradas, totalizando 28 propriedades, seguida pelo município de Governador Valadares com 20 propriedades, Pocrane e Conselheiro Pena tiveram 18 propriedades cadastradas, 14 em Galiléia, 8 em Tumiritinga e 4 Propriedades cadastradas em Santa Rita do Ituêto.

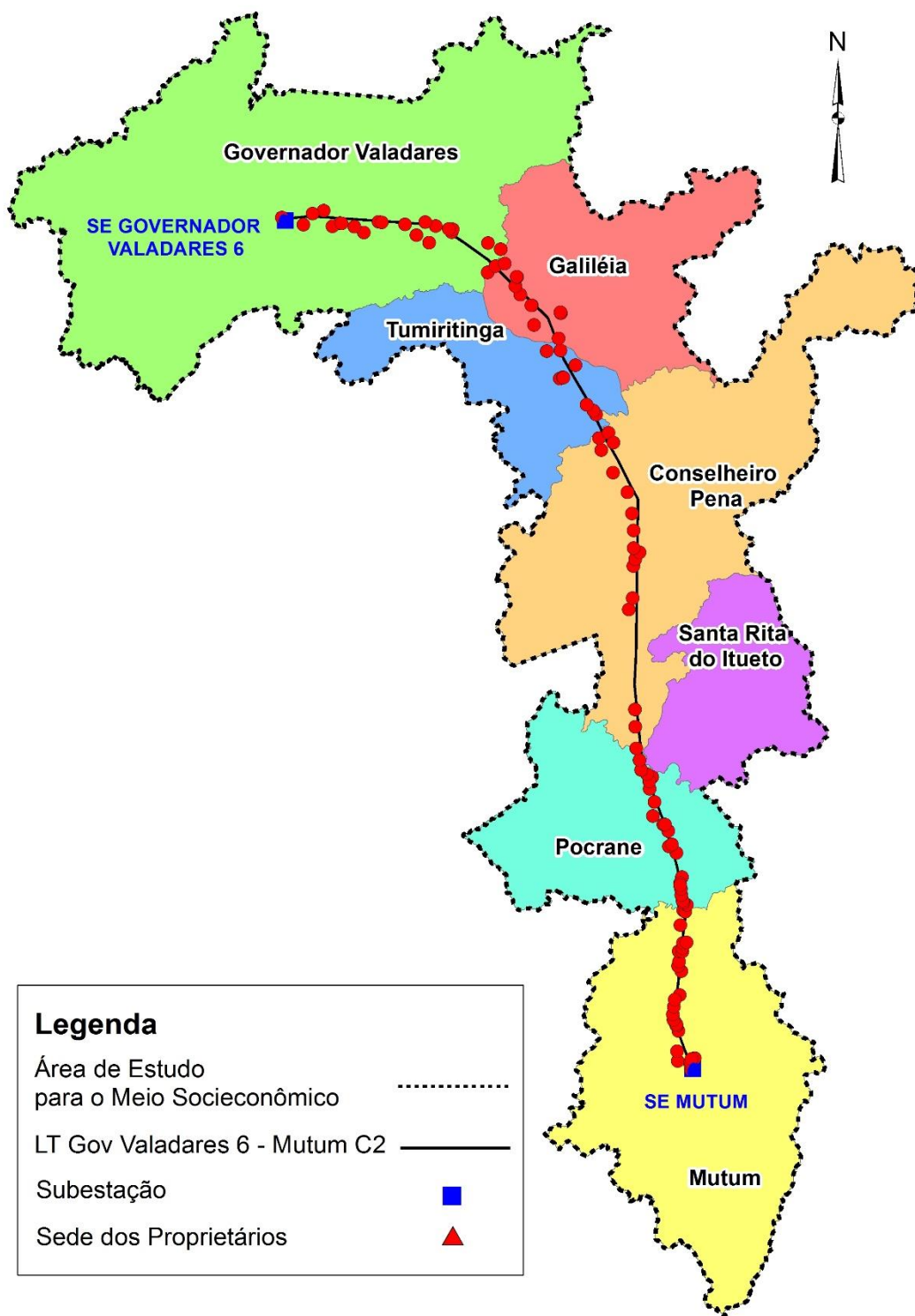


Figura 236 - Localização das sedes das propriedades diretamente afetadas pela Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2

Tabela 91 - Relação de proprietários que serão afetados pela LT 500KV SE Governador Valadares 6 / SE Mutum, C2

	Proprietário	Propriedade	Coordenadas		Município	Benfeitorias afetadas
1	Roberto Carlos Melo Pereira	Fazenda Vale do Formoso	186.025	7.917.541	Gov. Valadares	
2	José Rogério Paiva	Fazenda JR	194.418	7.916.715	Gov. Valadares	
3	Ivan Tasse	Fazenda Mirage	189.070	7.916.525	Gov. Valadares	
4	Edvaldo Soares dos Santos	Fazenda Miura	190.324	7.918.097	Gov. Valadares	
5	Rodrigo Quintão		191.886	7.918.513	Gov. Valadares	
6	Evelson Dias Souza	Fazenda Racho Alegre	196.206	7.916.252	Gov. Valadares	
7	Pedro de Souza Lemos	Fazenda Esportiva	193.125	7.916.324	Gov. Valadares	
8	Alice Olinda Tavares e outros	Fazenda Santa Catarina	197.524	7.915.444	Gov. Valadares	
9	Nélio Alves Caldeira	Fazenda Esportiva	194.183	7.916.742	Gov. Valadares	
10	Oswaldo Lopes Barbosa	Fazenda Marambáia	203.264	7.916.567	Gov. Valadares	Plantação de cana-de-açúcar
11	Aurélio Costa Souza	Rancho TNE	200.046	7.916.854	Gov. Valadares	
12	João Bosco Chavier	Fazenda Recanto das Mangueiras	199.592	7.916.933	Gov. Valadares	
13	Maria Tereza Batista Murta	Fazenda Santa Terezinha	204.871	7.915.049	Gov. Valadares	Plantação de cana-de-açúcar
14	José Setembrino Lopes Filho	Fazenda Caparaó	206.648	7.914.041	Gov. Valadares	
15	José Carlos Barbosa Filho	Haras Barbosinha	206.099	7.916.887	Gov. Valadares	Plantação de cana-de-açúcar
16	Antônio Gomes Lemos	Haras Alcântara	207.562	7.916.339	Gov. Valadares	Plantação de cana-de-açúcar e café
17	Ulisses Alves de Oliveira		209.409	7.915.943	Gov. Valadares	
18	Alexandre Nunes Rabelo	Fazenda Itaipava	209.979	7.915.899	Gov. Valadares	
19	Catarina Gonçalves Porcário	Fazenda Itaipava	209.814	7.915.466	Gov. Valadares	
20	José Tosse Neto	Fazenda Boa Vista	216.702	7.913.090	Gov. Valadares	
21	Gilson Carlos de Oliveira	Fazenda Alvorada	214.908	7.913.974	Galiléia	
22	Luiz Garute	Fazenda Vazantão	217.240	7.911.071	Galiléia	
23	Daniel das Dores Muniz	Fazenda Muniz	215.934	7.910.722	Galiléia	
24	Patrícia Nuza Faria	Fazenda Rio Doce	214.865	7.909.881	Galiléia	Açude
25	José Irineu da Silva	Fazenda Santa Paz	218.923	7.909.285	Galiléia	
26	Antônio Lima de Oliveira	Fazenda Córrego Santa Paz	221.328	7.902.487	Galiléia	

	Proprietário	Propriedade	Coordenadas		Município	Benfeitorias afetadas
27	Genesy Félix de Oliveira	Sítio Recanto Alegre	218.947	7.909.239	Galiléia	
28	Alfredo Félix de Oliveira	Sítio 3 irmãos	218.759	7.907.920	Galiléia	
29	Márcio Pimenta	Fazenda Santa Cruz	225.046	7.904.278	Galiléia	
30	José Rodrigues do Nascimento	Fazenda Santa Helena	220.958	7.905.219	Galiléia	
31	Demitros Durval da Silva	Fazenda Racho Recanto	219.422	7.906.768	Galiléia	
32	Antônio Rodrigues de Souza Neto	Fazenda Vista Alegre	221.032	7.905.243	Galiléia	Café
33	Sylvio Rodrigues Filho	Fazenda Beira Rio	224.761	7.900.606	Galiléia	
34	Marília Pimenta Figueiredo	Fazenda Santa Cruz	225.074	7.904.127	Galiléia	
35	Roni Moreira Aguiar	Fazenda dos Coqueiros	225.068	7.898.925	Tumiritinga	
36	Carlos Magno	Fazenda Jaqueira	223.121	7.898.829	Tumiritinga	
37	Aracruz Celulose	Boa Esperança	225.446	7.895.141	Tumiritinga	
38	Joaquim de Souza Lima	Fazenda Boa Vista	228.713	7.891.344	Tumiritinga	
39	Délio Silva	Fazenda Bananal	227.131	7.896.855	Tumiritinga	
40	Luciana Rodrigues Pereira	Fazenda Sericita	229.644	7.890.496	Tumiritinga	
41	Daniel Lino Ferreira Sobrinho	Fazenda Barra do Alegre	230.032	7.889.975	Tumiritinga	
42	Aracruz Celulose		232.452	7.886.030	Tumiritinga	
43	Douglas Rodrigues Silva	Fazenda 29	232.411	7.881.848	Conselheiro Pena	
44	Osías Andrade		225.386	7.895.180	Conselheiro Pena	
45	Alair Gonçalves de Oliveira Matias	Fazenda Fundaça	224.965	7.895.003	Conselheiro Pena	
46	Ventuil de Souza Lima	Fazenda Verde	231.782	7.887.411	Conselheiro Pena	
47	Nélio Alves Caldeira	Fazenda Esportiva	230.441	7.886.664	Conselheiro Pena	
48	Pedro de Souza Mendes	Fazenda Boa Sorte	230.766	7.884.966	Conselheiro Pena	
49	Adesílio Rodrigues de Vasconcelos	Fazenda Estrela	235.134	7.864.275	Conselheiro Pena	

	Proprietário	Propriedade	Coordenadas		Município	Benfeitorias afetadas
50	Omero Bastos Neto	Fazenda Córrego Sapucara	234.410	7.879.069	Conselheiro Pena	
51	José Domingos	Fazenda Sapucaia	235.284	7.873.759	Conselheiro Pena	Coco da Bahia e um açude
52	José Lino		235.271	7.871.292	Conselheiro Pena	
53	Nero Dias	Fazenda Costela	236.120	7.870.676	Conselheiro Pena	
54	Edgar Romoaldo de Oliveira	Fazenda Santa Cruz	235.529	7.869.713	Conselheiro Pena	
55	Valtair José Maia	Fazenda Palmeirão	235.265	7.868.770	Conselheiro Pena	
56	Josué Andrade	Fazenda três Barras	234.597	7.862.668	Conselheiro Pena	Plantação de coco e Café
57	Onório Vargas de Castro	Fazenda Boa Esperança	235.041	7.876.117	Conselheiro Pena	
58	Nilson		235.456	7.848.675	Conselheiro Pena	Plantação de café e silvicultura
59	Jorge de Souza Lima		235.508	7.846.280	Conselheiro Pena	
60	Ricardo Franco	Sítio Canaa	235.667	7.843.230	Conselheiro Pena	
61	Messias Felisberto		236.095	7.841.594	Santa Rita do Ituêto	
62	Mundico		236.352	7.840.210	Santa Rita do Ituêto	
63	Pedro Pilotá		237.182	7.839.648	Santa Rita do Ituêto	
64	José Pereira Sobrinho	Fazenda Volta do Rio	237.495	7.838.638	Santa Rita Do Ituêto	
65	Nelsino Teodoro Rodrigues	Fazenda Boa Vista	237.911	7.839.215	Pocrane	
66	Moacir José Batista	Fazenda Racharia	237.543	7.837.566	Pocrane	

	Proprietário	Propriedade	Coordenadas		Município	Benfeitorias afetadas
67	Ruth Mirim Machado	Fazenda Monte Azul	238.200	7.835.734	Pocrane	
68	Claudir Rodrigues Lima	Fazenda Monte Azul	237.978	7.833.801	Pocrane	
69	Ilton de Araújo Aguiar	Fazenda Vargem Grande	239.690	7.832.607	Pocrane	
70	Silvandino Machado Lima	Fazenda Córrego São Sebastião	239.455	7.832.607	Pocrane	Silvicultura
71	Eustáquio Domingos Junior	Fazenda Pica Pau Amarelo	240.142	7.831.695	Pocrane	Cana-de-açúcar
72	Djalma		240.636	7.829.793	Pocrane	
73	João Araújo Pestana	Fazenda Córrego do Ariranha	240.242	7.829.526	Pocrane	
74	Varley Firmino Rodrigues		241.295	7.828.608	Pocrane	
75	Luiz Roberto Lobato		241.797	7.824.108	Pocrane	
76	João de Souza Laignier	Fazenda Panorama	241.769	7.824.352	Pocrane	
77	Ana Maria das Graças Gomes	Fazenda Panorama	242.037	7.825.221	Pocrane	
78	Tatão Mata		241.916	7.823.605	Pocrane	
79	Balbino José da Silva	Fazenda do Pau Fincado	241.953	7.822.735	Pocrane	
80	Adolfo José Cherry	Fazenda Lajinha	242.128	7.821.885	Pocrane	
81	Delma Gomes Cherry	Fazenda Lajinha	242.217	7.821.657	Pocrane	
82	Jackson Cherry	Fazenda Varge Alegre	242.753	7.821.357	Pocrane	
83	Sebastião Levino de Oliveira	Fazenda Beira Rio	242.507	7.820.385	Mutum	
84	Júlio Simões Caldeira	Fazenda Sextovado	241.826	7.818.489	Mutum	
85	Cristiana Moacir dos Santos	Fazenda Mutum	242.247	7.820.585	Mutum	
86	Augusto Mário Caldeira Paulino	Fazenda Santa Marina	242.694	7.816.076	Mutum	
87	João de Oliveira		242.210	7.815.985	Mutum	
88	Laurito Viegas	Fazenda Barra da Ferruja	242.113	7.815.318	Mutum	
89	Célio Fabrete Pentecostes	Fazenda Cruzeiro	242.099	7.814.803	Mutum	
90	Áurea Pimenta Borges	Fazenda Vala Batista	241.598	7.814.832	Mutum	
91	Pedro de Oliveira Filho	Sítio Barra do Prata	241.657	7.813.373	Mutum	
92	Joaquim Siqueira de Moura	Fazenda	241.520	7.812.813	Mutum	
93	Laurito Cardoso	Fazenda Barra da Ferruja	241.969	7.812.082	Mutum	
94	Teomar Fonseca Quirico	Fazenda Suvaco	241.041	7.808.071	Mutum	
95	Francisco de Oliveira Silva	Fazenda Barra da Prata	240.903	7.807.088	Mutum	
96	Elcy de Oliveira Gomes	Fazenda Monte Verde	241.724	7.808.733	Mutum	
97	Paulo César Soares	Fazenda Bela Vista	240.791	7.806.015	Mutum	Açude e eucalipto

	Proprietário	Propriedade	Coordenadas		Município	Benfeitorias afetadas
98	Claudir Viana	Fazenda Beira Rio	240.887	7.805.233	Mutum	
99	Paulo Henrique Siqueira da Silva	Fazenda Barra da Ponte Alta	241.262	7.804.607	Mutum	
100	Edna Aparecida Siqueira da Silva	Fazenda Córrego do Beco	241.301	7.804.437	Mutum	
101	Claudir Viana	Fazenda Beira Rio	241.074	7.804.882	Mutum	
102	Crério Viana	Fazenda Beira Rio	241.571	7.803.706	Mutum	
103	Hanna Fonseca	Fazenda Taquara	241.355	7.800.880	Mutum	
104	Glauco Pimenta	Fazenda Monte Sinai	243.396	7.799.760	Mutum	
105	Welder Xavier Spínola	Fazenda Monte Sinai	243.223	7.799.383	Mutum	
106	Aldir Xavier Teixeira	Sítio Azul	243.228	7.798.988	Mutum	
107	Walmir Xavier da Costa	Fazenda Monte Sinai	243.850	7.799.913	Mutum	
108	Isaac Xavier Custódio	Fazenda Córrego Monte Sinai	241.474	7.799.486	Mutum	
109	Cícero Mourim Logão	Fazenda Fervedouro	243.353	7.798.193	Mutum	

Importante destacar maiores informações sobre a propriedade 37, da Aracruz Celulose, empresa do Espírito Santo. Está área foi invadida e ocupada por 55 famílias, composta atualmente por 150 pessoas morando no local, que dividiram suas glebas de terras entre eles e denominaram o Programa de Assentamento como Boa Esperança. Segundo informações da moradora Cida, responsável pelo Assentamento, eles não possuem registro junto ao INCRA, mas residem no local desde Julho/2012. Segundo a entrevistada a área total da propriedade aproxima de mil hectares e cada família assentada tem como fonte de renda um benefício no valor de um salário mínimo, que recebem da Samarco, provindo do acidente de Mariana, pois os assentados alegam utilização do Rio Doce para pesca de subsistência. Para acrescentar na renda os moradores plantam hortaliças, milho e sorgo, para venda em feiras no município de Tumiritinga e criam gado leiteiro para ajudar na renda dos moradores do PA.

A linha de transmissão em questão está transpondo somente uma área de pastagem, distante das residências dos moradores do Programa de Assentamento. A interferência identificada será a utilização da estrada de acesso que passa na porta do PA e liga ao município de Tumiritinga, podendo ser uma via de acesso ao empreendimento, porém não representa único acesso.

7.3.9.5 Caracterização Socioeconômica das propriedades, proprietários e moradores afetados

Para caracterização socioeconômica das propriedades, proprietários e moradores afetados, foi realizada uma tabulação conjunta de dados, oriundos das entrevistas realizadas, e como resultado apresenta-se as principais informações como atividades econômicas das propriedades, percentual da renda obtida com a propriedade, associativismo, tecnificação rural, saneamento básico, faixa etária, escolaridade, atendimentos de saúde local, segurança pública na zona rural, educação, padrões culturais e pesquisa de opinião quanto às expectativas da população em relação ao empreendimento.

7.3.9.5.1 Estrutura Fundiária da Zona Rural – ADA

A estrutura fundiária foi analisada na área geográfica onde será implantada a linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum, contemplando a faixa de servidão de 64 metros.

Os sete municípios onde a LT está projetada apresentam módulos fiscais de 30 hectares em ambos as cidades de acordo com o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA/2017). Considerando os dados levantados podemos concluir que o módulo que prevaleceu foi o de 4 a 15 módulos com as propriedades de 81 a 300 hectares totalizando 28 propriedades, em seguida destacando as propriedades de grande porte com 20 propriedades, em terceiro as propriedades pequenas com 17 e por último os minifúndios com 10 propriedades, conforme a Tabela 92. Das 109 propriedades identificadas, 34 delas não apresentaram dados do tamanho da propriedade, devido a não localização dos proprietários.

Tabela 92 - Módulo Fiscal das Propriedades afetadas

Nº de Módulos	(30 hectares)	
	Tamanho da Propriedade	Nº de Propriedades
Minifúndio	De 0 < 20ha	10
De 1 até 4 módulos	De 20 a 80 ha = Pequena	17
De 4 até 15 módulos	De 81 a 300 ha = Média	28
+ de 15 módulos	+ de 300 ha = Grande	20

7.3.9.5.2 Contingente Populacional e Faixa Etária

O contingente populacional corresponde aos proprietários, agregados, arrendatários e herdeiros que residem nas 109 propriedades afetadas pelo empreendimento.

Dos 109 proprietários que possuem propriedades rurais na Área Diretamente Afetada - ADA do empreendimento, 77,06% não residem nas propriedades. Ao todo residem 57 famílias entre proprietários, funcionários e herdeiros. Foi diagnosticado que 52 propriedades não apresentam moradores e que esse quantitativo apresentou alto índice em decorrência de vínculo geracional, onde a maioria das propriedades é procedente de herança e muitos herdeiros utilizam a propriedade para lazer ou somente para criação de gado ou cultivo.

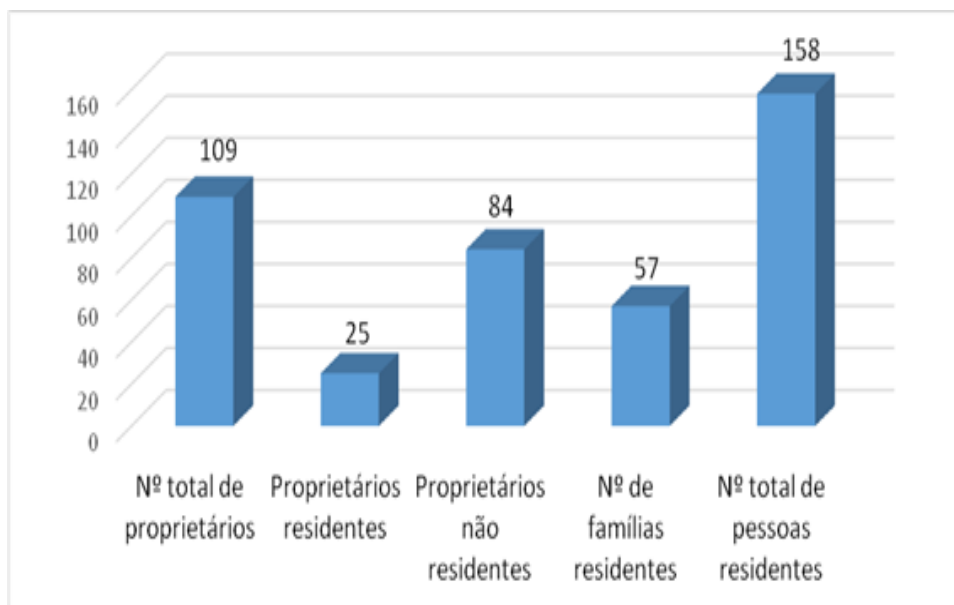


Figura 237 - Contingente populacional da ADA da LT

Quanto ao gênero dos proprietários, identificou-se predomínio de população do sexo masculino, com 97 homens e 12 mulheres. A faixa etária dos proprietários e moradores das propriedades afetadas é composta na maioria por pessoas idosas, 34,7%, equivalente a 48 residentes na ADA que possuem idade superior a 60 anos, seguido da faixa etária de 48 a 59 anos, com 29 moradores.

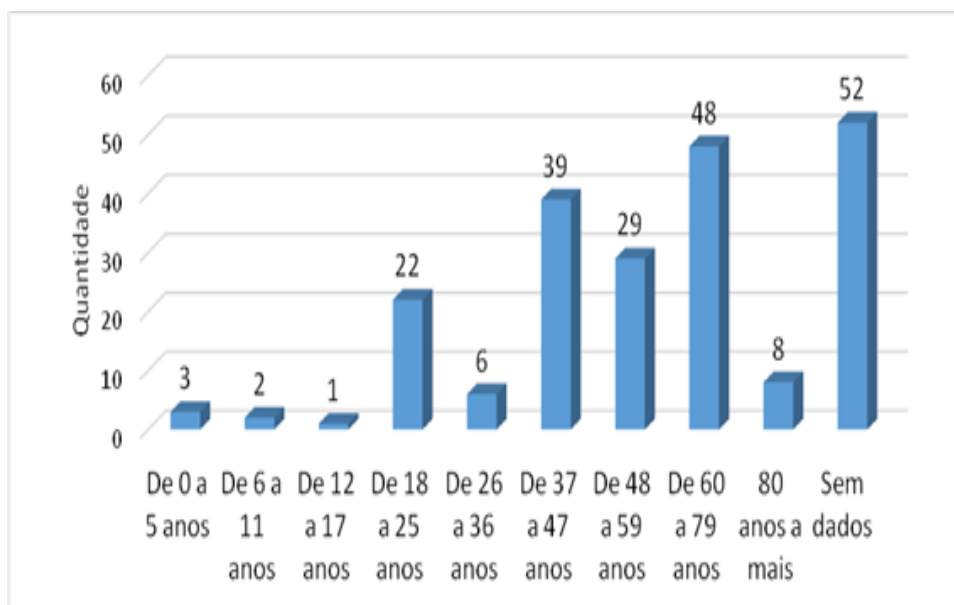


Figura 238 - Faixa etária dos moradores da ADA da LT



Figura 239 - Proprietário Adesílio Rodrigues, 90 anos, Fazenda Estrela

7.3.9.5.3 Saúde

A tabulação dos dados da saúde é referente às famílias que residem nas propriedades, independentemente de serem ou não proprietários, pois o objetivo é diagnosticar o atendimento de atenção à saúde na ADA, não justificando a coleta de informações dos proprietários que não residem no local.

Quanto a atenção à saúde básica a população da ADA é bem assistida, apesar de alguns moradores reclamarem que os agentes de saúde só realizam as visitas uma vez ao mês e às vezes nem isso. Durante as visitas, os agentes de saúde agendam as consultas médicas quando necessário, e o atendimento é realizado no Estratégia da Saúde da Família – ESF mais próximo.

O percentual de famílias residentes que utiliza a rede pública de saúde é considerado alto, no entanto buscam atendimentos particulares quando não conseguem atendimento no SUS. Todos recebem os primeiros socorros no município onde reside, e caso o município não disponha de atendimentos de média e alta complexidade, os pacientes são encaminhados para as regionais de saúde.

Os casos de doenças crônicas relatadas pelos moradores tratam-se de hipertensão, na maioria dos casos, seguido de problemas como diabetes, resultado este que pode estar relacionado à faixa etária da maioria dos moradores.

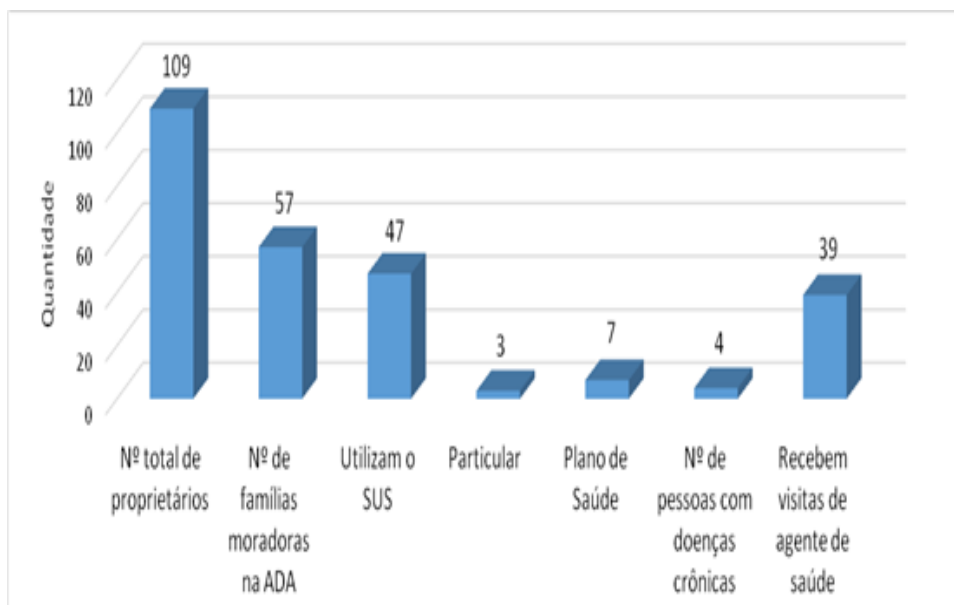


Figura 240 - Situação da atenção à saúde nas propriedades da ADA

7.3.9.5.4 Benefitorias

A identificação das benfeitorias objetiva avaliar o potencial e/ou investimentos socioeconômicos nas propriedades, sua utilização, aspectos físicos, padrão construtivo, entre outros. Os estudos de traçado possibilitaram o desvio de benfeitorias e assim, a linha de transmissão não irá afetar nenhuma benfeitoria.

Das 109 propriedades diretamente afetadas nem todas apresentam benfeitorias, pois algumas possuem apenas áreas voltadas aos cultivos ou pastagens sem possuir edificações. Durante o cadastramento socioeconômico, foram declarados pelos proprietários de 72 propriedades um total de 219 benfeitorias em suas terras (Figura 243), na maioria dos casos edificações de alvenarias existindo desde médio a alto padrão.

Ressalta-se aqui que foram cadastradas 219 benfeitorias em 72 das 109 propriedades diretamente afetadas, no entanto, nenhuma dessas benfeitorias edificadas estão localizadas dentro dos limites da faixa de servidão da Linha de Transmissão, considerando o levantamento socioeconômico. No entanto, a informação refinada oriunda dos trabalhos de levantamento fundiário da faixa de servidão serão apresentadas em maior detalhe juntamente aos estudos do Plano Básico Ambiental (PBA), caso seja atestada a viabilidade do empreendimento.



Figura 241 - Sede da Fazenda Panorama, da proprietária Sra. Ana Maria das Graças, município de Pocrane



Figura 242 - Fazenda Três Barras, de propriedade do Sr. Josué Andrade município de Conselheiro Pena

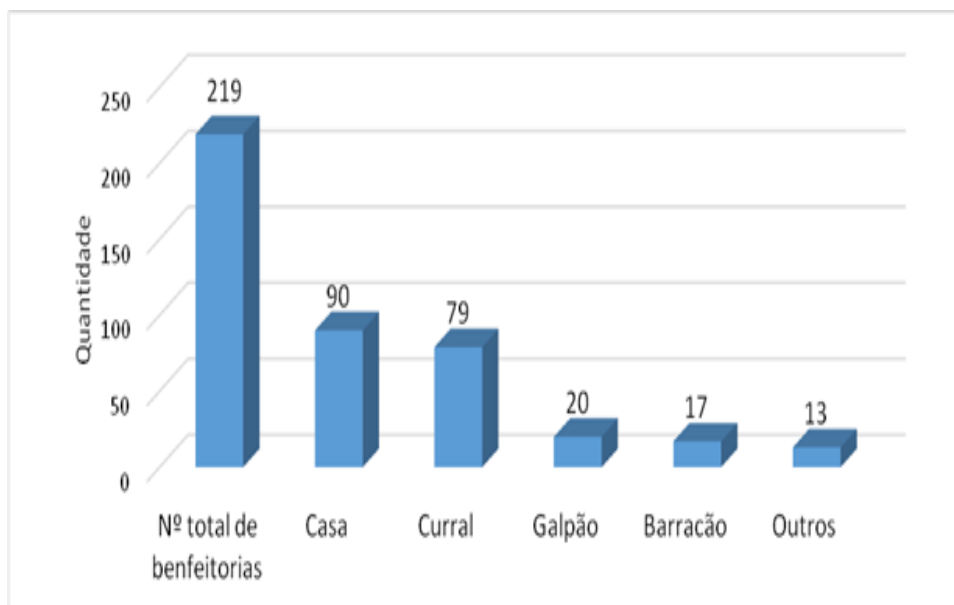


Figura 243 - Benfeitorias identificadas nas propriedades da ADA, porém fora da faixa de servidão

7.3.9.5.5 Segurança Pública

Ao questionar sobre a segurança pública da ADA, a população se mostrou insatisfeita com a administração em todos os municípios visitados se tratando de zona rural. Em virtude da falta de segurança e policiamento para atender a demanda rural (viaturas e policiais), alguns proprietários demonstram medo com a chegada de pessoas estranhas, pois o índice de assaltos e furtos ganham relevância cada dia mais, segundo os moradores.

7.3.9.5.6 Emprego Formal e Informal

A análise desse dado foi baseada no número de funcionários residentes nas propriedades, tendo em vista que em muitas propriedades, o proprietário contrata mão de obra para prestação de serviços temporários, exercendo atividades eventuais como: vacinação do gado, plantio na época de safra ou safrinha, ou mesmo para olhar eventualmente a propriedade.

O índice de funcionários contratados e residentes nas propriedades visitadas ao longo da linha é grande, porém muitos não são contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, alguns com contrato de prestação de serviço, outros somente acordo verbal. Contudo, na ADA predominam os trabalhadores contabilizando, 38 pessoas.

7.3.9.5.7 Educação

Considerando os moradores da ADA, poucas pessoas estão em fase escolar, somando 18 crianças e adolescentes que frequentam a escola. Todas utilizam a infraestrutura educacional dos municípios/povoados onde estão inseridos e para conduzir os alunos as prefeituras locais disponibilizam ônibus e vans para transportar os alunos da zona rural até a escola (Figura 246). Destaca-se que não foi diagnosticada nenhuma criança em idade escolar que não esteja frequentando regularmente a escola.

Quanto ao grau de escolaridade, foram realizadas duas análises. Uma abordou a escolaridade dos proprietários das terras e a outra dos trabalhadores e moradores locais.

Quanto ao perfil escolar dos proprietários foram considerados na análise 89 proprietários, uma vez que alguns não foram localizados para realização das entrevistas. A maioria dos proprietários abandonaram os estudos ainda no ensino médio 32,4%, existindo também os que possuem ensino superior 12%. Não houve registro de analfabetos.

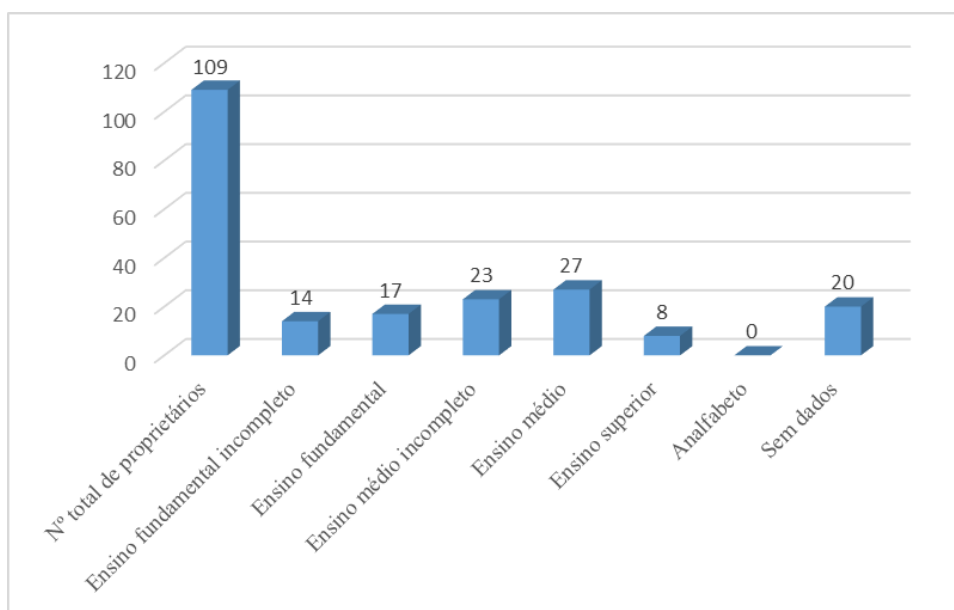


Figura 244 - Situação educacional dos proprietários rurais da ADA

Quanto ao perfil escolar dos funcionários e moradores, a maioria (78,66%) não concluiu o ensino fundamental e (16,7%) são analfabetos. Identificou-se que os filhos dos proprietários e moradores frequentam a escola, no entanto é comum que muitos não concluam o ensino médio, pois na adolescência, em decorrência de diversos fatores como a dificuldade de acesso à rede de

ensino e questões financeiras, esses adolescentes abandonem os estudos apenas com a alfabetização básica.

Os dados apresentam diferença entre o nível de escolaridade dos proprietários dos imóveis e funcionários/ moradores dos mesmos. Ao se comparar o perfil escolar dos moradores/funcionários com o dos proprietários, podemos observar que os moradores da zona rural estão mudando a noção de desenvolvimento social, e buscando melhores qualificações, mesmo morando na zona rural. Foram identificados em duas propriedades diferentes, dois adolescentes com acesso às unidades de ensino superior, ambos com muita dificuldade devido aos custos e acessibilidade até a faculdade, um no curso de Psicologia e outra no curso de Letras.

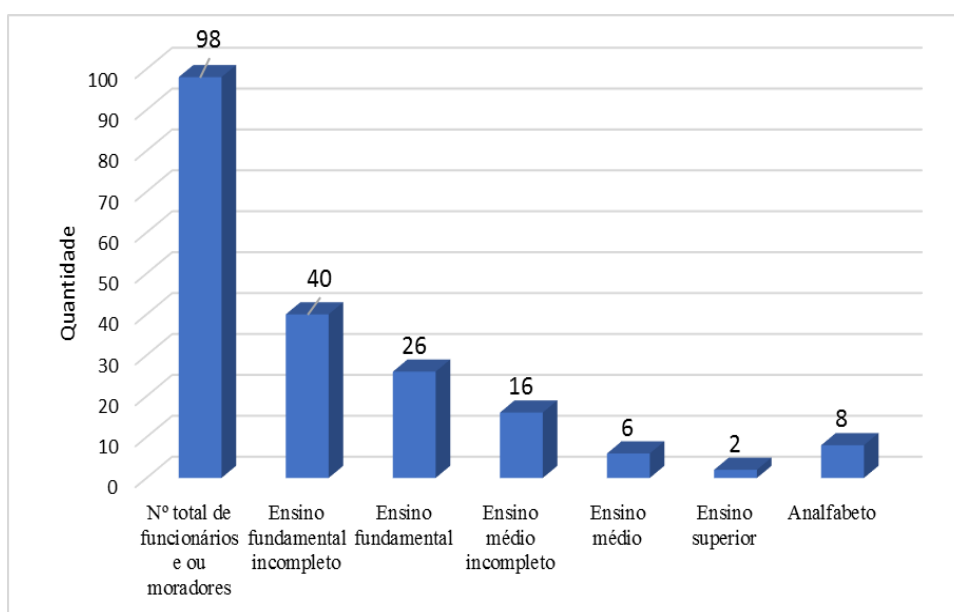


Figura 245 - Situação educacional dos funcionários e moradores da ADA



Figura 246 - Van de Transporte escolar, município de Conselheiro Pena

7.3.9.5.8 Sistema Habitacional

A maioria das propriedades rurais que serão transpostas pela linha de transmissão está classificada como médio porte. O sistema habitacional das propriedades da ADA apresenta moradia de alvenaria modernas e simples.

Nem todas as propriedades contam com sedes, mas pode ocorrer de ter instalações agropecuárias, barracões, currais. No traçado foram identificadas propriedades somente com área de pastagem, sem nenhum tipo de edificações, muitas delas com criações de gado de corte.



Figura 247 - Sítio Azul do proprietário Aldir Xavier em Mutum

7.3.9.5.9 Abastecimento de Água

Para suprir o abastecimento diário a captação de água nas propriedades da ADA é realizada de diferentes formas. Os principais cursos d'água citados pelos utilizados pelos moradores locais dos municípios afetados foram o Rio Doce, Rio Mutum, Rio Caratinga, Rio Manhuaçu, Rio Pocrane, Rio José Pedro, bem como, algumas nascentes e córregos que servem de captação de água para as famílias. Dentre a origem da água nas propriedades destaca-se o Poço artesiano em 29 propriedades, as minas, muitas vezes por queda natural, em 24 propriedades e 5 utilizam de cisterna para o abastecimento de água.

A captação de água é utilizada tanto para consumo humano como para dessedentação animal e, em alguns casos, para irrigação, mas não com uso frequente, pois a agricultura na região é de sequeiro.

Em 51 propriedades não há captação de água, devido não construíram benfeitorias em suas propriedades ou não foram informadas pelo proprietário.

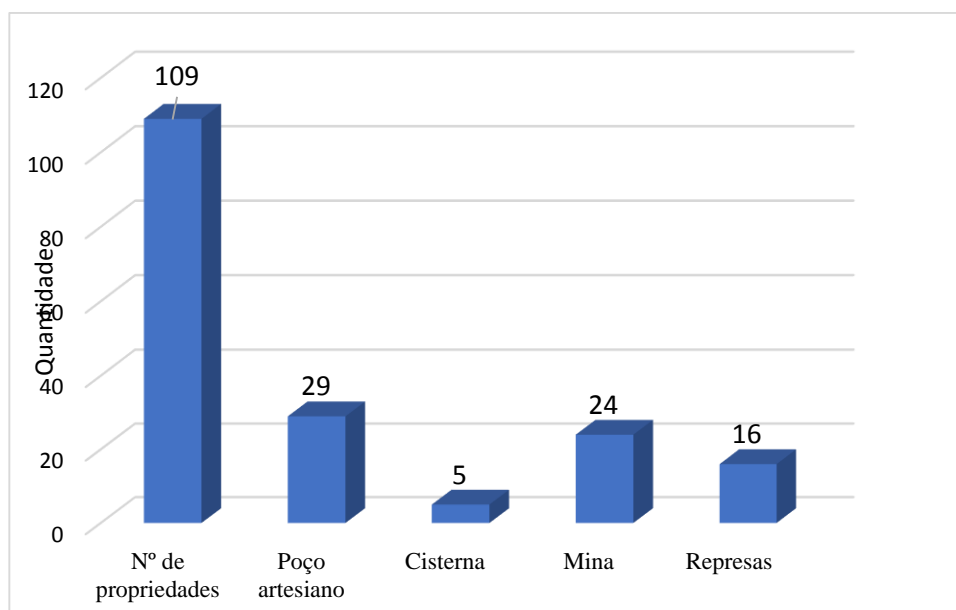


Figura 248 - Formas de abastecimento de água nas propriedades de transpostas pela LT



Figura 249 - Cisterna na propriedade do Sr. Cícero Mourim, município de Mutum



Figura 250 - Rio Doce

7.3.9.5.10 Esgotamento Sanitário e Destino dos Resíduos Sólidos

O sistema de esgotamento sanitário e destinação dos resíduos sólidos produzidos foram analisados em todas as propriedades que possuem moradores. Quanto ao esgotamento sanitário, a maioria utiliza fossa rudimentar em suas propriedades. Em algumas foi identificado o lançamento in natura do esgoto em corpos d'água, como por exemplo no córrego Brejaúba, o que contribui

com problemas ambientais, sociais e de saúde pública. O traçado da linha passa por várias propriedades que não possuem benfeitorias não sendo contabilizadas para esgotamento sanitário.

Na zona rural não existe coleta de resíduos sólidos, cada família adota uma destinação para os resíduos produzidos, prevalecendo os lixos queimados ou enterrados.

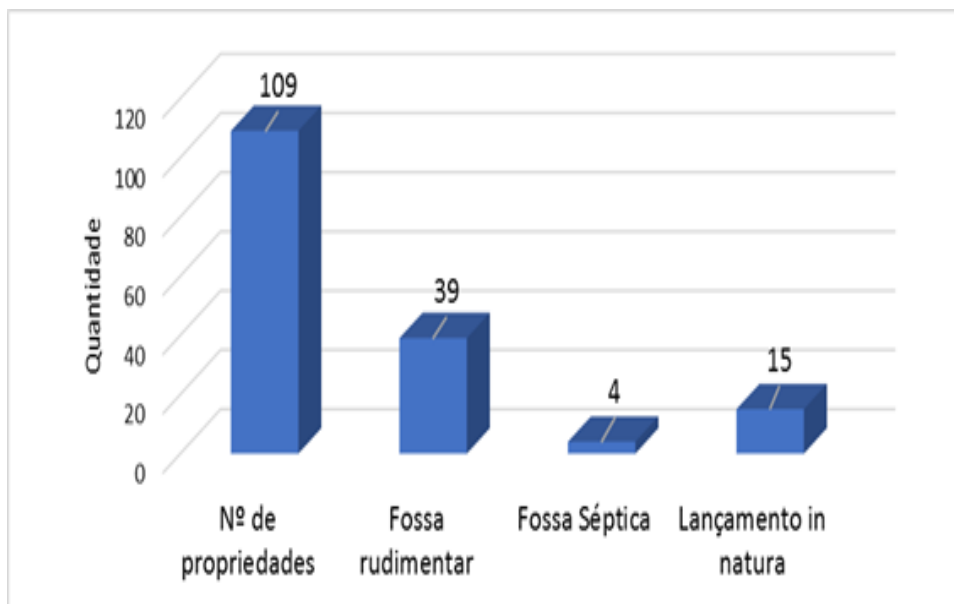


Figura 251 - Sistemas de Esgotamento sanitário utilizados nas propriedades da ADA

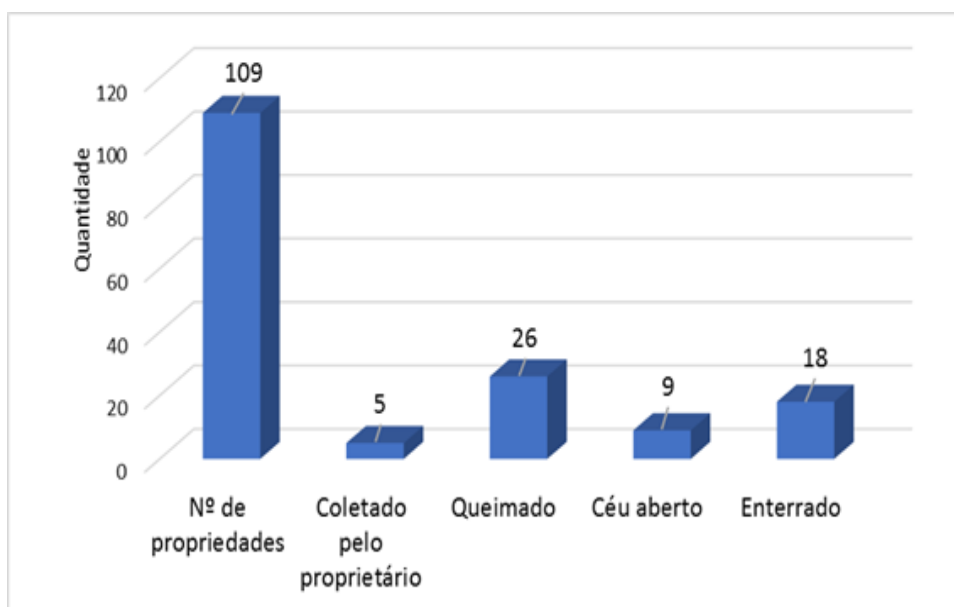


Figura 252 - Destino dos resíduos sólidos nas propriedades da ADA



Figura 253 - Esgoto a Céu aberto na Fazenda do Sr. Josué Andrade, município de Conselheiro Pena

7.3.9.5.11 Participação em Sindicato ou Associação

Todos os municípios da ADA contam com sindicatos e associações atuantes. Dos 109 proprietários, somente 18 apresentam filiação a algum Sindicato. Destaca-se os proprietários que tem a produção leiteira, o maior número de filiados em sindicatos/ associação. O baixo índice de filiados nos sindicatos não significa que os produtores rurais não contam com grupos ou entidades representativas, apenas não estão oficialmente filiados.

7.3.9.5.12 Cultura, Turismo e Lazer

A região do entorno da Linha de Transmissão possui povoados, e as sedes municipais, podendo ser utilizado como opção pelos os moradores da ADA, assim como, igrejas católicas e evangélicas que realizam festividades em vários períodos do ano, atraindo os moradores residentes na ADA a participarem dessas atividades culturais. Os entrevistados não relataram nenhuma festividade específica ou atividade cultural que participem, relatam a existência de festas, como também cachoeiras, pescarias no Rio Doce e afluentes, bem como a realização de reuniões nas fazendas organizadas pelos próprios moradores. Os moradores que tiram leite relatam não poder se ausentar por muito tempo, pois a demanda de trabalho requer a retirada duas vezes por dia.

7.3.9.5.13 Restrição de Uso e ocupação do solo

Na ADA prevalece as áreas de pastagens e cultivos como sorgo, milho e café, que são permitidos durante a fase de operação. O cultivo de cana de açúcar não é permitido na faixa de servidão, devendo ser erradicado. Foram identificadas culturas de cana-de-açúcar nas propriedades de: Maria Tereza de Murta, Oswaldo Lopes Barbosa, José Carlos Barbosa Filho e Antônio Gomes Barbosa.

7.3.9.5.14 Paralelismo com outros empreendimentos

Não foram identificadas propriedades com cumulatividade de impactos oriundos de paralelismo a outros empreendimentos. Existem alguns cruzamentos de Linhas de Transmissão em propriedades, porém o uso do solo atual não implica em redução ou interferências nas atividades econômicas, por serem usos permitidos na faixa de servidão.

Embora não haja paralelismo, essa cumulatividade pela passagem de mais de uma Linha de Transmissão em mesma propriedade (cruzamento de LTs) existirá nas 4 propriedades indicadas na Tabela 93. Apresenta-se também a cumulatividade pela passagem da LT Governador Valadares 6 – SE Mutum C2 e da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Tabela 93 - Propriedades que apresentam cruzamento de empreendimentos lineares em suas terras

Fazenda Racho Alegre	Evelson Dias Souza	LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2
		LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum – SE Rio Novo do Sul
Fazenda Córrego Sapucara	Omero Bastos Neto	LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2
		LT 230kV SE Conselheiro Pena / SE Governador Valadares 2 C1
Fazenda Pica Pau Amarelo	Eustáquio Domigos Júnior	LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2
		LT 500kV SE Mesquita / SE João Neiva
Fazenda Monte Sinai	Walmir Xavier da Costa	LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2
		LT 500kV SE Mesquita / SE Viana 2 C1
Fazenda dos Coqueiros	Roni Moreira Aguiar	LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2
		Estrada de Ferro Vitória a Minas

7.3.9.5.15 Energia Elétrica e Sistema de Comunicação

O fornecimento e distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais são de responsabilidade da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Todas as propriedades (100%) da ADA que possuem residência contam com energia elétrica, exceto as que não possuem benfeitorias e nem moradores.

Durante o cadastramento das propriedades muitos proprietários mencionaram quedas constantes de energia que ocasionam danos, como perda de produtividade para os que comercializam leite e seus derivados, além de queima frequente de maquinários e equipamentos eletrodomésticos.

Quanto aos meios de comunicação, considerando as propriedades que contam com benfeitorias e moradores, pelo menos um meio de comunicação está disponível na propriedade (telefone, internet, rádio e televisão).

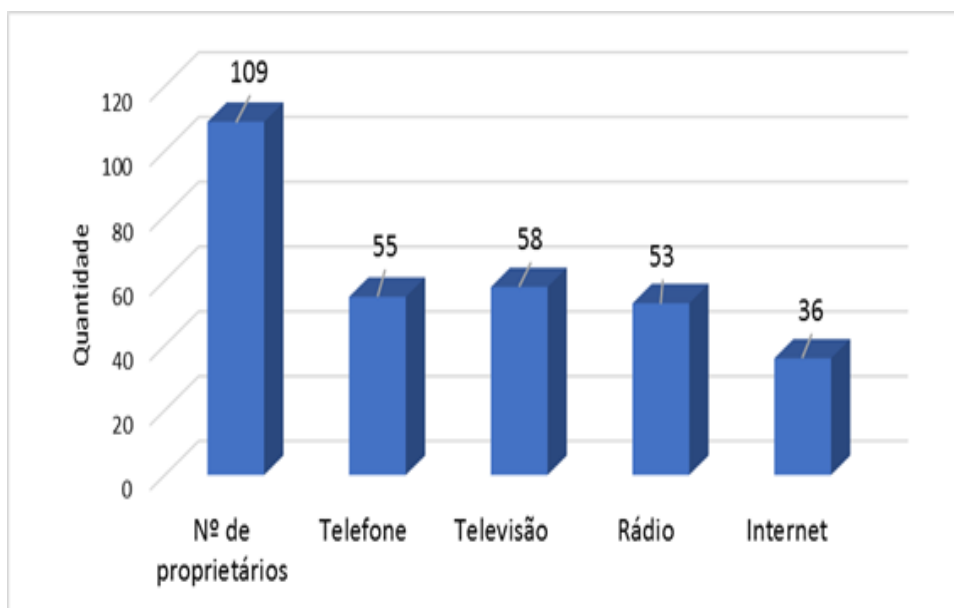


Figura 254 - Meios de comunicação utilizados nas propriedades da ADA



Figura 255 - Antena parabólica na propriedade do Sr. José Pereira Sobrinho, município de Santa Rita do Ituêto



Figura 256 - Energia elétrica na propriedade do Sr. Roberto Carlos Melo, município de Governador Valadares

7.3.9.5.16 Principais Atividades Econômicas Desenvolvidas

- **Pecuária e Agricultura**

O trabalho de campo apontou que nem todas as propriedades transpostas pela Linha de Transmissão são produtivas. Das 109 propriedades, 101 desenvolvem a pecuária com a criação de gado de corte e leite. Ao todo os proprietários apresentaram um plantel declarado de 27.328 cabeças de gado, de corte e leite.

A produção aviária encontrada na ADA é somente para consumo local, não caracterizando em nenhuma propriedade a comercialização de aves. Muitas propriedades criam galinhas, suínos e cavalos para subsistência do dia a dia, seja nas atividades diárias ou para consumo.

Não foi identificada nenhuma produção de gado em forma de confinamento, todos os proprietários criam o gado de forma extensiva. Os proprietários contam com vários funcionários, tecnificação rural, onde a pecuária integra a agricultura, pois ambas são desenvolvidas em um mesmo lugar e em determinados momentos uma atividade depende da outra, exemplo disso é a ração para o gado, em muitos casos, produzidos na própria fazenda, com o cultivo de cana-de-açúcar. Esses dados são evidentes na agricultura local onde na maioria dos casos, a destinação da produção é para a utilização de ração.

A pecuária é uma das principais fontes de renda das propriedades da ADA, mesmo nas propriedades de pequeno porte, onde sobressai a pecuária leiteira, com a comercialização do leite.

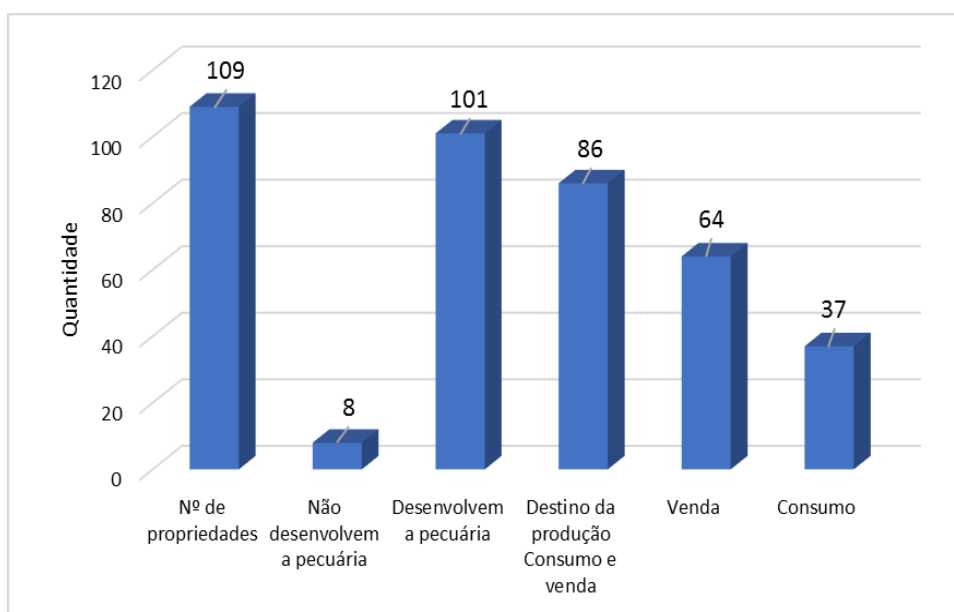


Figura 257 - Propriedades da ADA que desenvolvem pecuária e destino da produção



Figura 258 - Maquinário na propriedade do Sr. Sylvio Rodrigues, município de Galiléia



Figura 259 - Gado leiteiro na propriedade do Sr. Omero Bastos, município de Conselheiro Pena



Figura 260 - Represa para dessedentação animal, na propriedade do Sr. Varley Firmino no município de Pocrane

A atividade agrícola é realizada em 72 propriedades, em uma área declarada de 520,02ha, com predomínio do cultivo de pomar, cana-de-açúcar, milho e café. A área cultivada de pomar e cana-de-açúcar é voltada para a fabricação de silagem e consumo dos proprietários e moradores.

De 72 propriedades que desenvolvem a agricultura, 29 comercializam sua produção, além de usufruir da mesma, sendo escoada boa parte para Governador Valadares e Belo Horizonte, as demais comercializam nas feiras dos produtores rurais, organizadas pelos sindicatos locais. Os produtos que são utilizados somente para venda, tratam-se dos cultivos de milho e sorgo que foi o mais encontrado nas propriedades transpostas pelo traçado da linha de transmissão.

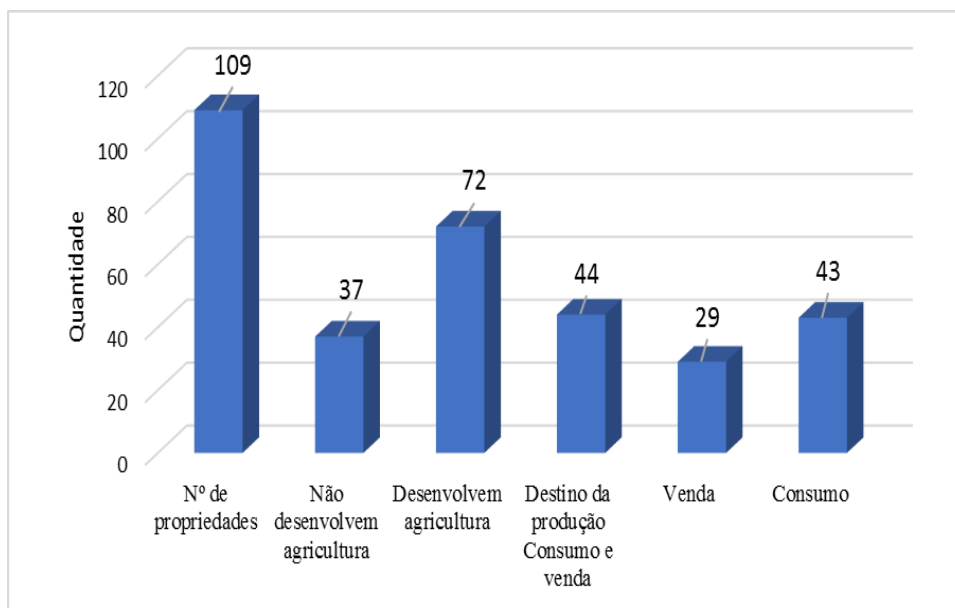


Figura 261 - Propriedades da ADA que desenvolvem agricultura e destino da produção



Figura 262 - Plantação de cana-de-açúcar, na propriedade de Eustáquio Domingos da Fazenda Pica Pau Amarelo



Figura 263 - Plantação de sorgo na propriedade de José Domingos, município de Conselheiro Pena

7.3.9.5.17 Condições Técnicas e de Equipamentos

A tecnologia proporciona conforto, ganho na produção com a redução dos desperdícios na colheita e também aproxima o homem do campo com a zona urbana, por exemplo 100% das propriedades habitadas da ADA contam com energia elétrica. Televisão e telefone ainda não atingiu sua totalidade, precisando para isso de equipamentos adequados, como antena parabólica e antena de telefonia rural, os que não contam com essas tecnologias conseguem em alguns pontos da propriedade o sinal de telefonia.

Quanto aos equipamentos de tecnificação rural, as propriedades que dispõem de equipamentos como ordenha, tratores, triturador, resfriador, estufas, silo, grade, motosserra elétrica, apresentam uma produção em maior escala, possibilitando maior acúmulo de capital.

Assim, foram diagnosticadas 55 propriedades com maquinários agrícolas para ajudar os trabalhadores nas atividades diárias. Alguns proprietários afirmaram alugar os equipamentos na época da roçagem e plantio.



Figura 264 - Trator e outros maquinários na propriedade do Sr. Laurito Cardoso, município de Mutum

7.3.9.5.18 Pesquisa de Opinião em Relação à Implantação da Linha de Transmissão 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum C2

A pesquisa de opinião é um meio de compreender a expressão do público e sua opinião, tendo como principal objetivo captar os pontos de vista dos entrevistados. Para realização desta pesquisa buscou-se entrevistar todos os moradores e/ou proprietários que sofrerão interferência com a implantação da linha de transmissão. Foi elaborado um questionário, onde foram abordados os seguintes temas:

Tem conhecimento sobre a implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica na sua propriedade?

Como considera o grau de importância da implantação de uma Linha de transmissão de energia? Muito importante, importante, pouco importante, não é importante;

Quais os aspectos consideram positivos com a implantação da linha?

Quais os aspectos consideras negativo com a implantação da linha?

Tem conflito de uso e ocupação de terras na região?

Para que os proprietários e os moradores tivessem acesso às informações básicas sobre a Linha de Transmissão, uma vez que o cadastramento representa o primeiro contato formal, foi

disponibilizado um folder com dados do empreendimento, do empreendedor e da empresa de consultoria ambiental, além das informações básicas da LT.

A maioria dos proprietários não tinham conhecimento da possibilidade de implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica na sua propriedade, o que é comum nos casos de projetos de Linhas de Transmissão, onde não existem tantas incursões de campo anteriores ao processo de licenciamento, como ocorrem com as hidrelétricas, por exemplo. Alguns proprietários já tinham ciência de um possível novo empreendimento de linha de transmissão, devido relatos dos funcionários e movimentação da construção de uma outra LT nas proximidades.

A avaliação da expectativa da população em relação ao empreendimento, como esperado, não foi 100% positiva. Parte desse resultado decorre de muitos entrevistados não se sentirem em condições de avaliar as causas e efeitos da obra, muitas vezes por não terem noção dos danos que podem ser gerados, ou falta de noção do que seja uma linha de transmissão (confundindo com as linhas de distribuição rural), mesmo após explanação. Ações de comunicação social foram executadas, e para esses casos, a Assistente Social demandou o tempo necessário para que o proprietário e/ou morador entendesse melhor sobre o projeto.

Alguns proprietários foram localizados e caracterizados via telefone e e-mail, e alguns optaram por não responder as questões da pesquisa de opinião.

Contudo, os dados amostrais obtidos apontaram que 63,5% acham que o empreendimento é importante a muito importante, considerando que a energia irá abastecer o sistema elétrico da região. Seis entrevistados manifestaram que o empreendimento é pouco importante a não importante, alegando que essas linhas de transmissão de alta tensão causam um som que incomoda e irá desvalorizar a propriedade, posicionando contrários à implantação do empreendimento.

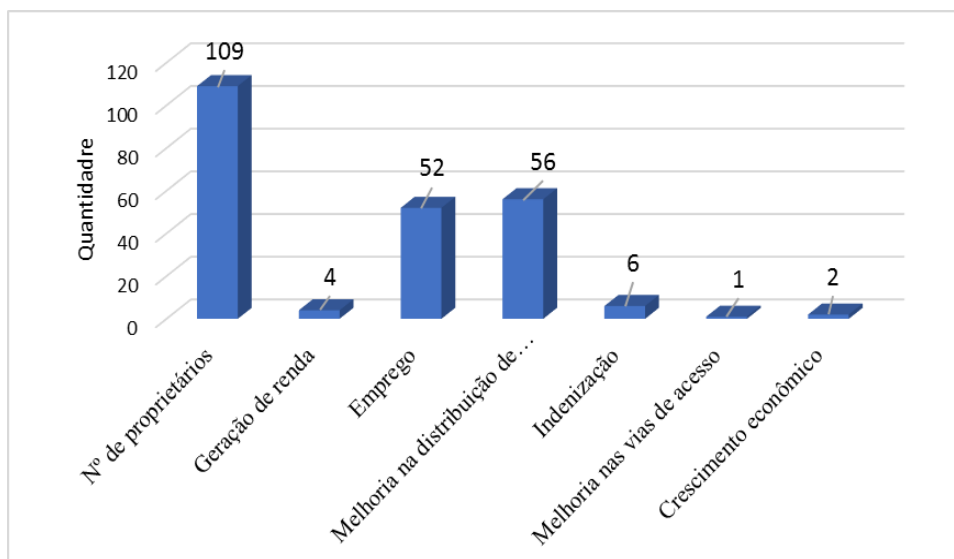


Figura 265 - Avaliação da importância do empreendimento na região

No tocante aos aspectos negativos as respostas predominantes dos entrevistados foram impacto ambiental e a desvalorização das terras. Os resultados indicaram que os entrevistados apontaram poucos impactos negativos, ou seja, os impactos positivos prevaleceram na avaliação das expectativas dos entrevistados em relação ao empreendimento.

Quanto a conflitos de uso e ocupação de terras na região, todos os proprietários afirmaram que não existe esse tipo de conflito na região. O problema ambiental mais relatado pelos proprietários e moradores foram desmatamentos ilegais.

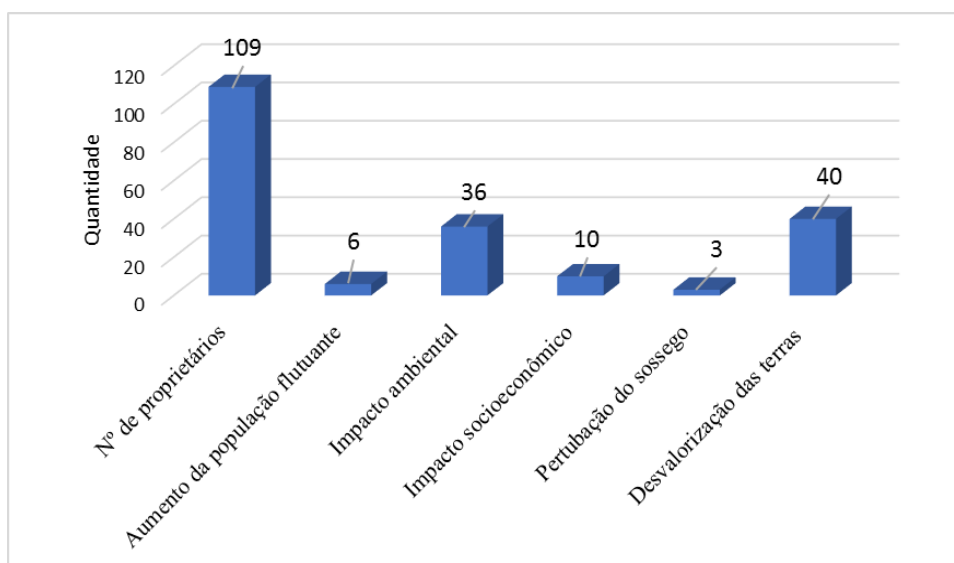


Figura 266 - Avaliação dos impactos negativos apontados pelos proprietários e moradores em relação a implantação da linha de transmissão

7.3.10 Considerações finais do Meio Socioeconômico

A partir dos dados apresentados durante este estudo, as considerações finais buscará fazer uma análise crítica e sintética. O Vale do Rio Doce se manteve como fronteira aberta, até meados do século XX. A abertura do vale do rio Doce à frente de expansão demográfica e frente pioneira se liga à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que iniciou em 1903 a partir do porto de Vitória em direção ao rio Doce. Concomitante ao povoamento, ocupação econômica e formação dos núcleos urbanos, se implantou pela ação do Estado grandes projetos de investimento, particularmente nas áreas de siderurgia e mineração. Entendendo-se que o quadro natural manteve historicamente, e ainda mantém, forte influência sobre o uso e ocupação do solo e problemas socioambientais no Leste Mineiro.

Não somente os minérios foram vistos como recursos naturais que iriam gerar enorme riqueza econômica, os rios também foram apresentados como fatores decisivos para a produção dessa riqueza, como força hidráulica para produção de energia para a industrialização. (ESPINDOLA, 2015). Além de que no Leste Mineiro prevalece uma atividade agrícola tradicional, com áreas muito acidentadas, de difícil mecanização, com solos em geral de baixa fertilidade, onde os nutrientes disponíveis foram levados pela erosão e colheitas, resultado de uma ocupação histórica predatória, onde o desmatamento indiscriminado, a falta de planejamento do uso do solo e a não utilização de práticas conservacionistas representa os principais fatores de degradação.

A ação do Estado e os grandes investimentos privados e estatais abriram caminho para outros empreendimentos e configuraram o território à lógica do capital. As múltiplas forças que operam sobre a dinâmica da região, produziram mudanças estruturais, ao substituir a agricultura familiar pela fazenda, o regime da posse pela propriedade privada da terra e o posseiro pelo trabalhador rural. A influência dos fatores externos operou diretamente sobre as terras que formavam o vale do rio Doce, propriamente dito (depressões do rio Doce), que também estava sob a influência da EFVM: zona de influência das companhias siderúrgicas; Zona de influência de Governador Valadares. No vale do rio Doce ao se combinar a economia rural com a economia urbano-industrial, se processou diferenciações internas significativas, de forma que entre 1950 e 1970, nas zonas de influência das companhias siderúrgicas e de Governador Valadares a pequena propriedade da terra se tornou uma parcela inexpressiva na estrutura agrária (ESPINDOLA, 2015).

O setor agropecuário, com baixa diversificação da base produtiva, se apresenta como alternativa para a população rural, em geral mal assistida pelas esferas governamentais: Federal,

Estadual e municipal. O que acarretou em um fluxo migratório da zona rural do leste mineiro que desde a década de 50, vem contribuindo para o crescimento dos núcleos urbanos da região. Destacando um pequeno grupo de municípios pela presença da indústria ou outras oportunidades de emprego no setor de serviços e comércio, que continuam a receber um contingente populacional acima da sua capacidade de absorção econômica. Por isso, o esvaziamento do meio rural no leste mineiro, deve ser acompanhado, pois, de acordo com Espindola (2015), o crescimento dos setores secundário e terciário, nas cidades da região de estudo apresentam-se estagnados, com exceção de algumas cidades industriais: Região Metropolitana do Vale do Aço, João Monlevade etc.; portanto, o fluxo contínuo da zona rural, poderá, gradativamente deteriorar a qualidade de vida das pequenas e médias cidades, já que a oferta de trabalho é cada vez menor, em relação ao crescimento da população urbana.

Quanto aos aspectos mais pontuais do uso de terras, nota-se que Governador Valadares é um exemplo de uma notável concentração latifundiária local. No meio urbano, alguns dados indicam o meio urbano como o local de ocorrência das maiores oportunidades e serviços, mas também criminalidade, como pode ser observado nos dados trazidos neste estudo, em decorrência dos índices crescentes de desemprego.

Sendo assim, o estado assume um papel fundamental, enquanto gestor, também do ordenamento territorial no que se refere a presença de empresas, indústrias, uso do solo em geral, que proporcionem a sustentabilidade econômica e ambiental da área. É o caso, por exemplo, do engajamento do estado de Minas Gerais no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior — Pró-Confins —, criado com o objetivo de consolidar o Estado como polo de desenvolvimento e de negócios relacionados com o comércio exterior, mediante o aproveitamento da infraestrutura do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o Aeroporto de Confins. Para alcançar esse objetivo, o Pró-Confins envolve ações de: apoio à criação de centros de prestação de serviços de movimentação, distribuição e armazenagem de mercadorias; facilitação da realização do transporte multimodal, incentivo à criação de parque industrial voltado para a indústria não poluente de alta tecnologia e de produtos de grande valor agregado, etc. Da mesma forma, Governador Valadares deu início a um projeto desenvolvimento econômico, através do esforço para atrair empresas e investidores, como a permanente melhoria da infraestrutura local e a adoção de políticas de incentivo que reduzem os custos tributários, entre outras vantagens. Isso deve ser entendido enquanto projeto de desenvolvimento econômico para o estado e deve ser assimilado

juntamente com os demais aspectos socioeconômicos do território mineiro, desde infraestrutura à garantia de qualidade de vida de forma homogênea para a população mineira.

Para tanto, a geração e transmissão de energia elétrica, faz-se um insumo indispensável e utilizado amplamente na economia. A Fundação João Pinheiro traz dados de que o setor industrial ocupa um importante papel no consumo, com participação de 60,23% do total, em 2008. Em 2004, Minas Gerais apresentou um consumo de energia equivalente a 14,3% do consumo total de energia nacional, colocando-o na posição de segundo maior consumidor de energia elétrica do Brasil. Sendo assim, a energia elétrica tem ocupado posição de destaque dentre as fontes de energia consumidas pelo setor Industrial, que ocupa um importante papel no consumo, e representa um consumo maior que o residencial.

Para que exista o suprimento adequado deste tipo de energia, agentes privados e públicos tem o seu papel, que vai desde investimentos por parte dos agentes privados e políticas de desenvolvimento, questões inerentes ao planejamento da expansão, à regulação, à concessão e ao licenciamento ambiental do setor por parte dos agentes públicos.

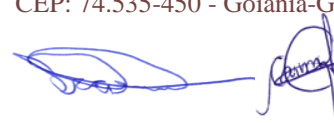
Quanto à Área Diretamente Afetada, foram cadastradas 109 propriedades rurais transpostas pela Faixa de Servidão da LT, 64 metros. Essa faixa deverá ser devidamente indenizada aos proprietários de terras, mas destaca-se que, para o presente empreendimento, os estudos de traçado permitiram desviar de edificações, afetando somente benfeitorias em 12 propriedades como: plantações de cana-de-açúcar, café, coco, Silvicultura, e alguns açudes para dessedentação animal. Portanto não haverá nenhuma relocação de famílias, sendo as indenizações pelo uso atual da terra, predominando as pastagens e cultivos de café, seguidos por cultivos de milho e silvicultura, e as áreas recobertas com vegetação natural, que representam menor proporção do uso do solo na área estudada.

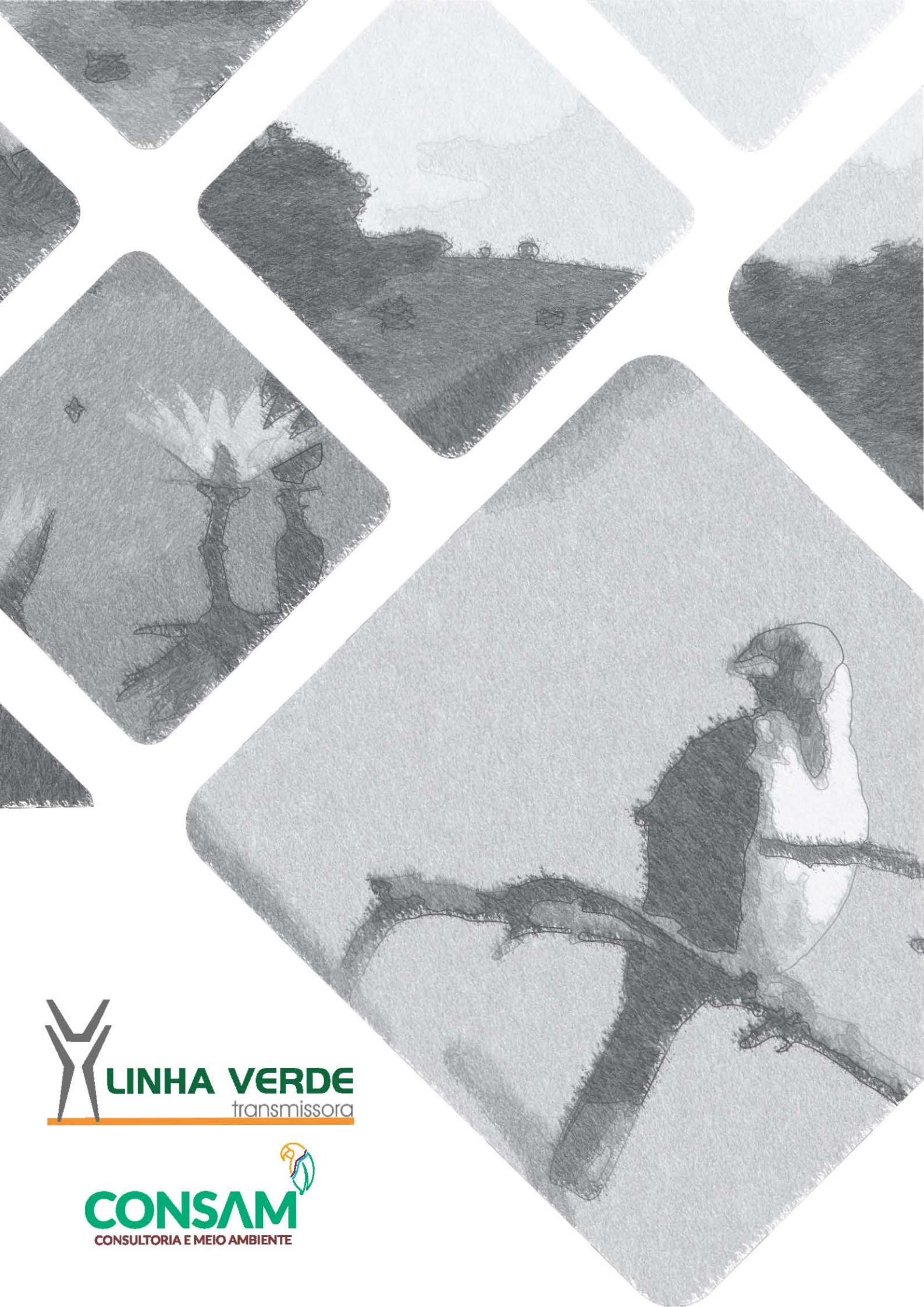
A LT 500kV SE Governador Valadares 6 – SE Mutum, C2, não irá interceptar áreas protegidas, como Comunidades de Remanescentes Quilombolas, Terras Indígenas, Unidades de Conservação. Irá transpor uma área de ocupação irregular denominado PA Boa Esperança (não regularizado pelo INCRA), localizado na propriedade 37 pertencente a Aracruz Celulose.

O empreendimento irá transpor também a Ferrovia (Estrada de Ferro Vitória a Minas-EFVM) no município de Tumiritinga,

Outro fator importante é que o traçado está inserido na zona rural dos sete municípios relatados no estudo, causando assim menos impacto nas infraestruturas municipais, pois quase

todos os municípios que serão transpostos pelo traçado são de pequeno porte, exceto o município de Governador Valadares.





LINHA VERDE
transmissora



CONSAM
CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE